



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

INGRID KARLA CRUZ BISERRA

***“CONSELHOS E INSTRUÇÕES A TI, PROFESSOR”*: A IMPRENSA PEDAGÓGICA
DA PARAÍBA COMO LUGAR DE ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE EM TORNO
DAS IDEIAS RENOVADORAS (1919-1942)**

ORIENTADOR: PROF.º DR. JEAN CARLO DE CARVALHO COSTA

João Pessoa - PB

2019

Ingrid Karla Cruz Biserra

**“CONSELHOS E INSTRUÇÕES A TI, PROFESSOR”: A IMPRENSA PEDAGÓGICA
DA PARAÍBA COMO LUGAR DE ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE EM TORNO
DAS IDEIAS RENOVADORAS (1919-1942)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof.º Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa

João Pessoa - PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B621c Biserra, Ingrid Karla Cruz.

"Conselhos e instruções a ti, professor": a imprensa pedagógica da Paraíba como lugar de atuação e formação docente em torno das ideias renovadoras (1919-1942) / Ingrid Karla Cruz Biserra. - João Pessoa, 2019.
322 f. : il.

Orientação: Jean Carlo de Carvalho Costa.
Tese (Doutorado) - UFPB/Educação.

1. Professores. 2. Intelectuais. 3. Ideias renovadoras.
4. Imprensa pedagógica. I. Costa, Jean Carlo de
Carvalho. II. Título.

UFPB/BC

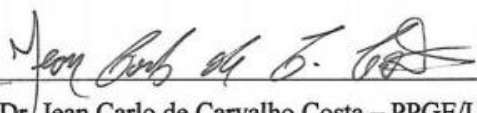
Ingrid Karla Cruz Biserra

“CONSELHOS E INSTRUÇÕES A TI, PROFESSOR”: A IMPRENSA PEDAGÓGICA DA PARAÍBA COMO LUGAR DE ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE EM TORNO DAS IDEIAS RENOVADORAS (1919-1942)

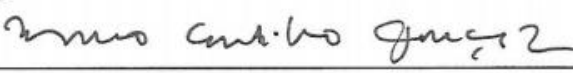
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: 25/ 02/ 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa – PPGE/UFPB (Orientador)



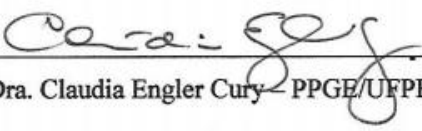
Prof.º Dr. Mauro Castilho Gonçalves – PPGE/PUC-SP (Examinador Externo)



Prof.º Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior – PPGED/ UFRN (Examinador Externo)



Prof.º Dr. Charliton José dos Santos Machado – PPGE/UFPB (Examinador Interno)



Prof.ª Dra. Claudia Engler Cury – PPGE/UFPB (Examinadora Interna)

A minha mãe, Izaura, que compreendeu as minhas ausências (foram tantas!) e abraçou, ao seu modo, as minhas cheganças.

AGRADECIMENTOS

Parecia um devaneio fazer a seleção do doutorado sem ter finalizado o mestrado. Mas fui lá e fiz. Arrisquei. Não foi um arriscar no vazio, eu me dediquei para obter um bom resultado. Foi uma realização pessoal ímpar! Transcorridos quatro anos, finalizo este ciclo com muitas histórias para contar, além das que lhes apresentei nesse texto. Nas entrelinhas não é possível (talvez) ver as inseguranças, as dúvidas, as procrastinações, as pausas, o amadurecimento. É sobre essas últimas que quero dedicar um breve espaço.

O mestrado e, principalmente, o doutorado, significaram para mim um tempo de pausas e de amadurecimento. Pode soar estranho, não achas? Mas sim, neles eu descobri Ingrid, a pessoa e a pesquisadora, nessa ordem. Até a graduação eu tinha apenas o objetivo de estudar porque sabia que isso era importante e que no futuro seria essencial. Pensamento construído, em grande medida, por minha mãe. Arriscaria dizer que eu vivi por muito tempo os sonhos dela. Não que isso seja de todo ruim. Mas na transição entre o mestrado e o doutorado eu descobri que poderia e deveria viver os meus próprios sonhos. Para isso eu tive que refletir sobre quais eram eles. Descobri. Fui feliz durante a jornada. Eu vivi o doutorado com os seus sabores e dissabores. Estes últimos não estão aqui, mas não preciso e nem quero esquecê-los. Eles contribuíram para eu ser quem sou hoje. Assim, retomo, foi um momento de pausas e de amadurecimento. Pausas porque para amadurecer precisei delas. As distâncias físicas e do seu objeto de pesquisa também são necessárias.

Foi um momento em que precisei justificar e testar para mim mesma se tudo isso tinha valido a pena. Valeu! A experiência da docência no ensino superior, a qual eu almejava, proporcionou a certeza do caminho que percorri e das escolhas que fiz. Proporcionou entender a minha profissão e a minha prática pedagógica. Sem dúvida, contribuiu também para a pesquisa e a escrita deste trabalho.

Dessa forma, hoje, aos 27 anos, uma estudante de escola pública, filha de uma patoense corajosa que acreditou e dedicou esforços à educação das suas duas filhas, bolsista durante toda a sua trajetória acadêmica, torna-se Doutora em Educação. Reconheço que algumas pessoas foram essenciais para a concretização e finalização desse ciclo:

Minha mãe, Izaura Cruz, a quem agradeço imensamente o apoio estrutural no dia a dia. A luta pela minha formação também foi sua. Obrigada pela fila que enfrentou na madrugada para me matricular numa escola pública de referência, pelos cafés com pão e manteiga que me alimentavam para ir à escola, pelo esforço para comprar os meus materiais, pelas

responsabilidades que me impôs desde muito cedo, pelas orações silenciosas para que eu fosse selecionada para o doutorado. Meu coração é só gratidão e amor por você!

Meu querido orientador e colega de profissão, Jean Carlo, que, ao seu modo, acreditou numa jovem graduanda em pleno primeiro período do curso de Pedagogia. Já se passaram dez anos de diálogo e trabalho juntos. Construímos uma relação baseada no respeito, na autonomia e no diálogo. Agradeço pela parceria e estimo que tenhamos outras tantas!

Minha amiga, Joseane Abílio, por todos os dias em que as ligações pareciam não ter fim, os cafés pareciam mais doces e a vida acadêmica parecia mais leve. O seu carinho e atenção me fez (e me faz!) muito bem. Vida longa à nossa amizade!

Meu namorado, Fagner Rodrigues, sujeito importante nesse processo. Em meio a leituras e receios era você quem estava sempre ali para me escutar (muitas vezes sem entender nada!) nos últimos dois anos. Agradeço por trazer mais leveza a minha vida!

Minha irmã, Mariana, por ter adotado o nosso cachorro em setembro de 2018. Esses momentos finais do doutorado sem a energia de Cândido teriam sido mais dolorosos. Todo o meu amor a você!

Francisca Jocineide, uma mulher querida e admirável, que desde a graduação é um exemplo de luta, companheirismo e amizade. Meus afetuosos agradecimentos são seus. Voa alto, amiga.

Ana Luiza Marques, ser humano incrível, pelas palavras sempre sinceras que me acolhiam nas dúvidas e alegrias compartilhadas. Sua amizade foi (é!) imprescindível!

Larissa Vasconcelos, colega de turma desde 2013, que encarou comigo, sem termos finalizado o mestrado, os anseios da seleção para o doutorado, em 2014. Admiro bastante a sua força e a sua inteligência, minha querida! Agradeço pelo “tamo junto” sempre que conversávamos sobre o processo de doutoramento!

Luana, colega da turma 35, mulher forte e amável, que na primeira semana de aula cogitou, assim como eu, em desistir dessa formação, por pensar que não conseguiríamos dar conta. Lembro-me perfeitamente daquela inquietude vivida e da força que demos uma a outra. Foi difícil pensar sobre a natureza do conhecimento, hein?! Acho que aprendemos juntas durante esse processo, que é necessário respeitar os seus limites, o seu ritmo e o seu tempo. E mais: que nada é tão importante quanto a nossa saúde física e mental.

As amigas Evelynne Freire e Mariana Marques, colegas de profissão e de Linha de Pesquisa, que ouviram longos áudios em conversas intermináveis sobre este trabalho ou sobre a Pós-Graduação. Obrigada por compartilharem comigo momentos de descontração como os

encontros, sempre prazerosos, para “jogar conversa fora”, tomar chá (risos) e regar a nossa amizade.

Agradeço a Dalva Regina pelo apoio em ciclos anteriores. A Iniciação Científica sem você teria sido mais difícil. Por certo, a caminhada até aqui, também. Sinto saudades, minha amiga! Nessa esteira, colega importante que compartilhou da caminhada e a quem também oferto meu carinho, é você, Suênya Costa. Sucesso na sua trajetória!

Aos membros da Banca de qualificação, considero um prazer a oportunidade de ter compartilhado o meu texto com profissionais que admiro. Maria Lúcia, professora de Ensino de Português na graduação e de Pesquisa Biográfica no doutorado: você é uma daquelas pessoas e profissionais que todos admiram. A sua competência e simplicidade me inspira; Ana Maria Galvão: pesquisadora que passei a admirar a partir do contato com alguns dos seus textos durante o mestrado e hoje os utilizo na minha prática pedagógica em sala de aula. As suas observações foram importantes; e Iranilson Buriti, um pesquisador formidável. Obrigada pela forma como conduziu a leitura e as observações que realizou. A academia precisa de mais professores assim!

Ampliando o quadro de docentes que participaram da leitura deste trabalho, para a banca de defesa, agradeço o aceite de Cláudia Cury, minha professora no mestrado e no doutorado. Além desses espaços de diálogo, ter participado ao longo de vários anos do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), mediado por profissionais como você, foi enriquecedor; agradeço também ao professor Charliton, que participou da minha trajetória acadêmica no doutorado, nos eventos acadêmicos e na banca de defesa do mestrado, em 2015. Como sujeito do seu tempo, as suas observações a este trabalho contribuíram para a construção do conhecimento em história da educação; ao professor Azemar, agradeço a pertinência da sua contribuição e ao cuidado ao ler esse texto; e agradeço ao professor Mauro Castilho que destinou atenção à leitura e indicou chaves de pesquisa instigantes. Foi um prazer tê-lo como membro da banca.

Ao ex funcionário do PPGE, Samuel Rocha, pelas dúvidas esclarecidas e a prontidão nas resoluções burocráticas durante o processo.

Aos meus queridos alunos da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III/ Guarabira, que me proporcionaram a certeza de ser e estar na profissão. Fiz e refiz minha prática sendo professora de vocês. Não foi fácil conciliar a docência com a pesquisa (não mesmo), mas ver um pouco da pedagogia que acredito em vocês, não tem preço!

Certamente é válido mencionar que as pessoas que eu não pontuei aqui serão sempre lembradas, cada uma pela palavra amiga que proferiu, pelo olhar que acolheu ou pela simples

presença, inclusive, em momentos anteriores ao doutorado. Agradeço também as portas que foram fechadas, as escolhas que eu precisei fazer e as pessoas que ficaram para traz ao longo desses quatro anos. Isso também me fez ser a pessoa, a professora e a pesquisadora que sou hoje.

Por fim, agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de estudos, e ao projeto de Brasil que me permitiu estudar em universidade pública com bolsa. Sem o financiamento esse processo teria sido mais difícil. Espero que muitos, assim como eu, mesmo em tempos tão difíceis como os que estamos vivendo, ainda tenham a oportunidade de usufruir desse direito (que seja sempre direito e não privilégio) para dedicar-se com mais tranquilidade aos estudos.

Todos vocês foram importantes para o amadurecimento da pesquisadora e deste trabalho. Muito obrigada! A partir das próximas páginas convido-lhes a adentrar em histórias vividas há cem anos atrás, se considerarmos a data inicial do recorte histórico que optei, e conhecer uma parcela da formação e atuação dos professores na Paraíba durante alguns anos do século XX. Busquei escrevê-las à minha maneira e esta é apenas uma versão, passível, inclusive, de novas interpretações. Finalizo esses agradecimentos com algumas palavras do Fernando Pessoa (1980) que sinalizam um pouco do que eu sinto agora:

*Trago dentro do meu coração
Como num cofre que se não pode fechar de cheio
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que quero.*

João Pessoa, fevereiro de 2019.

RESUMO

Esta tese de doutorado vinculada a área da História da Educação objetivou analisar a imprensa pedagógica da Paraíba como espaço de atuação e formação docente em prol da construção do ideário pedagógico renovador entre 1919-1942. As nossas principais fontes históricas foram o *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba* (1919), o jornal *O Educador* (1921-1922) e a *Revista do Ensino* (1932-1942). Partimos do entendimento que a imprensa pedagógica foi palco utilizado por professores para dar legitimidade e cientificidade as suas ideias, buscando um espaço de atuação próprio e, ao mesmo tempo, de formação para outros sujeitos. Ela foi um suporte material necessário ao projeto de renovação educacional. Nas suas páginas estavam inscritas as ideias pedagógicas, métodos de ensino, instruções, comunicados, orientações, planos de aula, palestras, fotografias e recursos gráficos, que fomentaram a discussão dos conhecimentos que visavam formar o professorado, especialmente o primário. Esse tipo de impresso foi instrumento de ação política dos intelectuais professores que utilizaram as suas redes de sociabilidade, além de estratégias e táticas para imprimir e incutir representações (ALONSO 2002, CERTEAU, 1990, CHARTIER, 1990, SIRINELLI, 2003). A proposta era clara: precisava-se estabelecer uma escola renovada na Paraíba. Leis, associações, semanas pedagógicas, boletins, jornais e revistas fomentaram as mudanças e foram analisados nesta pesquisa a partir do encontro entre o “velho” e o “novo”, o “tradicional” e o “moderno”. Não existiu uma fórmula pronta para denominar a renovação educacional do período e todos, mesmo partícipes de um mesmo grupo, pensavam diferentes. Podemos afirmar, então, que houveram várias versões das escolas novas defendidas, pois as ideias não eram estáticas. Pelo contrário, estavam em movimento. Estar atento a essas nuances foi uma das nossas intenções. Em meio a seus conselhos e instruções esses sujeitos criaram um campo intelectual e sob o signo do novo os professores atuaram e formaram os seus colegas de profissão na imprensa pedagógica.

Palavras-chave: Professores. Intelectuais. Ideias renovadoras. Imprensa pedagógica.

ABSTRACT

This doctoral thesis linked to the area of the History of Education aimed to analyze the pedagogical press of Paraiba as a space of action and teacher training in favor of the construction of pedagogical renewal ideas between 1919-1942. Our main historical sources were the Bulletin of the Society of Primary Teachers of Paraiba (1919), the newspaper O Educador (1921-1922) and the Magazine of Teaching (1932-1942). We started from the understanding that the pedagogical press was the stage used by teachers to give legitimacy and scientific theories to their ideas, seeking a space of their own performance and, at the same time, training for other subjects. It was a necessary material support for the educational renovation project. Its pages included pedagogical ideas, teaching methods, instructions, communiques, guidelines, lesson plans, lectures, photographs and graphic resources, which fostered the discussion of the knowledge that aimed to form the faculty, especially the primary school. This type of printing was an instrument of political action of the intellectual teachers who used their networks of sociability, as well as strategies and tactics to print and to make representations (ALONSO 2002, CERTEAU, 1990, CHARTIER, 1990, SIRINELLI, 2003). The proposal was clear: it was necessary to establish a renovated school in Paraiba. Laws, associations, pedagogical weeks, bulletins, newspapers and magazines fostered the changes and were analyzed in this research from the encounter between the "old" and the "new", the "traditional" and the "modern". There was no ready formula to call the educational renewal of the period, and everyone, even participants in the same group, thought differently. We can say, then, that there were several versions of the new schools defended, because the ideas were not static. On the contrary, they were in motion. Being aware of these nuances was one of our intentions. In the midst of their advice and instruction, these subjects created an intellectual field and under the sign of the new, the teachers acted and formed their professional colleagues in the pedagogical press.

Keywords: Teachers. Intellectual. Renovating ideas. Pedagogical press.

RESUMEN

Esta tesis de doctorado vinculada al área de la Historia de la Educación objetivó analizar la prensa pedagógica de Paraíba como espacio de actuación y formación docente en pro de la construcción del ideario pedagógico renovador entre 1919-1942. Nuestras principales fuentes históricas fueron el Boletín de la Sociedad de los Profesores Primarios de Parahiba (1919), el diario El Educador (1921-1922) y la Revista de la Enseñanza (1932-1942). Partimos del entendimiento de que la prensa pedagógica fue escenario utilizado por profesores para dar legitimidad y cientificidad a sus ideas, buscando un espacio de actuación propio y al mismo tiempo, de formación para otros sujetos. Ella fue un soporte material necesario al proyecto de renovación educativa. En sus páginas estaban inscritas las ideas pedagógicas, métodos de enseñanza, instrucciones, comunicados, orientaciones, planes de clase, charlas, fotografías y recursos gráficos, que fomentaron la discusión de los conocimientos que pretendían formar el profesorado, especialmente el primario. Este tipo de impreso fue instrumento de acción política de los intelectuales profesores que utilizaron sus redes de sociabilidad, además de estrategias y tácticas para imprimir e inspirar representaciones (ALONSO 2002, CERTEAU, 1990, CHARTIER, 1990, SIRINELLI, 2003). La propuesta era clara: se necesitaba establecer una escuela renovada en Paraíba. Leyes, asociaciones, semanas pedagógicas, boletines, periódicos y revistas que fomentaron los cambios y fueron analizados en esta investigación a partir del encuentro entre lo "viejo" y lo "nuevo", lo "tradicional" y lo "moderno". No existió una fórmula lista para denominar la renovación educativa del período y todos, incluso partícipes de un mismo grupo, pensaban diferentes. Podemos afirmar, entonces, que existieron varias versiones de las escuelas nuevas defendidas, pues las ideas no eran estáticas. Por el contrario, estaban en movimiento. Estar atento a esos matices fue una de nuestras intenciones. En medio de sus consejos e instrucciones esos sujetos crearon un campo intelectual y bajo el signo del nuevo los profesores actuaron y formaron a sus colegas de profesión en la prensa pedagógica.

Palabras- clave: Profesores. Intelectuales. Ideas renovadoras. Prensa pedagógica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capa e primeira página do <i>Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba</i>	91
Figura 2	Diagrama da primeira e segunda página do Jornal <i>O Educador</i>	135
Figura 3	Primeira página da edição nº 1 do Jornal <i>O Educador</i>	137
Figura 4	Segunda página da edição nº 1 do Jornal <i>O Educador</i>	138
Figura 5	Diagrama da terceira e quarta página do Jornal <i>O Educador</i>	153
Figura 6	Anúncios da Emulsão de Scott no Jornal <i>O Educador</i>	156
Figura 7	Anúncios de livrarias no Jornal <i>O Educador</i>	157
Figura 8	Anúncios de padaria e consultório dentário no Jornal <i>O Educador</i>	158
Figura 9	Anúncios de roupas e sapatos no jornal <i>O Educador</i>	160
Figura 10	Anúncios frequentes nas duas primeiras páginas de <i>O Educador</i>	160
Figura 11	Anúncios de cigarros veiculados no jornal <i>O Educador</i>	165
Figura 12	Rótulo dos Cigarros Epiácio Pessoa	166
Figura 13	Gráfico - Fotografias e Figuras da <i>Revista do Ensino</i> (1932-1942)	189
Figura 14	Grupo Escolar Gama e Mello	190
Figura 15	Grupo Escolar Epiácio Pessoa	190
Figura 16	Corpo docente do Grupo Escolar Thomas Mindello	191
Figura 17	Inauguração do Grupo Escolar Irineo Joffily	191
Figura 18	Gabinete dentário do Grupo Escolar Epiácio Pessoa	192
Figura 19	Aula ao ar livre no Jardim de Infância	193
Figura 20	Aula de trabalhos manuais do Grupo Escolar Epiácio Pessoa	193
Figura 21	Aula de ginástica do Grupo Escolar Epiácio Pessoa	194
Figura 22	Professores que participaram da 2ª Semana Pedagógica	195
Figura 23	Visita de professores a estabelecimentos fabris	196
Figura 24	João Pessoa	197
Figura 25	Argemiro de Figueiredo	197
Figura 26	Eduardo Monteiro de Medeiros	198
Figura 27	José Baptista de Mello	198
Figura 28	Mapa sobre a criação e a fauna da Paraíba	199
Figura 29	Mapa agrícola do município de Serraria	200
Figura 30	Visita de alunas da Escola Normal ao Club agrícola	200

Figura 31	Visita de alunas da Escola Normal ao Curso de atividades Rurais	201
Figura 32	Dados estatísticos das matrículas e frequência escolar no município de Areia	202
Figura 33	Organograma dos serviços educacionais da Paraíba	203
Figura 34	Capa da edição nº 1	206
Figura 35	Capa da Edição nº 4 e 5	206
Figura 36	Capa da edição nº 2	207
Figura 37	Capa da edição nº 3	207
Figura 38	Capa da edição nº 6 e 7	207
Figura 39	Capa da edição nº 8 e 9	207
Figura 40	Capa da edição nº 10	209
Figura 41	Capa da edição nº 11	211
Figura 42	Capa da edição nº 12	215
Figura 43	Capa da edição nº 13	215
Figura 44	Capa da edição nº 14	215
Figura 45	Capa da edição nº 15	215
Figura 46	Capa da edição nº 16	216
Figura 47	Capa da edição nº 17	221
Figura 48	Capa da edição nº 18	221

TABELAS

Tabela 1	Data e número das edições do Jornal <i>O Educador</i> (1921-1922).....	129
Tabela 2	Vencimentos dos Professores previsto no decreto 873, de 21 de dezembro de 1917	132
Tabela 3	Quantidade de textos por edição e por categoria do Jornal <i>O Educador</i>	144
Tabela 4	Edição, título e autoria dos textos da Secção Pedagógica do Jornal <i>O Educador</i>	167
Tabela 5	Edição, título e autoria dos textos da seção Página Infantil do Jornal <i>O Educador</i>	176
Tabela 6	Ano da <i>Revista</i> , número, mês, ano de publicação e direção do ensino.....	180
Tabela 7	Aspectos gerais da materialidade da <i>Revista do Ensino</i> (1932-1942).....	187
Tabela 8	Quantidade de textos por edição e por categoria da <i>Revista do Ensino</i> da Paraíba (1932-1942).....	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Títulos e autores dos textos do <i>Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba</i>	92
Quadro 2	Programação da 2ª Semana Pedagógica do estado da Paraíba – 1934.....	106
Quadro 3	Programação da 3ª Semana Pedagógica do estado da Paraíba – 1936.....	108
Quadro 4	Temáticas abordadas nas Semanas Pedagógicas.....	112
Quadro 5	Principais autores e temáticas que publicaram no Jornal <i>O Educador</i>	140
Quadro 6	Inspetores técnicos do ensino na Paraíba.....	185
Quadro 7	Sugestão de modelos de aulas e atividades na <i>Revista do Ensino</i> (1932-1934).....	234

SUMÁRIO

1 ARTIGO DE FUNDO: PROFESSORES E IMPRENSA PEDAGÓGICA	19
1.1 O percurso em cena.....	20
1.2 A imprensa na República: o periodismo pedagógico no novo século	32
1.3 Repertório teórico-metodológico da tese.....	43
1.4 Os discursos pedagógicos dos professores: <i>redes de sociabilidade e ação política</i>	51
1.5 As ideias educacionais renovadoras em movimento	58
2. AVANTE! POR UMA ESCOLA RENOVADA NA PARAÍBA!	72
2.1. Breve histórico da formação docente no estado	73
2.2 Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba e o Boletim Pedagógico	85
2.3 As semanas pedagógicas: parceria entre a Sociedade dos Professores Primarios e a Diretoria de Instrução do estado	102
3. EXTRA! EXTRA! OS PROFESSORES PRIMÁRIOS FUNDARAM O EDUCADOR	124
3.1 Folheando <i>O Educador</i> : composição gráfica, sujeitos e seções.....	124
3.2 As terceiras e quartas páginas: os anúncios.....	151
3.3 Como ensinar, professora? As lições de Julita Ribeiro.....	167
4 NOVOS RUMOS À EDUCAÇÃO PARAIBANA: A REVISTA DO ENSINO (1932-1942)....	178
4.1 Ciclo de vida de um impresso pedagógico: características gerais.....	179
4.2 As fases da <i>Revista</i> revistas: elementos gráficos	205
5. PROFESSOR, EIS AQUI OS SEUS IDEAIS FORMATIVOS!	232
5.1 Renovação, Lições de coisas e centros de interesse: a primeira fase da <i>Revista</i>	232
5.2 Sob o comando do professor Monsenhor: uma outra Revista?	251
5.3 Entre vitrine do governo e impresso formador: o ensino moderno e cívico nas páginas da <i>Revista</i>	269
CONSIDERAÇÕES FINAIS	282
REFERÊNCIAS	287
APÊNDICE 1.....	306

1 ARTIGO DE FUNDO¹: PROFESSORES E IMPRENSA PEDAGÓGICA

No Brasil, a partir de meados de 1870 intensificou-se o surgimento e a circulação de jornais e revistas explicitamente voltados a propósitos pedagógicos (BASTOS, 2002; VILLELA, 2011). Essa imprensa especializada em educação adentrou as primeiras décadas do século XX sob a iniciativa de professores² primários e/ou secundários, organizados em torno de associações, instituições escolares públicas e particulares ou por iniciativa das diretorias de Instrução Pública dos estados, e colaborou para a promoção e circulação dos conhecimentos pedagógicos, para a formação dos professores e para dar legitimidade ao grupo que dela fazia parte.

Destacamos que o surgimento da imprensa pedagógica produzida por sujeitos atuantes e/ou envolvidos com o magistério ocorreu em vários espaços do território nacional. Ainda que de forma incipiente na primeira metade do século XIX, províncias como Maranhão, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro³ (mas não apenas essas), iniciaram a criação de periódicos que tinham função educativa.

Quando falamos no aparecimento da imprensa pedagógica no país remetemo-nos inicialmente ao último quartel do século XIX, pois apesar de ter havido em décadas anteriores iniciativas esparsas que buscaram tratar sobre o tema, foi na década de 1870 com o jornal *A Instrução Pública* (1872-1875), considerado como a primeira publicação do gênero (BASTOS, 2002), que esses periódicos são lançados com maior frequência e intencionalidade.

É possível perceber mais nitidamente a partir desse momento um movimento de organização dos docentes como categoria profissional. Contribuiu para isso o processo de

¹No jornalismo a expressão “artigo de fundo” se refere ao principal texto de uma determinada edição de impresso periódico. Ele ocupa uma posição de destaque e deve ser o alvo do leitor ao folhear o periódico. Consideramos a sua utilização nesse trabalho, pois esse capítulo desvela elementos essenciais sobre a construção da pesquisa desenvolvida. Aproveitamos também para destacar que no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa História da Educação, é comum apresentar os elementos que dialogamos no capítulo 1, em detrimento da seção Introdução.

² Ao longo do trabalho, embora não tenhamos feito a flexão de gênero, não desconsideramos a importância da identidade de gênero dos sujeitos.

³ Schueler (2008a) observando as experiências profissionais, coletivas e individuais de professores do ensino público primário na Corte Imperial (Rio de Janeiro), afirmou que no século XIX tais sujeitos - professores, chamados pela autora de intelectuais urbanos, preocupados com as condições do ensino e da educação de modo geral, discutiram suas opiniões, propostas e projetos em grupos de sociabilidade, em lugares como jornais, revistas e agremiações, por exemplo. A autora defende a ideia de que esses atores eram intelectuais.

urbanização, os movimentos abolicionista e republicano, a maior circulação da imprensa e as escolas normais, por exemplo. Embora já houvesse clubes literários e sociedades de instrução, nesse momento esse aparato delineia mais seus contornos e isso se manifesta principalmente por meio de associações de professores, conferências pedagógicas e na imprensa especializada em educação. (VILLELA, 2011).

Compreendemos a imprensa pedagógica como um lugar privilegiado para apreender as múltiplas dimensões do campo⁴ pedagógico. Permite a identificação dos principais debates, temáticas, sujeitos, grupos, ideias pedagógicas, práticas, trabalho docente, reivindicações e representações. Essa gama de possibilidades de investigação faz desses materiais documentos históricos profícuos ao trabalho do historiador e do historiador da Educação. Foi sobre eles que nos debruçamos para compreender a atuação e a formação dos professores.

Com o objetivo de apresentar os principais elementos deste trabalho doutoral, expomos ao longo deste primeiro capítulo, alguns elementos que traduzem os caminhos que nos conduziram: percurso da pesquisadora, justificativa, questões norteadoras, objetivos, recorte histórico, fontes e a abordagem teórica e metodológica.

1.1 O percurso em cena

Aos poucos fui⁵ me descobrindo leitora. E principalmente, leitora de revistas e jornais impressos. Aquelas páginas preto e branco dos jornais ou as coloridas das revistas, quando folheadas, instigavam a imaginação desde a tenra infância. Eu não tive no seio da família o hábito da leitura e tampouco da discussão sobre a mesma, mas a curiosidade de criança transformou o ato de ler esses materiais em hábito. Nunca fui adepta do jornal televisivo ou mesmo da revista em formato digital. Eu sempre gostei de tocar nos materiais. Hoje compreendo o “amontoado” de livros e revistas, como diz a família, e o meu apego a esses materiais que prefiro chamar de “minha pequena biblioteca”. Eu sempre imaginei prateleiras repletas de livros, jornais e revistas, prontos, ali, para serem lidos, de diferentes formas, quando eu precisasse ou quisesse tomá-los.

⁴Não estamos nos referindo ao conceito de campo elaborado nas proposições de Pierre Bourdieu. Aqui tem o sentido de espaço em que o conhecimento educacional e pedagógico se desenvolve.

⁵ Apenas nos dois primeiros parágrafos desse tópico utilizamos a primeira pessoa.

Há uma significação impressa no papel que me fascina. O formato, a textura, as ilustrações, as manchetes, o abrir e fechar das páginas, as idas a banca de jornal ou livrarias para comprar, tudo isso me permite ter sensações únicas a cada leitura. Muito provavelmente isso que lhes contei corroborou para a ideia inicial deste trabalho e a consequente pesquisa e escrita do mesmo, pois antes de ser pesquisadora do ponto de vista acadêmico, sou uma amante de livros, jornais e revistas, e foi isso que certamente me moveu nos anos de construção deste trabalho. Afinal, essa pesquisadora também precisou de uma motivação de cunho mais pessoal para dar sentido àquilo que se passou “apegada” tanto tempo.

Este estudo é também consequência de um percurso de pesquisa gradativo, que teve início no Curso de Licenciatura em Pedagogia quando da inserção no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no qual participamos durante os anos de 2010 a 2013. Inicialmente dedicamo-nos ao estudo de um intelectual conhecido nacionalmente, Joaquim Nabuco (1849-1910), e aos poucos fomos estabelecendo relações com o contexto paraibano do século XIX. Aproximamo-nos mais fortemente do estudo da História da Educação na Paraíba ao ampliarmos nosso olhar, num segundo momento desse Projeto, para a circulação de ideias, os intelectuais e a educação no estado.

No ano de 2013, como trabalho monográfico da Graduação em Pedagogia, desenvolvemos um estudo voltado para a História da Educação, intitulado *História dos Intelectuais e Instrução Pública no Brasil Império: uma análise da obra A Província (1870) de Tavares Bastos*, em que nos debruçamos sobre esse intelectual alagoano e o seu projeto de instrução pública.

Cabe destacar ainda, como mais um espaço de formação na área da História da Educação, a nossa participação, desde 2011, em atividades de investigação e diálogo internos aos grupos que têm pesquisado, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre a História da Educação e o papel desenvolvido pelos diferentes sujeitos históricos nas discussões e no implementar de mudanças na instrução/educação, como o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR – PB) e o Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

Foi no Mestrado em Educação que pudemos desenvolver um trabalho sobre a História da Educação na Paraíba. Na dissertação intitulada *Educação na Primeira República paraibana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)*,

apresentada em 2015, analisamos as principais discussões em torno da educação durante a gestão do então presidente do estado, Francisco Camillo de Hollanda (1916-1920), por meio dos documentos oficiais e dos discursos dos intelectuais, principalmente na imprensa, e neste momento o foco não foi a imprensa pedagógica, embora tenhamos iniciado um breve diálogo com esta naquele momento.

No trabalho dissertativo muito nos chamou a atenção a inserção/participação dos intelectuais nas discussões educacionais. Pensamos que se eles escreviam sobre diversos assuntos relacionados à educação em veículos que não tinham a proposta explícita de serem pedagógicos, embora saibamos que eram suportes que também educavam, nos interessamos em pesquisar o que esses sujeitos escreveram em suportes direcionados a serem pedagógicos.

Uma série de estudos têm se voltado nas últimas décadas para a compreensão de várias questões na chamada imprensa pedagógica, constituída por “[...] jornais, boletins, revistas, *magazines*, feita por professores para professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, igreja [...]” (BASTOS, 2002, p. 49).

Desde meados da década de 1980 as investigações sobre impressos pedagógicos, em especial jornais e revistas, têm se configurado como um campo de pesquisa que tem atraído cada vez mais os olhares dos historiadores da educação. Países como França e Portugal têm uma tradição de pesquisa pautada no mapeamento, organização e conservação desses acervos. Os estudos coordenados por Pierre Caspard e Penélope Caspard (1997), na França, sobre a produção da imprensa pedagógica entre 1815-1939 como formação contínua de professores primários; e os trabalhos de Nóvoa (1993), em Portugal, que organizou um repertório das publicações periódicas portuguesas na área de educação e ensino entre os séculos XIX e XX, contribuíram para o mapeamento e a sistematização de elementos teóricos e metodológicos relacionados aos impressos pedagógicos.

No Brasil, os estudos têm buscado produzir entendimentos, principalmente, acerca das concepções e propostas pedagógicas, representações, produção, circulação e difusão dos conhecimentos em educação nos impressos. Citamos como exemplo de importantes estudos em âmbito nacional os trabalhos doutorais de: Catani (1989), que se debruçou sobre a *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918), analisando o ciclo de vida desse periódico a partir do olhar sobre a organização, a formação e o trabalho dos professores paulistas naquela associação, entidade em defesa da categoria do

magistério, criada em 1901, e responsável pela elaboração da Revista; Bastos (1994), que analisou a articulação entre o projeto de reconstrução nacional do Estado Novo e a proposta pedagógica da *Revista do Ensino* do Rio Grande do Sul (1939-1942), focando na questão do novo e do nacional nesse periódico; Biccás (2001), que estudou a *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1940) como estratégia de formação de professores pautando-se em três eixos: no suporte, nos próprios textos e na apropriação nas práticas. Essas três pesquisadoras desenvolveram nos anos que se seguiram projetos, orientações e pesquisas, que contribuíram para a ampliação dos estudos sobre o tema.

No Banco de Teses e Dissertações da CAPES⁶, de 2010 a dezembro de 2018 encontramos sete dissertações de mestrado defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação que utilizam a imprensa pedagógica como fonte principal para analisar o campo educacional. São as dissertações de Oliveira (2011), que com o objetivo de compreender como foi pensada a prática pedagógica do professor de Educação Infantil num impresso voltado à formação continuada desse profissional, investigou a materialidade e as principais características da *Revista Criança* (1996-2006), produzida pelo Ministério da Educação; Andrade (2011) que se debruçou sobre a materialidade, os temas e as sociabilidades entre os membros da redação da *Revista do Ensino* em Minas Gerais (1886-1889); Fraga (2012) que objetivou analisar as práticas de leitura e escrita na *Revista O Estudo*, impresso de Porto Alegre/RS, entre os anos de 1922-1931; Silva (2012) que estudou as apropriações do discurso da infância e da história da infância na *Revista Brasileira de Educação* (1995-2010); Barbosa (2013) que analisou a *Revista Pátio Educação Infantil*, no período entre 2003 – 2009 e pesquisou acerca da(s) identidade(s) propostas para o ser-professor e para o ser-aluno-infantil; Melo (2016) que fez um trabalho dissertativo que objetivou discutir as propostas teórico-educacionais de Dario Vellozo (1869 - 1937) que foram propagadas de 1912 a 1913 no periódico curitibano *Revista Pátria e Lar*; e por fim, Pinto (2018) que investigou como a

⁶Optamos por pesquisar sobre o tema neste recorte temporal, mas esclarecemos que há vários outros trabalhos anteriores ao período escolhido ou mesmo dentro desse recorte, mas que não se encontram na plataforma o resumo e/ou as versões completas. Isso dificultaria a nossa leitura do resumo ou de partes do texto. O nosso mapeamento não exclui a existência de outras dissertações e teses relacionadas à imprensa pedagógica. Exemplo disso é a tese defendida em 2000, na Faculdade de Educação da UFMG, por Isabel Frade, intitulada *Imprensa pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores*; o trabalho doutoral de Marize Ilela, defendido em 2001 na PUC- SP: *Discursos, cursos e recursos: autores da Revista Educação 1927 – 1961*; e a tese de Ana Lucia Fernandes, apresentada na PUC- RJ em 2004: *A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade. Revistas Pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX*.

formação e o ensino do cidadão foi abordado na *Revista A Escola* (1906-1910), periódico do estado do Paraná desenvolvido pelo Grêmio dos Professores Públicos do Paraná.

Na pesquisa em programas de doutorado em educação, nesse recorte pesquisado, identificamos a tese de Teixeira (2016) que analisou o processo de composição e desenvolvimento da imprensa pedagógica na cidade do Rio de Janeiro no período de 1870 a 1919. Ainda consultando o Banco de Teses e Dissertações da Capes, encontramos três trabalhos doutorais que também utilizam a imprensa pedagógica, embora em outras áreas de conhecimento, são eles: a tese de Borges (2011) em educação matemática, que analisou a circulação e a apropriação do ideário da matemática moderna nas revistas pedagógicas no Brasil e em Portugal nos anos de 1955 a 1972; o trabalho de Pinton (2012) no doutorado em Letras, que analisou as reportagens didáticas sobre o ensino de produção textual na revista *Nova Escola* entre os anos de 2006 a 2010; e Matos (2018) que no doutorado em educação física deu ênfase às orientações para a prática dos professores de Educação Física, publicadas na imprensa periódica de ensino e de técnicas (1932-1960).

Outro espaço de produção e circulação de conhecimento da área refere-se à Revista Brasileira de História da Educação. Em pesquisa nesse periódico identificamos dezessete artigos que entre 2001 e 2018 fazem uso da imprensa pedagógica para compreender diversas questões educacionais. Como o número de trabalhos é relativamente volumoso, optamos por colocar como apêndice o quadro com o mapeamento dessas produções.

Em âmbito local (Paraíba/ PPGE⁷-UFPB/ Linha de História da Educação) há um crescente interesse na utilização da imprensa pedagógica como fonte de pesquisa. Apesar de

⁷De 2007, ano de reestruturação do Programa de Pós-Graduação em Educação, e redimensionamento das suas Linhas de Pesquisa, a 2018, das dissertações defendidas na Linha de História da Educação, doze dissertações utilizaram a imprensa pedagógica como uma das fontes (não necessariamente a principal) para pensar seus objetos. São elas: Lima (2010) – *Revista do Ensino*; Santos (2010) – *Jornal O Educador*; Crispim (2012) – *Revista do Ensino*; Mendes (2012) – *Revista do Ensino*; Biserra (2015) – *Boletim da Sociedade dos Professores Primários da Paraíba*; Silva (2015) – *Revista do Ensino*; Souza (2015) – *Revista do Ensino*; Assunção (2016) – *Revista do Ensino*; Freire (2016) – *Revista do Ensino*; Lucena (2016) – *Revista do Ensino*; Rocha (2016) – *O Educador*; Silva (2017) – *Revista do Ensino, Boletim de Educação*.

Com relação às teses defendidas na Linha de História da Educação, onze trabalhos utilizam a imprensa pedagógica no *corpus* documental das suas pesquisas (não necessariamente como fonte principal): Bélen (2013) – *Revista do Ensino*; Sousa (2013) – *Jornal Gazeta Pedagógica*; Andrade (2014) – *Revista do Ensino, Revista Evolução, Jornal O Educador, Evolução Jornal*; Arantes (2014) – *Revista de Educação, Revista Educação e trabalho, Revista de Educação, Revista A Escola, Boletim da Educação*; Silva (2014) – *Jornal O Grêmio*; Mariano (2015) – *Revista brasileira de educação e ensino, Revista mensal da Associação do Professorado Catarinense, A Instrução pública*; Pinheiro (2015) – *Boletim da educação pública*; Soares Júnior (2015) – *Revista do Ensino, Boletim da Educação*; Xavier (2015) – *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil, Revista do Ensino*; Lima (2016) – *Revista*

muitos destes trabalhos utilizarem esses materiais como fonte para compreender determinados temas e objetos de análise específicos, consideramos que não há até o presente momento, no âmbito desta produção, um estudo investigativo mais aprofundado sobre a configuração da imprensa pedagógica da Paraíba. Esses trabalhos não tiveram como objetivo principal realizar uma análise detalhada da materialidade, dos conteúdos, dos sujeitos, das sociabilidades e dos sentidos desses veículos, mas se debruçaram sobre temas específicos envoltos nesses impressos pedagógicos.

Levando em consideração essa afirmação, entendemos que a utilização da imprensa pedagógica nesses trabalhos denota a relevância desses impressos para analisar os temas a que se propõe compreender e suscita novas possibilidades para inquirir tais materiais. Este trabalho doutoral, em sentido macro, faz parte de um esforço por tentar elaborar uma história da imprensa pedagógica da Paraíba na medida em que se debruça sobre a configuração dessa imprensa como espaço de atuação e formação docente em prol das ideias de uma escola renovada nos anos de 1919-1942.

Além do trabalho, principalmente, com a imprensa pedagógica na Paraíba, um debate importante e que é norteador de muitas discussões aqui empreendidas, refere-se ao movimento denominado de Escola Nova⁸. Interessamo-nos em saber o que já foi produzido sobre esse tema no âmbito do nosso Programa, na Linha de História da Educação, e constatamos que apesar de alguns trabalhos fazerem menção a esse movimento durante as discussões realizadas em suas pesquisas, são poucos os que se propuseram a de fato adentrar nessa seara intelectual. Estudos sobre grupos escolares, educadoras, intelectuais e imprensa em seus vários segmentos, perpassam essa temática.

Na produção sobre o assunto no referido Programa, merecem destaque os trabalhos dissertativos de Lima (2010) que investigou o Grupo Escolar Thomas Mindello e a difusão das ideias escolanovistas no estado nos anos de 1916 a 1935, em lugares específicos, como no próprio grupo escolar em questão e em algumas iniciativas governamentais em prol da efetivação das práticas pedagógicas ditas modernas; Sousa (2015) analisou a circulação do ideário da escola nova no estado (1930-1936) por meio dos discursos do professor José Baptista

do Ensino; Santos (2016) – *Revista do Ensino*. O quadro com os títulos das dissertações e teses estão disponíveis em apêndices.

⁸Ao longo do trabalho discutiremos mais detalhadamente sobre esse movimento educacional.

de Mello presentes nos periódicos *A União* e *A Imprensa*; Silva (2015) se debruçou sobre a produção e atuação deste mesmo educador no tocante as ideias escolanovistas entre os anos de 1932 e 1942 em jornais, revista e livros de José Baptista de Mello; Freire (2016) discutiu a modernização do ensino primário na Paraíba tomando como eixo a influência das ideias relacionadas à escola nova na formação de professores e na institucionalização de grupos escolares entre os anos de 1930 e 1946; Lucena (2016) analisou entre os anos de 1932 e 1942 a *Revista do Ensino* da Paraíba como dispositivo de orientação cultural e técnica, observando a relação entre o movimento da escola nova e o que era veiculado nesse periódico, principalmente no tocante a ideia de infância; Assunção (2016) que também discutiu a *Revista do Ensino* a partir do olhar das representações relacionadas ao ensino de história que eram veiculadas na revista, nos anos de 1932 a 1942, estabelecendo nesse contexto relações com as ideias escolanovistas; e Teixeira (2018) que apesar desse não ser o seu objetivo principal, investigou como a modernização do ensino, impulsionada pelas políticas públicas educacionais inspiradas nas ideias da Escola Nova, contribuiu para a institucionalização do Instituição de Educação na Paraíba, entre os anos de 1935-1956.

Ainda como parte dessa produção, temos a tese de Pinheiro (2015) que analisou o diário escolar de Dalila a partir da premissa da formação de um indivíduo moderno postulado pelas ideias escolanovistas do período (1933-1934) e o trabalho de Ferreira (2017) que discutiu no capítulo 5 como o movimento da escola nova demarcou orientações pedagógicas em livros didáticos, especialmente no que tange os exercícios escolares, no recorte histórico de 1880 a 1930.

Expandindo esse levantamento para outros programas, identificamos no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a dissertação de Marina Oliveira (2013) que analisou o Instituto de Educação da Paraíba na década de 1930 como espaço que adotou a modernização da arquitetura escolar a partir das ideias da escola nova; e a dissertação de Angélica Dias (2013) no Programa de Pós-Graduação em Geografia que discutiu o ensino de geografia, em especial as práticas lúdicas, na *Revista do Ensino de Minas Gerais*, entre os anos de 1925-1935, estabelecendo breve diálogo com o movimento da escola nova.

Objetivamos ampliar a discussão sobre o tema: primeiro, porque utilizamos a imprensa pedagógica do estado como fonte e objeto simultaneamente, ou seja, é uma história da educação dos e nos periódicos pedagógicos do estado; além disso, a análise partiu da concepção de que

essa imprensa teve o papel de formação docente (para além das instituições formais de ensino) e concomitantemente de ação política dos professores primários que dela puderam participar divulgando ideias e concepções ligadas ao ideário renovador. Sobre este aspecto, o nosso trabalho também se propôs a entender melhor esse movimento que ainda permanece lacunar e engendrado em torno de elementos pontuais no estado.

Dito de outra forma, além de buscarmos analisar as características dessa imprensa pedagógica, e destacamos que não há um estudo aprofundado sobre a imprensa pedagógica na Paraíba, tampouco que a interprete objetivamente como espaço de atuação e formação docente, centramo-nos também em quem fez circular, atentando para as sociabilidades dos sujeitos, de que maneira isso foi feito, quais as estratégias, táticas e ainda, as singularidades dos discursos dos sujeitos (aqui incluídas as ideias pedagógicas que circulavam) em torno dos periódicos em foco. Consideramos ainda na pesquisa que os professores imersos em *redes de sociabilidades* e engajados em torno de projetos individuais e/ou coletivos, agiram e usaram de sua *ação política* para intervir na sociedade e discutir elementos centrais para a formação de um novo sujeito, atrelados fortemente aos preceitos do movimento renovador e da Escola Nova.

Dessa forma, nos questionamos⁹: Quais as características da imprensa pedagógica da Paraíba (aspectos gráficos, editores, colaboradores, finalidades, filiações)? Como se dava a organização em torno desses periódicos, isto é, os mecanismos de organização e circulação desses impressos? Qual a importância e o funcionamento dessa imprensa enquanto espaço de atuação e formação docente? Quais as ideias renovadoras presentes nesses periódicos educacionais? Em que medida o discurso veiculado no estado estava atrelado ao debate em âmbito nacional e contribuiu para a disseminação do ideário renovador e da Escola Nova na Paraíba? Quem foram os professores que participaram do debate em torno dessa imprensa? Quais as *redes de sociabilidade* (atuação, engajamento, amizade e compadrio) destes sujeitos que escreviam?

⁹Essas e outras tantas perguntas foram realizadas ao longo deste trabalho, e algumas delas estarão presentes na escrita do texto, pois consideramos que foram e são as perguntas que nos movem para a construção do conhecimento, seja ele histórico, educacional, etc. Concordamos com Rodrigues e Biccás (2015, p. 152), quando afirmam que “[...] a problematização deve ser o ponto focal de todo o fazer historiográfico, de toda escrita da História, em específico, da História da Educação. As perguntas do presente podem ser feitas ao passado, pelo historiador, buscando e produzindo respostas com base na problematização das fontes e em outros vestígios. O documento é constituído pela operação historiográfica que define os conjuntos, as séries, as relações, e seu trabalho é o da interpretação”.

Esses foram os questionamentos do nosso trabalho doutoral que teve como objetivo geral analisar a imprensa pedagógica da Paraíba como espaço de atuação e formação docente em prol da construção do ideário pedagógico renovador durante o período compreendido entre 1919-1942.

Consideramos que ao fazerem circular propostas pedagógicas vinculadas às ideias educacionais do período na imprensa pedagógica, e inseridos em *redes de sociabilidade*, os professores usaram de sua *ação política* para proporem projetos individuais e/ou coletivos para a educação paraibana, envoltos num processo amplo de circulação de ideias. As discussões empreendidas por estes sujeitos nos espaços de *sociabilidade*, e especialmente na imprensa pedagógica, como um lugar de atuação e formação docente, corroboraram para a constituição do ideário educacional do período, para a elaboração de normativas legais que terminaram por nortear a educação oficial paraibana e para a difusão do conhecimento pedagógico vinculado ao movimento de renovação educacional no estado.

Nessa perspectiva, defendemos a tese de que os professores produziram e fizeram circular na imprensa pedagógica, lugar de atuação, de disseminação das questões educacionais direcionadas aos professores, e de formação docente, o ideário ligado ao movimento de renovação educacional na Paraíba. Esse ideário não foi homogêneo e cada docente elaborou a sua interpretação sobre os elementos renovadores, que, cabe dizer, não estavam vinculados apenas ao movimento da escola nova. Houveram, portanto, várias escolas novas.

Para dar conta dessa tese, foram elaborados determinados objetivos específicos, quais sejam: compreender alguns elementos em torno do processo de formação dos professores no período; Discutir sobre a imprensa pedagógica como espaço de atuação e formação docente; Analisar o contexto de produção destes impressos e a materialidade dos mesmos; Averiguar na produção dos professores, na imprensa pedagógica do período, os conteúdos e os saberes/ ideias pedagógicas em torno do movimento renovador.

A periodização justifica-se por nesse intervalo temporal a imprensa pedagógica na Paraíba ter delineado mais seus contornos e ter havido uma maior circulação do ideário educacional que propugnava mudanças em suportes como o que nos propomos a investigar. As fontes principais utilizadas neste trabalho foram: *Boletim da Sociedade dos Professores Primários* (1919), *Jornal O Educador* (1921-1922), *Revista do Ensino* (1932-1942); e para

dialogar utilizamos os documentos oficiais - leis, decretos, regulamentos, relatórios e mensagens presidenciais do estado.

As fontes citadas foram catalogadas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), na Biblioteca Central da UFPB – Coleção Paraibana, e no endereço eletrônico <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Sobre este site cabe destacar que foi uma iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Federal da Paraíba em conjunto com algumas ex-alunas do Curso de Pedagogia da UFCG, que se propuseram a digitalizar e publicar nesse endereço todas as edições da *Revista do Ensino* em 2016.

O *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*¹⁰, até a finalização desse texto, apenas temos conhecimento que circulou em 1919, o *Jornal O Educador* publicou entre 1921 e 1922, e a *Revista do Ensino* entre os anos de 1932-1942. Cabe ressaltar que anterior à criação da *Revista do Ensino*, em 1932, não havia um periódico, após o fim da circulação do *Jornal O Educador*, em 1922, explicitamente voltado a ser pedagógico, e direcionado aos professores, no estado. Em 1931, na ausência de um espaço específico para as discussões educacionais, o então diretor do ensino, José Baptista de Mello¹¹, instituiu a coluna intitulada *Escola Nova* no *Jornal A União*¹², que era o periódico oficial do estado. Apenas no ano seguinte, com o decreto nº 287 de 18 de maio de 1932 foi criada a *Revista do Ensino*, periódico voltado a divulgar as ideias pedagógicas ao professorado paraibano. Essa imprensa movimentou as discussões em prol de uma escola renovada, e atrelada ao repertório pedagógico produzido pela Escola Nova mobilizou os sujeitos em torno dos debates das questões educacionais.

Nosso recorte histórico refere-se ao período compreendido entre 1919-1942. Tal escolha está estreitamente articulada ao que pretendemos analisar, qual seja, a imprensa pedagógica

¹⁰Optamos por utilizar a ortografia da época quando nos referimos e/ou utilizamos as fontes selecionadas para este trabalho.

¹¹ José Baptista nasceu no município de Teixeira-PB, em 1895, e faleceu em João Pessoa em 1973. Formou-se para o magistério na Escola Normal Oficial do Estado da Parahyba do Norte. Foi professor primário em grupos escolares, diretor do grupo escolar Thomas Mindello (1931), diretor do ensino primário do estado (1931-1935), professor da Escola de Aperfeiçoamento de Professores (1934) e patrono da cadeira nº 39 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Além disso, fez parte da Sociedade dos Professores Primarios, criou a coluna Escola Nova num jornal de grande circulação no estado, *A União*, foi membro do corpo redacional do jornal *O Educador* e diretor da *Revista do Ensino*. Autor de algumas obras, como *Evolução do ensino na Paraíba* (1936). (BARBOSA et al, 2009; SOUSA, 2015).

¹²Estamos destacando uma seção no jornal com os interesses explícitos em torno da Escola Nova, mas sabemos que esse ideário já circulava nesse periódico, principalmente a partir da década de 1910, com matérias de intelectuais como Carneiro Leão, Assis Chateaubriand, Carlos Dias Fernandes, Celso Vieira, entre outros.

como espaço de formação e atuação docente engajada nas discussões de uma escola renovada. Nesse sentido, iniciamos o debate a partir do *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba* (1919), composto por artigos de autoria de alguns sujeitos vinculados a *Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*, e findamos o recorte em 1942, ano da última edição da *Revista do Ensino*, órgão oficial do professorado primário do período.

Como percebido, a temporalidade pesquisada neste trabalho compreende um intervalo de vinte e três anos e atravessa momentos singulares e distintos do país. A década de 1920 é marcada por uma estrutura em que a força política regional é sobreposta a força do governo central, intensificada na década seguinte. Foi o período de uma maior urbanização, industrialização, de campanhas das Ligas Nacionalistas, estabelecimento do voto secreto, do serviço militar obrigatório, combate ao analfabetismo inicialmente e depois de desenvolvimento da crítica ao fetichismo da alfabetização intensiva, que culminou, por exemplo, na ideia de educar para a vida, tão veiculada por Anísio Teixeira.

Foi o período de destaque para a intervenção dos profissionais da educação, dos mediadores do ensino moderno (CARVALHO, 2011). Época das reformas educacionais nos estados, de revisão de legislações norteadoras do Estado brasileiro, da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e de inquéritos sobre as questões mais urgentes do país. Década das conferências promovidas pela ABE, do início da publicação da *Biblioteca de Educação* (1927), organizado por Lourenço Filho e editada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, e de publicações de revistas com viés escolanovista e/ou católico.

Já a década de 1930 ficou marcada como um período de significativas mudanças e de efervescência política, econômica e educacional, principalmente ligada à figura e as ações do presidente a época Getúlio Vargas¹³. A Revolução de 1930 dava início a chamada Era Vargas. Merecem destaque: a criação do Ministério da Educação e Saúde (Decreto nº 19.402 de 1930), criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, de 1931), reorganização do ensino secundário (Decreto nº 19.890, de 1931) e criação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 1931). Além disso, nesse período foi criada a *Coleção Atualidades Pedagógicas*, organizada por Anísio Teixeira, pela Companhia Editora Nacional (1931), a *Biblioteca Pedagógica Brasileira* (1931) por Fernando de Azevedo pela Editora

¹³Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) foi deputado estadual, deputado federal, ministro da fazenda, governador e presidente do Brasil entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951-1954.

Nacional, e lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932). Foram realizadas as Conferências Nacionais de Educação – 1927-1935, criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) (Lei nº 580, de 1938) e publicadas as Constituições Federais de 1934 e de 1937, no período denominado de Estado Novo (1937-1945).

Destacamos essas normativas e criações de coleções pedagógicas por considerarmos que

Textos constitucionais, códigos, conferências, exposições, inquéritos e editoriais são formas comunicativas que se deixam configurar pelas forças que participam da configuração da sociedade. Enquanto arena, tais instrumentos de comunicação não criam um mundo real a partir das representações que abrigam, mas também não há mundo real sem um lugar (que pode ser decisivo) para a ação das ideias manifestas em tais forças de comunicação, especialmente as de circulação ampliada. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 50).

Investigamos neste trabalho a configuração da imprensa pedagógica como parte do projeto de disseminação do ideário renovador, na medida em que foi também espaço de atuação e formação docente. Nesse sentido, não podemos desvincular essas ideias renovadoras dos dispositivos que o fizeram circular e do contexto que influenciou tais proposições e ações. As décadas de 1920 e 1930 foram anos de efervescência na configuração destas ideias que estavam vinculadas ao maior controle do aparelho estatal na educação e a disputa desse controle por grupos específicos. (CARVALHO, 2005).

É sabido que as mudanças e/ou permanências em educação estão atreladas também ao campo de lutas políticas, mobilizações e disputas pelas quais a sociedade passa em determinados períodos. Assim, ao longo do trabalho, quando necessário, são feitas as devidas observações relacionadas ao contexto e a conjuntura política, social e educacional do período.

Compreender como se desenvolveu o processo de escolarização nos diversos estados do país tem sido um desafio e um campo fértil de pesquisas, que tem encontrado na imprensa pedagógica um espaço para analisar os objetos investigados. Na próxima seção nos debruçamos sobre algumas características da imprensa na época e como de um modo geral ela estava organizada, influenciava e era influenciada pela sociedade, pois essa estrutura certamente contribuiu para a crescente movimentação da imprensa pedagógica, também objeto de discussão, e das ideias que nela circularam no período.

1.2 A imprensa na República: o periodismo pedagógico no novo século

A República instaurou uma série de mudanças, iniciadas em momentos anteriores, e delineadas nesse momento num conjunto de transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. Esse regime requeria e impunha determinados modos de ser e conviver das pessoas e os modos de produzir os artefatos que compunham a sociedade. Aspectos ligados a “velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração.” (LUCA, 2014, p. 137). As tecnologias modificaram o cenário das cidades e alteraram a forma de produzir periódicos nas oficinas. Cada vez mais eram necessárias maiores tiragens em menor tempo, alterando o ritmo de impressão, pois as notícias do mundo precisavam circular o mais próximo do tempo real dos acontecimentos.

A velocidade das máquinas de impressão, as técnicas utilizadas, a inserção da publicidade, da propaganda e das cores, mobilizou uma gama de recursos que dava a imprensa um viés profissional. Aos poucos a imprensa artesanal, principalmente nos grandes centros, dava lugar a imprensa de caráter mais empresarial. Contribuíram para essas mudanças, as máquinas Linotipos, introduzidas no país em 1892, as Marinonis, em 1880, e a americana *Man*, em 1928, que se tornaram símbolos desse progresso, além do clichê a cores, que chegou ao Brasil em 1907 e modificou a gráfica e a estética do jornal, aperfeiçoando-se nos anos seguintes. (BARBOSA, 2007).

Alguns outros elementos caracterizam a imprensa desde fins do XIX a meados de 1920. O número de páginas dos periódicos sofreu aumento e passaram a colaborar com as publicações diferentes perfis de colaboradores como uma maneira de atrair a atenção dos leitores. Além disso, cresceram os jornais que trabalhavam com o sistema de venda avulsa e com novos planos de assinatura, como estratégia para aproximar mais público. Gradualmente, como uma estratégia editorial, os jornais aderem a seções que permitem a interlocução com o leitor, seja por meio de cartas a serem reproduzidas, de reclamações ou sugestões. O uso de ilustrações, inicialmente como desenhos, passa a figurar com o objetivo de dar veracidade à notícia, isto é, a imagem daria mais fidedignidade ao que havia sido publicado. A imagem foi, certamente, um elemento que deu novos ares aos periódicos. Como recurso de ilustração ou como a própria reportagem.

O mercado editorial buscava mais consumidores e viu a oportunidade de abranger outros perfis de leitores, como o infantil e o imigrante, produzindo materiais que conquistassem esses públicos. Percebe-se também uma maior profissionalização, sentida, inclusive, com relação aos sujeitos que faziam parte da engrenagem – secretários, redatores, colaboradores, que agora, por exemplo, recebiam salários de acordo com as tabelas fixadas pelos jornais e de acordo com a hierarquia. (BARBOSA, 2007).

É importante destacar que a imprensa no início da República, apesar dos avanços tecnológicos e gráficos sofreu sanções, como a censura por meio do Decreto nº 85 ou chamado Decreto Rolha, que em 23/12/1889 instituiu penas aos que conspirassem contra o Governo Provisório. Embora no ano seguinte, em 22/11/1890, instituísse a liberdade de imprensa, eram tempos agitados, principalmente em razão do cenário político nacional. Com a deposição do presidente Washington Luís, em outubro de 1930, a junta governativa provisória criada, passa o poder ao candidato que fora derrotado nas eleições para presidente, Getúlio Vargas. As mudanças políticas ocasionadas foram sentidas nos diversos setores, inclusive, na imprensa, que teve vários de seus periódicos atacados. Jornais com concepções divergentes ao governo foram secundarizados ou desapareceram. (MARTINS; LUCA, 2006).

O governo adotou algumas estratégias para veicular suas ideias e suprimir as que eram contrárias. Publicou vários impressos – jornais, revistas, cartilhas, livros, para a defesa dos seus ideais e criou o Departamento Oficial de Publicidade, em 1931, depois chamado de Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ligado ao Ministério da Justiça, em 1934, que instituiu os temas impróprios a serem veiculados pela imprensa de um modo geral. Entre outras coisas, esse departamento divulgava os atos do governo e dava, assim, uma maior organização a propaganda que se queria veicular e inculcar nas pessoas. (MARTINS; LUCA, 2006).

Em 1935, principalmente com a Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso, cujo objetivo era julgar crimes que ferissem a ordem pública e social, uma série de eventos contra o regime tomaram as ruas, alguns desencadeados a partir do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, como consequência do discurso proferido por Luís Carlos Prestes, representando o Partido Comunista do Brasil, que incitava a derrubada de Vargas. Ocorreram alguns levantes comunistas que foram combatidos pelas forças de segurança nacional do governo, gerando conflitos, tensões, prisões e expulsões do país.

Sob a prerrogativa de instabilidade do país e de ameaça, o Congresso Nacional aprovou emenda à constituição que dava direito ao Presidente da República decretar estado de guerra. A repressão foi grande e no início de 1936 criou-se a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e meses depois, o Tribunal de Segurança Nacional, que tinha o propósito de julgar as pessoas envolvidas nos levantes de 1935.

De acordo com Martins e Luca (2006), a imprensa de um modo geral se dividia entre os que apoiavam as medidas do governo, e aqui cabe ressaltar que eles eram vigiados pela censura, e os que duvidavam de algumas de suas medidas e ações, como, por exemplo, da aprovação, novamente, do estado de guerra, em razão da divulgação da conspiração comunista presente no chamado Plano Cohen (1937), que dividiu opiniões. Em novembro deste mesmo ano, Vargas fechou o Congresso, outorgou a Constituição de 1937, cancelou as eleições e anunciou o momento que a historiografia denominou de período ditatorial da Era Vargas ou Estado Novo (1937-1945).

Várias consequências foram sentidas pela imprensa, em razão da intensificação da censura. Algumas foram: a determinação na Constituição de 1937 que definia que os periódicos não poderiam se recusar a publicar comunicados do governo, que este – o governo, poderia censurar a imprensa e proibir a sua circulação caso esses meios ferissem a ordem e a segurança pública, e que apenas brasileiros poderiam ser donos de empreendimentos jornalísticos; reestruturação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural que passou a se chamar a partir de 1938, de Departamento Nacional de Propaganda, publicando algumas medidas proibitivas à imprensa, e posteriormente, de Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939, quando com mais ênfase foi um órgão que, entre outras funções, controlou a produção cultural e organizou a produção da imagem do governo. O DIP funcionou até 1945.

Vários periódicos encerraram a circulação e outros tantos estavam sujeitos ao controle e ao crivo da censura. Mas cabe ressaltar que a imprensa de um modo geral, imersa nas relações de poder do período, por meio de alguns acordos, isenções, benefícios e subsídios, também obtiveram vantagens quando alinhada ou cooptada ao pensamento do governo. (BARBOSA, 2007).

O povo e, por consequência, o público da imprensa, agora chamado de massa, deveria obter desta, considerada como um importante mecanismo de divulgação e propagação, um rumo, uma direção, dentro do projeto que estava sendo desenvolvido no país. Conduzir as

massas e tutelar o povo a um ideário comum fazia da imprensa uma aliada importante para o governo na função de disseminar a simbologia que se buscava construir. Nesse período também o rádio possuiu papel substancial, com, por exemplo, a transmissão obrigatória da “Hora do Brasil”, institucionalizada em 1939 via decreto nº 1949/39, como divulgadora da imagem de Vargas e do regime político.

Na década de 1930 o rádio foi utilizado como ferramenta educativa do governo na Paraíba. Por meio do Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do estado, na Seção Educativa, várias palestras foram lidas na Rádio Tabajaras da Parahyba e transcritas no impresso intitulado *Boletim de Educação*. Produzidos pela Imprensa Oficial do estado os dois números publicados em 1937 organizaram os seus artigos em: educação em geral, educação sanitária, educação agrícola e educação doméstica. Dentre os professores que participaram, citamos Sizenando Costa¹⁴, Alice Monteiro¹⁵ e Analice Caldas¹⁶. Encontramos apenas os

¹⁴ Sizenando Costa fez parte da diretoria da Sociedade dos Professores Primários entre 1917-1919 exercendo as funções de arquivista e orador. Foi Diretor da Instrução Pública no período de 1916 a 1918, membro do corpo redacional do jornal *O Educador* (1921-1922), professor no Grupo Escolar Thomás Mindello, diretor do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, professor da cadeira do sexo masculino nessa instituição, professor da escola noturna Cardoso Vieira, e da cadeira de geometria no Liceu Paraibano. Participou da organização das Semanas Pedagógicas (num desses eventos, em 1934, proferiu a palestra cujo título foi *As escolas rurais*), exerceu os cargos de diretor geral da instrução pública (1926), inspetor geral do ensino e diretor da sessão de estatísticas educacionais na década de 1930. Escreveu cinco textos na *Revista do Ensino* que versavam sobre a temática do escoterismo e da educação rural e para o trabalho. Publicou também dois textos sobre esse assunto no impresso *Boletim da Educação* em 1937, em seus números 1 e 2, e escreveu no jornal *A União* na década de 1940. Foi um dos principais articuladores da implantação das escolas rurais na Paraíba. Um dos seus trabalhos de maior amplitude foi o livro *A Escola Rural*, publicado em 1941.

¹⁵ Alice de Azevedo Monteiro foi professora da escola noturna João Tavares, professora e fundadora do primeiro jardim de infância particular do estado (1932), docente e diretora do Jardim de Infância de iniciativa do governo estadual (1934), anexo ao Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, secretária da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e presidente da Sociedade de Assistência aos Lázarus na Paraíba. Participou da organização das Semanas Pedagógicas e proferiu palestras nesses eventos, dentre as quais citamos: A Preparação para o ensino da aritmética, O ensino de calculo do jardim de infância, Uma Contribuição para os jardins da infancia. Escreveu nos jornais *A União* e *A Imprensa*, além da *Revista do Ensino*, *Era Nova* e do *Boletim da Educação* (neste impresso de 1937 ela publicou dois artigos - *A mulher, a creança e o lar* na edição nº 1, e *De cozinha* na edição nº 2). (SILVA, 2017).

¹⁶ Paraibana nascida em 1891 num pequeno engenho próximo ao município de Alagoa Nova, formou-se professora pela Escola Normal Estadual do estado e lecionou em várias instituições escolares da Paraíba. Publicou em periódicos como *Era Nova*, *O progresso*, *Paraíba Agrícola*, *Ilustração*, *Flor de Liz*, *A União*, *A Imprensa*. Exerceu a função de secretária da Sociedade dos Professores Primários em 1922, fez parte da diretoria da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e foi sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. (SILVA, 2007; SILVA, 2017). Foi autora de duas seções de curta duração no jornal *O Educador* – *De leve* e *Bilhete postal*, que discutiam de um modo geral elementos relacionados a mulher na sociedade, além de alguns outros textos sobre assuntos diversos, como a exposição dos produtos que seriam enviados ao Rio de Janeiro por ocasião do Centenário, sempre com tons de crítica e ironia.

números 1 e 2, do ano de 1937. Contudo, Lucena (2016) citou o boletim número 14, também de 1937. Não temos informação de outros números publicados.

As mudanças gráficas da imprensa nas primeiras décadas da República e o contexto político citado até agora, mostram que a imprensa foi (e ainda é) lugar de poder e de estratégias editoriais articuladas a interesses e projetos de diferentes forças sociais e grupos, que auxiliaram a modelar práticas e propor ou impor comportamentos desejáveis a época.

A história e as mudanças ocorridas na imprensa da Paraíba foram interpretadas por alguns autores¹⁷ que se interessaram em discorrer sobre a quantidade, os títulos, os principais colaboradores, a orientação política, a criação e desenvolvimento de alguns jornais, as tipografias, etc. Essas histórias foram contadas por várias vozes e apresenta discordâncias e lacunas (algo que é, em certa medida, interessante e instigante). Desde o primeiro jornal paraibano que se tem comprovação - *Gazetta do Governo da Parahyba do Norte* (1826), muitos outros títulos surgiram e uma opinião em comum dos intérpretes da imprensa no estado é que a maioria desses periódicos tinha uma forte orientação política, e principalmente político-partidária.

As contendas entre partidos e posições ideológicas foi uma das características dessa imprensa que serviu como instrumento para os representantes locais e os seus respectivos grupos políticos. Esse aspecto atravessou o século XIX e adentrou a República, entrelaçando política e imprensa, partidos e oligarquias. Pensar a história (ou as histórias) da imprensa na Paraíba a partir desse aspecto é uma importante via de análise.

No intervalo entre 1919 e 1942, estabelecendo relações com a política nacional, inclusive com alguns dos seus representantes ocupando cargos de grande visibilidade nesse cenário, como a presidência de Epitácio Pessoa¹⁸ (1919-1922), sua influência e mandonismo local, a imprensa na Paraíba foi instrumento e palco estratégico de disputas, manobras,

¹⁷ Alguns desses autores foram: MARTINS, Eduardo *Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos*. João Pessoa: A União, 1976; MARTINS, Eduardo. *A União: jornal e história da Paraíba*. João Pessoa, 1977; LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União, s/d; ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida*. Campina Grande, Grafset, 1986.

¹⁸ Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro – PB, em 1865, e faleceu em Petrópolis/RJ, em 1942. Exerceu vários cargos, incluindo os de promotor, procurador, ministro da Justiça e negócios interiores, ministro do Supremo Tribunal Federal, secretário de governo, advogado, professor e jornalista. Na política, exerceu os mandatos de deputado, senador e presidente da República. Foi um personagem de grande prestígio na época e uma forte liderança na Paraíba, influenciando candidaturas e ações políticas. Recebeu várias homenagens, como a Grã-cruz da Legião de Honra, da França, Grã-cruz de Leopoldo, da Bélgica. É patrono da cadeira número 31 da Academia Paraibana de Letras. (MELO, 2005).

prescrições, diversão, divulgação, formação e atuação de diversos segmentos. Particulares ou de cunho oficial, os materiais da imprensa participaram direta ou indiretamente da política coronelista e oligárquica (venancista, alvarista e epitacista) até aos anos de 1930, e das interventorias de Antenor Navarro (1930 – 1932), Gratuliano de Brito (1932 – 1935), Argemiro de Figueiredo (1935 – 1940) e Ruy Carneiro (1940 – 1945) nos anos seguintes. Afinal, deve-se levar em consideração que a imprensa não é neutra tampouco imparcial, e “[...] constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social.” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Como lugares socialmente estratégicos de disputas, os periódicos foram fundamentais para produzir e disseminar as ideias dos diversos setores da sociedade. A educação foi um importante setor que imbricado no projeto de nação que se pretendia, teve nos impressos periódicos dispositivos de divulgação de ideais. As décadas de 1920 e 1930 tiveram características singulares no tocante aos objetivos educacionais, atrelados ao projeto político e as mudanças pelas quais a sociedade passava. Mas um eixo em comum as unia: acreditava-se que a escola seria o lugar e o instrumento de formação da cidadania, de transformação do país e de inserção na modernidade. A efetivação dessas mudanças passava pela formação dos profissionais para exercer com eficiência a renovação das práticas escolares.

As primeiras décadas republicanas foram agitadas no setor educacional no tocante à criação de escolas, representadas principalmente pelos grupos escolares, a produção de reformas educacionais nos estados, a confecção e circulação de materiais pedagógicos e as discussões das ideias educacionais em vários meios. É importante destacar que cada estado apresentou uma dinâmica de organização e debates diferente, dada a diversidade, sob o ponto de vista de vários aspectos, dos estados desta federação.

No que concerne ao ensino não foi diferente, tendo em vista, por exemplo, que neste período, normatizados pela Constituição de 1891, cabia aos estados e municípios a criação e o desenvolvimento do ensino primário e secundário, sendo da competência da União a responsabilidade pelo ensino superior e pelo ensino primário e secundário apenas na capital do país. Isso fez com que os estados e municípios apresentassem singularidades em seus “sistemas” de organização escolar, analisados em suas particularidades pelas pesquisas recentes.

Neste trabalho, também procuramos em sentido macro, conhecer como estava disposta a educação brasileira, particularmente na Paraíba, quando buscamos analisar a imprensa

pedagógica e o ideário educacional que ela produzia e circulava. Foi um período de intensa preocupação com os saberes específicos e necessários à prática pedagógica, com os métodos de ensino, a postura e o papel do professor, os materiais didáticos, a concepção de criança e infância, o ambiente físico da sala de aula e da instituição educacional. Percebe-se um processo de remodelamento da escola primária no Brasil que reverbera no investimento que fora dado à formação dos agentes que promoveriam tais mudanças.

O lugar por excelência, de formação docente, as chamadas escolas normais, desde o século XIX e durante as primeiras décadas da República passaram por várias mudanças, mas foram essas instituições os primeiros lugares “autorizados”, nesse período, para formar o “novo” professor. Foram tidas como o modelo de formação escolarizada para os novos professores. (VILLELA, 2011). No século XIX, aos poucos, pois sabemos que coexistiam as atividades desses dois agentes do magistério, toda a gama de representações que estava atrelada ao mestre-escola¹⁹, foi gradativamente sendo transformada pela rede de significados relacionados, agora, aos professores primários formados nas escolas normais. Tais instituições, imersas no controle do Estado, agente que fez parte do processo de organização e normatização da profissão docente, por meio de aparatos legais, marcaram um novo momento no processo de institucionalização e de formação docente.

Neste cenário, além da formação pela prática e das escolas normais, também tomavam amplitude a difusão dos livros (principalmente os didáticos), das associações de professores e o desenvolvimento da imprensa em seus vários segmentos, como instrumentos que também cumpriam a função de educar. Foram, portanto, lugares de veiculação de ideias, interesses e projetos, e utilizados para normatizar práticas que se desejavam necessárias (CARVALHO; TOLEDO, 2015). A imprensa periódica, especialmente a pedagógica, foi um dos espaços para os professores, sob a identidade da escola normal, demarcarem o estatuto da profissão e veicularem as ideias pedagógicas que norteavam e/ou deveriam norteá-los. Conforme afirmam Carvalho e Toledo (2015, p. 04),

[...] a nova categoria de docentes, que nasce sob a formação da Escola Normal, lança mão do uso dos impressos periódicos, conformando-os, de um lado, como lugar da afirmação coletiva de uma nova classe profissional que se distinguia claramente dos mestres-escola e de seus padrões de formação e

¹⁹Expressão utilizada até as últimas décadas do século XIX para nomear os professores de primeiras letras.

exercício da profissão [...]; de outro, como lugar de poder, hierarquicamente esquadrihado, ocupados por aqueles profissionais *bem formados* que tomam a palavra para debater e prescrever a todo grupo profissional, os saberes e suas formas práticas [...].

O que queremos destacar é que o investimento na formação dos professores foi organizado e sentido em outros espaços para além das escolas normais. Um dos espaços para a produção e disseminação dos saberes e condutas necessárias para a formação desses sujeitos foi a imprensa pedagógica, até mesmo inserida na formação dentro das escolas normais. Em fins do século XIX e início do XX, especialmente com as congregações de professores em associações e a manutenção de periódicos especializados em questões educacionais, cada vez mais a imprensa pedagógica tomava lugar enquanto formadora de opiniões e práticas dos docentes, inclusive, para os que já estavam atuando na área.

Portanto, além das escolas normais, os jornais e as revistas especializadas em educação, veículos também chamados por nós de imprensa periódica pedagógica, periodismo pedagógico, ou imprensa pedagógica, foram recrutados para essa tarefa. Por periódicas entendemos as publicações que circulam em intervalos de tempo determinados, por exemplo, jornais quinzenais, diários, revistas trimestrais, etc. Foi pensando sobre uma parcela desse processo de formação dos profissionais do magistério que consideramos importante investigar esses lugares de formação docente na Paraíba, particularmente com relação à imprensa pedagógica que circulou no estado durante os anos de 1919 e 1942.

Rodrigues e Biccás²⁰ (2015) definem na categoria de impressos pedagógicos os livros didáticos, os manuais escolares, as bibliotecas escolares, as coleções especializadas para professores e a imprensa periódica. O trabalho com a imprensa periódica educacional, como jornais e revistas pedagógicas, produzida por ou destinada a estudantes ou professores permite investigar questões relacionadas às disciplinas escolares, a história de diferentes sujeitos, como as crianças e as mulheres, a história da infância, dos métodos de ensino e visualizar a configuração de uma maior organização dos professores enquanto grupo profissional.

²⁰ É válido deixar claro ao leitor que durante o texto utilizamos as discussões de Rodrigues e Biccás (2015) e Luca (2014) para compreender com as primeiras, elementos da história da cultura material, e com a segunda, questões relacionadas à história da imprensa e subsídios que auxiliam a como trabalhar/ operacionalizar a prática com esses materiais.

A imprensa pedagógica se constituiu também como um espaço privilegiado para a articulação e circulação dos projetos dos intelectuais, que encontraram nela um meio para intervir, demarcar temas, mobilizar opiniões e defender causas. Usaram, portanto, de estratégias para a defesa de seus projetos e ideias.

Sobre a maior organização dos docentes enquanto grupo, Sousa e Catani (1994) observaram que em São Paulo o surgimento das revistas especializadas em educação, em fins do século XIX (sendo a primeira revista paulista voltada explicitamente para este fim datada em 1893 sob o título de *A Escola Pública*), coincidiu com as tentativas de organização da categoria do magistério que lutava, por exemplo, em prol da valorização profissional, das condições de trabalho, da questão salarial e da qualidade do ensino. Os impressos periódicos pedagógicos produziram saberes e indicaram práticas a serem efetivadas na escola primária. Essas prescrições e todo o repertório teórico que as envolvia terminaram por demarcar e atribuir identidade aos docentes do ensino primário.

Direcionada em sua maioria aos professores, essa imprensa especializada, composta por periódicos voltados à prática pedagógica, aos conteúdos e saberes prescritos, à conduta dos professores e às normas que se desejavam figurar nas escolas, oferecem um rico material para a compreensão das concepções pedagógicas que circularam no período e aspectos relacionados à como tais concepções foram produzidas. Consideramos, portanto, que são “[...] instâncias que desempenham um papel crucial não apenas na circulação como também na produção de saberes (teorias, mas também idéias, modelos, práticas, experiências etc.) ligados à educação.” (FERNANDES; XAVIER; CARVALHO, 2007, p. 81).

Tomamos como principais gêneros da imprensa pedagógica da Paraíba a ser estudado neste trabalho, o *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*, o jornal *O Educador* e a *Revista do Ensino*, todos produzidos no estado da Paraíba. Cada um possuía especificidades nas técnicas de produção, circulação e materialidade que estão circunscritas no contexto em que se desenvolveram.

Martins (2008) destaca como característica da imprensa na virada do século XIX para o XX a crescente profissionalização do jornalismo como uma grande empresa. Nela circulavam interesses de grupos, gerando segmentação de públicos e conformando modelos. O gênero²¹

²¹Como importantes trabalhos sobre o gênero Revista: o livro de Ana Luiza Martins, lançado em 2001, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*; *O leitor e a banca de*

revista de um modo geral se desenvolvia [...] veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamento, conformando o público leitor às demandas convenientes à maior circulação e ao consumo daquele impresso.” (MARTINS, 2008, p. 22). Muitas vezes essas produções, a serviço de determinados grupos, revelavam implícita ou explicitamente predileções e interesses, manipulando as notícias presentes nesses materiais.

As revistas²² foram também espaços de veiculação da imagem do que se propagava como novo, e “tanto quanto o jornal, porém não mais que o livro, a revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado seu caráter de impresso do momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo”. (MARTINS, 2008, p. 27).

Impressos que possuíam um limiar muito tênue entre os jornais, quando no seu surgimento, elas foram ao longo do tempo tomando feições específicas e se diferenciando dos primeiros em elementos relacionados à técnica, formato, organização, finalidades. Na Paraíba foram publicadas revistas²³ de natureza diversa: literária, técnica, pedagógica, de variedades, etc.

A imprensa, principalmente os jornais²⁴ em seus vários segmentos, tomados como fonte e/ou como objeto são frequentemente analisados a partir da própria configuração desses impressos, ou orientam o olhar para as políticas, as teorias, os métodos de ensino, as memórias, o cotidiano, os materiais didáticos, a iconografia, os anúncios, as pedagogias, os saberes e as

revistas: a segmentação da cultura no século XX, de Maria Celeste Mira (2001); *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*, de Marcia Padilha Lotito (2001), entre outros. (LUCA, 2014).

²²Velloso (2006) destaca, por exemplo, as revistas como importantes instrumentos de instauração do moderno na sociedade brasileira no período da primeira república. Segundo a autora, as diversas modalidades de revistas, cada uma a seu modo, veicularam o moderno de uma determinada forma. A autora trabalha com as revistas ilustradas *O Malho*, *Fon-Fon*, *D.Quixote* e as revistas literárias *Estética* e *Revista do Brasil*.

²³A partir de Araújo (1986) podemos elencar as principais revistas que foram produzidas em João Pessoa nesse período: *Era Nova* (1921-1926), *Paraíba agrícola* (1922-1957), *A Novela* (1923-?), *Menina* (1932-1936), *Revista do Ensino* (1932-1942), *De tudo* (1932-?), *Revista Médica da Paraíba* (1932-1940), *Revista da Associação Comercial da Paraíba*, *Boletim da Diretoria de Produção* (1934-?), *Fogueiras e mastros* (1935), *Ilustração* (1935-1936), *Paraíba Filatélica* (1938-1943), *Cooperação* (1939-1940), *Boletim de Publicidade Agrícola* (1939-?), *Manaíra* (1939-1948), *Revista da Academia Paraibana de Letras* (1947-1978), *Nacionalidade* (1948-1962). Além da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* que circulou entre 1911 e 2012, com várias interrupções ao longo da sua trajetória.

²⁴Foram pioneiros os seguintes trabalhos: Tese de doutorado de Arnaldo Contier: *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973); Dissertações de Maria Capelato e Maris Ligia Prado (1974), fundidas no livro *O bravo matutino* (1980); A pesquisa de Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista* (1979). (LUCA, 2014).

práticas, as construções de gênero, os intelectuais, as representações, a infância, o urbano/ rural, entre tantos outros temas.

Considerado como um dispositivo também educativo, por ele passavam leis, nomeações, romances, anúncios, textos científicos, poesias, debates políticos, educacionais, econômicos, enfim, a sociedade também circulava em suas páginas. Os jornais de natureza pedagógica, voltados para a educação, escrito por professores ou por alunos, divulgavam e propagavam mudanças, propostas, novos códigos de conduta, divulgavam trabalhos, modos de ensinar, as produções dos estudantes, os direitos da classe, etc. Variavam de acordo com os objetivos e o público a que se destinavam.

Na Paraíba a imprensa pedagógica teve início com esse tipo de impresso: *O Patriota* (1903) – alunas da Escola Normal, *A Gazetinha* (1906) – grêmio literário Francisco Barroso, Lábaro (1908) – alunos do Liceu paraibano, *Lyceum* (1913) – professores e alunos do Liceu paraibano, *Pio X* (1915) – professores e alunos no colégio Pio X, *O Educador* (1921-1922) – professores primários; *O Progresso* (1934) – alunos do grupo escolar Dr. Thomas Mindello, *Evolução* (1934-1936/1958-?) – vinculado inicialmente ao Instituto Pedagógico Campinense, *O Estudante* (1940) – alunos do Ginásio Diocesano de Patos.

A análise empreendida neste trabalho pressupõe a interpretação dos temas e conteúdos presentes nos textos, dos sujeitos que produziram e do suporte em que os textos foram produzidos. Acreditamos que muito mais do que um suporte, os periódicos, especialmente no nosso trabalho os jornais e as revistas, são dispositivos modeladores de práticas e são objetos culturais que possuem uma significação própria presente na configuração material dos mesmos. A partir desse entendimento, na próxima seção discutiremos sobre alguns conceitos importantes e norteadores das análises empreendidas neste trabalho.

1.3 Repertório teórico-metodológico da tese

Como analisar a imprensa pedagógica, utilizada como fonte e objeto simultaneamente, e composta por diferentes materiais impressos neste trabalho? Essa foi uma das nossas inquietações. Esses materiais foram pensados a partir de algumas categorias propugnadas por autores que há algumas décadas têm contribuído para os estudos em diversos setores das ciências humanas, como a educação e a história da educação²⁵. Trabalhamos com alguns conceitos de dois historiadores franceses: as noções de *materialidade* e *representações* de Roger Chartier e *estratégias* e *táticas*, de Michel de Certeau.

A obra de Roger Chartier, representante da nova história cultural (HUNT, 2001), começou a circular no meio acadêmico brasileiro no final dos anos 1980 em edições francesas, portuguesas e hispano-americanas, e em seguida, na década de 1990 em edições nacionais. No Brasil, encontrou em alguns campos como a linguística, a semiótica, os estudos literários e a educação um debate crescente entre os autores. Na história da educação tem contribuído principalmente nos estudos sobre a história do livro, do escrito, das práticas de leitura e da literatura, como afirma a pesquisadora Maurilane Biccas (2012), autora que publicou um artigo sobre as contribuições de Roger Chartier para a história da educação. Segundo Biccas (2012), os pesquisadores têm utilizado principalmente as noções de *representação*, *apropriação*, *práticas* e *materialidade*.

Vários trabalhos que usam como fonte e/ou objeto os impressos, têm se apropriado das contribuições teórico-metodológicas de Chartier. Esse trabalho doutoral também encontrou em algumas de suas proposições, um caminho para investigar a imprensa pedagógica do estado. Ao longo desta tese, à medida que descortinamos quem foram os sujeitos, suas atuações na imprensa especializada em educação e as ideias pedagógicas que eram prescritas, também analisamos a *materialidade* desses impressos, uma vez que eles não são veículos neutros, mas possuem uma significação impressa na sua materialidade. Afinal, “[...] deve-se lembrar que não

²⁵ Em 2002, Denice Barbara Catani e Luciano Mendes de Faria Filho elaboraram um balanço do campo a partir dos trabalhos apresentados no GT de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Um dos objetivos desse balanço foi apresentar os autores estrangeiros citados nos trabalhos presentes nesse espaço. Chartier figurou como a segunda referência teórica estrangeira mais citada, e Certeau como a quinta. Apesar de não adentrarem numa análise mais detalhada de como esses autores foram apropriados pelos pesquisadores brasileiros, ao elencar tais referências estrangeiras, o balanço sinalizou para a renovação dos modos de pensar o campo histórico-educacional no Brasil.

há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir) [...] e não existe compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor.” (CHARTIER, 1998, p. 17). Pensamos, pois, de forma articulada, o suporte, os textos (ideias pedagógicas) e os sujeitos.

A categoria *materialidade* é central na obra de Chartier, que desenvolveu essa noção a partir das análises das produções dos textos literários. O autor mostra a partir da relação entre texto, suporte e leitura que: os textos são apropriados de formas diferentes por cada leitor, a leitura não é uma operação abstrata e o texto não existe isolado da sua materialidade. Sobre este último aspecto, o autor chama a atenção para superar a tendência que durante muito tempo analisou os textos desprezando a sua materialidade e as suas relações com a construção de significados.

Para Chartier (1998, p.17), “os autores não escrevem livros: não, eles escrevem textos que se tornam objetos escritos, manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados. Essa clivagem, espaço onde, aliás, constrói-se um sentido, foi, durante muito tempo, esquecida”. Reduzidos aos conteúdos, por muito tempo os textos foram interpretados como se existissem em si mesmos. Em *Do palco à página - Publicar teatro e ler romances na época moderna - séculos XVI – XVIII* (2000, p. 08), Chartier aponta:

As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a “ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros [...] Mais do que nunca, historiadores das práticas partilhadas culturais têm consciência dos efeitos produzidos pelas formas materiais.

Dessa tríade, texto, livro (ou suporte) e leitura, interessam-nos os dois primeiros elementos. O texto por considerarmos importante analisar o discurso pedagógico que fora produzido e veiculado para formar os professores, atrelado às concepções e finalidades educacionais específicas; e o suporte porque os elementos editoriais e gráficos, dada às intenções, explícitas ou não, do corpo editorial e, no caso dos impressos utilizados neste trabalho, também dos sujeitos que neles escreviam, tem relação com a ação política dos impressos e dos sujeitos que os produziam. Por isso, é de suma importância pensar o formato

editorial para além de um simples suporte, mas como elemento fundante da significação que se queria comunicar. Assim, as capas, ilustrações, fotografias, anúncios, disposição das páginas, seções, sumários e transformações editoriais, foram analisados como elementos modelares da simbologia presente.

Partindo do pressuposto de que a forma é constituída de sentidos que variam de acordo com o suporte que a dá a ver, ouvir ou ler, Chartier nos alerta que os dispositivos em que os textos estão inseridos não estão presentes de forma tão ingênua, mas fazem parte da rede de significados que se deseja comunicar. Dessa forma, um determinado texto escrito não é o mesmo quando os suportes aos quais está inserido mudam. A materialidade do suporte contribui “[...] para modelar as antecipações do leitor face ao texto e para atrair novos públicos ou usos inéditos.” (CHARTIER, 2002, p. 71).

Considerando que trabalhamos com a imprensa pedagógica e particularmente com impressos periódicos diversificados (jornal, revista e boletim), nós analisamos cada suporte de forma diferente, atentando para aspectos singulares relacionados à materialidade de cada um deles.

Conforme nos indica Martins e Luca (2006), alguns elementos relacionados entre si, são de grande valia para compreender os periódicos estudados. Apontamos que cabe ao pesquisador dar maior ou menor ênfase aos aspectos que mais lhes convém, dado os seus objetivos de investigação. Primeiro, é importante fazer a caracterização geral do periódico, em que são relevantes as informações sobre o lugar do periódico na história da imprensa, sua representatividade, o momento do lançamento, os nomes dos idealizadores, organizadores e dos responsáveis pela revista, inclusive, da parte técnica.

Também é necessário, segundo as autoras citadas acima, pensar sobre a tiragem, a periodicidade, os objetivos, o público a que se destina e o projeto gráfico. Feito isto é chegada a hora da descrição e análise interna da publicação. Aqui é essencial atentar para a forma de apresentação e de disposição dos conteúdos, as seções e a perenidades das mesmas, a presença ou ausência de anúncios, as fotografias e as ilustrações. Outro movimento fundamental é fazer um levantamento dos colaboradores, os principais nomes e formas de contribuição, os temas mais recorrentes publicados por eles, os autores responsáveis por seções fixas no periódico, as transcrições e traduções de outros textos e a autoria desses textos.

Todas essas questões, analisadas em conjunto neste trabalho, e somadas às análises que fizemos a respeito do ideário pedagógico veiculado nesses impressos periódicos, possibilitaram empreender uma reflexão sobre a articulação/ relação entre os suportes, os conteúdos e os sujeitos.

Analisar o discurso pedagógico produzido e veiculado pelos professores e para os professores num jornal ou revista especializada requer considerar tais condições de produção presentes na materialidade desses suportes. Ao realizar tais análises é possível perceber também como tais dispositivos, modeladores de práticas, se organizavam para veicular o que se queria e desejava inculcar nos professores. Aqui ganha centralidade o conceito de *estratégias* e *táticas* de Certeau (1990).

Desde a década de 1970 as traduções para o português dos textos de Michel de Certeau (1925-1986) têm gerado interesse no meio acadêmico brasileiro, e principalmente por volta da década de 1990, os historiadores da educação têm empreendido um trabalho em torno do pensamento deste historiador francês. Envoltos no debate relacionado às novas possibilidades de fontes históricas, a ampliação da noção de documento, aos novos problemas, novas abordagens e novos objetos, enfim, as várias dimensões relacionadas ao fazer historiográfico, os pesquisadores encontraram no repertório de Certeau um caminho para pensar e dialogar com as artes de fazer da vida cotidiana e as discussões em torno da história cultural que adentrava como perspectiva teórica e metodológica no campo.

Aproximando o conceito de cotidiano a procedimentos, a um jogo de práticas de dois tipos, *estratégias* e *táticas*, “[...] Certeau rompe com a definição de cotidiano como rotinização para dar lugar à ideia de cotidiano como movimento.” (LEITE, 2010, p. 746). Enquanto movimento, o cotidiano é pensado a partir desses jogos entre *estratégias* e *táticas*. Ambas as noções são explicadas por Certeau por meio de metáforas de guerra, do combate entre fortes e fracos.

Estratégias e *táticas* estão articuladas a outro par de conceitos abordados por Certeau, *espaço* e *lugar*, que são importantes e estão relacionados entre si. O *espaço* está ausente de posições cristalizadas, é instável e permite visualizar de algum modo as diferentes experiências espaciais da vida cotidiana. Já o *lugar*, corresponde às configurações de posições mais bem definidas e permanentes. Enquanto o *espaço* corresponde as práticas *táticas*, o *lugar* corresponde as práticas *estratégicas*. Dito de outra forma, as *estratégias*, arte dos fortes, são

fundadas em um *lugar* próprio, e “[...] esse “próprio” corresponde a uma espécie de demarcação espacial (uma trincheira, por assim dizer), cuja base permite gerir as ações em direção a exterioridades (alvos específicos).” (LEITE, 2010, p. 746). Assim, são definidas por Certeau (1990, p. 99) como: “[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. As *estratégias* são, portanto, organizadas sobre as relações de poder e postulam um *lugar* próprio de onde se possam gerir várias formas de domínio.

Já as *táticas* correspondem à arte do fraco e são determinadas pela ausência de poder. Elas são práticas calculadas, determinadas pela ausência de um *lugar* próprio e ocupam espaço provisório. Essa sua característica é exatamente o que lhe confere possibilidades, ou seja, é por possuir essas carências que as “[...] *táticas* precisam encontrar modos inventivos de escape e confrontação em cada situação [...]” (LEITE, 2010, p. 247). Elas são práticas que tem em suas carências o seu grande potencial. As *táticas*, práticas que não obedecem às leis do *lugar*, que jogam com o que lhes é imposto, utilizam as falhas abertas pelas conjunturas e operam golpe por golpe nesse espaço, e “[...] aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.” (CERTEAU, 1990, p. 101).

De acordo com Certeau (1990) as *estratégias* produzem, mapeiam e impõem. Já as *táticas* utilizam o espaço, manipulam e alteram. Considerando que todas essas práticas intervêm no campo que os regula e que estão imersas no jogo das “maneiras de fazer” e das “maneiras de utilizar” a ordem imposta, pensamos: como trabalhar com *estratégias* e *táticas* em impressos periódicos pedagógicos?

Consideramos esses impressos como lugares carregados de *estratégias* pedagógicas e editoriais determinadas, e como *estratégia* de formação de professores. Nesse sentido, operacionalizamos esse conceito, em grande medida porque as *estratégias*, ligadas ao *lugar*, e no nosso caso, especialmente a partir de impressos oficiais ou não, que buscavam impor e normatizar saberes, remetem a práticas que pressupõem e são organizadas por relações de poder e produzidas por um lugar de poder. Portanto, partimos da ideia de que tais impressos periódicos educacionais projetados para divulgar, conformar e fazer circular o conhecimento pedagógico da época projetavam relações de força e manipulação de práticas por meio de tais *estratégias*.

Consideramos ainda que nesses impressos havia espaço para as *táticas*. Por meio dos discursos que circulavam e normativavam saberes e práticas relacionadas ao repertório educacional renovador na imprensa pedagógica, também circulavam modelos que destoavam dessa orientação “mais aceita”. Nesses lugares controlados pelo discurso normativo e às vezes oficial, as *táticas* encontraram brechas e interstícios para se movimentar. Alguns discursos, ligados a representações impostas, eram subvertidos.

Nesse momento, por exemplo, o campo de disputa, inclusive política, dos saberes pedagógicos ligados à Escola Nova, estava organizado, de acordo com a historiografia tradicional - embora saibamos, hoje, que essa organização não era tão estanque, seccionada e oposta ao extremo, entre os grupos denominados de católicos e pioneiros. Os periódicos foram espaços estratégicos de disputas desses projetos que buscavam, cada um a seu modo, por meio de *estratégias* e *táticas*, impor e fazer circular as suas *representações*. Assim, pode-se afirmar que os impressos periódicos pedagógicos foram dispositivos que carregaram um conjunto de objetivos, projetos em disputa, e almejavam estrategicamente o agente responsável pelas mudanças. Aqui surge outro conceito que também é essencial para as nossas análises. Referimo-nos a noção de *representação*, de Chartier (1990; 2002).

O *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*, o *Jornal O Educador* e a *Revista do Ensino*, cada um a seu modo, são analisados como instrumentos de múltiplas facetas e principalmente como dispositivos compostos por várias *estratégias*. Tais impressos usaram de *estratégias* editoriais para inculcar nos professores modos de pensar e fazer pedagógicos. Esses mecanismos de conformação dos professores primários visavam constituir *representações* atreladas ao campo dos saberes pedagógicos que circulavam no período. Assim, atentamos para as *representações* circunscritas nesses materiais que tinham o objetivo de torná-las como regras, já que as *representações* geram práticas sociais. Para Chartier (1990, p. 17), as *representações* são como “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.

Essa categoria foi pensada a partir de uma dupla crítica às proposições que até então eram formuladas: a primeira relacionada à determinada tradição da história social que estava atrelada a objetividade das estruturas, que entendia que manipulando documentos (seriais, quantificáveis, maciços) iria se reconstruir a sociedade tal qual ela era verdadeiramente. Dito

de outra forma, as identidades seriam reduzidas a critérios objetivos, como propriedade, classe social, riqueza, etc; a segunda relacionada à primeira, diz respeito [...] à noção de uma “mentalidade” cerceada de um processo de homogeneização, que ele considera arriscado.” (BICCAS, 2012, p. 285).

A história cultural, ao trabalhar com as lutas de *representações*, afasta-se de uma história social que objetivava principalmente o estudo das lutas econômicas (apesar de não negar estas como importantes), e retorna ao social [...] já que dedica atenção as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade.” (CHARTIER, 2002, p. 73). Ao fazer isso está partindo da ideia de que os conflitos, as concepções do mundo social e os valores de um grupo, para além das análises que objetivavam mais o material, traduzem muito das suas ações e estratégias. Pode-se pensar numa história cultural do social que tem como objetivo compreender as formas e motivações que os atores sociais manifestam, mesmo sem perceber, em seus posicionamentos e interesses, e, assim, revelam como pensam a realidade ou como desejam que ela fosse. (CHARTIER, 1990).

O trabalho com o conceito de *representação* autoriza a articulação entre três modalidades da relação com o mundo social:

[...] primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002, p. 73).

Tomamos como pressuposto que algumas categorias constroem e organizam as *representações* como práticas sociais, e sendo estas categorias partilhadas por determinados grupos e sempre sob interesses específicos,

[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nessa perspectiva, entendemos que os embates e percepções do mundo social não são neutros e ocorrem no campo das *representações*, ou seja, pela busca de poder e disputas de um lugar social. E são nessas lutas de *representações* que determinados grupos sociais impõem seus valores e representações de mundo. A representação do real construída e veiculada, no nosso caso, pelos impressos periódicos pedagógicos, buscou legitimar esse lugar e inculcar e/ou tornar regras algumas *representações*. Isso nos interessa, pois, para compreendermos também os mecanismos que esse grupo operou para buscar veicular determinadas concepções e práticas. A partir da análise dos periódicos pedagógicos podem-se perceber as *representações*, imagéticas e textuais, por exemplo, sobre ensino e sobre professor. A imprensa educacional foi um espaço no qual grupos puderam expor suas concepções de sociedade, escola, ensino, educação, professor, criança, etc.

Nas revistas e jornais pedagógicos, outro aspecto importante a ser investigado refere-se à articulação dos sujeitos em torno desses periódicos. Por meio desses lugares de sociabilidade intelectual e de debate de ideias é possível mapear a dinâmica dos grupos que deles fazem parte e constroem projetos, propostas e estratégias de intervenção. O historiador francês Jean-François Sirinelli (2003, p. 248) discutindo sobre alguns caminhos para pensar a história dos intelectuais, destaca que os grupos de intelectuais se organizam em torno de uma “[...] sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.” O autor aponta as revistas como lugares de fermentação intelectual e de espaço de *sociabilidade*:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. [...] elas são um lugar precioso para a análise do movimento das idéias. (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Envolvidos nos dilemas de seu tempo, os intelectuais se movimentaram em torno da imprensa. As revistas – e aqui também estendemos para os jornais e boletins pedagógicos, enquanto *estruturas elementares da sociabilidade* (SIRINELLI, 2003), são lugares privilegiados para entender como se desenvolvem várias dimensões do campo pedagógico. O *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios*, o jornal *O Educador* e a *Revista do Ensino*, periódicos pedagógicos pensados nesse trabalho como projetos coletivos articulados por grupos

que se organizavam em torno da imprensa, foram investigados em sua *materialidade*, propósitos, discursos pedagógicos, *representações*, *estratégias*, *táticas* e *sociabilidades*.

Na seção seguinte discutimos sobre alguns outros conceitos que nos ajudaram a compreender a influência e a atuação de alguns sujeitos que nas primeiras décadas da República, na Paraíba, contribuíram para a configuração do campo educacional e em especial para a formação de discursos pedagógicos atrelados a renovação educacional que se pretendia.

1.4 Os discursos pedagógicos dos professores: *redes de sociabilidade e ação política*

Este estudo está inserido numa tradição de pesquisa consolidada, gestada por autores como Faria Filho; Inácio (2009); Vieira (2006, 2011); Viera; Strang; Osinsk (2015), Costa (2012, 2015) e Gomes; Hansen (2016), que estão preocupados com as novas abordagens teóricas desse campo, e particularmente num trabalho coletivo realizado especialmente pelo nosso grupo²⁶ de pesquisa, que cada vez mais têm produzido conhecimento tomando os intelectuais como objeto de discussões. De um modo geral os estudos têm buscado investigar os

Itinerários de formação dos intelectuais; as redes de sociabilidade que engendraram a projeção de intelectuais e que envolviam instituições, publicações, espaços educativos de diversos formatos; a ligação entre intelectuais e a formulação de políticas públicas de educação; as iniciativas de escolarização lideradas por intelectuais; a constituição dos professores como intelectuais; bem como as representações e práticas culturais pertencentes a contextos históricos específicos. (LEITE; ALVES, 2011, p. 9).

²⁶Sobre os trabalhos recentes desenvolvidos pelo nosso grupo, sob orientação do Professor Jean Carlo de Carvalho Costa, no Programa de Pós-Graduação em Educação/ UFPB, citamos as dissertações: A trajetória intelectual de Silvino Olavo: uma análise histórica, cultural e educacional (BATISTA, 2011); Primeira República, Intelectuais e Educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915) (ESPINDOLA, 2012); Um projeto reformista no Brasil do Oitocentos: a questão educacional na agenda política de Joaquim Nabuco (1879-1888) (ALMEIDA, 2013); Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências (GALVÍNCIO, 2013); Educação na Primeira República Parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920) (BISERRA, 2015); José Batista de Mello e o novo pensamento pedagógico(1931-1942) (SILVA, 2015); As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na Província da Parahyba do Norte (1874 – 1876) (COSTA, 2016). E as teses: Contribuições do intelectual e educador Manoel Dantas para a instrução pública no Rio Grande do Norte (1889 a 1923) (ARAÚJO, 2016) e As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922) (ESPINDOLA, 2017).

Nosso objetivo não é o de analisar em detalhe a representação dos intelectuais nos diversos momentos históricos, tampouco sistematizar todas as pesquisas que envolvem esse tema, mas se faz necessário discutir como compreendemos o conceito de intelectual no nosso trabalho. Sem buscarmos problematizar a polissemia de conceitos, a dificuldade em caracterizar esses sujeitos históricos ou, ainda, as desconfianças no âmbito da historiografia instauradas no tratamento dessa categoria até meados de 1980/1990, interessa-nos pontuar que a partir das décadas citadas são instauradas novas possibilidades (ou renovação de sentidos e retomada de categorias já existentes) no tratamento e análise desses sujeitos, muito relacionadas à história cultural e à nova história política.

Partimos da vertente que estabelece uma relação estreita entre a imprensa e a atuação intelectual, entre as relações do produtor/ sujeito e o mercado editorial/imprensa. De acordo com Miceli (2001) a imprensa no Brasil foi conduzida por intelectuais ligados aos governos, que utilizaram dos jornais como lugar de atuação no espaço público. Foram “[...] professoras e professores, literatos, jornalistas e políticos que, atuando como intelectuais, lançaram-se na esfera pública [...]” (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009, p. 07). Nesses espaços esses sujeitos, de diversas origens e graus de consagração, constituíram suas *redes de sociabilidade*, articuladas, por exemplo, em torno dos cargos por eles ocupados, e desenvolveram/veicularam seus projetos.

A imprensa teve, entre fins do século XIX e início do XX, papel de disseminadora das ideias que se desejava formar e forjar para o público. Teve, portanto, também um caráter educativo e civilizador. Por ela circularam os principais debates, inclusive relacionados à Escola Nova. Exemplo disso é que mesmo antes de ser publicado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, Fernando de Azevedo já veiculava algumas propostas envoltas nesse ideário no jornal *O Estado de São Paulo* na década de 1920. (CAMPOS, 2012).

O jornal é “[...] lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos [...] tem a força de tornar coisas visíveis ou invisíveis, de criar efeitos de verdade e objetividade”. (VIEIRA, 2007, p. 16). O jornal serviu como importante estratégia utilizada pelos intelectuais para disseminar seus ideais. Foi um dos principais veículos de circulação de ideias e de desenvolvimento de um campo intelectual, como aponta Barbosa (2010, p. 141):

A imprensa cria condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos

grupos que irão exercer a própria dominação. A dependência dessas posições intelectuais do poder político faz com que o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de reconhecimento e outras condições necessárias à consagração intelectual dependam fundamentalmente da participação como profissionais do jornalismo.

Em fins do século XIX e início do século XX, com a expansão do mercado editorial, inclusive com o desenvolvimento de revistas, e com a cada vez mais especialização dos sujeitos por causas específicas – ao longo do século XX a figura do intelectual vai se debruçar de questões mais amplas/ gerais para as causas mais particulares. O surgimento das primeiras revistas semanais, por exemplo, contribuiu para a inserção do intelectual nesses espaços.

Percebendo o lugar estratégico das revistas como espaço de veiculação de suas idéias, [...] parte expressiva da intelectualidade envolve-se na dinâmica do mercado editorial. Frequentemente os intelectuais tornam-se proprietários das revistas ou passam a ocupar postos influentes em sua direção editorial. (VELLOSO, 2006, p. 314).

Consideramos a atuação dos sujeitos na imprensa pedagógica da Paraíba como intervenções a partir de uma escrita instituída por um grupo do qual faziam parte. Defendemos esses sujeitos como intelectuais a partir da ocupação dos mesmos no espaço público, particularmente da imprensa pedagógica, em que trouxeram à baila as principais propostas educacionais do período. Foram professores, jornalistas, deputados, literatos, médicos, que usaram de suas publicações como ferramentas de intervenção/mediação na vida social, e nesse caso específico, no campo educacional. Consideramo-nos assim também a partir da definição do conceito elaborado por Vieira (2011, p. 02), que delimitou quatro aspectos importantes:

1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos dezanove e vinte, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social.

Ao longo do nosso trabalho é possível perceber que alguns sujeitos se movimentam por entre esses aspectos. Dito isto, ao considerar que estes – homens e mulheres, partícipes da imprensa especializada em educação eram intelectuais, destacamos também que muitos deles –

percebe-se isso ao analisar suas trajetórias, eram professores²⁷ (no momento em que escreveram nesses veículos ou em algum momento de suas vidas tiveram experiência com a docência). Não estamos aqui secundarizando uma ou outra categoria, mas demarcando que os sujeitos que escreveram e/ou participaram da imprensa pedagógica na Paraíba exerceram função no magistério (primário, secundário ou superior), e nesse sentido, compreendemos que as discussões realizadas nessa imprensa fizeram parte de um esforço coletivo de professores em torno de uma maior organização como grupo profissional para defender e divulgar determinadas questões.

Essa maior organização da classe professoral fez com que fossem ampliados os mecanismos de atuação desta. As revistas e jornais especializados foram, sem dúvida, *locus* especial de circulação das suas ideias. Engajados nas discussões no plano das ideias, inseparáveis do campo político, os professores criaram formas de *ação política* (ALONSO, 2002) para intervir na sociedade. Com o objetivo de oferecer subsídios para pensar e analisar os espaços e as atuações dos sujeitos na imprensa pedagógica e na configuração do campo educacional fazemos uso na nossa análise da noção de *rede de sociabilidades* de Jean-François Sirinelli (1998; 2003).

Primeiro nos interessa destacar que em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX é possível pensar o conceito de *ação política* a partir da interseção entre os campos político e intelectual. De acordo com pesquisadoras como Alonso (2002) e Gomes (2009a; 2010), havia um imbricamento entre esses campos. Para Angela Alonso (2002), seccionar intelectuais de políticos seria um anacronismo, pois não havia um grupo social que exercesse uma atividade exclusiva de produção intelectual. Além disso, Gomes e Hansen (2016, p.12) afirmam que esses sujeitos “[...] têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político”.

Para além das pesquisas que consideravam a ação dos intelectuais como diretamente vinculadas a projetos de cunho político, os estudos das duas últimas décadas têm defendido que a intervenção desses sujeitos no espaço público deve ser pensada a partir das “[...] diversas atividades que compunham suas trajetórias, desde publicação em revistas, jornais, obras

²⁷Ao longo do texto vamos gradativamente fazer uso da expressão intelectuais ou professores para tratar esses sujeitos quando acharmos conveniente.

literárias, obras de valor historiográfico, projetos de leis e discursos, [...]” (COSTA; ESPINDOLA; GALVÍNIO, 2013, p. 61). Contribuiu para isso a concepção ampliada de política, que segundo Gomes (2010, p. 149) ultrapassa os muros da atuação em termos de funções representativas formais, podendo ser ampliada:

1) à defesa de ideias e/ou à formulação de projetos políticos e culturais, mais ou menos bem acabados, que se manifestam pela produção de obras dos mais diferentes tipos, dirigidas aos mais diferentes públicos; 2) à ocupação de cargos/ funções em *loci* privilegiados, sejam eles públicos (o serviço público, uma espécie de segunda “pele” do intelectual desse período), ou privados, menos valorados pela bibliografia, mas não necessariamente menos importantes. Nesse último caso, é fundamental destacar os chamados lugares de sociabilidade intelectual [...] que articulam uma diversidade de atores [...] em torno de um projeto coletivo [...].

A partir dessa compreensão de que os intelectuais, atores sociais que intervieram nas questões de seu tempo, atuaram em diversos espaços mediando várias problemáticas urbanas, e especialmente interferindo nas questões educacionais, nos vários espaços que lhes eram possíveis, é que os intelectuais tem sido objeto de estudos que analisam várias temáticas articulando os sujeitos, suas trajetórias, seus lugares de enunciação e defendem a ideia de que os intelectuais (homens, mulheres, médicos, professores, políticos, etc) foram importantes intervencionistas, que produziram e disputaram os sentidos, saberes, normas e elaboraram diagnósticos e prognósticos relacionados às diversas questões presentes na sociedade.

A literatura recente sobre o tema trabalha hoje com o conceito de intelectuais que atuam como mediadores culturais (GOMES; HANSEN, 2016). Há o entendimento de que diversos grupos de sujeitos (pais, leitores, tradutores, autores, professores, etc) desenvolvem práticas de mediação cultural, mas não necessariamente são identificados e/ou se identificam como intelectuais; e que é necessário refletir sobre a dicotomia hierarquizante do “intelectual produtor/ criador” e do “intelectual divulgador/ vulgarizador” atualmente problematizada e em alguns casos rejeitada, muito a partir da ideia de apropriação cultural. Assim como o intelectual “criador”, o intelectual mediador produz bens culturais. Ou seja,

[...] o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em

sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18).

Há vários tipos de intelectuais mediadores. Dentre eles, por exemplo, os que atuam em cargos importantes numa instituição, redação de periódico, na política, em associações, que protagonizam projetos de maior impacto, os que praticam mediações não tão evidentes e que o bem cultural nem sempre leva o seu nome, ou os que formam profissionais em área específica, disseminando saberes e práticas tidas como essenciais para esses sujeitos. Destacamos que os limites dessas ações não são rígidos, delineados e estanques. Observa-se isso ao pensar que as funções exercidas por esses sujeitos podem ser acumuladas e modificadas ao longo de suas trajetórias uma vez que as identidades profissionais e pessoais não são fixas.

Relacionando com o grupo de atores o qual este trabalho faz mais aproximações, os professores, afirmamos que estes, analisados enquanto intelectuais mediadores precisam ser mais problematizados nas pesquisas. O que se precisa discutir, tendo em vista que uma das características dos intelectuais era exercer várias funções, é “[...] o peso da atividade professoral no conjunto de atividades desempenhadas por esses indivíduos, dimensionando sua identidade de acordo com o tipo de mediação que eles exerceram [...]” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 482). Dito de outra forma é necessário analisar se determinado intelectual mediador é identificado e se identifica como professor ou não, embora tenha, inclusive, exercido o magistério em algum momento da sua trajetória.

Shueller e Magaldi (2009) já sinalizaram que são interessantes problemas de pesquisa, investigar “a participação de professores e professoras no processo de produção de saberes, livros e materiais escolares, bem como sua atuação nos processos políticos de constituição de formas associativas como lugares de sociabilidades profissionais [...]”. Assim, analisar, por exemplo, a *ação política* desses sujeitos na imprensa, a participação, frequência e publicação de textos em determinado (os) periódico (os) nos ajuda a organizar as *sociabilidades* de um dado período e a perquirir elementos envoltos nas suas *formas de pensar e formas de agir* em determinadas frentes/ linhas de ação. (ALONSO, 2002).

Sirinelli (2003, p. 249) já observara que entre as *estruturas elementares de sociabilidade*, as revistas figuram como observatório de microcosmos intelectuais e são, antes de tudo, “[...] um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão”.

O autor se refere especificamente as revistas como *estrutura de sociabilidades*, mas ampliamos o conceito para os impressos periódicos e especialmente, para a nossa pesquisa, os impressos periódicos pedagógicos.

Os intelectuais, produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político (SIRINELLI, 2003), circularam e utilizaram de espaços como a imprensa para intervir nos assuntos da sociedade. As *estruturas de sociabilidade*, diferentes de acordo com o período histórico analisado no qual o intelectual e sua ‘rede’ estão situados, podem ser investigadas nos espaços formais (cafés, salões, congregações, associações, imprensa periódica, tipografias, editoras, etc), e informais (relações familiares, eventos familiares, mercados, praças, espetáculos, festejos, ritos de poder.). (MOREL, 2005).

De acordo com Sirinelli (2003, p. 252), as *redes de sociabilidade* “[...] secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos.” Assim, a análise das relações entre os sujeitos em lugares de articulação, troca e vínculo, nos ajuda a organizar as *redes de sociabilidades* partilhadas por grupos sociais e entender algumas especificidades de suas práticas, seus mecanismos de mobilização, os seus traços mais marcantes, seus objetivos, suas estratégias e recursos mobilizados. No microcosmo particular de um grupo produz-se a marca e a sensibilidade do conjunto de indivíduos que dele faz parte. Disso é possível entrever os engajamentos, as filiações teóricas, as ações e as marcas específicas.

Compreendida como dispositivo capaz de indicar vários elementos do campo educacional do período, a imprensa pedagógica se apresenta como um lugar de atuação dos professores, num período de afirmação do estatuto de docente, que teve início desde fins do século XIX. O estudo dessa imprensa especializada em educação permite visualizar a configuração e a implementação do ideário renovador na Paraíba por meio desses atores sociais que puseram em movimento as concepções por eles defendidas em espaços específicos, que, no nosso trabalho, refere-se a imprensa pedagógica. As ideias e ações desses homens e mulheres perpassam o trabalho, pois compreendemos que as ideias não surgem no vazio, mas são produzidas, mediadas e operacionalizadas por sujeitos sociais que circunscrevem em alguns lugares o seu pensamento e as suas representações de mundo.

Impulsionados por uma nova dinâmica do processo educativo, cada vez mais tomava fôlego o discurso renovador da escola ligado, especialmente, mas não completamente, ao

ideário da Escola Nova. Modificações relacionadas à centralidade do aluno no processo, ao método de ensino vinculado, agora, as práticas da observação e experimentação, a centralidade na aprendizagem, ao discurso vinculado à psicologia experimental, as modificações nos modos de escrever e ler, de ensinar os conteúdos das disciplinas escolares e de organização do trabalho pedagógico com, por exemplo, a criação dos “centros de interesse” e dos museus escolares, mobilizaram um repertório teórico e prático do qual ainda somos herdeiros (CARVALHO, 2011), salvaguardando mudanças e permanências específicas. Na próxima seção discorreremos sobre algumas questões relacionadas a essa movimentação educacional que estava vinculada à própria concepção de sujeito e de sociedade moderna que se deseja construir e propagar.

1.5 As ideias educacionais renovadoras em movimento

Pensar sobre a educação nas primeiras décadas republicana passa necessariamente por discutir o significado de República - e aqui trabalhamos com a ideia de uma *República que foi*²⁸ (SCHUELER; MAGALDI, 2009) para a sociedade brasileira da época, tendo em vista que ambos os conceitos estavam imbrincados num projeto de nação: “regenerar” a população e torná-la moderna²⁹. Como afirma Mello (2009, p. 31), “em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, república foi o nome brasileiro da modernidade”. Ainda de acordo com a autora, as ideias que foram reproduzidas e que circularam no período evidenciavam que o vocábulo república e toda uma gama de significados a ele vinculados, estavam ligadas as ideias de democracia, ciência, modernidade, federação, futuro, civilidade, reformas da sociedade e educação.

²⁸A nossa compreensão sobre a República, em especial o seu momento inicial, chamado de Primeira República (1889-1930), se distancia do discurso que durante algum tempo perdurou na historiografia da educação, pautado numa memória de fracasso e omissão do regime no tocante as questões educacionais.

²⁹Não objetivamos discutir os diversos significados e sentidos apropriados ao conceito de moderno ao longo do tempo. Tampouco analisar a polissemia dos termos moderno, modernidade e modernização. Mas consideramos importante destacar que “[...] esses termos não podem ser confinados em um conceito estrito previamente determinado de natureza transitória, mas requerem um contexto, ou circunstancialização histórica [...] Afinal, é possível delimitar propriedades necessárias, mas nunca suficientes para definir o moderno, a modernidade e a modernização”. (CARVALHO, 2012, p. 32). Assim, partindo do entendimento de que seus significados são de natureza contextual, isto é, devem ser interpretados de acordo com as apropriações e aplicações específicas, colocamos um foco de luz num setor específico – a educação, e num lugar determinado – a imprensa pedagógica, para discutirmos sobre as características desses conceitos nesses espaços no período em que este trabalho está imerso.

Aqui evidenciamos um ponto de fundamental importância: a reforma social foi creditada à reforma da escola. (SOUZA, 2006). A educação foi ao mesmo tempo alçada como problema nacional e como solução para superar os problemas do país. A crença na educação como estratégia e via de acesso à civilidade, à modernidade e ao progresso da sociedade, corroborou para que várias iniciativas, projetos e ações mobilizassem o cenário da época. Foi difundida a concepção de que a escola enquanto instituição, materializada num determinado modelo de organização escolar, era o lugar em que deveriam ser ministrados os ensinamentos necessários para a formação do cidadão brasileiro aos moldes modernos.

As práticas renovadoras seriam difundidas nas escolas³⁰ públicas de então, nos chamados grupos escolares. Sobre estas instituições, cabe destacar que em fins do século XIX, em São Paulo, foi implantado um sistema público de ensino que irradiou sua organização pelos vários estados do Brasil, salvaguardando as singularidades de cada membro da federação. Segundo o discurso da época, era preciso romper com o passado imperial, e sob a bandeira da modernização, os grupos escolares, instituições extintas oficialmente na década de 1970, foram símbolos desse movimento de renovação e de modernização educacional, e alguns de seus preceitos fazem parte do cenário educacional ainda hoje.

Sob os escombros das escolas imperiais tidas como *pardieiros*³¹ ou escolas de improviso, forjava-se novos lugares de memória da educação brasileira, edificadas por um novo modelo de organização escolar. O emprego do tempo, a classificação dos alunos pelo nível de conhecimento, a graduação das matérias, a distribuição dos conteúdos, os horários sequenciados, as práticas ritualizadas, a reunião de professores sob a supervisão de um diretor, o sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente, a distribuição das salas de aula num mesmo prédio construído e apropriado para finalidades educativas, segundo a divisão em séries e para cada classe um professor, são características da escola graduada. (SOUZA, 2006). Tais

³⁰ Destacamos que o modelo de escola organizado em torno dos grupos escolares se desenvolveu concomitante ao modelo de escolas isoladas, que predominou mais fortemente no século XIX. A criação destas instituições modelares (CARVALHO, 1989) e todo o peso das representações presentes nelas, contribuíram para uma representação negativa, na época, das escolas isoladas. No entanto, embora houvesse esse discurso entre a dicotomia velho x novo, e que os grupos escolares tenham institucionalizado um novo modelo de organização escolar, as escolas isoladas, as escolas reunidas e a própria educação doméstica e familiar, continuaram a atender significativa parcela da população escolar nas primeiras décadas da República.

³¹ Consultar: FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

instituições deveriam veicular os modernos preceitos pedagógicos e mais do que instruir, deveriam educar o novo cidadão brasileiro.

[...] educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades virtudes morais e valores cívicos-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade. (SOUZA, 2006, p. 127).

O projeto de moralizar e civilizar a nação pela reforma da escola passava, principalmente, pela institucionalização e expansão dos grupos escolares, suntuosos em sua arquitetura, pela adoção e circulação dos preceitos pedagógicos ditos modernos, pela formação dos professores, agentes importantes na operacionalização dessas mudanças e pelas reformas educacionais nos estados. Essas quatro estratégias de modernizar a escola brasileira estavam interligadas pela circulação de um ideário que movimentou a educação de diversos países, inclusive o Brasil, chamado de Escola Nova, Educação Progressiva ou Escola Ativa.

Na Europa, Estados Unidos e Brasil, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por diversas críticas à educação existente e por anúncios de mudanças³² nos processos educativos. A pedagogia clássica fora criticada em vários aspectos, especialmente no objetivo de formação universal de um “homem ideal” apartado das exigências da vida social e material. Bandeira contrária foi astreada pelos defensores de uma escola nova, ou como intitula Monarcha (2009, p. 32), os teóricos de uma *Sciencia Nova*, que acreditavam na formação de um novo ser humano: “[...] *Homo faber*, se por inteiro, corpo e alma, capaz de exaltar a técnica e a ciência, voltado para a ação dinâmica, prática e útil e, acima de tudo, inserta nos quadros da vida cotidiana.”

A escola existente até então passava a ser denominada de “escola tradicional³³” pelos renovadores da educação. Estava instaurada uma *luta de representações* (CHARTIER, 1990)

³² Contribuíram para as mudanças o Bureau International para a Educação Nova, em 1899, e a Liga Internacional para a Educação Nova, fundada em 1921.

³³ Não utilizamos essa expressão ao longo do nosso trabalho (apenas quando for discurso dos autores) por acreditarmos, baseados na literatura recente sobre o tema, que considerar tudo que foi discutido, teorizado e praticado antes do movimento educacional renovador, chamado de tradicional (leia-se retrógrado, ultrapassado, ruim) é reduzir demais o processo educativo. A ruptura entre o dito “velho” e o “novo” não existiu completamente.

em disputa atreladas aos significados de tradicional e moderno. A dicotomia entre o velho e o novo, o primeiro como sinônimo de retrógrado e antiquado, e o segundo atrelado ao moderno e ao futuro, criava um contexto de comparações e de necessidade de mudanças nas formas de ensinar. As investigações científicas, principalmente no âmbito da psicologia, alteravam significativamente as concepções de criança e de desenvolvimento da criança, o que provocava mudanças nas técnicas e práticas educativas.

Essa renovação pedagógica aglutinou várias interpretações e tendências, ampliando seus significados e possibilidades práticas. As ideias disseminadas e os conceitos operantes (MONARCHA, 2009) ao longo do século XX, sob o signo de Escola Nova, sofreram influência, principalmente, das proposições de John Dewey (1859-1952) – educação progressiva, William Kilpatrick (1871-1965) – método de projeto, Ovide Decroly (1871-1932) – centro de interesse, Édouard Claparède (1873-1940) – pedagogia psicológica/ educação funcional, Maria Montessori (1870-1952) – pedagogia científica, e do suíço Adolphe Ferrière (1879-1952) – escola ativa. Essas ideias influenciaram o pensamento de autores brasileiros como Anísio Teixeira (1900-1971), Lourenço Filho (1897-1970) e Fernando de Azevedo (1894-1974), alguns expoentes da Escola Nova no Brasil.

Várias interpretações têm movimentado desde os anos de 1970 as discussões sobre esse movimento de renovação. Ao demarcar periodizações, analisar reformas educacionais, investigar os sujeitos e suas ações, as coleções pedagógicas, os periódicos, as instituições, as normativas oficiais, as conferências nacionais, os materiais escolares e os manuais pedagógicos, esses estudos manifestam a importância desse período para o rumo que foi dado a educação.

Embora muito se tenha discutido sobre as periodizações relacionadas a certa “origem” do movimento de renovação educacional no Brasil ligado à Escola Nova, consideramos neste trabalho que em fins do período imperial brasileiro, principalmente nas duas últimas décadas, algumas reformas, normativas e práticas já continham elementos³⁴ mais tarde considerados

Essa passagem foi (e ainda é) repleta de idas e vindas. Além disso, frisamos que o que é considerado novo e moderno precisa ser situado no tempo histórico, afinal, o moderno é sempre situável.

³⁴Esse entendimento passa também pela ideia que está sendo difundida há algum tempo na historiografia educacional brasileira, de que a escola primária não foi uma invenção da República, representação por muito tempo veiculada a ideia da República como *marco zero* da escolarização e das políticas de institucionalização da educação brasileira. (SHUELER; MAGALDI, 2009). Assim também as ideias pedagógicas e práticas associadas ao movimento de renovação educacional, não surgiram na República, ou seja, a Escola Nova não foi o *marco zero* do movimento de renovação como foi tão difundido, inclusive, por alguns de seus expoentes, a exemplo de Fernando de Azevedo em sua obra *A Cultura brasileira* (1943). Elas foram neste período reelaboradas e mais delineadas conforme os objetivos pretendidos.

como parte do repertório da Escola Nova, como, por exemplo, o método³⁵ das Lições de Coisas ou Intuitivo, prescrito para a escola normal na Reforma Leôncio de Carvalho (1879), os pareceres de Rui Barbosa (1882) com a crítica ao verbalismo na educação, e a introdução das disciplinas de educação física, ginástica e de higiene escolar nos currículos, principalmente no âmbito das escolas normais, entre outros. (VIDAL, 2011).

Apesar de algumas ideias serem classificadas como novidades a partir da década de 1920, sabemos que alguns de seus princípios já circularam em tempos anteriores, sob outras roupagens. Várias mudanças enunciadas nesta época já estampavam algumas prescrições no século XIX, como a disciplinarização dos corpos e dos gestos dos alunos, o respeito às normas higiênicas, o caráter científico dos saberes pedagógicos e a ênfase no ato de observar e intuir do aluno. O que mudou foram os significados associados a essas questões. (VIDAL, 2011).

No entanto, as ideias renovadoras, atreladas à Escola Nova, no caso brasileiro, são comumente identificadas com mais ênfase a partir de alguns eventos que agitaram os anos de 1920 e 1930, como o Inquérito³⁶ sobre a Educação (1926), elaborado por Fernando de Azevedo para o jornal *O Estado de São Paulo*, a *Revista Escola Nova* (1930-1931) e o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que pôs em cena uma proposta de reconstrução nacional baseada em alguns pilares e em mudanças de perspectiva, indicando, entre outras coisas, os valores e as finalidades da educação, e defendendo uma escola pública, única, gratuita, obrigatória, laica e, ainda, o princípio da coeducação.

Contribuiu para disseminar as ideias de conotação renovadora as Coleções Pedagógicas: *Biblioteca de Educação*, criada por Lourenço Filho em 1927 e editada pela Companhia melhoramentos, a *Coleção Atualidades Pedagógicas*, organizada por Anísio Teixeira, pela Companhia Editora Nacional, em 1931, e a criação da *Biblioteca Pedagógica Brasileira* por Fernando de Azevedo pela Editora Nacional também em 1931. Percebe-se aqui um esforço para tornar acessível a tradução e publicação de uma bibliografia internacional³⁷ e nacional sobre o

³⁵Abordaremos mais sobre os métodos de ensino na análise das fontes.

³⁶Em 1937 as matérias publicadas nesse jornal e que constituíram o inquérito coordenado por Fernando de Azevedo foram reunidas e lançadas no livro *A educação pública de São Paulo. Problemas e discussões. Inquérito para o estado de São Paulo*.

³⁷ A título de conhecimento, elencamos alguns livros de autores estrangeiros embebidos do discurso renovador, que circularam em diferentes países e certamente fizeram parte do esforço em disseminar essas ideias. Em ordem cronológica: *Psicologia da criança e pedagogia experimental* – Claparède (1905), *O método da pedagogia científica* – Montessori (1909), *A escola sob medida* – Claparède (1910), *Antropologia pedagógica* – Montessori (1910), *Como pensamos* – Dewey (1910), *Ideias modernas sobre as crianças* – Binet (1911), *Interesse e esforço na educação* – Dewey (1913), *Escolas de amanhã* – Dewey (1915), *O método de projetos* – Kilpatrick (1918),

tema. Somado a isso são publicados alguns livros, como *Aspectos americanos da educação* (1928), de Anísio Teixeira e *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), de Lourenço Filho.

Também podemos identificar como lugares importantes de movimentação destas ideias os Congressos e Conferências para discutir temas específicos relacionados a esse pensamento, e as Reformas³⁸ Educacionais nos diversos estados, além da reforma do Instituto de Educação do Distrito Federal na gestão de Fernando de Azevedo e posteriormente desenvolvida por Anísio Teixeira enquanto diretor geral da instrução e por Lourenço Filho na direção do Instituto. (VIDAL, 2011).

Percebemos a partir dessa breve incursão que um elemento importante caracteriza a Escola Nova no contexto brasileiro: a forte presença do Estado no setor educacional. Ressaltamos, antes, que a maior intervenção do Estado na educação foi um movimento mais amplo e compartilhado em outros países. Principalmente entre as décadas de 1870 e 1920, a escola de massas, laica, coordenada pelo Estado, sob a égide de sistemas nacionais de educação e organismos correlatos se desenvolveu e operacionalizou uma gama de saberes, em sua maioria vinculados a ideia do novo e moderno.

No Brasil, o discurso oficial com características renovadoras tomava amplitude quando consideramos, por exemplo, que “[...] a introdução das ideias da Escola Nova no contexto brasileiro é identificada também pela movimentação (alternada e/ou simultânea) de suas lideranças nos cargos políticos, administrativos, editoriais e docentes [...]” (VALDEMARIN, 2010, p. 112). Nessa perspectiva,

[...] assistia-se a passagem do estado de revolução para o estatismo impulsionador e controlador de mudanças; de um momento para outro o Estado trouxera para si a legislação, a administração e o controle do sistema de ensino com o intuito de dar forma e conteúdo à educação nacional, insigne garantia de um futuro renovado para o país. (MONARCHA, 2009, p. 72).

Para a escola renovada – Decroly (1921), *A escola ativa* – Ferrière (1922). Destacamos também como iniciativas coordenadas por esses teóricos que auxiliaram na propagação das ideias renovadoras, a *Ligue Internationale pour L'Éducation Nouvelle* (1921) e a *Bureau Internacional de L'Éducation* (1925).

³⁸As reformas as quais nos referimos são: reforma Sampaio Dória, em São Paulo (1920), reforma Lourenço Filho, no Ceará (1922), reforma Carneiro Leão, no Distrito Federal (1922), reforma José Augusto, no Rio Grande do Norte (1925), reforma Lysímaco da Costa, no Paraná (1927), reforma Francisco Campos, em Minas Gerais (1927), reforma Carneiro Leão, em Pernambuco (1928), reforma Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) e a reforma Anísio Teixeira, na Bahia (1928).

A expressão Escola Nova e os sentidos atribuídos a ela figuravam em destaque através dos sujeitos que comunicaram via discurso oficial (reformas educacionais nos estados, cargos políticos, editoriais ou administrativos), a renovação do ensino. Embora já aparecesse de forma tímida nos debates do início do século XX, principalmente a partir da década de 1920 e 1930 é possível visualizar com mais ênfase a presença desse discurso renovador cunhado, inclusive, pelo uso mais recorrente da expressão Escola Nova, e da rede de significados a ela relacionados. A intervenção do Estado, inclusive embebido do discurso de sujeitos vinculados ao ideário renovador, por meio de determinadas iniciativas e ações de seus agentes, pode ser considerada um fator essencial para pensar a criação e a manutenção de determinadas iniciativas em prol do movimento, como por exemplo, a criação de periódicos pedagógicos.

Kulesza (2003, p. 06) destaca que há “[...] uma característica inegável do escolanovismo no Brasil, a saber, sua forte dependência a iniciativas educacionais a cargo do poder público”. Isso é observável no estado da Paraíba quando, por exemplo, identificamos que é a partir da década de 1930, quando o estado assume do ponto de vista oficial o discurso renovador da educação, que aumentam as discussões e ações em prol desse movimento.

A partir da década de 1930 o discurso tomou fôlego na agenda do governo, que propôs uma coluna intitulada *Escola Nova*, em 1931, no jornal de maior veiculação e destaque do estado no período, *A União*. Também criou uma revista pedagógica subvencionada pelo estado, em 1932, que circulou durante dez anos – a *Revista do Ensino*, além de outras iniciativas como as Semanas Pedagógicas que na década de 1930 funcionaram como uma espécie de formação continuada para os docentes do ensino primário, e tinham o viés renovador.

É interessante observar que essas iniciativas do ponto de vista do estado também estão relacionadas à outra característica desse movimento no Brasil, a saber, a preocupação com a formação do professor primário. Incide, portanto, nos lugares de formação, nos materiais utilizados e nos conteúdos veiculados nesses impressos.

Elemento de destaque nesse enredo diz respeito aos agentes dessa renovação. Eram, por excelência (mas não de forma unânime), professores formados em escolas normais. Concepção atrelada à ideia de que “[...] o escolanovismo centrava a aprendizagem na criança, a qual, notadamente após a República, deveria ser educada na escola pública por professores formados pelo Estado em Escolas Normais tendo em vista a sociedade moderna.” (KULESZA, 2003, p. 06). Na Paraíba, os principais sujeitos que estiveram à frente das propostas e discussões

renovadoras eram formados nas escolas normais: José Baptista de Mello, Eduardo Monteiro de Medeiros³⁹, Julita Ribeiro⁴⁰, José Gomes Coelho⁴¹, Olivina Olívia Carneiro da Cunha⁴², Eudésia Vieira⁴³, Mario Gomes Pereira de Souza⁴⁴. Embora não haja informações precisas,

³⁹ Formado na Escola Normal do estado, foi editor do jornal *Correio da Serra* em 1907, na cidade de Areia-PB, professor primário, vice-presidente da Sociedade dos Professores Primarios da Paraíba (1917-1918), inspetor geral do ensino, diretor do jornal *O Educador* durante o seu ciclo de vida (1921-1922), primeiro diretor da Diretoria do Ensino Primário, criada na Paraíba em 1931, inspetor dos estabelecimentos de ensino secundário no estado. Participou da organização das Semanas Pedagógicas e publicou o livro *Problemas e Necessidades da Paraíba*, pela Imprensa Oficial do estado em 1931. (NECROLÓGICO, 1942).

⁴⁰ Julita Ribeiro formou-se na Escola Normal em 1912. Fundou com os professores Sizenando Costa e Maria Isabel Dantas o Grupo Escolar Thomas Mindello em 1916 e foi professora da primeira cadeira mista desta instituição. Exerceu o magistério também como lente de Língua Portuguesa no Liceu Paraibano (1918), na Escola Normal (cadeira de Pedagogia e Didática) e no Colégio Nossa Senhora das Neves. (SANTOS, 2010; SANTOS; NUNES, 2009). Na imprensa pedagógica ela publicou dez textos no jornal *O Educador* (1921-1922) veiculando lições variadas sobre assuntos do ensino primário (esses textos são discutidos no 3º capítulo deste trabalho) e três textos na *Revista do Ensino* (Exercícios de Lições como ensino biográfico - Ano II, nº 6 e 7, Clube de Linguagem - Ano X, nº 17, A prática do ensino de linguagem - Ano X, nº 18). Destacamos ao leitor que nesse último impresso é possível encontrar a assinatura de Julita de Vasconcelos e não Julita Ribeiro. Acreditamos que se refere a mesma pessoa pois Julita Ribeiro (talvez o seu nome de solteira) casou-se com João Peixoto de Vasconcelos, e certamente, levando em consideração a época, deve ter acrescentado o nome do marido. Além disso, os textos da *Revista do Ensino* assinados por Julita de Vasconcelos seguem a mesma temática e estilo da autora ao longo de outras publicações.

⁴¹ José Gomes Coelho nasceu em 1898, no município de Esperança – PB, e faleceu em 1954 na capital do estado. Formou-se professor pela Escola Normal, bacharel em Direito pela Faculdade do Recife e agrimensor formado pela Escola de Agrimensura da Parahyba. Foi professor e diretor do Liceu e da Escola Normal, professor do Instituto *Underwood*, da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, da Escola de Aperfeiçoamento (1934) e exerceu os cargos de inspetor fiscal do ensino, diretor dos serviços elétricos, secretário da Fazenda, juiz do Tribunal Regional Eleitoral e bibliotecário. (BARBOSA *et al*, 2009). Participou da elaboração da reforma da instrução do estado da Paraíba em 1917, publicou um importante livro intitulado *Esforço de chorographia da Parahiba* (1919) – indicado para uso nas escolas públicas, fez parte da Sociedade dos Professores Primarios, do Boletim produzido por essa sociedade e das Semanas Pedagógicas.

⁴² Olivina Olívia Carneiro da Cunha (1886 -1977) foi diplomada pela Escola Normal em 1904 e exerceu a profissão de professora nessa instituição, na Escola de Aperfeiçoamento (1934), no Liceu Paraibano, no Colégio Estadual e no Ginásio Nossa Senhora das Graças. Foi vice-presidente (1919-1920) da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, uma das fundadoras da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, além de poeta e colaboradora nos jornais *A União*, *A Imprensa* e nas revistas *Era Nova* e *Manaíra*. Foi sócia do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e do Instituto de Genealogia e Heráldica. (SILVA, 2012).

⁴³ Eudésia Vieira nasceu em 1894 na cidade de Livramento – PB e faleceu em João Pessoa no ano de 1981. Formou-se na Escola Normal (1911) e em medicina (1914) na Faculdade de Medicina do Recife. Exerceu as profissões de professora primária, médica e jornalista. No Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, exerceu as funções de 1ª secretária (1925-1926), de oradora (1956-1959) e trabalhou na comissão de contas do Instituto (1959-1962). (SALES, 2008). Colaborou na organização da Sociedade dos Professores Primarios do estado, na *Revista Era Nova*, nos jornais *A Imprensa*, *O Norte*, *A União*, *O Educador*, e dentre outras produções publicou o livro *Pontos de História do Brasil* (1921), cujo parecerista foi Alcides Bezerra.

⁴⁴ Mario Gomes Pereira de Souza, diplomou-se na Escola Normal do estado, publicou alguns textos no jornal *O Educador*, foi professor primário do Grupo Escolar Solon de Lucena em Campina Grande – PB (1924), e exerceu também o cargo de diretor nessa instituição. Escreveu oito textos na *Revista do Ensino* ao longo do seu ciclo de vida, participou da organização e das palestras das Semanas Pedagógicas promovidas pelo estado nos anos de 1930, e foi professor do Curso de Aperfeiçoamento de Professores em 1942, ministrando aulas na disciplina *Problemas de frequência, pontualidade e da evasão escolar*.

inferimos que Alice de Azevedo Monteiro possivelmente também tenha obtido a sua formação para o magistério em escola normal.

Ainda segundo o pesquisador Wojciech Kulesza (2003, p. 08), “na história do escolanovismo no Brasil sobressai o papel fundamental desempenhado pelas iniciativas tomadas no âmbito das escolas normais públicas.” Ao iluminar o foco nos sujeitos que operacionalizaram tais mudanças, o autor percebeu que os signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) possuíam relação com as escolas normais em sua formação e/ou como campo de atuação profissional. Assim também constatamos a vinculação dos agentes dessa renovação educacional na Paraíba às escolas normais.

Podemos dizer, então, que o movimento de renovação educacional no estado, sob os princípios da escola nova, ocorreu principalmente no âmbito das iniciativas governamentais, a partir da década de 1930, por educadores que, formados em escolas normais, e alguns deles exercendo papéis representativos em cargos públicos, disseminaram o ideário modernizador da escola. Portanto, consideramos que data do início dos anos de 1930 um maior investimento do ponto de vista das iniciativas oficiais frente a tais discussões. Um breve caminhar sobre o surgimento da imprensa pedagógica no estado demonstra a veracidade dessa assertiva.

De acordo com Assunção (2016) a imprensa pedagógica da Paraíba teve início no século XX, com os jornais *O Patriota* (1903), produzido por alunas da Escola Normal, *A Gazetinha* (1906), criado pelo grêmio literário Francisco Barroso, *Lábaro* (1908), desenvolvido por discentes do Liceu Paraibano e a revista *O Lyceum* também produzida por alunos do Liceu em 1913.

Após essas iniciativas pontuais e de curta periodicidade, foi lançado o *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios* (1919-?) e posteriormente o jornal *O Educador* em 1921. Esse jornal foi criado e mantido por professores e professoras do ensino primário do estado e veiculava, entre outras questões, as ideias pedagógicas que se desejava disseminar. Teve sua primeira publicação em novembro de 1921 e a última em setembro de 1922. Participaram do corpo redacional desse jornal alguns sujeitos envolvidos nas discussões educacionais do período, como os professores José Baptista de Mello, Eduardo Medeiros, Sizenando Costa, Julita Ribeiro, dentre outros.

Esse periódico foi criado por um grupo de professores, que embora tivessem relações estreitas com a máquina estatal, pois alguns exerciam cargos públicos de destaque, não falavam

explicitamente a partir do discurso oficial instituído pelo Estado. Ainda que tenhamos pontuado isso, não podemos deixar de inferir que a própria vinculação desses sujeitos a instituições escolares, no cargo de professores, já configura uma relação com o Estado, e, portanto, podemos dizer que esse gupo era a própria fala do Estado (no sentido dos sujeitos que o constituíam), embora não regulamentado/ prescrito/ publicizado como tal.

Dito de outra forma, esse jornal não era porta-voz oficial no sentido de ser mantido, subvencionado e “licenciado” pelo estado, das prescrições e debates pedagógicos dirigidos aos docentes. Ele veiculava notícias, informações sobre a situação educacional, matérias sobre temas diversos elementos ligados ao ensino e a sociedade de um modo geral, mas não tinha a característica de ser um órgão oficial da imprensa pedagógica do estado. No seu primeiro número destaca o seu propósito:

Os professores primários da nossa terra, num movimento digno de louvor, houveram por bem fundar esta folha semanal, não só para defesa dos direitos de sua classe, já bem numerosa, como também para disseminar no seio da mesma os ensinamentos pedagogicos. [...] Será um repositório do que fôr surgindo por ahi fora em materia de methods e processos de ensino, um vulgarizador das verdades conquistadas pela pedagogia e também por esse novo e esperançoso saber – a pedologia. (BEZERRA, 01/11/1921, p. 01).

Destacamos essa questão, pois não consideramos esse periódico como uma iniciativa do governo em prol da instrução pública. Esta só ocorreu como dito anteriormente, em 1932, na criação da *Revista do Ensino*, impresso que teve a importante e explícita função de simultaneamente, tornar visível os atos oficiais do Departamento de Educação do estado e difundir os conhecimentos pedagógicos ao professorado. Além disso, apontamos que esse periódico educacional, produto da cultura escrita de uma dada época, dispositivo de configuração de um público leitor (os professores) e veículo de propaganda do estado, serviu como instrumento de formação de professores, e os saberes pedagógicos nele veiculados, em consonância com os ditames do movimento renovador, foram disseminados no estado como o ideário em que se desejava formar os docentes.

O periodismo pedagógico foi, sem dúvidas, uma estratégia de circulação dessas ideias no contexto internacional⁴⁵ e brasileiro. Maria Helena Camara Bastos (2002) produziu uma lista

⁴⁵ Algumas revistas foram: *The New Era* e *Progressive Education* (Inglaterra e Estados Unidos); *Pour l'Ere Nouvelle*, órgão da *Ligue Internationale* dirigida por Decroly e Ferrière; *L'Educazione Nazionale*, pelo italiano

(embora esteja faltando vários periódicos em função das pesquisas posteriores), de jornais e revistas pedagógicas que circularam no Brasil entre os anos de 1808-1944. Denise Barbara Catani (2002) elaborou uma lista sobre a imprensa pedagógica paulista de 1873 a 1911. Essas e outras compilações buscaram inventariar possíveis materiais de investigação sobre a educação, o ensino, os métodos, as ideias pedagógicas, etc.

Martins (2008) destacou que no caso do periodismo pedagógico paulista das primeiras décadas republicanas os vários títulos que surgiram tiveram em sua maioria uma curta duração que pode ser explicada principalmente, apesar de não ser esta a única razão, pelo diminuto ou ausente auxílio do Estado nessa matéria. Ao afastar-se dos subsídios destinados a essas publicações, as Associações, sejam de professores, de alunos, e ainda, de instituições escolares que por meio dos grêmios criavam periódicos, assumiam essa função. No entanto, os altos custos para manter-se circulando periodicamente faziam com que muitos desses títulos desaparecessem.

Inferimos que talvez a própria subvenção desses impressos pelo Estado foi um fator influenciador no desenvolvimento e periodicidade dos mesmos. O jornal *O Educador* teve um ciclo de vida de dez meses, e sem auxílio do governo buscava se manter a partir das assinaturas e dos anúncios. Já a *Revista do Ensino*, com duração de dez anos, recebeu proventos do estado e dos assinantes.

Aqui destacamos uma questão de fundamental importância: a formação dos professores foi um assunto colocado à baila no movimento de renovação pedagógica. Passava pelo entendimento de que para alcançar êxito essas mudanças e proposições deveriam incidir na formação e preparação dos profissionais que operacionalizariam essas propostas. Os professores eram um dos principais sujeitos encarregados na tarefa de reformarem a sociedade, atrelado a ideia de reforma da sociedade pela reforma da escola. (CARVALHO, 2005).

Shueller e Magaldi (2009) sinalizam como tendência geral de uma cultura escolar escolanovista, a preocupação com a cientificização das práticas, o que gerava a necessidade de uma maior especialização do educador em espaços próprios para esta atividade e cuja formação estivesse pautada nos ideais renovadores.

Lombardo-Radice; *Revista de Pedagogia*, pelo espanhol Luzuriaga; *Escola Nova e Educação Social*, editada em Portugal e dirigida por Adolfo Lima e Antônio Sérgio; *La Nueva Era*, dirigida no Chile por Hamel; *Escuela Activa*, no Uruguai; e *Nueva Era*, na Argentina. (MONARCHA, 2009).

Instituídos como lugares de instauração do novo e vinculado às relações de poder, tais eventos, lugares de estratégias, produziram e fizeram circular ideias. Estas foram apropriadas de diferentes formas pelos sujeitos nos diversos espaços em que atuaram. Pensar sobre a interpretação que alguns atores fizeram do ideário renovador e particularmente da Escola Nova é um movimento interessante e necessário. É sobre isso que também tratamos no nosso trabalho quando analisamos os discursos dos professores em revistas e jornais pedagógicos.

O movimento da Escola Nova não veiculava um conjunto de prescrições únicas e coesas entre os seus defensores. Esse ideário foi formado por várias perspectivas⁴⁶ diferentes do que se deveria defender e prescrever em educação. Por isso deve-se ter o cuidado em não homogeneizar as ideias em um conjunto fechado e na utilização do termo Escola Nova como se esse movimento não tivesse particularidades próprias de acordo com os sujeitos que as produziam e difundiam as ideias por meio de suas produções. Na medida em que as proposições dos professores na imprensa pedagógica do estado forem analisadas, as concepções teóricas que lhes dão base também serão discutidas. Isso nos ajuda a perceber quais as matrizes teóricas que norteavam o discurso e possivelmente a prática desses agentes.

O repertório das escolas novas, cujo centro foi o estudo da infância, operou com disciplinas como a medicina, a psicologia, a biologia, a antropometria, a sociologia e a estatística para afirmar a aprendizagem ativa da criança por meio do método experimental e da atividade espontânea. Quando falamos nesse movimento de renovação educacional no caso brasileiro alguns elementos sobressaem: valorização dos métodos ativos, centralidade no aluno, respeito a personalidade do aluno, atividades que levem em consideração a lógica do desenvolvimento infantil e não a do adulto, o desenvolvimento físico, moral e intelectual,

⁴⁶ Não objetivamos concluir que estes eram os princípios de toda e qualquer mudança educacional que se intitulava renovadora sob a égide da nomenclatura de Escola Nova. Tampouco buscamos perceber se cada um deles foi seguido à risca nas experiências brasileiras. No entanto, consideramos importante pontuar que no início do século XX uma das referências sobre a educação nova na Europa que certamente influenciou o desenvolvimento e repercussão do movimento foi Adolphe Ferrière (1879-1960). Ele possui várias obras que explicam, defendem e demarcam os princípios dessa mudança, mas um dos seus textos frequentemente citados é o prefácio que escreveu no livro de Faria Vasconcelos chamado *Une École Nouvelle em Belgique* (1915). Nele o autor escreveu trinta princípios para caracterizar a educação nova. Vários destes elementos, salvaguardando especificidades, podem ser identificados nas proposições que se seguiram, inclusive no Brasil. Por isso, como uma forma de exemplificar uma interpretação das ideias novas, alguns desses princípios descrevem que a escola nova seria: laboratório de pedagogia prática, que daria prioridade ao campo e a natureza nos trabalhos realizados, a coeducação dos sexos perpassaria todo o ensino, seria importante e obrigatório os trabalhos manuais, deveria exercitar a ginástica natural, fazer viagens e acampamentos, e que o ensino deveria ser baseado nos factos, nas experiências e nos interesses espontâneos da criança, dentre outros. (ALVES, 2010).

conteúdos atrelados as áreas da psicologia experimental, da sociologia e da biologia, os trabalhos manuais, os centros de interesse, o método de projetos, os museus escolares, a promoção da nacionalidade, o incentivo a hábitos de higiene e a prática de exercícios físicos, como a ginástica nas escolas, a preocupação com o estudo da língua materna, do cálculo, do desenho, da geografia e da história do Brasil e local, a educação moral e cívica, a relação entre a escola e a vida da criança, e tomando a lógica do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e a coeducação dos sexos.

Após esse passeio sobre os caminhos teóricos e metodológicos que trilhamos e com quais ferramentas fizemos isso, destacamos a seguir elementos gerais que nortearam os próximos capítulos deste trabalho. No capítulo 2, intitulado *Avante! Por uma escola renovada na Paraíba!* apresentamos como se configurava a dinâmica de formação de professores no estado e alguns dos meios de atuação desses sujeitos (Associação dos Professores Primários da Parahiba, Boletim Pedagógico e semanas pedagógicas), articulando as ações e os repertórios às ideias renovadoras.

No capítulo 3, a ênfase recaiu sobre um impresso pedagógico específico, o jornal *O Educador*. Em *Extra! Extra! Os professores primários fundaram O Educador*, discutimos a materialidade, apresentamos os principais sujeitos que escreveram e as ideias pedagógicas que veicularam. Foram analisados os anúncios e algumas seções desse jornal, estabelecendo relações com o repertório pedagógico do período.

No capítulo 4, *Novos rumos à educação paraibana: a Revista do Ensino (1932-1942)*, analisamos o ciclo de vida desse impresso (produção, circulação e estratégias editoriais, tiragem, periodicidade, conteúdos, fotografias, capas, mudanças) e aspectos da sociabilidade dos sujeitos que nela escreviam e participaram.

Em *Professor, eis aqui os seus ideais formativos!*, capítulo 5 deste trabalho, nos debruçamos sobre a Revista do Ensino enquanto suporte material de “programas” pedagógicos, a partir da análise das três fases desse periódico. A materialidade e as ideias pedagógicas dos sujeitos que nele escreviam buscaram formar docentes a partir de determinados elementos envoltos no repertório renovador.

Dito isto, destacamos que as concepções pedagógicas em seus respectivos contextos ao pretenderem orientar práticas produziram uma série de mediações onde estabeleceram estratégias. Os dispositivos vinculados à imprensa, sobretudo a pedagógica, como revistas e

jornais foram espaços de disputas e de divulgação dos novos conhecimentos. Analisar como os professores atuaram, se posicionaram e propuseram modos de fazer nesses impressos, é, sem dúvida, um caminho para interpretar quais os *conselhos*⁴⁷ e *instruções a ti, professor!* Não é muito assinalar também que nossos recortes e escolhas não excluem novos olhares e perspectivas de análise sobre esse passado que buscamos interpretar. A nossa interpretação é apenas uma dentre as muitas possíveis.



⁴⁷ O início do título desta tese faz referência a um texto do professor Junqueira Matos, intitulado *Conselhos e instruções a ti professor*, publicado na *Revista do Ensino*, nº 10, de julho de 1934. Nesse artigo o docente explicitou questões que perpassaram as orientações, encaminhamentos e prescrições vistas nas análises e pesquisas das fontes para este trabalho. Consideramos oportuno utilizá-la pois sinaliza o cerne da atuação e formação dos professores a que nos debruçamos.

2. AVANTE! POR UMA ESCOLA RENOVADA NA PARAÍBA!

O movimento de renovação utilizou de vários meios para atingir seus objetivos. Livros, conferências, imprensa periódica, imprensa pedagógica, associações de professores e implantação de reformas, foram alguns dos espaços de divulgação dessas ideias. Todos esses lugares de enunciação visavam atingir um sujeito específico, o professor. Segundo Carvalho; Toledo (2007, p. 97), “a questão central do *programa* era promover uma mudança de mentalidade do professorado, habilitando-o como promotor da reforma escolar projetada”. Esses agentes foram considerados personagens importantes no processo e muitas iniciativas foram tomadas pensando na formação desses sujeitos, que como Carvalho (2011) aponta, foram eles, os educadores, mediadores do ensino moderno.

No referido capítulo discutimos sobre a formação dos professores na Paraíba destacando alguns desses lugares de formação e *ação política*. A formação dos docentes oscilou entre as iniciativas do Estado (concursos como formação, legislações educacionais, coluna fixa no jornal oficial, cursos de aperfeiçoamento, semanas pedagógicas, instituições educacionais, revista pedagógica) e as ações dos professores (sociedade de professores, boletim pedagógico, jornal pedagógico, semanas pedagógicas).

Destacamos que tais estratégias não foram operacionalizadas isoladamente por cada um desses agentes, principalmente porque no início do século XX os professores usaram os espaços oficiais para propagarem as ideias renovadoras em matéria de educação. Exemplo disso são as leis elaboradas com a participação de professores atuantes em prol de mudanças pedagógicas que usaram esse espaço para debater e instituir práticas baseadas em ideias renovadoras, ou mesmo, práticas como as semanas pedagógicas, nos anos 1930, que foram realizadas em parceria com a associação dos professores e o governo do estado.

A seguir discutimos como isso aconteceu ao longo do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do XX a fim de nos ajudar a pensar as estratégias, suportes, sujeitos e ideias que foram utilizadas para a formação desses agentes pelo estado da Paraíba e por eles mesmos.

2.1. Breve histórico da formação docente no estado

Remonta ao final do século XVII, na Europa, a criação de estabelecimentos voltados a formação de professores. Mas foi no século XIX que esse modelo de educação escolarizada pensada para a formação de professores tomou maiores proporções. No Brasil essa questão aparece de forma explícita após a Lei Geral do Ensino de 1827, que no artigo 5º determinou que os docentes que não tivessem instrução para ministrar aulas de acordo com o ensino mútuo deveriam ser formados, às suas custas, nas escolas das províncias. Estava posta a orientação estatal, embora não de forma detalhada, sobre a necessidade de formação dos docentes primários.

Outra iniciativa do Estado, a promulgação do Ato Adicional de 1834, também reverberou na formação de professores, uma vez que ao instituir a responsabilidade da instrução primária nas províncias, baseado no princípio de descentralização administrativa, estas tiveram que organizar os seus próprios “sistemas” de ensino para formar professores. A partir da década de 1830, as escolas normais, sendo a escola normal em Niterói (1835) a primeira no Brasil, sob o controle do Estado, marcaram um novo momento no processo de formação e institucionalização da profissão docente. (SAVIANI, 2009; VILLELA, 2011).

Principalmente a partir de 1870, momento em que as escolas normais se estabeleceram de fato como o lugar por excelência da produção das normas e condutas que deveriam chegar às escolas primárias por meio dos professores, tornava-se cada vez mais necessário que esses profissionais, em gradual substituição à figura dos mestres escola, fossem preparados adequadamente em tais instituições. De acordo com Kulesza (2003, p. 05), “[...] as Escolas Normais foram, desde 1870 até meados da década de 30, o campo de experimentação e difusão por excelência da renovação educacional no Brasil”.

Araújo (2010) desenvolveu um trabalho doutoral sobre o processo de formação de professores, principalmente no âmbito da Escola Normal da Paraíba entre os anos de 1837 e 1889. A autora percebeu em sua pesquisa que aparecem de forma recorrente nos discursos e nos relatórios administrativos dos governantes do período, duas questões fundamentais: a baixa remuneração dos professores e a falta de qualificação adequada para o exercício do magistério. A necessidade de formação específica para os docentes em estabelecimentos chamados de

Escolas Normais aparece na então província na fala do presidente à época, Bazilio Torreão em 1837. No entanto, apenas décadas depois essa ideia se concretizou.

As práticas recorrentes de formação para o magistério primário do estado no oitocentos foram os concursos públicos em que se exigia dos candidatos conhecimentos em escrita, leitura e cálculo, e a formação do docente no exercício do magistério, isto é, na prática em sala de aula. Essas formas de habilitação e qualificação para o magistério, somada a outros elementos de caráter político e administrativo, contribuiu para retardar a criação de uma Escola Normal no estado. Na segunda metade do século XIX, vários discursos e propostas figuraram entre os sujeitos que falavam em nome do estado na administração pública e contribuíram para circular a necessidade de formação docente em estabelecimentos próprios. (ARAÚJO, 2010).

Em 1874, por meio da Lei nº. 564 de 28 de setembro deste ano foi criada uma cadeira de ensino normal para alunos do sexo masculino que funcionou no Liceu. Essa cadeira durou pouco tempo e foi extinta pela Lei nº. 633 de 26 de julho de 1876. A normativa nº. 761 de 07 de dezembro de 1883 converteu o Liceu em Escola Normal de dois graus. Essa configuração foi suprimida em 1885 pelo presidente de província à época Antonio Herculano Filho. A institucionalização oficial da escola normal para ambos os sexos, embora funcionasse em espaços separados e tenha poucas evidências com relação à escola normal de 1º grau para o sexo masculino, foi dada pelo regulamento nº 30 de 30 de julho de 1884, e institucionalizada pela Lei nº. 780 de 08 de outubro de 1884, na gestão do presidente Jose Ayres do Nascimento. Foi somente inaugurada no dia 07 de abril de 1885 na gestão de Antonio Sabino do Monte. Nesse mesmo ano, a lei nº. 799 de 06 de outubro, sancionada pelo presidente Bandeira Filho, transformou a escola normal em externato normal destinado à formação de docentes do sexo feminino para atuarem nas escolas públicas primárias. (ARAÚJO, 2010). No entanto, como afirmou esta autora:

[...] as evidências disponibilizadas mostraram que mesmo com a instauração de um novo modelo estrutural e pedagógico – o Externato Normal – regulamentado em 1886, não produziu os resultados esperados quanto a formação pedagógica do professorado. [...] Com efeito, a Parahyba do Norte, em função de seus condicionantes políticos, não conseguiu estabelecer, construir e consolidar a valorização da formação docente e nem a profissionalização da carreira docente [...]. (ARAÚJO, 2010, p. 257).

A regulamentação do externato normal sofreu alterações por meio do decreto nº. 13 de 12 de fevereiro de 1892, no governo de Álvaro Machado, sendo substituído pela Escola Normal para ambos os sexos, através do decreto nº 7 de fevereiro do ano seguinte, também na gestão desse sujeito. A Escola Normal passou por algumas reformas internas e foi instalada em vários espaços durante sua trajetória. Em 1919 obteve prédio próprio construído na gestão de Francisco Camillo de Hollanda. A construção chamava atenção pela suntuosidade presente no prédio construído sob os modernos preceitos arquitetônicos e educacionais da época. É desse governo a sanção do decreto 873, de 21 de dezembro de 1917, que reformou a instrução e possuía alguns elementos relacionados ao movimento de renovação educacional.

Essa legislação apontava para elementos como: promoção da nacionalidade, higiene, estudo da língua materna como essencial, seguido da gramática, linguagem, cálculo, geografia, o ensino de história como fator importante para a educação moral, o ensino de desenho e de trabalhos manuais. Apresenta a promoção de uma educação física (ginástica e exercícios espontâneos), intelectual (intuitiva e prática) e moral (bons exemplos). (BISERRA, 2015).

Além da agitação em torno da renovação pedagógica e formativa dos docentes no plano legislativo e das instituições de formação, a imprensa paraibana também foi lugar de produção e movimentação das ideias. Imbuído do desejo de renovação pedagógica e considerando a ausência de um periódico pedagógico voltado aos professores, após o encerramento das atividades de *O Educador*⁴⁸, em 1922, que pudesse disseminar as “novas” ideias, foi instituída, pela Inspetoria Técnica de Ensino do estado, que tinha como agente o professor José Baptista de Mello, uma coluna intitulada Escola Nova, no jornal *A União*. Ela permaneceu no referido jornal entre os meses de abril a agosto de 1931.

[...] Na ausência de uma revista nossa e nos servindo das columnas agasalhadoras da “A União”, resolvemos aproveitando a boa vontade do nosso professorado, ansioso por dar ao ensino uma feição nova – offercer aos colegas singelas lições que talvez lhe possam ser úteis. (MELLO, 19/04/ 1931, p. 02).

Os textos dessa coluna eram em sua maioria de caráter metodológico e ofereciam planos de aulas práticas, ligados à ideia de Centros de Interesse, metodologia propugnada por Ovide

⁴⁸*O Educador*, órgão do professorado primário, teve sua primeira publicação em novembro de 1921 e a última em setembro de 1922. Será discutido no próximo capítulo deste trabalho.

Decroly (1871-1932). É importante destacar que os textos veiculados eram assinados por alguns professores, possivelmente convidados pelo jornal (ou pelo próprio José Baptista). Os onze textos publicados foram: *Escola Nova* (18/04/1931, autoria da redação do jornal), *Centro de Interesse – O Milho* (19/04/1931, preâmbulo da sessão feita por José Baptista e texto de autoria de Poty), *Systema Decrolyano Centros de Interesse – A Agua* (26/04/1931, autoria de José Baptista), *Centro de Interesse – O Algodão* (03/05/1931, autoria de João Vinagre), *Centro de Interesse – A Casa* (10/05/1931, autoria de Celia Fernandes d’Araújo), *Caminha com os teus pés* (17/05/1931, retirado da *Revista do Ensino de Minas Gerais*), *Instruções para serem observadas na aula* (24/05/1931, autoria de Assuéro de Azevêdo), *O Ar* (07/06/1931, autoria de Chloris Celeste), *A Alegria* (21/06/1931, autoria de Adamantina Neves⁴⁹), *A vista – Hygiene da vista – Estimulação - Observação* (28/06/1931, autoria de Lisavi Dutra), *A Terra* (25/08/1931, não encontramos o exemplar).

Na edição de 19/04/1931, o referido professor destacou a importância da instrução como ponto de partida para qualquer reforma, dando ênfase para a necessidade de repensar sobre o ensino livresco, baseada na memorização, com o qual a instrução estava sendo desenvolvida, e sugerindo que houvesse uma mudança, de modo que a criança tivesse mais liberdade e pudesse efetivamente observar, agir e produzir na vida prática. Alguns elementos poderiam auxiliar nessa tarefa: “os trabalhos manuais, a jardinagem, o ensaio da agricultura, o desenho de cenas acompanhando as lições ministradas, as excursões escolares etc. vão aos poucos fazendo a criação o homem observador de amanhã” (MELLO, 19/04/1931, p. 02).

Foram veiculadas matérias⁵⁰ relacionadas a alguns preceitos pedagógicos escolanovistas. Percebe-se, inclusive, que esta seção estava sintonizada com as publicações dos periódicos de outros estados, pois a publicação de 17/05/1931, *Caminha com os teus pés* que abordou sobre os benefícios dos novos métodos pedagógicos, é uma transcrição retirada da *Revista do Ensino* de Minas Gerais.

⁴⁹Adamantina Neves nasceu em João Pessoa em 1905 e faleceu em janeiro de 2000. Formou-se na Escola Normal Oficial do estado e exerceu o magistério em algumas instituições, como a Escola Santo Rosário e o Grupo Escolar Epitácio Pessoa. Em 1997 publicou dois livros: *Porats Abertas* e *Folhas de Portas*. (BERNARDO, 2002). A referida professora publicou na coluna Escola Nova do jornal *A União*, em 1931; participou na função de secretária nas semanas pedagógicas de 1934 e 1936 e colaborou no jornal *O Educador* (1921).

⁵⁰As dissertações de Andrade (2015) e Freire (2016) discutem os conteúdos de alguns dos textos publicados relacionando-os com os preceitos renovadores que circulavam no período.

No ano seguinte, por meio do decreto nº 287, de 18 de maio de 1932, a diretoria do ensino primário do estado, apresentou de fato um periódico educacional direcionado aos professores. A *Revista do Ensino*, que teve nos seus primeiros anos o diretor José Baptista de Mello, será objeto de discussão em capítulos posteriores, por isso não nos deteremos nela agora.

Além das iniciativas⁵¹ no âmbito da imprensa, o governo também pensou em outras vias de ação, como a criação da Escola de Aperfeiçoamento de Professores, oficializada pelo decreto n. 497 de 12 de março de 1934, que começou a funcionar em abril do mesmo ano no grupo escolar Dr. Thomas Mindello e foi dirigida pelo professor José Baptista de Mello. Segundo Lima (2016) esse curso funcionava como algo similar ao que hoje consideramos curso de especialização. Os docentes formados em curso normal eram o público alvo desse curso que tinha um viés pedagógico renovador, ao menos do ponto de vista do discurso que publicava. Essa autora ainda observa que apesar de um número maior de matrículas quando do início do curso, apenas 13 alunos concluíram-no no dia 10 de março de 1936.

A Escola de aperfeiçoamento foi extinta, e em 1942, foi criado o chamado Curso de aperfeiçoamento que ocorria em grupos escolares, como o Thomas Mindello, e em escolas isoladas. Subvencionado pelo Departamento de Educação, era obrigatório para os professores de grupos escolares, escolas isoladas e escolas noturnas. As informações que dispomos até o momento não esclarecem se o curso criado em 1942 é uma extensão do curso ofertado na Escola de Aperfeiçoamento de Professores em 1934. Também não temos maiores informações com relação à duração do curso de 1942.

A via normativa foi, sem dúvida, mecanismo de intervenção na realidade existente. Várias reformas⁵² de instrução pública foram elaboradas entre as décadas de 1920 e 1930, nos diversos estados do país, e entre elas havia algo em comum: realizar a tão discutida renovação educacional. O debate mais amplo presente no espaço público em direção à necessidade de

⁵¹Visando a formação de professores no início dos anos 1940, o decreto 291, de 14 de julho de 1942, regulamentou entre outras coisas um curso de emergência para a formação de monitores de educação física, que foi instalado na Academia de Comércio Epitácio Pessoa no mês seguinte. A primeira turma, composta por 38 alunos, formou-se em fevereiro de 1943. Em 1944 houve também a criação de um curso intensivo de educadoras sanitárias com duração de seis meses para moças que possuísem diploma de curso normal, ginasial ou comercial. (FREIRE, 2016).

⁵²Cabe destacar que em termos de reformas educacionais, o estado da Paraíba reformulou suas bases nas primeiras décadas republicanas com as seguintes regulamentações: decreto nº 241, de 26 de agosto de 1904; decreto 873, de 21 de dezembro de 1917; decreto 441, de junho de 1927; Lei nº 16, de 13 de dezembro de 1935; decreto n. 961 de 11 de fevereiro de 1938; decreto 291, de 14 de julho de 1942.

reformatar a sociedade passava pela transformação da escola e dos saberes e práticas pedagógicas, que naquele momento ganhavam forma no conjunto de saberes ligados ao ideário escolanovista.

José Baptista de Mello, professor engajado que na década de 1930 exerceu a função de diretor do ensino, realizou viagens pedagógicas, incentivadas pelo governo do estado na figura do interventor Argemiro de Figueiredo, a fim de tomar conhecimento da realidade de outros estados considerados mais adiantados em matéria de instrução no período. O interventor do estado “[...] no mês de Abril determinou que o Professor José Batista de Melo, Diretor do Ensino Primário, desde 1931, se transportasse ao Rio de Janeiro e a São Paulo afim de, estudando in-loco o assunto, organizasse elementos para a reforma projetada”. (MELLO, 1956, p. 115).

Sobre as viagens desse gênero realizadas a São Paulo, Carvalho (2011, p. 226), destaca que “viagens de estudos a esse estado e empréstimo de técnicos passam a ser rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros estados tomam iniciativas de remodelação escolar na Primeira República”. O referido professor foi aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e durante dois meses visitou vários estabelecimentos de ensino, dialogou com representantes do setor educacional e com professores.

Não podemos nos esquecer que essas sociabilidades estabelecidas por meio de viagens e contato com outros educadores, como no caso do sujeito citado, contribuíram para organizar e construir as representações, a determinação do lugar e as percepções do real, compartilhadas, inclusive, pelo grupo o qual estava inserido. Fizeram parte da gama de categorias que foram compartilhadas pelo seu grupo e as suas ideias estavam atreladas também a posição social que ele (e o seu grupo) exercia naquele momento. (CHARTIER, 2002).

Em matéria de instrução, a década de 1930 na Paraíba é lembrada pela reforma de 1935. De 01 a 04 de agosto de 1935 o projeto⁵³ de reforma, elaborado por José Baptista de Mello, foi publicizado no Jornal *A União*, e em outubro foi apresentado à câmara uma proposta de reforma inspirada nesse projeto, que após dois meses, salvaguardando modificações, foi colocada na

⁵³ No relatório do diretor do ensino primário José Baptista de Mello, em abril de 1934, ele já sinalizava a existência de um projeto de reforma, organizado pela Diretoria do Ensino Primário: “Desde o ano p. findo encontra-se o referido projeto em mãos do exmo. s. dr. Interventor Federal que teve necessidade de aguardar uma melhor situação financeira do Estado, para pô-lo em execução, visto que a sua assinatura impõe novas despesas.” (MELLO, 1934, p. 08).

forma da Lei nº 16 em 13 de dezembro de 1935, pelo presidente Argemiro de Figueiredo e José Marques da Silva Maria.

De acordo com Teixeira (2016a; 2018⁵⁴), a partir de considerações sobre o Plano de Reforma e a Lei nº 16, o Plano de Reforma elaborado por José Baptista de Mello não foi totalmente assimilado na versão final da Reforma de 1935. Aqui cabe um destaque importante. Uma coisa é o relatório, seguido pelo Plano de Reforma, ambos publicados no jornal *A União*, e outra coisa é o que efetivamente foi posto na Lei n. 16. Compreender isso é importante por vários aspectos, inclusive, para não cairmos em exaltações, generalizações ou reducionismos relacionados a essa legislação.

Alguns trabalhos mencionaram a existência desse Plano e dessa normativa e outros discutiram essa reforma para de algum modo subsidiar o debate dos seus respectivos objetos, mas uma característica em comum os une. Os trabalhos citam o Plano e a Reforma como importantes ações em prol da propagação do escolanovismo no estado. Algo que precisa ser melhor problematizado.

Ao analisarmos o relatório, o plano de reforma e a lei n. 16, há alguns elementos que precisam ser ponderados. Primeiro, é preciso estabelecer a distinção entre o relatório, onde estão presentes as observações sobre o que o professor viu na organização da educação nos estados que esteve presente; o plano de reforma, que apresenta o que ele considera que poderia ser feito na Paraíba para melhorar a organização do ensino; e a lei com as prescrições educacionais para o estado. São três coisas distintas, mas às vezes tomadas como iguais. Há vários elementos relacionados à organização do ensino nos outros estados que estão sendo confundidos com a real proposta elaborada por José Baptista no Plano. Vejamos a citação de Oliveira (2013, p. 13, grifo nosso):

O plano de Reforma estadual estabelecia a criação de um Departamento de Educação, e previa a renovação do mobiliário e das instalações escolares, a construção de novos grupos escolares e a criação, em João Pessoa, do Instituto de Educação da Paraíba.

Em nenhum momento identificamos no plano de reforma a provisão para renovar o mobiliário escolar ou mesmo as instalações escolares, tampouco aparece a indicação da

⁵⁴ No seu texto é possível destacar os distanciamentos e aproximações entre esses três documentos. Consultar principalmente o quadro 4, página 84-87, da tese de Teixeira (2018).

construção de grupos escolares e a criação, em João Pessoa, do Instituto de Educação da Paraíba. Outro ponto importante é que o Plano da reforma não foi aprovado e transformado na íntegra na Lei n. 16. Algumas falas parecem remeter a essa ideia, como a de Lima (2016, p. 63, grifo nosso):

Esse intelectual paraibano deu cabal desempenho à sua “missão”, estudando cuidadosamente todos os problemas educacionais dos dois grandes centros econômicos e políticos. **Assim, de volta de sua viagem, apresentou ao governo substancioso relatório, acrescido do Plano de Reforma que, aprovada pelo Poder Legislativo, mereceu a sanção governamental.**

Elementos colocados no Plano não foram assimilados na normativa oficial. Como exemplo, citaremos alguns. Começamos pela própria estrutura do Departamento de Educação. De acordo com o Plano, esse departamento seria composto pelas seções: 1. Secretaria, 2. Inspetoria geral do ensino e estatísticas educacionais, 3. Biblioteca, rádio, cinema educativo, publicidades e instituições auxiliares de ensino, 4. Serviços de prédios, mobiliário e almoxarifado. Já a Reforma publica a seguinte organização: I. Secretaria, II. Inspetoria geral do ensino e dos serviços de estatísticas educacionais, III. Instituto de Educação, IV. Escola normal rural, V. Escola rural modelo, VI. Escolas profissionais, VII. Ensino Primário em geral. Percebemos que alguns elementos da organização do Departamento no Plano, embora não estejam evidenciados nos títulos das seções da estrutura do Departamento presentes na lei, perpassam este último. No entanto alguns elementos que estavam no plano não aparecem na lei, como a criação de uma inspetoria sanitária. Assim também como há uma inspetoria que não aparece no plano, mas que está presente na lei, que é a inspetoria de educação física e artística.

Outros elementos também merecem destaque, como a formação de educadoras sanitárias. No plano é dada atenção à necessidade de formação de educadoras sanitárias que teriam um curso completo de puericultura e seriam dirigidas pela inspetoria sanitária escolar. Na lei não aparece nenhuma referência a essa inspetoria ou a criação desse corpo de educadoras sanitárias.

Na Lei n. 16 também não consta a criação de museus de arte e produtos regionais a serem instalados nos grupos escolares para o ensino prático dos aspectos da região, criação de campos agrícolas nessas instituições, e a instalação de oficinas de marcenaria na capital do

estado para os alunos que terminarem o terceiro ano primário, presentes no Plano de reforma. Além disso, também não aparece menção a criação de um fundo escolar para prover a educação de crianças pobres nas escolas, elemento em destaque no Plano do professor paraibano.

Outra assertiva recorrente é a de que José Baptista elaborou um projeto para organizar o Instituto de Educação da Paraíba. Assim como afirma Teixeira (2016a, p. 23), “[...] nada no Plano de Reforma de Mello, em nossa leitura, aponta diretamente para a organização do Instituto de Educação da Paraíba [...]”. Inferência que vai na contramão do que, por exemplo, Freire (2016, p. 53, grifo nosso) destaca:

Foi tão expressiva a preocupação de José Baptista de Mello pela qualificação dos professores primários que **o mesmo elaborou um projeto para a organização do Instituto de Educação da Paraíba**, tomando como referência o Instituto de Educação do Rio de Janeiro que foi inspirado por Anísio Teixeira.

Entendemos que não houve no Plano de reforma a elaboração minuciosa de um projeto de organização do Instituto de Educação da Paraíba. O plano apresenta uma única vez o termo Instituto de Educação ao expôr que “é aconselhavel que os professores a serem escolhidos para as directorias da Escola Normal, da Escola Primaria e do Jardim de Infância façam um estágio, ainda este anno, junto ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro”. (MELLO, 24/07/1935, p. 09).

O Plano de reforma desse educador paraibano previu que as mudanças a serem realizadas deveriam ocorrer no âmbito da escola normal, que teria a seguinte organização: escola de professores, escola secundária, grupo escolar e jardim de infância.

A escola Normal acrescida de mais alguns pavilhões comportará os novos quadros a serem creados com a presente reforma, podendo funcionar no pavimento terreo a Escola Secundaria, e no superior, a de Professores. Nos pavilhões a serem construidos fuccionarão a Escola Primaria e o Jardim de Infancia. Caso não seja possivel a construcção alludida – poder-se-ão organisar turmas suplementares no Lyceu Parahybano para o ensino do curso secundario. (MELLO, 24/07/1935, p. 08).

Ao pensar a organização dessa maneira, talvez o então diretor da instrução tenha observado o quadro educacional do estado e entendido que o estado não tinha condições, naquele momento, para mudanças bruscas e vultuosas, como exposto no próprio Plano.

Não tenho a veleidade de querer transplantar para o nosso Estado os trabalhos formidáveis que realizam o Rio e São Paulo. Além da impossibilidade material, o nosso meio não comportaria ainda uma renovação completa do seu aparelhamento de educação. Mas precisamos agir. De qualquer forma urge dar novos rumos à Instrução do Estado. Se não podemos fazer mais, façamos ao menos o estritamente necessário. (MELLO, 24/07/1935, p. 01).

A criação de um novo estabelecimento de ensino para subsidiar as mudanças foi apresentada pelo secretário do interior e segurança, José Marques da Silva Mariz (1902-1953), em setembro de 1935. Ele defendeu a construção, provavelmente influenciado pelo relatório de José Baptista de Mello, de um novo edifício que comportasse os novos métodos de ensino, citando, inclusive, a Escola Nova, como elemento norteador dessa nova instituição. Apresentamos abaixo um trecho desse documento:

Com a escola nova, com os métodos de socialização do ensino, com a feição prática dominante na moderna pedagogia, a aprendizagem normal comporta mais o modo empírico em que é presentemente vasado em nossa Escola Normal Oficial. O Governo que tem em vista uma completa reforma da instrução, estou certo, também olhará com particular interesse para esse ramo do ensino público. Urge a sua transformação em novos moldes, dando-se-lhe uma feição prática [...] Dada que seja essa orientação no ensino normal é de ver que o prédio em que ele funciona não se adaptará às suas novas necessidades. Com efeito, o prédio da Escola se presta admiravelmente, no meu entender, para abrigar os departamentos judiciários do Estado. E o Governo, forrando-se de gastar centenas de contos numa construção para esses departamentos, construiria, neste caso, um prédio destinado ao “Instituto de Educação”, como se vem fazendo nas capitais onde se cuida de solucionar o caso do ensino público. (MARIZ, 23/09/1935, p. 11-12).

A nova legislação, composta por 19 artigos, distribuídos em três seções - Do Ensino Particular, Disposições Gerais e Disposições Transitórias, fazia parte de um conjunto de iniciativas que organizavam o ensino, e previa a criação de um Instituto de Educação na Paraíba. A partir da década de 1930 ganhou fôlego a discussão sobre uma nova organização para a formação de professores. Os Institutos de Educação com viés não só para o ensino, mas também para a pesquisa, começam a ser criados. Sobressaem-se as iniciativas no Distrito Federal em 1932, que teve como diretor Lourenço Filho e o Instituto de Educação em São Paulo, em 1933, dirigido por Fernando de Azevedo, e segundo Saviani (2009), ambas instituições estavam imersas no ideário da Escola Nova.

Num contexto diferente das outras duas prescrições gerais para o estado, e bem próximos do momento em que a historiografia tradicional cunhou de Estado Novo, a reforma de 1935, sem dúvida, foi um marco oficial importante para a educação paraibana. Uma das razões, inclusive de modo recorrente destacada pela historiografia sobre o tema no estado, é a provisão da criação de um Instituto de Educação.

Esse Instituto faria parte de um projeto de reestruturação do ensino e aparece nos jornais e no discurso dos governantes do período como uma obra majestosa e de grande foro para a educação. Ele fazia parte de uma nova dinâmica empreendida pelo estado, estruturada em torno do Departamento de Educação, criado na Lei n. 16, com a função administrativa de organizar o ensino.

É importante destacar que a Escola Normal funcionou no prédio construído em 1919 até o ano de 1939, e como previsto no artigo 15^a da Lei n. 16, “logo que os alunos do atual curso normal terminarem os seus exames será extinto êsse curso, uma vez que o mesmo passará a ser feito no Instituto de Educação”, passou a ocupar as instalações do prédio do Instituto de Educação inaugurado em 19 de abril de 1939. Os trabalhos que se debruçaram sobre essa instituição (CRISPIM, 2012; OLIVEIRA, 2013; FREIRE, 2016; TEIXEIRA, 2016a, 2016b, 2018) demonstram que ainda existe uma lacuna na produção acadêmica quando o assunto é o Instituto de Educação, principalmente relacionada aos primeiros dez anos de funcionamento. Talvez porque, “a documentação referente ao funcionamento do primeiro decênio quase toda tenha se perdido em incêndios ao longo da história do Instituto” (TEIXEIRA, 2016b).

Informações relacionadas a esse Instituto, da sua criação em 1939 a meados dos anos de 1950 têm ocorrido por meio de leis, matérias de jornais e citações de memorialistas, e, mais recentemente pela importante pesquisa em formato de tese de doutorado intitulada *O Instituto de Educação da Paraíba: uma história de formação docente (1935-1956)*, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, por Mariana Teixeira.

A escassez de dados, informações e documentos era tamanha que Crispim (2012), em sua dissertação, estudando o Instituto de Educação da Paraíba entre os anos de 1935 a 1939, chegou a afirmar que “[...] o Instituto de Educação na Paraíba não conseguiu caminhar de acordo com o modelo previsto. E julgamos que, o que se concretizou na Paraíba, não coube chamar naquele momento de “Instituto de Educação” (CRISPIM, 2012, p. 92). As informações obtidas até o momento demonstram uma configuração do Instituto destoante daquela prescrita

na lei n. 16, ou, dito de outra forma, mostram um funcionamento diferente dos outros institutos de educação expostos no relatório de José Baptista de Mello. Mas isso não quer dizer, segundo Teixeira (2018, p. 95), que não tivemos na Paraíba um Instituto de Educação. Para a autora,

[...] mesmo não tendo sido elaborada uma normatização oficial, ou a indicação de ter adotado um modelo oficial ao qual deveria seguir, para além da inspiração carioca e dos preceitos escolanovistas, o IEP foi criado e funcionou de maneira bastante particular, de acordo com o que o contexto político e educacional paraibano lhe permitiu. Dessa maneira, o argumento defendido é que desde o início o Instituto de Educação da Paraíba existiu sim, mas “à moda paraibana de ser”.

Ao longo desta seção buscamos apresentar, de modo sucinto, e não apenas dentro do recorte temporal deste trabalho, quais foram as iniciativas de intervenção do estado na perspectiva de formação de professores, buscando na medida do possível, fazer relações entre essas intervenções e o movimento de renovação. Vimos que isso ocorreu principalmente em cinco esferas orientadas pelo estado: criação e institucionalização de uma instituição voltada para este fim, primeiro a escola normal desde o século XIX e depois o Instituto de Educação nos anos de 1930; criação de uma coluna no jornal oficial do estado para circulação de ideias da Escola Nova, elaborada por José Baptista de Mello; discussões sobre a Lei n. 16, aqui incluso o debate em torno do Plano de Reforma elaborado por esse educador; desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento para professores formados, um deles dirigido também por José Baptista; e a criação de um periódico pedagógico, a *Revista do Ensino* em 1932.

O estado usou várias frentes de ação para atingir os agentes dessa transformação. Mas não só o estado produziu essas iniciativas. Os próprios docentes criaram mecanismos para expor suas ideias, formar opinião e circular conhecimento. Fizeram isso por meio de uma associação de professores, sem subvenção estatal, que, inclusive, em alguns momentos, fez parcerias com o estado, e por meio da criação de um periódico pedagógico, o jornal *O Educador*. Na próxima seção discutiremos sobre a Associação de professores Primarios da Parahiba, entendendo esse associativismo docente como importante estratégia dos professores para orientar leituras e demarcar posicionamentos.

2.2 Sociedade dos Professores Primários da Parahiba e o Boletim Pedagógico

No Brasil, especificamente no município da Corte, atual Rio de Janeiro, os anos de 1860 e 1870 foram movimentados com a criação de associações docentes de diversos modelos – beneficentes de auxílio profissional, de socorro mútuo, montepios, etc, e segundo Lemos (2008, p. 12), “algumas de caráter mais corporativo/associativo, outras de perfil formativo/ científico, embora muitas vezes tais características possam ser encontradas juntas numa mesma organização”. Algumas dessas associações foram: *Associação dos Professores Públicos da Corte*, divulgada no impresso *A Escola* (1877), *Grêmio dos Professores Primários da Corte* (1882) e *Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro*. (LOPES, 2014).

Os professores usavam desses mecanismos para discutir, por exemplo, as condições de trabalho, a remuneração e os saberes que deveriam ser ensinados. A criação dessas associações faz parte de um conjunto de iniciativas que buscou dar amplitude e organização a profissão docente. O associativismo docente das últimas décadas do século XIX se caracterizou pela organização dos professores primários em prol de causas específicas, isto é, foram este grupo de professores os responsáveis pelas primeiras iniciativas de organização docente.

A adesão dos professores a esse processo de estatização não ocorre sem contradições. Se, de um lado, estão submetidos a um controle ideológico, de outro têm meios de produzir um discurso próprio e de se organizar como categoria profissional. As mudanças sociológicas do corpo docente primário, produzidas no século XIX, criaram condições para as primeiras associações profissionais [...] significando uma tomada de consciência do corpo docente de seus próprios interesses como grupo profissional. (VILLELA, 2011, p. 101).

Esses lugares fomentavam a criação de periódicos, manifestos e cartas que buscavam defender causas – não só as educacionais, mas discutiam temas ligados à economia, política, etc, como forma de dar uma maior visibilidade à profissão, demarcar as prescrições e ideários que orientavam a época, e especialmente, segundo Lemos (2008), buscavam o controle da profissão, a definição da carreira e a melhoria do estatuto.

Podemos afirmar que o processo de institucionalização da profissão docente e de formação docente no Brasil esteve articulado à elaboração de prescrições, como a Lei Geral do Ensino de 1827 e o Ato Adicional de 1834 que foram as primeiras iniciativas de intervenção do

Estado no tocante à organização docente no plano legislativo nacional; a criação das escolas normais, nas décadas de 1830 e 1840, como lugares institucionalizados de formação docente; e a partir de meados de 1870 é possível perceber no município da Corte e em algumas províncias, a emergência de organizações que reuniam professores e a publicação, por vezes ligadas a tais associações, de periódicos voltados a questões educacionais. Embora tenham tido vida efêmera, tais impressos foram importantes na constituição da identidade docente e fomentaram cada vez mais a tomada de consciência dos professores como categorial profissional, conforme destacou Villela (2011).

Na República as associações docentes conferem novos significados às reivindicações e ao seu papel na sociedade. Elaboram conferências pedagógicas, subsidiam caixas escolares, promovem semanas pedagógicas e organizam impressos para formar professores em exercício. Nesse momento as associações estavam crescendo e ganhando novos contornos em âmbito nacional como forma de dar mais organicidade aos grupos. Algumas dessas associações têm sido pesquisadas por serem lugares de intensa movimentação intelectual e educacional. Por essas associações/sociedades, os sujeitos circulavam, estabeleciam relações, discutiam e organizavam ações.

Na Paraíba um desses espaços de sociabilidade dos professores foi a Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, criada em 16 de junho de 1917, cujo objetivo era “[...] tratar de tudo o que se referia ao desenvolvimento do ensino popular e dos interesses do professorado [...]”. (SOCIEDADE DOS..., 11/07/1917, p. 01). A solenidade de fundação da Sociedade foi realizada no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello – primeiro Grupo Escolar da Paraíba, criado em 1916, onde participaram quarenta professores. Nesse Grupo Escolar eram realizadas as assembleias e reuniões⁵⁵ dessa Sociedade.

Inferimos que a Sociedade começou a ser pensada em algumas reuniões de professores primários realizadas no ano de 1916 e anunciadas no jornal *A União*. Conforme as matérias presentes nesse jornal, tais reuniões tinham como pauta as questões relacionadas ao ensino, como, por exemplo, a escolha de livros didáticos para serem utilizados nas escolas. Numa dessas reuniões, professores primários públicos e particulares, reunidos na Escola Normal, discutiram e decidiram sobre a adoção de alguns livros didáticos. Alguns dos professores que

⁵⁵Em 1919, no Boletim nº 2, o professor Elyseu Maul fez um apelo às autoridades solicitando mobília e uma sede com prédio próprio para realizar as atividades da Sociedade.

participavam dessas reuniões fizeram parte do grupo que compunha a Sociedade. Podemos citar José Coelho, Julita Ribeiro, Sizenando Costa e Eduardo Medeiros.

Em geral os comunicados sobre as reuniões e demais informativos relacionados a essa organização de docentes eram veiculados no jornal *A União*, órgão oficial do estado naquele período ou no jornal *Diário do Estado*, jornal dito de oposição ao governo e correligionários epítacistas. É possível encontrar várias matérias relacionadas à Sociedade nesses jornais. Foi a partir de alguns desses textos que se tornou possível auferir algumas informações sobre a Sociedade dos Professores Primarios.

O jornal *Diário do Estado* destaca a criação da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba como “[...] um novo Sol que vem de illuminar as trevas do analphabetismo. E” uma das sociedades que mais engrandecerá esse recanto da federação brasílica”. (A EPOCA...01/08/1917, p. 02).

O corpo administrativo da Sociedade era modificado periodicamente. Para o interregno de 1917-1918 foi realizada a sessão solene para a eleição da diretoria em julho de 1917, cuja organização ficou assim decidida: Presidente: José Gomes Coelho; Vice-presidente: Eduardo Medeiros; Oradora: Eudesia Vieira; 1ª Secretária: Isabel Cavalcanti Monteiro; 2º Secretário: Lourival Lima; Tesoureiro: Elyseu Maul⁵⁶; Vice-tesoureira: Alice Pinto; Bibliotecário/arquivista: Sizenando Costa.

Em abril de 1918 uma nova diretoria foi organizada para a Sociedade, assim constituída para o período de 1918-1919: Presidente: Elyseu Maul; Vice-Presidente: Olivina Olívia Carneiro da Cunha; 1ª Secretária: Maria Juventina Coelho; 2ª Secretário: Nimalia de Luna Freire; Tesoureiro: José Coelho; Orador: Sizenando Costa; Bibliotecária: Alexandrina Pinto.

Para o intervalo de 1919-1920, a reunião realizada em 3 de julho de 1919 deliberou uma nova comissão⁵⁷ administrativa: Presidente: José Gomes Coelho; Vice-presidente: Olivina Carneiro da Cunha; 1º Secretário: Elyseu Maul; 2ª Secretária: Alexandrina Pinto; Tesoureiro:

⁵⁶ Elyseu Maul foi professor e diretor do Grupo Escolar Coronel Antonio Pessoa, diretor da Cadeia Pública em 1931 e participou da diretoria da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba como tesoureiro (1917-1918), presidente (1918-1919), 1º secretário (1919-1920). No Boletim nº 2 dessa Sociedade, Elyseu publicou dois textos: *A Fortaleza de Cabedello e Relatório apresentado á Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, referente ao periodo social de 14 de julho de 1918 á igual data de 1919*.

⁵⁷ O *Educador*, jornal pedagógico que circulou entre 1921 e 1922 publicou em suas páginas a diretoria eleita para o período de 1922-1923: Presidente, João Baptista de Mello; vice-dito, d. Elvira Bentemuler; 1º secretario, d. Analice Caldas; 2º dito, d. Izabel Etelvina Ramos; thezoureiro, João Baptista Leite (reeleito); vice-thezoureiro, Joaquim Santiago; orador, d, Eudesia Vieira e bibliothecario, d. Izaura de Lacerda Lima. (SOCIEDADE DOS..., 13/06/1922, p. 02).

João Baptista L. de Araujo; Vice-tesoureira: Julita Machado; Orador: José Baptista de Mello; Bibliotecária/arquivista: Jacinta Neves.

Nesta ocasião, o orador José Baptista de Mello, proferiu um breve discurso destacando os benefícios que a Sociedade estava proporcionando ao ensino, especialmente na luta contra o analfabetismo. Inferimos que esse discurso tenha sido transcrito por José Baptista de Mello no Boletim da Sociedade, na edição de 15 de setembro de 1919.

[...] a Sociedade dos Professores não tem em mira somente o interesse dos seus filiados, mas muito mais o interesse do desenvolvimento e o engrandecimento da Instrução do Estado. O nosso povo que, sequioso de saber, vive a reclamar sempre dos poderes competentes medidas que atenuem a sua sorte, encontrará nessa Sociedade um patrono que, indo ao seu encontro, o levantará do lamaçal do analfabetismo. Mas não é somente de escola que precisa esse mesmo povo. Não é somente do mestre que elle tem necessidade. Falta-lhe o livro, falta a roupa, falta o pão. (MELLO, 15/09/1919, p. 23).

O referido professor ainda destacou que as duas principais ações realizadas até então pela Sociedade tinham sido a criação do Boletim da Sociedade e da Caixa Escolar⁵⁸ Arruda Câmara. A Sociedade distribuía mantimentos e roupas com a ajuda dessa caixa escolar – fundada em 16 de junho de 1917 e inaugurada em 6 de maio de 1919, para os alunos que não tinham recursos suficientes.

A sociedade dos Professores não deixa a pobreza no abandono, e preencheu uma das lacunas mais sensíveis de que se resentia a nossa população escolar: fundou uma das mais benemeritas instituições que se orgulha a nossa capital. Fez apparecer a primeira Caixa Escolar no Estado, que ahi está e que se manterá vindo em auxilio daquelles que desejam e não podem frequentar as escolas. Faltava-nos um meio de contacto com os nossos collegas do Interior, não havia um órgão que lhes levasse as ideias do professorado da capital e que se fizesse como um meio de propaganda das cousas que dizem respeito a Instrução. Mais um artigo dos nossos estatutos foi cumprido e ahi está o Boletim da Sociedade como um campeão do ensino e propugnador dos nossos interesses. (MELLO, 15/09/1919, p. 23).

A criação desse boletim como iniciativa da Sociedade, e conforme apontou José Baptista de Mello, tinha o objetivo de ser um instrumento que levasse as ideias educacionais

⁵⁸As Caixas Escolares na Paraíba foram regulamentadas no governo de Francisco Camillo de Hollanda, por meio do decreto n.º 1.015, de 24 de abril de 1919.

aos professores das regiões mais distantes da capital, para que estes também ficassem informados das mais diversas questões do ensino.

Nas primeiras décadas do século XX, identificamos alguns periódicos intitulados como Boletins no Brasil, são eles: *Boletim Vida Escolar* – Lavras/Minas Gerais (maio de 1907 - novembro de 1908), publicação do Grupo Escolar de Lavras, cujo editor e diretor foi Firmino Costa; *Boletim da Escola Moderna* – São Paulo (outubro de 1918 - maio de 1919), órgão produzido no interior da instituição *Escola Moderna*, dirigido por João Penteado, e com vinculação à pedagogia escolar anarquista; *Boletim de Educação Pública* – Distrito Federal/Rio de Janeiro (1930 e entre 1932 a 1935), instituição auxiliar de ensino, criada por meio de decretos (nºs 3.281, de 23 de janeiro, e 2.940, de 22 de novembro de 1928) e vinculada à Diretoria de Instrução, que em 1932 passou a se chamar Diretoria Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal; *Boletim da Associação Bahiana de Educação* – Salvador (1930 - ?); *Boletim de Educação* – Pernambuco (1932 - ?); *Boletim Catequético* – Belo Horizonte (1936-1959), vinculado ao Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso de Belo Horizonte, e organizado nos primeiros dez anos pelo padre Álvaro Negromonte.

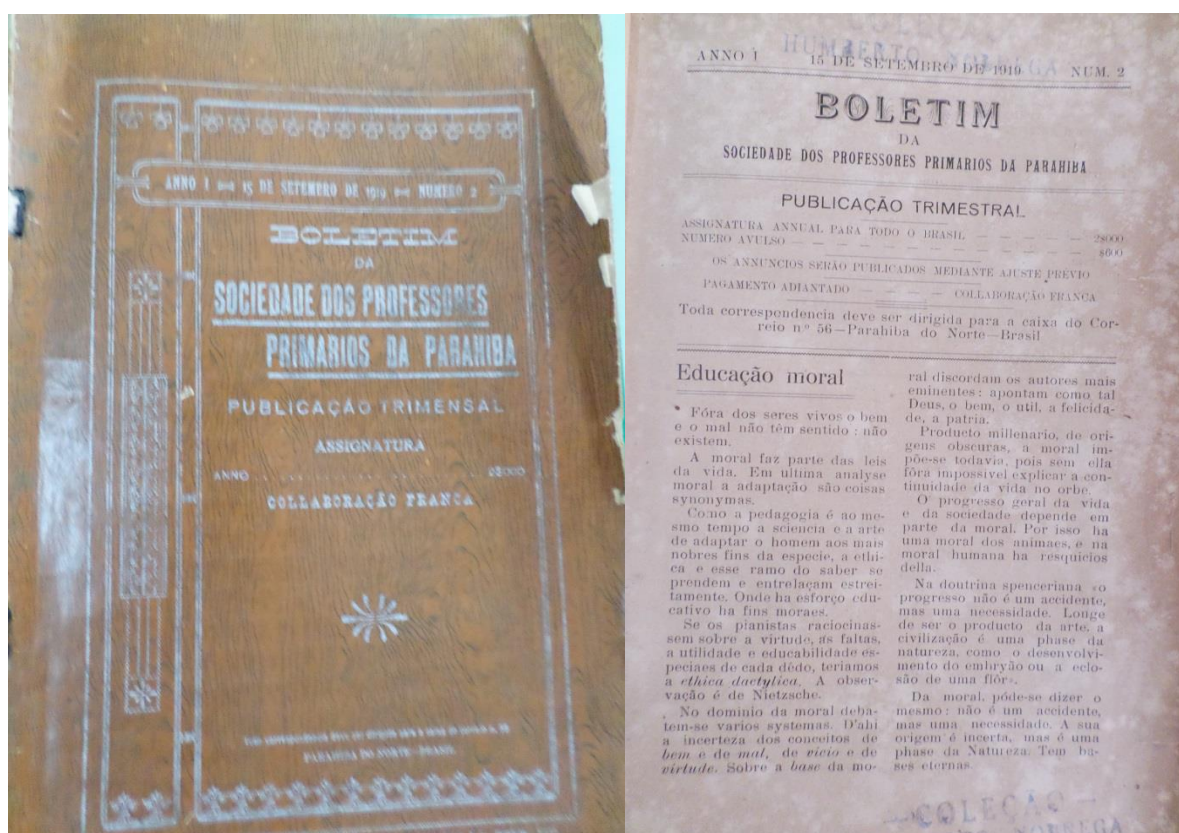
O uso dos impressos periódicos por educadores como uma estratégia de ordenação do campo educacional entre fins do século XIX e início do XX, e muitas vezes vinculados a associações docentes, esteve atrelado à difusão por parte da cultura letrada de que o livro e a escola atendiam a um projeto de desenvolvimento e progresso do país. Assim, os saberes essenciais e obrigatórios, como ler, escrever e contar, ligados neste momento à instituição escolar, precisavam ser transmitidos por profissionais cada vez mais instruídos para tais atividades. E um periódico que tinha a pretensão de ser uma publicação trimestral, seria uma forma eficaz de informar e formar os professores.

Há indícios de que o primeiro número do Boletim foi lançado em 22 de maio de 1919. No relatório do 1º secretário da Sociedade, Elyseu Maul, presente no boletim de nº 2, o qual nos debruçaremos mais adiante, o referido professor expõe algumas atividades realizadas pela Sociedade no intervalo de 14 de julho de 1918 a igual período do ano seguinte, enquanto este docente era presidente da Sociedade de Professores Primarios. Dentre elas destaca “[...] em 22 de maio a publicação de uma pequena revista de 32 páginas, trimensal, com o titulo de <Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba>”. (MAUL, 15/09/1919, p. 30).

Encontramos menção à necessidade de elaboração de um impresso pedagógico, do gênero revista, no discurso do presidente do estado da Paraíba, em 1918, Francisco Camillo de Hollanda, que na sua mensagem à Assembleia Legislativa do estado, em 1º de setembro de 1918, afirmou que apesar dos esforços empreendidos pelo seu governo no tocante a instrução, ao professorado, “[...] e’ pena que falte uma revista pedagogica que o auxilie na nobre missão de ensinar e o traga em dia com todo o movimento da pedagogia moderna”. (HOLLANDA, 1918, p. 27-28). Intitulado como *Revista do Ensino*, esse impresso foi criado apenas em 1932.

O Boletim a que tivemos acesso no Arquivo Histórico e Geográfico Paraibano se refere à publicação de nº 2, de 15 de setembro de 1919. O impresso possui uma capa marrom com bordas e letras maiúsculas brancas anunciando o ano, o dia, o mês e o número da publicação. Em seguida apresenta o nome do veículo e a instituição a qual estava vinculado, sendo chamado de Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba. Expõe a informação de que era uma publicação trimestral e que a assinatura teria o valor de 2\$000 (dois mil réis). Por fim, apresenta na capa a informação do endereço em que as correspondências deveriam ser encaminhadas.

Figura 1 - Capa e primeira página do Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba



Fonte: *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*, edição nº 2, de 15 de setembro de 1919.

Essas mesmas informações aparecem na página seguinte, acrescidas de duas informações: a de que o valor avulso do impresso seria \$600 (seiscentos réis) e que os anúncios seriam publicados mediante ajuste prévio. Não identificamos nenhum anúncio nessa edição. Em seguida adentrava aos textos com temas variados relacionados à educação. O Boletim, portanto, não apresenta sumário, embora as páginas sejam numeradas. Essa edição possui 32 páginas. Os textos são impressos em duas colunas e apresentam o título, o conteúdo e a autoria, embora em alguns o autor⁵⁹ não esteja identificado. Abaixo consta o quadro com os títulos dos textos e os autores respectivos.

⁵⁹ Observamos na segunda edição analisada que todos os autores foram docentes homens. A participação feminina na Sociedade restringia-se ao corpo administrativo. No período de 1917-1918, Eudesia Vieira foi a oradora, Isabel Cavalcanti Monteiro foi a 1ª secretária e Alice Pinto exerceu a função de vice-tesoureira. Entre 1918-1919, Olivina Olívia Carneiro da Cunha esteve como vice-presidente, Maria Juventina Coelho foi a 1ª secretária, Nimalia de Luna Freire, a 2ª secretária e Alexandrina Pinto, a bibliotecária. Em 1919-1920, Olivina Olívia continuou na mesma função, Alexandrina Pinto foi a 2ª secretária, Julita Machado, a tesoureira e Jacinta Neves, a bibliotecária.

Quadro 1- Títulos e autores dos textos do Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba

Título do texto	Autor
Educação Moral	Alcides Bezerra
A instrução primaria em confronto com os outros problemas nacionais	Celso Affonso Pereira
O ensino de Chorographia e Historia da Parahyba	José Baptista de Mello
Excerpto pedagógico	José Maria da Graça Affreixo
A Fortaleza de Cabedello	Elyseu Maul
Municipio de Itabaiana	José Mendonça
Municipio do Teixeira	José Baptista de Mello
Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba	Directoria da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba
Bibliographia	Redação do Boletim
Municipio de Taperoá	Minervino L. de Vasconcellos Cavalcanti
Dr. Eptacio Pessôa	Sem autoria
Ensino de Historia	Sem autoria
Correspondencia	Redação do Boletim
Relatorio apresentado á Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, referente ao periodo social de 14 de julho de 1918 á igual data de 1919	Elyseu Maul
Conselho superior de Instrução	Redação do Boletim

Fonte: *Boletim da Sociedade dos Professores primários da Parahiba*, ano I, nº 2, 15/09/1919.

Ao que tudo indica, a partir da análise dessa edição, podemos perceber que havia seções, fixas ou não, para além dos textos com temas diversos relacionados à educação. São as seções: *Excerpto pedagógico*, *Bibliographia* e *Correspondencia*. As seções foram pensadas como uma forma de direcionar o olhar do leitor e dar ênfase a determinada questão. Elas faziam parte do conjunto de estratégias editoriais que direcionavam a leitura e os fins que se desejava atingir.

Na seção *Excerpto pedagógico*, consideramos que eram apresentados fragmentos de textos retirados, por exemplo, de livros relacionados a alguma questão educacional. Na publicação analisada, foi apresentado um trecho da 8ª edição do Manual Didático para professores, de autoria de José Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire, intitulado *Elementos de Pedagogia para uso do magistério primário portuguez* (1890).

Não identificamos a partir do material cotejado nenhuma mulher no cargo de presidente da Sociedade, o que sugere a demarcação social dos papéis exercidos por homens e por mulheres.

Algumas autoras se dedicaram na análise desse Manual (MARTÍNEZ; LOPES, 2011; SILVA, 2013; VALDEMARIN, 2013) que teve sua primeira edição publicada em Portugal em 1870 e atingiu a 8ª edição em 1890. Tem-se o registro de que este Manual foi indicado para aquisição e uso em fins do século XIX, no Brasil, na Escola Normal da Corte e na Escola Normal de Campos, na então província do Rio de Janeiro. Ao longo das oito edições várias mudanças foram realizadas, o que se verifica, por exemplo, ao observar as alterações relacionadas aos complementos dos títulos em algumas edições e no aumento do número de páginas e de conteúdos prescritos. (MARTÍNEZ; LOPES, 2011).

A edição de 1890, de onde foi retirado um trecho e publicado no Boletim da Sociedade, possuía 16 capítulos e foi “[...] substancialmente ampliada, aprofundando os conhecimentos gerais e acrescentando observações metodológicas sobre cada uma das disciplinas que deveriam compor os programas das escolas elementares [...]” (MARTÍNEZ; LOPES, 2011, p. 3). A partir das análises das autoras que se debruçaram sobre esse material voltado para as escolas normais portuguesas, em especial a sua última edição, ele pode ser observado a partir de duas partes: uma primeira de caráter mais conceitual, definindo e discutindo sobre pedagogia, educação, escola, educação moral, educação física, etc., e uma segunda parte mais prescritiva e prática, com lições acompanhadas por conceitos e procedimentos de como fazer.

No geral a obra discorre sobre material escolar, mobiliário escolar, o uso dos museus nas *lições de coisas*, o uso de instrumentos como mapas, pesos e medidas, coleções de objetos, a criação de biblioteca escolar, a disciplina escolar (prêmios, castigos), educação moral e religiosa, educação física, ensino da ginástica, higiene do corpo, educação intelectual, método de ensino (intuição, analogia, associação, abstração, generalização), elementos de geografia, história, língua materna, geometria, entre tantos outros temas vinculados à racionalidade pedagógica e ao que se discutia como moderno em questões de ensino à época. (MARTÍNEZ; LOPES, 2011).

O fragmento extraído desse impresso e transcrito no boletim pedagógico da sociedade dos professores foi o seguinte:

O ponto de partida da educação é o momento, em que a creança, dotada de faculdades regulares, solta com o primeiro vagido, o primeiro sinal de sensibilidade. Se considerarmos, como actos de educação, os cuidados hygienicos com as creanças, ella principia com a gestação uterina, porque não são indifferentes á saude e vida do embryão e do feto os habitos e occupações

da mãe. Esta educação é porem do exclusivo dominio da familia, ao passo que a pedagogia só estuda o ensino sob o aspecto da vida social; em rigor não se póde pois determinar, como ponto de partida da educação pedagogica, senão o momento, em que o alumno começa a frequentar qualquer instituto de ensino – jardim de infância ou escola. (EXCERPTO PEDAGOGICO, 15/09/1919, p. 09).

A utilização da passagem do referido livro de formação de professores portugueses – embora também utilizado no Brasil, nos diz algumas coisas: primeiro, que os professores que organizaram o Boletim consideravam que aquele manual era importante fonte de informações pedagógicas e ao citarem-no estavam ao mesmo tempo indicando-o como leitura para os destinatários do impresso, cumprindo o seu papel de informar e formar os docentes; segundo, que está explícita a concordância com o pensamento dos autores do manual, referente à ideia de educação e de pedagogia. Com relação a essa questão, fica claro o pensamento de que a educação começa ainda com a criança no ventre da mãe, visualizada, por exemplo, nos cuidados higiênicos que esta deve ter, mas que a educação pedagógica, aquela de domínio da pedagogia, começa apenas quando a criança inicia as atividades escolares. De acordo com Valdemarin (2013, p. 200), neste manual pedagógico,

[...] a educação abrange os mesmos aspectos (físico, moral e intelectual), e a pedagogia é definida como um conjunto de princípios que regem a educação, dos quais derivam leis; e divide-se em teórica ou didática (princípios) e prática ou metodológica (modos, métodos e processos).

Por fim, o fragmento extraído deste manual ainda destaca uma importante chave de leitura e orientação pedagógica: os jardins de infância como instituições de ensino próprias para as crianças. A década de 1920 foi movimentada em termos de discursos em prol da criação dessas instituições de ensino na Paraíba, mas o primeiro jardim de infância oficial do estado foi instalado apenas em julho de 1934, no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello. Pouco depois, no mesmo ano, foi inaugurado outro jardim de infância anexo ao Grupo Escolar Izabel Maria das Neves. Na solenidade de inauguração dessa instituição estiveram presentes professores envolvidos pela causa educacional, o professor José Baptista de Mello, a época diretor da instrução, Sizenando Costa e Olivina Carneiro da Cunha. Além desses jardins de infância, Lima (2010, p. 156) destaca a “[...] existência de um Jardim de Infância particular, que funcionou no prédio da Ordem dos Advogados, e que ficou sob os cuidados das Professoras Alice de Azevêdo

Monteiro e Nayde Martins Ribeiro”. A autora faz essa afirmação com base nas evidências encontradas na coluna de anúncios do Jornal *A União*.

Com relação à outra seção do Boletim, *Bibliographia*, inferimos que se destinava a divulgação e indicação explícita de obras, recebidas ou não, pela Sociedade, e que certamente estavam relacionadas à educação. Na edição analisada, foi indicada a obra recém-lançada na época, *Ensaio de Crítica e Filosofia*, pela Imprensa Oficial da Paraíba (1919), que fora o primeiro livro de Alcides⁶⁰ Bezerra, um dos colaboradores do Boletim e partícipe da Sociedade. Esta seção, sem autoria, assim enunciou a obra:

Enriquece a biblioteca dessa Sociedade, por captivante gentileza do seu autor, um exemplar dos Ensaio de Crítica e Filosofia, publicação sui-generis em nosso meio de, ainda, tão poucas letras sérias. [...] é simplesmente admirável a destemida resolução de publicar livro quase todo dedicado a assumptos de méra apreciação philosophica... [...] Nos Ensaio de Crítica e Filosofia ha alguns estudos que interessam directamente a escola: Formação do sentimento do direito na escola, A educação dos sentidos e Uma classificação das sciencias merecem leitura attenta dos educadores. (BIBLIOGRAPHIA, 15/09/1919, p. 24-25).

Ao apresentar o recebimento desta obra no Boletim, os professores autores do impresso, estão indicando-a como uma referência importante para a leitura do público a que o impresso se destinava, e, inclusive, demarcam os capítulos que mais interessariam à escola. Indicaram um livro de autoria desse paraibano envolvido com o movimento docente, que pensando sobre filosofia também trata de educação escolar. Com relação a esses capítulos destacados pelos redatores como sendo de interesse dos educadores, após leitura dos mesmos, um em especial nos chama a atenção ao fazer referência à educação dos sentidos. No breve capítulo *A Educação*

⁶⁰ Nasceu na capital da Paraíba em 24 de outubro de 1891 e faleceu no Rio de Janeiro em 1938. Fez bacharelado em ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Recife formando-se em 1911. Exerceu vários cargos públicos e administrativos, dentre os quais: procurador interino da República em 1913, procurador adjunto da capital da Paraíba em 1914, diretor do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, promotor público de 1917 a 1918 em Catolé do Rocha, secretário da Imprensa Oficial paraibana em 1919, deputado estadual para a 9ª legislatura (1920-1923), Diretor Geral da Instrução Pública da Paraíba (1919-1921), diretor do Arquivo Nacional (1922-1938), nomeado pelo presidente da República Epitácio Pessoa. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico da Paraíba em 1905 e membro da diretoria (1914-1923). Na Revista do IHGP escreveu alguns textos. (COSTA, 1938; SOUZA, 1981). Ele foi o responsável pelo parecer favorável a adoção do livro *Escoço de Chorographia da Parahyba*, de José Coelho nas escolas primárias. Publicamos nos Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (2017), em parceria com a pesquisadora Ana Luiza Marques, o texto intitulado *A atuação e produção educacional de Alcides Bezerra na Parahyba (1917-1921)*, cujo objetivo foi tecer algumas considerações sobre a atuação e a produção educacional de Alcides Bezerra na Paraíba, em especial no período de 1917 a 1921, quando participou da elaboração da Reforma da instrução pública do estado e foi diretor geral da instrução pública.

dos sentidos, Alcides Bezerra apresenta os sentidos como o elo de comunicação entre os seres humanos e o ambiente. Estes podem e devem ser educados, e caberia a pedagogia fazer parte desse processo. O autor não faz referência explícita ao método⁶¹ das *lições de coisas*, nem de autores que tomam os sentidos como janelas para aprender, mas o seu discurso nos parece ir ao encontro de tal perspectiva.

Em meados do século XIX, a renovação das práticas pedagógicas foi propagada por vários sujeitos, que baseados nas ideias de Comênio, Rousseau, Froebel e Pestalozzi - para citar alguns, modificavam a concepção sobre o conhecimento e isso implicava em mudanças na instrução. Foi um momento em que as preocupações com a criança, a infância e a escola estavam sendo revistas. Uma nova perspectiva, em contraponto àquela baseada no verbalismo, na repetição e na memorização, ficou conhecida como método de ensino intuitivo, *lições de coisas*, ensino pelo aspecto ou método objetivo.

Cabe ressaltar que esse método adentrou mais fortemente no Brasil em fins do século XIX a partir de vários caminhos. Um deles foi a legislação, como o decreto n. 7247, de 1879, elaborado por Leôncio de Carvalho, quando prescreve no artigo 9º que uma das disciplinas a serem ministradas nas escolas normais seria *Pratica do ensino intuitivo ou lições de cousas*. Mas foi na *Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública* (1883), de Ruy Barbosa, Thomas do Bomfim Espinola e Ulysses Machado Pereira Vianna, cujo relator foi Ruy Barbosa, que ele foi mais explicitado e recomendado. O autor que nessa obra propôs a instrução pelos processos intuitivos, traduziu para o português o manual de ensino elementar *Primeiras lições de coisas*, de Norman Calkins, em 1886.

Segundo Calkins (1886, p. 10), “tudo está, em summa (e nisto reside a intenção geral deste methodo), em reunir o cultivo dos sentidos, o da razão, o da palavra, e encaminhal-os todos ao mesmo passo. Na base primordial de tudo avulta a cultura dos sentidos [...]”. O intelectual paraibano Alcides Bezerra afirmava em seu livro que “[...] e’ possivel educar-se com

⁶¹ A partir da leitura da documentação do Século XIX coletada e analisada pelo Grupo de História da Educação do Nordeste Oitocentista (GHENO), na Paraíba, elencamos a prescrição oficial dos métodos de ensino: Regulamento de 20 de Janeiro de 1849, previu o método de ensino simultâneo; Regulamento do Externato Normal da Província da Paraíba de 14 de janeiro de 1886, prescreveu o método intuitivo para o ensino de ciências físicas e naturais; Decreto 873, de 21 de dezembro de 1917, instituiu que o ensino primário era leigo e gratuito e tinha como objetivo a promoção da educação física, intelectual e moral dos dois sexos. A menção ao ensino intuitivo aparece no artigo 1º da referida legislação: “[...] A educação intellectual deverá ser rigorosamente intuitiva e pratica.” (PARAHYBA, 1917, p. 01). As normativas relacionadas ao ensino de 1904, 1927, 1935 e 1942 não fizeram referência a método de ensino.

regularidade os sentidos. A educação delles é mesmo um dos mais graves problemas da pedagogia” (BEZERRA, 1919, p. 105). A criança, desde pequena, deveria ser ensinada a usar da melhor forma os sentidos como um instrumento para não cair no erro, pois “[...] os sentidos bem educados desde a infância, quer dizer, fortalecidos, desenvolvidos, apurados pelo exercicio methodico, tornam-se menos sujeitos ás ciladas mendazes do erro” (BEZERRA, 1919, p. 105).

E como essa educação deveria ser feita? Para Alcides Bezerra a educação dos sentidos começaria pelo tato. O autor sugere que a escola teria um papel essencial, pois prepararia a criança, por exemplo, a partir dos trabalhos manuais, “[...] sobre cujo valor educativo estão accordes unanimemente os pedagogos mais reputados e illustres. Delles poderá o mestre intelligente tirar o melhor partido, os resultados mais lisongeiros e positivos” (BEZERRA, 1919, p. 106). Esses trabalhos manuais seriam em operações construtivas, têxteis e plásticas. Orientação semelhante foi prescrita por Calkins (1886) que apresentou várias recomendações e sugestões para as lições, e dentre elas os trabalhos manuais aparecem como forma da criança adquirir habilidades e fixar o conhecimento. Essas atividades incluíam, por exemplo, o desenho como expressão (a tríade era observação, associação e expressão).

Por fim, encontramos no Boletim a seção *Correspondencia*, que apresentava as cartas de professores destinadas à Sociedade dos Professores Primarios. Era um espaço em que os destinatários do impresso poderiam se fazer presentes, participar da publicação. Provavelmente essas mensagens eram selecionadas pelos editores do Boletim e estavam atreladas à imagem que se queria veicular. Na edição de número 2 desse impresso pedagógico, são apresentadas as mensagens de três professoras que tecem elogios à iniciativa de criação da Sociedade e do Boletim. A seguir apresentamos um fragmento da mensagem da professora do município de Areia, Julia Augusta da Silva:

Fazendo parte do professorado parahybano não podia deixar de manifestar os meus aplausos pela fundação de tão meritoria Sociedade, que muito vem concorrer para o progresso da causa da instrucção em o nosso meio, desejando por isso um longo curso de prosperidade a essa conspicua Sociedade. (SILVA, 15/09/1919, p. 29).

Ao observar essa seção e as mensagens nela contidas, algumas questões nos chamam a atenção: a circulação do impresso pelo interior do estado, levando em consideração a localidade

em que trabalhavam as três professoras que escreveram para a Sociedade elogiando o Boletim – Areia, Teixeira e Borborema; e o pagamento referente à assinatura anual do impresso, que era 2\$000 (dois mil réis), pois as professoras destacaram o envio do dinheiro correspondente. Pode-se supor que o valor a ser pago anualmente pelo impresso seria o mesmo, na capital quanto no interior.

Outra questão importante presente nas cartas dessas professoras refere-se à existência e circulação do estatuto da Sociedade dos Professores Primarios da Parahyba. As docentes citam o recebimento do estatuto, porém não encontramos esse documento.

José Baptista de Mello com os textos *O ensino de Chorographia e Historia da Parahyba*, e *Município do Teixeira*, assim como José Mendonça com *Município de Itabaiana*, Eliseu Maul com *A fortaleza de Cabedello*, Minervino Cavalcanti com *Município de Taperoá*, além de um texto sem autoria intitulado *Ensino de Historia*, estão todos imersos numa discussão que foi uma preocupação nas orientações para a prática do ensino intuitivo (e que adentrou no ensino ativo propugnado pela Escola Nova). Eles estão defendendo a importância do ensino de História e de Geografia na escola primária.

Argumentando sobre as disciplinas de Chorographia⁶² e Historia da Parahyba, Mello (1919, p. 08) denunciou que “E’ facto notorio da Parahyba o descaso que reina nas escolas sobre o ensinamento dessas disciplinas.” Destacamos que uma vertente da geografia preocupada em localizar e descrever os fenômenos da Terra foi chamada de Corografia.

[...] a geografia tentou responder especialmente sobre onde estavam os fenômenos que lhes interessava. Feita esta primeira constatação, partia-se para o método da observação e descrição, e mais tarde para a comparação. O fundamento que ordenava esse pensamento foi chamado, num primeiro momento de corografia. O termo corografia, que pode ser entendido como a descrição de regiões ou ainda escrita das regiões, foi amplamente utilizado entre os séculos XVII e XVIII, tendo em Varenius um dos principais responsáveis por sua divulgação. Ao usar este termo, Varenius pretendia reforçar, sobretudo, a característica de delimitar e descrever regiões individuais da Terra. (LEAL, 2009, p. 05).

⁶² A inserção dessa disciplina no conjunto de conhecimentos prescritos para a escola pública nos Regulamentos de instrução do estado durante as primeiras décadas da república, mostram que ela aparece a primeira vez no decreto 873 de 1917 (6.º - Historia e chorographia da Parahyba). Nessa reforma também figuram a preocupação com a geografia nacional e a história nacional (4.º - Noções geraes de geographia, especialmente do Brasil; 5.º - Noções de História do Brasil). Destacamos que a inserção desses conhecimentos em disciplinas específicas denota a preocupação dos legisladores com a tendência que se formava na época de estudar principalmente o lugar onde se estava circunscrito. Dentre os sujeitos que elaboraram essa reforma estão Alcides Bezerra e José Gomes Coelho. Para consultar mais informações sobre essa normativa, consultar a dissertação de Biserra (2015).

Os trabalhos corográficos estudavam os aspectos físicos das regiões. Exemplo de uma dessas produções foi o livro do professor José Coelho *Escorço de Chorographia da Parahyba*⁶³, aprovado pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e pelo Conselho Superior de Instrução, na figura de Alcides Bezerra, que deu parecer favorável para inserir esse livro nas escolas primárias do estado. Os artigos presentes no *Boletim* descrevem sobre os limites, a população, o comércio, a indústria, clima, rios da região geográfica da Paraíba.

Devido à separação ocorrida entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas, a Geografia gestou a dicotomia Geografia Humana e Geografia Física, e “neste momento de debate e, mesmo de cisão, dentro da própria ciência, coube a Geografia Regional, num primeiro momento, resolver o impasse” (LEAL, 2009, p. 04). Assim, inferimos que naquele momento a inserção desses textos no periódico da Sociedade estava atrelado de um lado a esse aspecto corográfico da disciplina e de outro a importância auferida a geografia regional, esta que foi fortemente defendida no interior da renovação pedagógica.

Baseados na ideia de que era necessário ensinar a criança a partir do que já era conhecido e familiar a ela, isto é, do conhecido ao desconhecido, a geografia local encontrou espaço na medida em que estava circunscrita no cotidiano das crianças. Com as proposições da escola ativa essas questões foram mais delineadas e explicitadas em programas de geografia destinados aos alunos nos diversos suportes materiais. No entanto, já figuravam desde o século XIX algumas dessas preocupações. Conhecer a região, o local onde vive e aspectos do seu município e do seu país também estava relacionado a outro intenso debate, qual seja, a importância da História e da história do local onde vive como forma de incitar o sentimento ligado à nacionalidade.

E mister que nos convençamos que sem conhecer não podemos amar, e que sem amar não podemos defender. E a pátria nunca poderá ser uma nação forte e respeitável sem ser conhecida, amada e defendida por seus filhos. E para termos della um conhecimento completo é preciso, preliminarmente, conhecermos o sítio, a aldeia, a cidade onde nascemos. Façamos da nossa casa

⁶³ O livro está dividido nas seções a seguir: Nação - Governo; O Brasil; Qualidades do cidadão brasileiro; Organização Federal; Declaração dos direitos; A Parahyba – Governo; Limites, dimensões e superfície; População, raça, língua, religião; Costa: enseadas, cabo, portos; Serras; Rios: Vertente oriental da Borborema; Vertente oriental: outros rios; Mineraes, flora; fauna; Agricultura, criação, indústria; Commercio, vias de comunicação; Divisão administrativa; Município da capital; Municípios de aquém-Borborema; Municípios da Borborema; Municípios de Além Borborema; Lista das cidades, villas e povoações do estado.

o ponto de partida. Precisamos antes de discutirmos sobre os Alpes com as suas geleiras eternas, sobre o Nilo com o seu passado historico, e de Pariz com os seus boulevards formosos, saber alguma coisa nossa, da nossa Borborema, do Parahyba e das nossas cidades que se não têm a magestade desses portentos, têm um valor insubstituível: e de nosso ser... (MELLO, 15/09/1919, p. 09).

O texto do professor José Baptista de Mello fazia parte do discurso corrente instaurado principalmente com a República, relacionado ao sentimento de nacionalismo e patriotismo. A escola deveria oferecer bons moldes representados em condutas cívicas. De acordo com Gomes (2009b) havia uma necessidade de “[...] reafirmar o vínculo efetivo que essa pedagogia da nacionalidade estabelece com a construção de uma cultura política republicana que precisava ser produzida no contexto do início do século XX”. (GOMES, 2009b, p. 18). O texto *Ensino de Historia* destacou a importância da história para fornecer bons exemplos:

Ora, para alcançar esse desiderato, ha mister valer-se da historia por mostrar os exemplos dignos de imitação e os que devem ser repudiados. A historia é elemento preponderante na educação cívica, e esta vem merecendo da escola publica os carinhos mais desvelados. [...] (ENSINO DE...15/09/1919, p. 27).

A exposição do texto citado acima é finalizada mediante o destaque para a importância da educação cívica e ao “[...] quão útil seria que os paes auxiliassem nisso o professor dando sempre aos filhos o exemplo dos bons costumes e do respeito as instituições”. (ENSINO DE...,15/09/1919, p. 28). Esse ensino relacionava-se com outro elemento vinculado a nacionalidade, a moral.

No mesmo Boletim, Alcides Bezerra apresentou o texto *Educação Moral*, em que afirmou a sua finalidade: “[...] habituar o homem a cumprir os seus deveres para com a família, a pátria, a humanidade e a Natureza”. (BEZERRA, 1919, p. 02). Ela deveria iniciar na infância como forma de prevenir vícios, paixões e maus costumes. Para o referido autor, “[...] os exemplos do proprio educador fazem parte do meio moral. As acções alheias, sobretudo as do mestre são imitadas cegamente pelas creanças, podendo-se dizer que a educação moral se funda, sobretudo, na imitação”. (BEZERRA, 1919, p. 03).

Estava ligada também à educação física e intelectual. Base das reformas de instrução naquele período era conciliar a educação moral, física e intelectual. A reforma de 1917, na qual Alcides foi um dos redatores, por exemplo, tinha como pilar explícito a promoção de uma

educação física (ginástica e exercícios espontâneos), intelectual (intuitiva e prática) e moral (bons exemplos).

Cuidavam os antigos educar moralmente fazendo as creanças decorar regras de moral e preceitos religiosos. Hoje em dia esse methodo é geralmente condemnado, por não se conformar com as leis da vida psychica. **Da experiencia pessoal da creança devem derivar os elementos de sua educação moral, sob pena de não atuarem no <eu>. A experiência deve ser completa e sobretudo motora [...].** (BEZERRA, 1919, p. 02, grifo nosso).

Percebe-se que o autor faz referência a crítica já em voga sobre a utilização dos chamados métodos tradicionais, e apresenta um princípio importante, a experiência da criança, sobretudo motora. Os trabalhos manuais perpassam o método intuitivo e o ativo, mas é neste último que a experiência do sujeito é elevada como ponto de partida do processo de ensino. Alcides Bezerra, partícipe da Sociedade, parecia estar em sintonia com as discussões pedagógicas que estavam sendo gestadas no período ao anunciar a orientação que fundamentou o repertório pedagógico que circulou sob o título de Escola Nova ou Escola Ativa.

As nossas pesquisas indicam que a Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba funcionou até fins da década de 1930⁶⁴, promovendo e oferecendo auxílio às semanas pedagógicas, conferências, caixas escolares e impressos. Embora não tenhamos informações concretas sobre outros números do Boletim que possivelmente tenham circulado no período, deduzimos que essa organização de docentes tenha substituído o Boletim por outro impresso pedagógico, ou ainda, mesmo que isso não tenha sido feito intencionalmente, inferimos que o impresso pedagógico que orientou professores primários nesse período para além do Boletim, tenha sido o jornal criado em 1921.

Considerando que alguns membros da Sociedade também faziam parte do grupo responsável pela publicação de um periódico pedagógico criado em 1921, e que este periódico se dizia órgão do professorado primário do estado, e que também era produzido e destinado principalmente a professores primários, apontamos que este impresso foi o jornal *O Educador*.

⁶⁴ A última informação que tivemos acesso está presente na edição nº 15, de dezembro de 1937. A nota abordou a posse da nova diretoria, realizada em julho daquele ano. Presidente: Costa, vice-presidente: Alice de Azevedo Monteiro, 1º secretário: Francisco Salles de Albuquerque, 2ª secretária: Adamantina Neves, tesoureiro: João da Cunha Vinagre, orador: Rubens Filgueiras, Comissão fiscal: Eduardo Monteiro de Medeiros, Manuel Viana Junior, José Baptista de Melo, Joaquim da Silva Santiago, Alcides Candido de Lacerda Lima.

Essa afirmação adquire sentido se considerarmos a afirmativa de José Baptista de Mello (1956), de que o jornal *O Educador* era órgão da Sociedade dos Professores Primarios.

Supomos que com vistas a ampliar a circulação do impresso e angariar mais recursos para a sua própria produção, tendo em vista que no jornal haviam anúncios pagos, e, ainda, levando em consideração o próprio formato e características materiais que davam condições de serem produzidos com mais frequência e em maior escala, o impresso jornal seria naquele momento uma estratégia editorial mais eficaz. Analisaremos mais especificamente o jornal *O Educador* no capítulo seguinte. Por hora vamos discutir na próxima seção uma iniciativa da Sociedade dos Professores primarios em conjunto com o governo do estado, organizada para instruir os docentes de acordo com os princípios renovadores à época.

2.3 As semanas pedagógicas: parceria entre a Sociedade dos Professores Primarios e a Diretoria de Instrução do estado

Uma importante estratégia da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, dos professores que delas participaram, e especialmente do à época Diretor do Ensino, José Baptista de Mello, para qualificar os professores do estado, foi a realização das Semanas Pedagógicas. Estes eventos foram organizados como um meio de aperfeiçoar os docentes, especialmente os do interior do estado, nos novos preceitos pedagógicos que se desejava disseminar. A intenção era formar estes agentes em consonância às ideias de um movimento que há algum tempo ganhava fôlego na Paraíba. Os preceitos de uma escola renovada tomavam contornos mais bem definidos com tais estratégias de formação e divulgação de ideias. A organização da Sociedade, do Boletim e das Semanas Pedagógicas fazem parte de um projeto de mudança educacional, que passou necessariamente pela formação dos professores.

Segundo José Baptista de Mello (1956, p. 104), “visando melhorar as condições técnicas da instrução, a Diretoria tomou diversas medidas que contribuíssem eficazmente para a renovação dos métodos e processos do ensino [...]”. Uma dessas medidas foi a organização das Semanas Pedagógicas. A primeira ocorreu em 1933 e a segunda no ano posterior. Como dito acima, foram fomentadas e articuladas pela Sociedade, pela Diretoria do Ensino Primário e

principalmente articuladas pela figura do Diretor⁶⁵ do Ensino Primário e professor do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, José Baptista de Mello.

Havia um projeto em prol de uma escola renovada, que fora, na Paraíba, desenvolvido também por esse professor. Suas ações e discursos, voltados principalmente para o aperfeiçoamento do professorado do estado, estavam envoltos a trama de significados relacionados à renovação educacional. Sua participação na Sociedade dos Professores Primarios, no Boletim, na criação da coluna Escola Nova do jornal *A União*, na direção da *Revista do Ensino*, na organização das Semanas Pedagógicas e nas ideias que auxiliaram na elaboração da Reforma da Instrução Pública de 1935, nos dão subsídios para afirmar que esse professor foi um dos principais disseminadores das ideias pedagógicas que circulavam no período, atreladas ao ideário da Escola Nova. De acordo com Pinheiro (2002, p. 186),

[...] Na Paraíba, um dos principais difusores dos ideais escolanovistas foi o professor José Baptista de Mello, um dos intelectuais mais sintonizados com as políticas educacionais implementadas de toda era Vargas. Atento aos novos processos de ensino e preocupado em dar à escola uma feição mais prática e mais útil.

Jornais como *A Imprensa* e *A União*, publicaram algumas matérias sobre a realização das Semanas Pedagógicas e enfatizaram o quão elas eram importantes para o aperfeiçoamento dos professores. A primeira Semana Pedagógica ocorreu de 24 a 31 de outubro de 1933, e foi anunciada pelo *A Imprensa* (24/10/1933, p. 04): “conforme temos publicado, inicia-se hoje a “Semana Pedagógica” grande movimento educacional, sob os auspícios da Diretoria do Ensino Primário e da Sociedade dos Professores”. Participaram os professores da capital e do interior, diretores dos grupos escolares, alunos, familiares e representantes do governo, do Departamento de Educação e da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, na figura do seu presidente, o professor João da Cunha Vinagre. As atividades dessa Semana ocorreram no auditório do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e nas diversas salas dessa instituição de ensino. Foram ministradas palestras e exposições dos trabalhos manuais dos alunos das escolas

⁶⁵ A Diretoria Geral da Instrução Pública, que fora extinta no governo de João Pessoa (1928-1930) pela lei nº 656, de 14 de novembro de 1928, foi substituída pela Diretoria do Ensino Primário, pelo decreto nº 183, de 12 de setembro de 1931. O primeiro diretor foi o professor Eduardo Medeiros, sendo substituído pelo professor José Baptista de Mello.

primárias. Os professores também visitaram alguns grupos escolares da capital com o objetivo de conhecer a realidade das escolas.

Neste evento também foram expostos e discutidos novos livros didáticos para o ensino. Estavam presentes representantes da Companhia de Livros *Editores Nacionais* e a *Melhoramentos*, de São Paulo, que trouxeram vários títulos sintonizados com as ideias pedagógicas do período.

A *Revista do Ensino*, periódico que nos anos de 1930, informou e formou os professores do estado, veiculou duas matérias sobre a primeira Semana Pedagógica do estado. Os redatores da revista assim anunciavam a realização do evento:

Esse certame será de real importancia para os nossos educadores que durante 7 dias, receberão instruções e orientações varias sobre os modernos processos de ensino preconizados pela Escola Nova. [...] Durante todo o periodo serão dadas aulas praticas nos grupos dessa capital, com a assistencia dos professores convocados, sob a orientação dos Inspetores Regionais, bem como far-se-ão ouvir em palestras, sobre assuntos pedagogicos, na sede da “Sociedade dos Professores Primarios”, vários técnicos de ensino. (SEMANA..., 1933, p. 61).

No ano seguinte a realização da primeira Semana Pedagógica, em março de 1934, a *Revista do Ensino* expôs algumas informações sobre a sua realização, e apresentou em suas páginas os textos na íntegra de algumas das palestras proferidas pelos professores na ocasião deste evento realizado em outubro de 1933. As palestras e os seus referidos autores citados pela revista foram: *Leitura Analitica*, de autoria da professora e inspetora do ensino de Pernambuco, Alzira Breuel; *Socialização Escolar*, de autoria do professor e inspetor de Pernambuco, José Vicente Barbosa; *O ensino de calculo do jardim de infancia*, da professora paraibana, Alice Azevedo Monteiro; *Mendicancia intelectual infantil*, proferida pelo professor paraibano Mario Gomes Pereira de Souza; *A escola antiga e a escola nova*, do professor e inspetor pernambucano, Manuel Viana Júnior; *O grande mal*, do professor paraibano João Paiva.

Algumas outras palestras realizadas nesta Semana Pedagógica foram: *A Preparação para o ensino da aritmética*, proferida pela professora paraibana Alice Azevedo Monteiro; *A metodologia das Ciências Físicas e Naturais*, pelo professor paraibano José Coelho; *As escolas rurais*, pelo professor paraibano Sizenando Costa; *O ensino profissionalizante*, pelo professor

paraibano Coriolano⁶⁶ de Medeiros; *Aspecto Social da Escola*, conduzida pelo professor José Vicente Barbosa, Presidente da Sociedade Pernambucana de Educação; *Métodos de Ensino e sua adaptação*, pela professora Eulália Fonseca, Diretora de Aplicação e Professora de Didática da Escola Normal de Recife; *Higiene Escolar e educabilidade difícil*, pelo Pediatra João Medeiros.

De acordo com Pinheiro (2002), nos anos de 1930 a Sociedade mantinha relação com professores pernambucanos que por vezes eram convidados para participar de palestras nas semanas pedagógicas organizadas por esses estados, publicar artigos nas revistas voltadas ao professorado e realizar visitas a alguns grupos escolares, características observáveis nas programações desses eventos e na *Revista do Ensino* da Paraíba.

A Segunda Semana Pedagógica, também sob a organização da Diretoria do Ensino Primário, da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba, e da secretária geral da Segunda Semana Pedagógica, Alice Azevedo Monteiro, foi realizada de 3 a 11 de novembro de 1934, na Escola Normal da capital. Foi divulgada uma circular convocando os professores no jornal *A União* em 25 de setembro de 1934 e em outras matérias nesse mesmo periódico foi veiculado informações sobre a realização, as atividades e as comissões criadas para organizar o evento.

Com vistas a incentivar e atrair mais profissionais e principalmente os professores do interior, os docentes que tivessem o interesse em participar da Semana Pedagógica poderiam solicitar permissão para encerrar os exames de promoção (exames que auferiam as habilidades dos estudantes para prosseguir nas séries do curso primário) e os definitivos (exames finais de conclusão do curso primário) até o dia 31 de outubro do corrente ano, de forma que o encerramento do ano letivo fosse antecipado.

A *Revista do Ensino* nº 11, de dezembro de 1934, em seu editorial de abertura, apresentou esse número como uma edição dedicada ao evento pedagógico ocorrido no mês

⁶⁶ João Rodrigues Coriolano de Medeiros (1875-1974) foi comerciante, funcionário dos Correios, músico (Banda do Clube Astréa e do Clube Sinfônico), professor primário particular, escriturário da Escola de Aprendizes Artífices, e em 1922 diretor dessa instituição. Sócio fundador do Centro Literário Paraibano (1893), do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (fez parte da primeira diretoria), membro da Associação dos Homens de Letras e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, além de membro fundador da Academia Paraibana de Letras (ocupou a cadeira nº 7), da qual também foi diretor. Publicou um texto na *Revista do Ensino* nº 2, em 1932, intitulado *Escolas Profissionais*. Foi redator em *O Comércio*, colaborador em *A União Tipográfica* (1894), *A União*, *A Imprensa*, *Diário do Estado*, e fundou a revista *A Filipéia* (1905). Algumas de suas obras foram: *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* (1914); *Do Litoral ao Sertão* (1917); *O Barracão* (1930); *A Evolução Social e Histórica de Patos* (1938); *O Tambiá da Minha Infância* (1942). (BARBOSA et al, 2009).

anterior. Há informações sobre as comissões⁶⁷, a programação geral, as sessões técnicas, as visitas realizadas a instituições de ensino (grupos escolares, Escola Normal, Liceu Paraibano, Escola de Artífices, Colégio Diocesano Pio X), as oito atas do evento e algumas fotografias. A partir das informações contidas nesse periódico, elaboramos o quadro abaixo com a programação⁶⁸ da Segunda Semana Pedagógica.

Quadro 2 - Programação da 2ª Semana Pedagógica do estado da Paraíba – 1934

03 de novembro (sábado)	19h:30 - Inauguração da exposição de quadros estatísticos sobre o Ensino Primário do estado nos anos de 1931, 1932 e 1933. 20h - Exposição proferida pelo professor José Baptista de Mello sobre o ensino na Paraíba.
04 de novembro (domingo)	19h:30 – Abertura da 2ª Semana Pedagógica pelo Interventor Federal Gratuliano Brito. Palestra do professor José Gomes Coêlho, intitulada <i>Methodologia do Ensino das Mathematicas</i> . Apresentação de canto orfeônico pelas alunas da Escola Normal.
05 de novembro (segunda-feira)	8h – Visitas a estabelecimentos de ensino. 14h – Reunião da primeira comissão técnica. Tema: <i>Meios de incentivar a frequencia escolar: como promover o recenseamento escolar</i> . Presidente: Matheus de Oliveira; Secretária: Auta de Luna Freire. 19h:30 – Palestra do professor J. de Seixas Maia sobre <i>Profilaxia das doenças dos olhos</i> . Canto e músicas regionais.
06 de novembro (terça-feira)	8h – Visitas a estabelecimentos de ensino. 14h – Reunião da segunda comissão técnica. Tema: <i>Na ausencia de prédios escolares, que orientação deve dar o professor para a localização da sua escola?</i> Presidente: Sizenando Costa; Secretária: Maria Augusta de Vasconcellos. 19h:30 – Palestra do professor Florentino da Silva, <i>Animaes uteis e animaes prejudiciaes ao homem</i> . Apresentação de canto orfeônico pelos alunos dos grupos escolares.
07 de novembro (quarta-feira)	8h – Visitas a estabelecimentos de ensino. 14h – Reunião da terceira comissão técnica. Tema: <i>Como organizar as classes escolares</i> . Presidente: João Vinagre; Secretária: Adamantina Neves.

⁶⁷**Comissão executiva:** José Baptista de Mello, Eduardo de Medeiros, Matheus Augusto de Oliveira, monsenhor Odilon Coutinho, José Gomes Coêlho, Manuel Florentino da Silva, Luiz Gonzaga Burity, José de Seixas Maia, Octacílio de Albuquerque, doutor Oscar de Oliveira Castro, Mario Marques, Olivina Cunha, Sizenando Costa, João da Cunha Vinagre, Aloysio Xavier, Gazzi de Sá, Manuel Vianna Junior, José Bento de Moraes, Leonidas Santiago, Francisco Rangel e Mario Gomes Pereira de Sousa.

Comissão de recepção: Arnaldo de Barros Moreira, João Vinagre, Joaquim Santiago, Francisco Salles, João Falcão, Sylvia de Pessoa e Julita Vasconcellos.

Comissão de estudos técnicos: Sizenando Costa, Manuel Vianna Junior, Francisco Rangel, Leonidas Santiago, José Bento de Moraes e Mario Gomes.

Comissão de publicidade e propaganda: Mário Gomes Pereira de Sousa e Manuel Cavalcante.

Comissão de festas: Joaquim Santiago, Olegario de Luna Freire, Alice Monteiro, Benigna Leal, Geny Mesquita, Maria Augusta de Vasconcellos, Daluz Bonavides, Rachel Cantalice, Ecila Lins de Mendonça e Herundina Campello.

⁶⁸ Percebe-se que o programa prático e teórico do evento estava atrelado aos preceitos propostos pela Escola Nova.

	19h:30 – Palestra do professor Oscar de Castro, <i>A atenção nas aulas, e Hora de arte</i> , pela Associação Parahybana pelo Progresso Feminino.
08 de novembro (quinta-feira)	8h – Demonstração de ginástica. 9h – Visita a Rio Tinto.
09 de novembro (sexta-feira)	8h – Visitas a estabelecimentos de ensino. 14 h – Reunião da 4ª comissão técnica. Tema: <i>Instituições escolares: Como organizá-las</i> . Presidente: Joaquim Santiago; Secretária: Celina de Oliveira. 19h:30 – Palestra do professor Mario Marques, <i>Ensino profissional</i> . Programa do Radio Club Parahyba.
10 de novembro (sábado)	8h – Visitas a estabelecimentos de ensino. 14h – Reunião da quinta comissão técnica. Tema: <i>Como suprir o material didático em uma escola pobre</i> . Presidente: Francisco Salles; Secretária: Debora Duarte. 19h:30 – Palestra da professora Alice de Azevedo Monteiro, <i>Uma Contribuição para os jardins da infância</i> . Canto orfeônico. Encerramento da 2ª Semana Pedagógica.
11 de novembro (domingo)	8h – Férias do Jardim de Infância do grupo escolar Thomás Mindello. 14h – Assembleia ⁶⁹ da Sociedade dos Professores. 20h – Chá da cordialidade, oferecido pela Sociedade dos Professores.

Fonte: elaborado pelos autores a partir das informações contidas na *Revista do Ensino* nº11, dezembro de 1934.

Durante a Semana, os professores também visitaram a Estação experimental de Fruticultura do Espírito Santo e o Centro Industrial Rio Tinto.

As suas sessões técnicas e plenárias concorridíssimas deixaram, pelos trabalhos executados, inapagável lembrança no espírito do nosso professorado que a ela afluiu, cheio de entusiasmo e desejoso de colher os maiores frutos. Os temas debatidos, diariamente, as conferências proferidas por acatados mestres, além de excursões a campos agrícolas e centros fabris, as festas d'arte e as aulas práticas deram ao movimento de 1934 um verdadeiro cunho de renovação pedagógica. (MELLO, 1956, p. 106).

A terceira Semana Pedagógica ocorreu entre os dias 8 e 15 de novembro de 1936. A abertura ocorreu na noite do dia 8 nas dependências da Escola Normal. Estavam presentes o governador do estado Argemiro de Figueiredo, que proferiu o discurso de abertura da semana pedagógica, o diretor do Departamento de Educação Monsenhor Pedro Anísio⁷⁰ e vários

⁶⁹Há indícios de que essa assembleia teve como pauta a reforma do estatuto da Sociedade dos Professores Primarios da Parahyba, em que uma das medidas seria permitir a participação de professores de todos os graus de ensino, públicos ou privados, que tivessem interesse em associar-se e participar das atividades pedagógicas promovidas.

⁷⁰ Pedro Anísio Bezerra nasceu em Bananeiras- PB, em 1883, e faleceu em 1979 em João Pessoa – PB. Padre ordenado em 1907 no Seminário da Paraíba, pouco tempo depois formou-se em Filosofia e Teologia dogmática pela Universidade Gregoriana, em Roma (1910). Ele foi capelão da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora das Mercês e Sagrado Coração de Jesus, vigário da Basílica de Nossa Senhora das Neves e diretor do Colégio Pio X (1918). Ministrou as disciplinas de Latim e Teologia dogmática no Seminário da Paraíba, além de

professores primários. A partir das informações disponíveis na edição nº 14, de dezembro de 1936, foi possível organizar a programação realizada pelos docentes naquela ocasião:

Quadro 3- Programação da 3ª Semana Pedagógica do estado da Paraíba – 1936

08 de novembro (domingo)	Abertura da 3ª Semana Pedagógica na Escola Normal.
09 de novembro (segunda-feira)	Sessão técnica coordenada pelo prof. ^o Sizenando Costa (inspetor geral do ensino e diretor da sessão de estatísticas educacionais) e secretariada pela prof. ^a Maria de Lourdes de Almeida e Albuquerque. Comunicações: America Monteiro de Araujo (professora do Grupo Escolar Eptácio Pessoa) – <i>Cinema e Radio Educativo</i> ; Othilia Xavier de Sampaio (professora do Grupo Escolar Solon de Lucena) – <i>O Ensino Rural</i> . Sessão Plenária coordenada pelo prof. ^o Conego Nicodemus Neves (diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação) – <i>O civismo e o nacionalismo na escola</i> . Canto Orfeônico – maestro prof. ^o Gazzi de Sá (orfeão da Escola Normal). Exposição Pedagógica – salões no térreo da Escola Normal.
10 de novembro (terça-feira)	Sessão técnica coordenada pelo prof. ^o Manuel Vianna Junior (inspetor técnico) e secretariada pela prof. ^a Adamantina Neves. Comunicações: prof. ^a Sylvia de Pessôa (diretora do Grupo Escolar Duarte da Silveira) – <i>Pré-livro ou ensino da leitura, pelo methodo global</i> . Sessão Plenária no Cine Theatro Rex: Festival de arte e canto orfeônico e conferência do Dr. José Damascendo da Silveira <i>Educação Rural e Profissional</i> . Exposição Pedagógica – salões no térreo da Escola Normal.
11 de novembro (quarta-feira)	Sessão técnica coordenada pelo prof. ^o Sizenando Costa e secretariada pela prof. ^a Maria Fernandes. Comunicações: Ezilda Milanez (professora do Grupo Escolar Alvaro Machado) – <i>Observação da criança</i> ; Francisca de Ascensão Cunha (diretora da Escola de Aplicação e professora da cadeira de Didática da Escola Normal) – <i>Tests pedagogicos</i> ; Sessão Plenária proferida pelo Dr. Matheus de Oliveira (diretor do Lyceu Parahybano) – <i>O problema da Alphabetização na Parahyba</i> . Festival artístico organizado pelo maestro e prof. ^o Gazzi de Sá. Exposição Pedagógica – salões no térreo da Escola Normal
12 de novembro (quinta-feira)	Sessão técnica coordenada pelo prof. ^o João da Cunha Vinagre (diretor do Grupo Escolar Eptacio Pessoa) e secretariado pela prof. ^a Zepherina Ramos. Comunicações: Aurea Mesquita (professora do Grupo Escolar Alvaro Machado) – <i>Meios educativos e disciplina</i> ; Francisca de Ascensão Cunha – <i>Testes do A. B.C.</i> ; Luiz Gil (professor do Collegio Pio XI e da escola dos artistas) – <i>A frequencia das escolas do interior</i> ; prof. ^o Severino Rocha (diretor do Grupo Escolar Dr. Miguel Santa Cruz) – <i>Ephemerides e fontes historicas de nossa terra</i> .

lecionar no Liceu Paraibano e na Escola Normal. Foi diretor do Departamento de Educação do estado nos anos 1930. Em sua passagem pela imprensa, foi redator e diretor de *A Imprensa*. Dirigi e escreveu na *Revista do Ensino* durante os anos de 1936 a 1942. Pedro Anízio também foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e autor das seguintes obras: *A Filosofia Thomista* e *o Agnosticismo Contemporâneo* (1929), *Tratado de Pedagogia* (1933), *Compêndio de pedologia e pedagogia experimental: destinado às escolas normais* (1937), *A igreja, o Reino de Deus na Terra: aspectos do corpo místico* (1966). (BARBOSA et al, 2009).

	Sessão Plenária coordenada pelo prof. ^o Joaquim da Silva Santiago – <i>Instituições Auxiliares de Ensino</i> , e prof. ^o Rubens Filgueiras – <i>O lar na educação da criança</i> . Exposição Pedagógica – salões no térreo da Escola Normal
13 de novembro (sexta-feira)	Sessão técnica do Monsenhor Pedro Anísio sobre o problema do aumento de matrícula e de frequência nos estabelecimentos de instrução primária; Comunicações: prof. ^a Debora Duarte – <i>Centros de interesse e globalização do ensino</i> ; prof. ^o José Bento de Moraes (inspetor técnico regional) – sugestões sobre a comunicação da prof. ^a Francisca de Ascensão Cunha – <i>Testes do A. B.C.</i> ; prof. ^o Aurelio de Albuquerque (diretor do grupo escolar Abel da Silva) fez considerações sobre as caixas escolares. Sessão técnica coordenada pelo presidente prof. ^o Joaquim da Silva Santiago (diretor do Grupo Escolar Thomaz Mindello) secretariado pela prof. ^a Adelita Bezerra Cavalcante. Comunicações: Esclarecimentos da prof. ^a Francisca de Ascensão Cunha – <i>Testes do A. B.C.</i> ; Maria Dulce Barbosa (professora da cadeira elementar do município de Queimadas) – parabenizando os colegas docentes do professorado primário do interior; prof. ^a Carmelita Pereira Gomes (inspetora técnica do Grupo Escolar Antonio Pessôa) – <i>O ensino da Linguagem</i> ; prof. ^o João da Cunha Vinagre – <i>Uma lição de mathematica</i> ; prof. ^a Alice Azevedo Monteiro (diretora do jardim de infância do Grupo Escolar Thomas Mindello) – <i>A educação dos parvulos e o Jardim de Infancia</i> . Sessão Plenária coordenada pelo Dr. José de Seixas Maia, inspetor sanitário escolar que fez uma fala sobre <i>Educação Physica e sanitaria</i> e prof. ^o João Falcão dialogou sobre <i>Estatística e Educação</i> . Exposição Pedagógica – salões no térreo da Escola Normal. Visita ao Instituto São José.
14 de novembro (sábado)	Sessão técnica coordenada pelo prof. ^o Francisco Salles de Albuquerque (diretor do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves), secretariado pela prof. ^a Maria da Conceição de Castro Dias. Comunicações: Argentina Pereira Gomes (professora da Escola Secundária do Instituto de Educação) – <i>Principios fundamentais do Methodo Didactico</i> ; prof. ^o Lourival Cavalcante (diretor do Grupo Escolar Baptista Leite) – <i>O ensino de leitura na classe inicial</i> ; Rubens Filgueiras – <i>Educa-te, professor</i> ; prof. ^o Aurelio M. de Albuquerque (diretor do Grupo Escolar de Ingá) – fez considerações sobre a fala de Lourival Cavalcante. Sessão Plenária proferida pelo monsenhor Pedro Anísio sobre <i>Philosophia e Educação</i> . Encerramento artístico organizado pelo prof. ^o Olegario de Luna Freire. Exposição Pedagógica – salões no térreo da Escola Normal. Visita ao Instituto Serico.
15 de novembro (domingo)	Visita ao Porto de Cabedelo, ao Forte de Santa Catarina, coordenada pelo prof. ^o Manuel Vianna Júnior. Conferência do prof. ^o Severino Alves da Rocha sobre o dia 15 de novembro (proclamação da República) no Teatro Santa Rosa. Lanche no Pavilhão do Chá.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações contidas na *Revista do Ensino* nº14, dezembro de 1936.

Optamos por colocar os cargos que os sujeitos exerciam naquele momento para situar o leitor sobre os papéis profissionais dos membros que participaram das palestras e da organização desse evento. Em sua maioria eram professores primários que exerciam também

outras funções, como inspetores e diretores de estabelecimentos de ensino. Também fizemos a escolha de colocar anterior ao nome do sujeito a palavra professor porque assim consta na *Revista do Ensino*. É interessante observarmos que isso demonstra como esses sujeitos são identificados pela sociedade e pelos pares que escreveram esse periódico. É um indicador do peso que a atividade professoral exerceu em suas trajetórias. Identificamos que também havia médicos, em função da sigla Dr. Optamos também por colocar a sigla assim como consta na descrição da *Revista do Ensino*.

Como é possível perceber, a terceira Semana Pedagógica foi organizada em várias atividades. Nas sessões técnicas, coordenadas por um professor e secretariadas por outro docente (uma espécie de monitor), ocorreram algumas comunicações orais chamadas pela *Revista de defesas de Theses*. Nas sessões plenárias, similar ao que hoje consideramos sessões coordenadas, alguns docentes empreenderam discussões sobre temas específicos. Nas excursões e visitas, os professores visitaram instituições de ensino, como o Instituto Serico, local onde conheceram vários serviços técnicos relacionados as plantações de amoreira e a criação do bicho da seda. Visitaram também o porto de Cabedelo e o forte de Santa Catarina. Todos os dias do evento houve exposições pedagógicas em salões da Escola Normal, espaços em que as instituições de ensino expuseram alguns trabalhos como,

[...] jogos didacticos, applicados ás diversas disciplinas e adaptados a todas as classes, desde os jardins de infância, aos ultimos graus do curso primario; mappas geographicos principalmente dos municipios organizados pelos professores, plantas das cidades e villas do Estado, quadros demonstrativos de planos de lições; centros de interesses; lições illustradas; mostruarios de produtos regionais, etc. (SEMANA..., 1936, p. 87).

Observamos que ao longo dessas três semanas pedagógicas a participação de docentes mulheres sofreu mudanças. Primeiro, é relevante pontuar que a organização das comissões responsáveis pelo evento é um demonstrativo da configuração dos papéis que lhes eram destinados. As comissões para o evento de 1934 foram: executiva, recepção, estudos técnicos, publicidade e propaganda e festas. As mulheres figuraram principalmente nas comissões de recepção e de festas. Na comissão executiva, grupo composto por 21 pessoas, apenas uma é mulher (Olivina Olivia Carneiro da Cunha). Movimento semelhante ocorreu na programação

desse evento em 1934. A participação das professoras foi destinada principalmente às funções de secretariado, o que não significa afirmar que foi necessariamente secundária.

A participação delas adentra maiores espaços e as professoras passaram a ministrar palestras, isto é, assumirem o papel de protagonistas, na semana pedagógica de 1936, sobre temas como os métodos de ensino global, os centros de interesse, o ensino da linguagem, o uso do cinema educativo, etc. O protagonismo feminino, especialmente na 3ª edição da Semana Pedagógica, faz parte de um maior engajamento em torno do movimento de organização de docentes, e de mulheres professoras enquanto grupo profissional e não vocacional.

É oportuno destacar que a divisão inscrita nos corpos que corroborou e legitimou durante muito tempo as atividades masculinas e femininas, associadas a ideia de quem pertence ao espaço público e ao espaço privado, determinava a incorporação das mulheres a tarefas como secretárias, professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, telefonistas, etc. Isso nos remete à percepção da função e do papel que deveriam exercer na sociedade. Ao homem, o espaço público e o provimento da casa. À mulher, o cuidado com o lar e os filhos, no espaço privado.

Embora possamos dizer que essa dicotomia e os limites dessas delicadas relações modificaram-se ao longo do século XX, muito em razão do próprio movimento feminista, é possível observar que houve deslocamento e ampliação dos espaços, mas elas, em muitos casos, continuaram com as mesmas responsabilidades e funções. A conquista do espaço público não significou, necessariamente, a mudança das funções atribuídas ao sexo feminino, que estavam, muitas vezes, associadas a características como cuidadosa, zelosa, amorosa, habilidosa às atividades manuais, e influenciou nas profissões exercidas pelas mulheres.

O acesso à educação proporcionou a conquista em alguns postos de trabalho. Alguns, pois esse acesso foi restrito a determinadas profissões. E mesmo dentro de algumas profissões ainda haviam outros limites e divisões. Não nos parece aleatório na organização de um evento pedagógico optar por selecionar mulheres para as comissões de recepção e festas, e não tê-las, por exemplo, na comissão de estudos técnicos. Também não nos parece ingênua a participação feminina no evento estar restrita ao secretariado. Esse cenário particular modifica-se um pouco quando na Semana Pedagógica de 1936 há uma maior participação das mulheres nas comunicações orais, palestrando sobre diversos temas. Essa mudança provavelmente está relacionada ao fato de que duas organizadoras do evento e responsáveis pela seleção dos trabalhos, eram as professoras Carmelita Pereira Gomes e Maria Camerina Bezerra Cavalcanti.

As Semanas Pedagógicas movimentaram debates que estavam presentes na agenda educacional do período. A partir das suas programações é possível visualizar as preocupações que nortearam a organização das palestras nelas apresentadas. Identificamos alguns eixos e elaboramos a seguir um quadro⁷¹ para melhor visualização das demandas pedagógicas desses eventos:

Quadro 4 – Temáticas abordadas nas Semanas Pedagógicas

Eixo	1933	1934	1936
Métodos de ensino	• Leitura Analítica • O ensino de Calculo no Jardim de infancia • A preparação para o ensino da aritmética • A metodologia das Ciências Físicas e Naturais • Métodos de Ensino e sua adaptação	• Methodologia do Ensino das Mathematicas	• Pré-livro ou ensino da leitura, pelo methodo global • Tests pedagógico • O problema da Alphabetização na Parahyba • Tests do A.B.C • Centros de interesse e globalização do ensino • O ensino da Linguagem • Uma lição de mathematica • Principios fundamentais do Methodo Didactico • O ensino de leitura na classe inicial • Observação da criança
Higiene e educação	• Higiene Escolar e educabilidade difícil	• Profilaxia das doenças dos olhos	• Educação Physica e sanitaria

⁷¹ Alguns textos não conseguimos identificar/ enquadrar em categorias, pois não tivemos acesso na íntegra e apenas pelo título não é possível inferir. Foram estes: *Animaes uteis e animaes prejudiciais ao homem* (1934), *Educa-te, professor* (1936).

Ensino rural e ensino profissional	• As escolas rurais • O ensino profissionalizante	• Ensino profissional	• O Ensino Rural • Educação Rural e Profissional
Organização escolar e aspectos técnicos das instituições escolares		• Meios de incentivar a frequência escolar: como promover o recrutamento escolar • Na ausência de prédios escolares, que orientação deve dar o professor para a localização da sua escola? • Como organizar as classes escolares • Instituições escolares: Como organizá-las • Como suprir o material didático em uma escola pobre	• A frequência das escolas do interior • O problema no aumento de matrícula e de frequência nos estabelecimentos de instrução primária • Estatística e Educação
Elementos que incidem sobre a educação e o ensino	• Socialização Escolar • O grande mal • Mendicância intelectual infantil • A escola antiga e a escola nova • Aspecto social da escola	• A atenção nas aulas • Hora de arte • Uma contribuição para os jardins de infância	• O civismo e o nacionalismo na escola • Meios educativos e disciplina • Cinema e Radio Educativo • Instituições Auxiliares de Ensino • Ephemirides e fontes históricas de nossa terra • O lar na educação da criança • A educação dos parvulos e o Jardim de Infância • Philosophia e Educação • Conferencia sobre o dia 15 de novembro

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Nas semanas pedagógicas a questão dos métodos de ensino figurou entre os temas principais. As formas de ensinar ou o como ensinar determinados temas relacionados a disciplinas como português, matemática e ciências foi uma preocupação nas três edições citadas. Pensar sobre o ensino da leitura, do cálculo e das ciências fazia parte do objetivo de racionalizar o processo educativo. Como afirmou Vidal (2011, p. 498),

Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização das normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos [...].

A forma mais adequada de ler e escrever foi objeto de discussão desde as últimas décadas do século XIX. Repetir textos memorizados, em geral oralmente, e partindo do ensino de letras isoladas, sofreu várias críticas e impulsionou estudos científicos que relacionaram fatores sociais e biológicos. De acordo com Frade (2005), historicamente, os métodos de alfabetização agrupam-se em sintéticos e analíticos. Os primeiros relacionam-se com a decodificação ou decifração e partem da análise das partes (unidades menores) para o todo. Dividem-se em método alfabético, em que a menor unidade é a letra, método fônico, dando ênfase ao fonema, e método silábico, cuja unidade de análise é a sílaba. Já os analíticos, baseados na crítica à decifração, e na defesa da aprendizagem a partir do sentido e da compreensão, tem como unidades de análise na relação entre fala e escrita, a palavra, a frase e o texto. Alguns métodos analíticos, aqueles que partem do todo para as partes, são: palavração, sentencição e global de contos.

A gradual escolarização das massas e as demandas advindas do crescimento urbano, exigia outras formas de ensino. Aos poucos, à leitura oral foi sendo agregada a ênfase à leitura expressiva e posteriormente à leitura silenciosa, por esta ser considerada mais eficaz e rápida. Além disso, “a percepção de que a leitura se fazia principalmente por palavras e frases, recorrendo o leitor à decifração de letras isoladas apenas para palavras desconhecidas, levou educadores oitocentistas a defender o método analítico [...]” (VIDAL, 2011, p. 505). Desde meados do século XIX, esses debates atrelados a discussão relacionada ao método de ensino intuitivo adentrou o universo educacional indicando novas formas de ler.

Na edição número 8 e 9, de março de 1934, cinco meses após a primeira semana pedagógica, a *Revista do Ensino* publicou algumas palestras proferidas no evento ocorrido em outubro de 1933. Uma delas foi *Leitura Analítica*, da professora, inspetora do ensino e tesoureira da Sociedade Pernambucana de Educação em Pernambuco, Alzira Breuel. Com o discurso de que a educação fazia parte das bases para um país civilizado e que o ensino primário desempenhava papel importante para alcançar este fim, a professora exaltou a escola nova como elemento essencial no programa da nova república. Em tom patriota e nacionalista, Alzira pontuou que:

Se Pernambuco tem ingressado sem alardes e com certo brilho nos domínios magníficos da Escola Nova, a Paraíba, pequenina e heroica, que nos tem dado as mais belas lições de civismo, não ficou na retaguarda [...] A Escola Nova! Teremos muitas etapas a vencer, haverá em meio á estrada espinhos, mas, a nós professores brasileiros está reservada a tarefa de traçarmos um roteiro para os vindouros auxiliando assim a completar o programa da Nova Republica na obra da reconstrução nacional. (BREUEL, 1934, p. 31-32).

Deixando claro que estava destinando os ensinamentos aos professores em prol da sua formação e consequente melhoria do ensino, Alzira optou por falar sobre a leitura analítica. Apesar de breve, o texto da professora desvela alguns elementos importantes. Identificamos na sua palestra elementos do ideário pedagógico que participou da “transição” de uma escola verbalista e memorialística para uma escola ativa – o método intuitivo. Embora não referenciado, ela apresentou uma citação do livro *Primeiras Lições de Coisas*, de Norman Calkins (1886), ao afirmar que “a percepção é a primeira fase da inteligencia e naturalmente a educação ha de começar pela cultura das faculdades perceptivas”. (BREUEL, 1934, p. 33).

Calkins (1886) explicita exatamente com as palavras no seu livro *Primeiras Lições de Coisas* (na tradução feita por Rui Barbosa refere-se a página numerada 1), utilizadas pela professora Alzira, que a percepção dos sentidos é o primeiro passo do ensino. No tocante ao método de leitura, ele desenvolve passos metodológicos para a aprendizagem da leitura partindo da percepção dos sentidos, que iniciam pela observação. Buscando romper com as práticas baseadas na memorização e na soletração, Calkins descreveu e criticou alguns métodos de ensino que não punham a compreensão do texto como elemento mais importante do que a decifração das letras. Para ele, as palavras eram o ponto de partida. Elas representavam o pensamento e expressavam ideias. Embora não seja identificado como um autor do movimento

escolanovista, ele estava inserido na marcha a favor dos métodos analíticos, defendendo o método da palavração, e, por isso, talvez citado pela professora Alzira, que, ao que indica, destacou na sua fala o método de vertente analítica chamado sentencição, estabelecendo relação com o método intuitivo.

Conversemos com as crianças sobre alguma coisa interessante; aproveitemos com habilidade algo que lhe despertou a curiosidade; mostremos aos nossos pequeninos alunos uma gravura sugestiva e façamos com que formem sentenças que o giz por nosso intermedio irá reproduzindo no quadro negro. [...] A professora escreverá no quadro negro as sentenças formadas pelas crianças, que naturalmente pelas leis da analise destacam com facilidade as palavras, elementos que não variam nas sentenças diferentes. As palavras fixar-se-ão no espirito das crianças de modo indelevel pela sua imagem grafica visual. Pela simples imagem fonica auditiva a criança adquire certo vocabulario antes de entrar na escola. Se o sentido visual tambem entra em jogo, claro está, que o reconhecimento do vocabulario conhecido pela força da repetição, gravarse-á indelevelmente em seu espirito. (BREUEL, 1934, p. 33-34).

A professora apresentou, embora não de forma explícita, aspectos do método de sentencição, em que a unidade é a sentença, que após ser conhecida globalmente, seria decomposta em palavras e posteriormente em sílabas. Frade (2005, p. 34) observa como vantagem desse método “[...] a de se trabalhar com a frase, considerada, de acordo com as teorias gramaticais vigentes na época, como a unidade mais completa da língua; e a de se enfatizar um tipo de leitura que pode utilizar pistas do contexto para a compreensão.”

É essencial pontuar que o método de ensino intuitivo, assim como os métodos ativos propugnados pela escola nova, faziam parte da modernidade pedagógica que emergiu em fins do século XIX. São, portanto, considerados por nós como métodos renovadores. Buscaram, cada um com o seu repertório teórico e prático, romper com o passado educacional pautado no ensino livresco, memorialístico, sem relação com os estudantes e baseado apenas na transmissão (pelo professor) e assimilação dos conhecimentos (pelos alunos). Entendemos o ensino intuitivo como um método que baseado numa teoria do conhecimento, e sob demandas sociais específicas, incitou e provocou mudanças que à época se tornaram renovadoras, embora a pedagogia da escola nova tenha, em muitos casos, negligenciado o legado do ensino pelas *lições de coisas*. Isso foi, inclusive, estratégia e bandeira de luta dos renovadores. Para eles, a

escola nova reinaugura a educação. Antes dela, havia um passado educacional sombrio, que dele nada deveria ser aproveitado.

Não é possível visualizar com todos os contornos bem definidos a ruptura entre essa escola dita tradicional e a escola nova. Os elementos coexistiam e/ou mudavam seus significados. Tampouco é possível delimitar precisamente o início e o fim do método de ensino intuitivo e os métodos “exclusivos” da escola nova. Essas relações são delicadas, tênues e complexas. Em alguns casos os “novos” métodos adaptaram e mudaram os significados de elementos que faziam parte dos métodos anteriores. Podemos tomar os objetos como exemplo. Nas *lições de coisas*, o conhecimento do mundo se dava por meio dos sentidos, e era função da escola aguça-los utilizando objetos. Estes adquiriam, portanto, papel central na aquisição do conhecimento. Na pedagogia da escola nova, ao utilizar, por exemplo, como referência John Dewey, observamos que o ponto de partida não é mais o objeto, mas é o problema. Os objetos passam a ter função secundária, tornam-se meios auxiliares, são mediadores da experiência dos alunos (SOUZA, 2006).

O interior desses processos é carregado de tensões, adaptações, imprecisões, conflitos. É possível dizer, com as lentes de hoje, que alguns elementos do método intuitivo foram adaptados, intencionalmente ou não, pelo discurso renovador da escola nova (das várias escolas novas), muitas vezes negando ou omitindo as suas “origens”. Alzira Breuel, na semana pedagógica, falou em 1934, momento de transição, experimentação e disseminação dos modos de uso da escola nova. Talvez, metodologicamente, aplicar na prática esse ideário não fosse tão simples. Nesse momento estávamos vivendo um momento de transição e de adaptação de métodos. É preciso lembrar, ainda, que a semântica da escola nova não foi assimilada da mesma maneira por todos. Entre algumas explicações, porque várias vozes anunciavam as novas ideias à sua forma, baseados na filosofia, nas leituras e autores específicos, por exemplo. A apropriação que cada docente fez do repertório prescrito e orientado foi única. Está inscrita nas estratégias e nas táticas utilizadas diante das reais condições.

Na edição nº 15, de dezembro de 1937, um ano após ter ocorrido a 3ª Semana Pedagógica (1936), a *Revista do Ensino* publicou um artigo expondo as palestras e respectivos professores que participaram das sessões e apresentou quais foram os jogos educativos e trabalhos dos alunos que cada instituição de ensino levou para essa semana pedagógica. Dentre eles estão os trabalhos da professora Sylvia de Pessôa, do Grupo Escolar Duarte da Silveira.

Essa instituição de ensino funcionou na capital da Paraíba, João Pessoa, e foi criada pelo decreto nº 369, de 9 de março de 1933.

Na maioria dos trabalhos que foram descritos nesse periódico consta a indicação de que estavam relacionados às ideias de Decroly, referenciados pela expressão “Decroly” ou “methodo global”. A professora Sylvia de Pessôa expôs e reproduziu na Revista os materiais necessários para a organização do centro de interesse sobre o algodão para uma classe do 4º ano primário.

Centro de Interesse

O Algodão

- 1 Mostruario de especies cultivadas no Estado.
- 1 Mostruario sobre productos.
- 1 Mostruario de fibras.
- 1 Mostruario de classificação
- 2 Prensas.
- 1 Descaroador antigo.
- 1 Balança.
- 1 Mostruario (algodão em rama).
- 1 Mostruario (algodão em pluma).
- 1 Mostruario 10 especies (fabrica de tecidos).
- 7 Photographias (Plantio no Estado).
- 4 – Porto de Cabedello.
- 3 Graphics estatisticos.
- 1 – Brasil em zonas algodoeiras.
- 1 – Parahyba em zonas algodoeiras.
- 4 Impressos
- 1 – Insectos, impresso.
- 1 Coleção estatística (revistas).
- 12 Vidros – Mostruario de oleo e sementes.
- 1 – Sabão
- 1 Maço de algodão boricado. (3ª SEMANA..., 1937, p. 99).

Essa intervenção se apresentou de forma mais clara e identificável as ideias consideradas como parte da escola nova. Decroly e os centros de interesse fazem parte “[...] do vocabulário prático com o qual as Escolas Novas são identificadas” (VALDEMARIM, 2010, p. 90), e baseado em investigações que tinham como centro a psicologia, a linguagem, a educação do corpo, dos sentidos e das habilidades manuais, ele propôs à escola a substituição do grande número de matérias pelo método dos centros de interesse.

Isso implica que todas as atividades escolares devem desenvolver-se com base nas grandes funções psicológicas de observação, associação e expressão, com

a consequente substituição dos métodos verbais pelos intuitivos, ativos e construtivos que favorecem a prática de ocupações manuais, relacionadas aos centros de interesse e aos jogos educativos. (VALDEMARIM, 2010, p. 93).

Os diferentes materiais que seriam utilizados estão relacionados à temática do algodão. As amostras, imagens, gráficos da produção algodoeira, paisagem, classificação, transformação da matéria-prima em produtos, partem do ambiente em que as crianças vivem e aos poucos ampliam. Os materiais (brutos ou não) dão a ideia de contato ativo exercido pelas crianças.

É importante observar que ensinar partindo dos objetos de interesse da criança tem suas “origens” em Herbart, no século XIX. Todavia, enquanto este estava preocupado com o ensino individual e a experiência da criança de forma passiva, Ovide Decroly propôs no século XX “[...] envolver toda a classe no estudo de temas específicos, permitindo conciliar a ação individual e o desenvolvimento de um trabalho coletivo, e indicavam a atuação da criança como experimentadora ativa” (VIDAL, 2011, p. 511).

Os jogos, os desenhos, os trabalhos manuais e as coleções figuram entre os trabalhos apresentados na 3ª Semana Pedagógica e estão vinculados às ideias de Decroly. A professora Sylvia Pessoa, por exemplo, demonstrou vários:

8 Jogos de interpretação – Ilustrados. 1 jogo de antônimos – 20 fichas. [...] 5 Lições de classe com desenhos em contorno. [...] 2 Jogos – Associação (Formas geométricas, lição de coisas e cores). 1 Coleção – Letras ilustradas para dramatização. [...] 1 Jogo – Associação de objetos e números – Multiplicação [...]. (3ª SEMANA..., 1937, p. 98).

Não encontramos na íntegra as outras palestras relacionadas aos métodos de ensino, em especial da leitura, proferidas nas Semanas Pedagógicas, embora alguns enunciados denunciem o teor dos textos, como exposto na tabela anterior. Voltaremos a este tema, analisando a concepção de ensino da língua e sobre os métodos de ensino veiculados pela *Revista do Ensino*, no quinto capítulo.

Os males que afligiam a nação eram/ poderiam ser combatidos, em muitos discursos, por meio da superação do analfabetismo, doença social que assolava o povo, e da consciência sanitária, estratégia para exterminar as doenças endêmicas. Saúde e instrução eram os antídotos que o país precisava para resolver o tema alçado a problema nacional: a educação do povo. Para os debates sobre higiene e educação foram destinadas três palestras. Uma em cada edição do

evento. Um pediatra (no evento de 1933) e um inspetor sanitário escolar (nos eventos de 1934 e 1936) foram responsáveis pelas intervenções sobre o tema nesses espaços. Higiene escolar, cuidados com as doenças que afligem a visão e a educação física escolar, estavam na agenda de debates.

O ensino rural e profissional, também foi pauta dos eventos. Cinco palestras (2 em 1933, 1 em 1934 e 2 em 1936) proferidas por professores, exceto a de autoria do Dr. José Damascendo da Silveira, que não sabemos se exerceu o magistério, dedicam-se a dialogar sobre esse tema. As discussões sobre a educação para o homem do campo tiveram mais vulto na década seguinte, no governo de Getúlio Vargas, com as Leis Orgânicas do Ensino, principalmente a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que apontou “as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (BRASIL, 1946, p. 01), mas as discussões remontam a momentos anteriores, especialmente desde o final do século XIX.

Pereira (2013) observou que o objetivo das políticas destinadas ao meio rural nas décadas de 1940-1960, momento em que é possível perceber um movimento nacional em torno das escolas rurais, foi fixar o homem no meio rural, e estava ligado a um projeto de melhorar a produção econômica do campo e, ao mesmo tempo, alfabetizar e civilizar essa população aos ideais nacionalistas e de nacionalidade.

Na década de 1930 o país vivenciou um crescimento urbano e industrial, e ao mesmo tempo, um movimento migratório do campo para os centros urbanos. Segundo Pinheiro (2006, p. 03),

Nos espaços urbanos paraibanos, a partir do final dos anos 1920, o crescimento populacional desordenado levou o Estado a tomar medidas no campo educacional, visando a limpar a cidade de “menores abandonados e delinquentes”, que foram recolhidos ao Centro Agrícola de Pindobal, localizado no Município de Mamanguape. Em meados dos anos de 1930, o Governador Argemiro de Figueiredo destacou a necessidade de fixar as crianças no campo por meio da escola, com o objetivo de minimizar o número de “desocupados” nas ruas dos centros urbanos.

Na pauta das discussões estava o ensino rural e profissional desses sujeitos, que aos poucos deixou de ser visto como estratégia de “reabilitação” dos “desocupados” e passou a figurar como espaço oportuno de qualificação do trabalhador, que deveria fixar-se na terra e

dela obter seu sustento. Pinheiro (2006, p. 06) observou na fala de gestores e sujeitos ligados à educação, que uma das principais dificuldades foi fixar os professores no interior da Paraíba. Muitos deles “[...] ao atingirem melhor nível de qualificação, com frequência solicitavam transferência para cidades maiores do Agreste ou da região do Brejo (Campina Grande, Areia, etc.) e, principalmente, para a capital, João Pessoa.”

Nos parece sintomática a emergência desse debate nas semanas pedagógicas. Muito provavelmente os organizadores ou os professores palestrantes objetivavam formar os docentes, inclusive os do interior/ da zona rural, para exercerem um bom ensino em suas cidades. Trazer a discussão do ensino rural e profissional é abrir espaço para esses docentes e para esse ensino, que era diferenciado do ensino urbano. Os anos em que ocorreram as semanas pedagógicas do estado antecederam o decreto nº 1.042, de 13 maio de 1938, que criou a Escola Rural Modelo da Paraíba, e foram importantes para ampliar a circulação dessas ideias, que também aparecem com bastante frequência na *Revista do Ensino*.

Entre as novas demandas figurou a organização de elementos técnicos necessários para o funcionamento das instituições escolares como a frequência, o recenciamento, a localização da escola e o material didático. Esses aspectos mais técnicos foram o eixo da semana pedagógica de 1934. A renovação, sem dúvidas, passava por eles. A escola primária experimentava uma nova organização material e pedagógica. Além disso, buscava a universalização do ensino. Dessa forma, era necessário pensar sobre onde as instituições escolares deveriam estar localizadas, como as classes e as escolas deveriam ser organizadas, como conseguiriam os materiais didáticos em instituições sem muitos recursos e como manter a frequência dos estudantes. Foi também um período de balanços, inquéritos, diagnósticos e prognósticos sobre o ensino no país, por isso também havia a preocupação com as estatísticas educacionais.

Os elementos que incidem sobre a educação e o ensino, eixo cinco, no qual enquadrámos dezessete palestras, versam sobre questões fulcrais do repertório teórico do movimento de renovação educacional. Do ponto de vista que denominamos de Aspecto Social, aparecem temas como a relação do meio social e a criança, o problema das crianças pobres e a falta de educação das mesmas, a importância da educação nos lares familiares e da socialização da criança em ambiente escolar. À educação das crianças menores nos jardins de infância foram dadas as lentes em duas palestras; as instituições auxiliares de ensino foram objeto de duas

intervenções; a temática do nacionalismo e civismo figurou nas palestras de três docentes; a relação entre filosofia e educação foi exposta na terceira edição do evento; a dicotomia escola antiga e escola nova fez parte do repertório da primeira semana pedagógica. Não enquadrámos as palestras *A atenção nas aulas*, *Hora da arte* (1934) e *Meios educativos de disciplina* (1936) em nenhuma subcategoria pois não foi possível identificar (não temos os textos na íntegra) o viés que os docentes utilizaram em suas exposições.

Temos indícios de que houve quatro Semanas Pedagógicas entre 1933 e 1937. A quarta Semana Pedagógica ocorreu entre os dias 7 e 14 de novembro de 1937 e também tinha o caráter de formar os professores de acordo com os métodos de ensino moderno, conforme expresso no jornal *A União*:

[...] o Director do Departamento de Educação no louvavel empenho de que o professorado primario do Estado fique em dia com os novos methodos do ensino, resolveu que este anno a 4.^a semana pedagogica seja celebrada do dia 7 a 14 de Novembro. Neste certame serão estudados os methodos modernos da difficil arte de ensinar e discutidas thesesscientificas. Para os professores do interior que desejarem assistir á semana de estudos, o Director do Departamento autorisa o encerramento do annolectivo no dia 30 de Outubro procedendo-se os exames de passagem e finaes na ultima semana do mês em apreço. (A UNIÃO, 29/09/1937, p. 01).

Não identificamos informações sobre o evento de 1937. A partir desse ano as estratégias de formação docente começaram a mudar. Exemplo disso são as interrupções entre as edições da *Revista do Ensino*, que ocorreram após a edição nº 15, de 1936, o surgimento do *Boletim da Educação*, em 1937 e as palestras educativas veiculadas no rádio. Inferimos que elas tenham acabado em função das novas prioridades e do grupo que direcionava as questões do ensino no estado.

Consideramos que mesmo as semanas pedagógicas cumprindo a função de aprimoramento docente, a imprensa pedagógica continuou como veículo disseminador das informações que os docentes precisavam saber. Os espaços das revistas destinados às semanas pedagógicas nos dizem duas coisas. Primeiro, cumpriu a função de propaganda do governo ao divulgar um evento pedagógico promovido por eles em parceria com a Sociedade dos Professores Primarios. Segundo, demarcou o seu lugar enquanto instância de formação de professores. Era um impresso que tinha uma capacidade maior de circulação entre o professorado da capital e do interior (o estado é grande e nem todos os docentes participavam

das semanas pedagógicas), e se constituía como um registro escrito e, portanto, podendo ser usado para consulta a qualquer momento pelos professores.

Diferente da *Revista do Ensino* em vários aspectos, durante os anos de 1921 e 1922, circulou no estado o jornal pedagógico *O Educador*. Não vinculado à administração estadual e organizado por docentes do ensino primário, ele veiculou durante onze meses, matérias de natureza variada que incidem sobre o trabalho e a formação dos professores. Debates que para nós soam como ideias renovadoras, ou seja, como ideias em prol de uma escola nova. Sobre isso, cabe-nos dizer, caso já não tenha ficado claro para o leitor, que cada época teve a sua versão sobre uma escola nova, em que princípios, valores, métodos, técnicas, artefatos e teorias movimentaram o cenário educacional - mas não só ele. No capítulo seguinte, o impresso pedagógico *O Educador* foi cotejado desse modo. A sua materialidade, os sujeitos que atuaram e as ideias pedagógicas participaram do processo de formação dos professores do estado. Investigar isso foi o nosso objetivo.



3. EXTRA! EXTRA! OS PROFESSORES PRIMÁRIOS FUNDARAM O EDUCADOR

3.1 Folheando *O Educador*: composição gráfica, sujeitos e seções

“Os professores primarios da nossa terra, num movimento digno de louvor, houveram por bem fundar esta folha semanal, não só para defesa dos direitos de uma classe, já bem numerosa, como também disseminar no seio da mesma os ensinamentos pedagogicos” (BEZERRA, 1921, p. 01). Foi com essas palavras que Alcides Bezerra apresentou o primeiro número do jornal *O Educador*.

Esse periódico está presente nas discussões de alguns trabalhos⁷² do Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de História da Educação. São as dissertações de Santos (2010) que analisou as ideias e concepções voltadas a educação da mulher em alguns jornais paraibanos, dentre eles *O Educador*; e Rocha (2016) que debateu sobre higiene, infância e maternidade em periódicos, entre os quais, esse jornal pedagógico. Também identificamos a tese de Andrade (2014) que discutiu sobre o papel do Instituto Pedagógico Campinense. Embora a autora não tenha realizado análise específica sobre os temas presentes nesse jornal, dialogou com ele em alguns momentos para discutir, por exemplo, as prescrições para o bom funcionamento de um prédio escolar naquele período.

Todos esses trabalhos apresentaram informações sobre a data da primeira publicação, o primeiro corpo redacional, e analisaram os seus discursos a partir de um tema específico. As informações sobre o jornal, inclusive, são as mesmas nesses trabalhos. Não encontramos nenhum que se detenha a pensar sobre outras questões relacionadas à sua materialidade e a análise de outros temas.

⁷²Alguns outros textos que fizeram uso do jornal pedagógico *O Educador*: SANTOS, Erinalva Lopes dos, NUNES, Maria Lúcia da Silva, Julita Ribeiro: reflexões sobre as lições de coisas (1921-1922). In: MACHADO, Charliton José dos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs). *Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações*. João Pessoa, Editora Universitária - UFPB, 2009. p. 75-90; BORGES, Alanna Maria Santos; QUEIROGA, Maria do Socorro Nóbrega. O discurso médico-higienista na escola (1921-1922): a infância na imprensa paraibana. In: *ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU*, 2014, Campina Grande/ Paraíba. Inovação, ciência e tecnologia: desafios e perspectivas. Campina Grande, 2014. v. 1. p. 1-5. NUNES Maria Lúcia da Silva; SOUSA, D. S. S. O debate sobre educação, escola e docência no jornal *O Educador* (Parahyba, 1921-1922). In: *X CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 2014, Curitiba/PR. Percursos e Desafios na História da educação Luso-Brasileira. Curitiba: PUCPR, 2014. v. 1. p. 1-15.

Durante o contato inicial com as leituras sobre esse periódico pensávamos ser ele o jornal pedagógico oficial do estado da Paraíba naquele momento. Por oficial entendemos vinculado e subvencionado pela administração pública estadual, especificamente relacionada ao setor de instrução pública da Paraíba. No entanto, ao longo da pesquisa alguns elementos fizeram com que ponderássemos essa assertiva que não é, num primeiro momento, improvável de ser pensada. Exemplo disso pode ser visto na dissertação de Lucena (2016, p. 45-46) quando afirmou:

O jornal “O Educador” foi a primeira iniciativa do Estado da Paraíba em produzir um impresso para formação do professorado primário [...] Com a criação do referido impresso educacional, o Estado da Paraíba buscava criar dispositivos educacionais para formar os professores nas primeiras décadas do século XX.

Contudo, inferimos que *O Educador* não foi um jornal pedagógico que partiu da iniciativa do estado da Paraíba. Ele não estava vinculado a um setor da administração – o da instrução pública, não foi publicizado como tal e não recebeu um auxílio pecuniário do estado. Para chegarmos a esse entendimento, alguns elementos foram analisados. O prédio da Imprensa Oficial onde estava a redação e funcionava a impressão dos materiais vinculados ao estado ficava localizado na Rua Duque de Caxias, também chamada de Rua Direita. No periódico estudado identificamos a localização da redação e da impressão do jornal, e esta difere do local onde eram produzidos os materiais vinculados a Imprensa Oficial. A redação do jornal estava situada na Praça Conselheiro Henriques, nº 34, e era apresentada em todas as edições no canto superior esquerdo da primeira página do jornal. Consideramos que a impressão do mesmo ocorria na rua Maciel Pinheiro, nº 340, pois em algumas edições, no canto inferior esquerdo da última página, aparece essa identificação.

Além disso, observamos que os materiais ligados à Imprensa Oficial tinham a identificação de que eram impressos pela Imprensa oficial. Esta não aparece em *O Educador*.

Em nenhum número está presente a vinculação com a imprensa oficial do estado ou com o órgão da administração pública relacionado à educação. Cabe ressaltar que naquele momento não havia um Departamento de Educação, este foi criado a partir da reforma de 1935 (lei nº 16). A instrução pública primária era organizada por meio da diretoria geral e da inspetoria do ensino. A primeira tinha como diretor geral João Alcides Bezerra e a segunda tinha como

inspetor geral o professor Eduardo Monteiro de Medeiros, inspetor do ensino noturno professor Elyseu de Barros Maul, e inspetor sanitário escolar José de Azevedo Maia. No periódico não tem identificação de vinculação alguma com essa diretoria ou inspetoria, embora alguns desses sujeitos tenham participado do jornal.

Analizamos o corpo redacional do jornal e observamos que no número 2, datado em 07 de novembro de 1921, o jornal indicou os integrantes da redação: diretor Eduardo de Medeiros, secretário Manuel⁷³ Casado, gerente Sizenando Costa, tesoureiro Manuel Vianna Junior, além de José Baptista de Mello, José Baptista Leite, João Vinagre e João Falcão. Essa organização foi modificada apenas na edição de nº 27, publicada em 6 de maio de 1922. Permanecem os mesmos sujeitos na redação, mas as suas funções mudam: Eduardo de Medeiros continuou como diretor, o secretário passou a ser José Batista de Mello, a função de gerente foi delegada a João Vinagre e a de tesoureiro a João Batista Leite. Os outros professores - Sizenando Costa, Manuel Casado, João Falcão e Manuel Vianna Junior, permanecem no corpo redacional, mas sem função específica. Todas as edições, exceto as de número 1, 22, 26 e 41, apresentaram no lado superior esquerdo da segunda página a descrição do corpo redacional do jornal.

Todos os sujeitos da redação eram professores públicos e atuavam na área, tinham, portanto, vinculação com a administração pública, mas apenas um sujeito exercia ligação direta numa função de destaque relacionada à instrução na administração estadual. O professor Eduardo de Medeiros foi o diretor do jornal *O Educador* durante todo o seu ciclo de vida e foi também o inspetor geral do ensino no governo de Solon de Lucena. Cabe ressaltar que embora ele tenha ocupado essas duas funções de destaque, há apenas um texto assinado por Eduardo Medeiros nas edições do jornal. Uma parte do seu relatório endereçado a Alcides Bezerra foi publicado nas páginas do periódico.

Os outros homens que compunham a redação tinham as seguintes funções e/ou cargos: José Baptista de Mello, diretor do grupo escolar dr. Tomas Mindelo e professor da cadeira do sexo masculino nessa instituição; Sizenando Costa, diretor do grupo escolar Eptácio Pessoa, professor da cadeira do sexo masculino nesse grupo escolar e professor da escola noturna Cardoso Vieira; José Batista Leite, diretor do grupo escolar Antonio Pessoa, professor da cadeira do sexo masculino no mesmo local e professor adjunto na escola noturna Cardoso Vieira; Manuel Viana Júnior, diretor do grupo escolar Isabel Maria das Neves e professor da

⁷³ Não encontramos informações sobre o professor Manuel Casado.

cadeira do sexo masculino nesse estabelecimento escolar; João Vinagre, professor da escola noturna Barão do Abiahy e adjunto da cadeira diurna do sexo masculino, regida pelo professor vitalício João de Souza Falcão, este que também era professor na escola noturna Coronel Antonio Pessoa.

Não identificamos a vinculação direta e explícita da inspetoria geral do ensino, enquanto órgão ligado ao jornal *O Educador*, apesar do diretor do jornal ser o professor Eduardo Medeiros, diretor da inspetoria do ensino. No entanto, visualizamos alguns elementos que dizem um pouco das relações/redes estabelecidas por seus membros. Exemplo disso é a publicação do relatório que Alcides Bezerra escreveu em 1921, destinado ao presidente de estado Solon Barbosa de Lucena em 18 de julho deste ano, e publicado em algumas edições do jornal *O Educador* (de 1º de novembro de 1921 a 9 de março de 1922). Inferimos que talvez a constância desse relatório em várias edições ocorreu pela vinculação de Eduardo Medeiros enquanto figura de destaque relacionada à educação do estado.

No livro *Evolução do Ensino na Paraíba* (1956), de José Baptista de Mello, um dos membros da redação do jornal *O Educador*, ele apresenta de forma cronológica os atos oficiais dos governos com relação à educação, do período colonial até meados dos anos de 1950. Nesta obra ao discorrer sobre o governo de Solon de Lucena (1921-1924) o autor não aponta nenhum periódico pedagógico oficial do estado. *O Educador* aparece apenas no capítulo XI, intitulado *Livros didáticos, Revistas e Jornais Pedagógicos*. O professor José Batista de Melo (1956, p. 205) o descreve como um “[...] Jornal hebdomadário, órgão da Sociedade dos Professores Primários. Iniciou sua publicação em 1921, nas Oficinas da “A Imprensa”.

Considerando que esse professor fez parte da redação durante todo o ciclo de vida desse impresso pedagógico, essa informação corroborou para afirmar que *O Educador* não foi um impresso pedagógico oficial do estado da Paraíba nos anos de 1921-1922. A partir da descrição de José Baptista de Mello, quando afirmou ser o referido jornal semanal um órgão da Sociedade dos Professores Primarios, voltamos o nosso olhar para analisar essa informação.

Não identificamos nenhuma menção explícita à ideia de que *O Educador* seria um impresso ligado diretamente à Sociedade dos Professores Primarios. O único periódico do qual temos informação explícita de que foi vinculado a esta associação foi o *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahyba*, discutido na seção anterior deste trabalho. No entanto, observamos que alguns membros desta Sociedade também faziam parte do jornal pedagógico

em foco. Nomes como José Baptista de Mello, Eduardo de Medeiros, Eudesia Vieira, Elyseu Maul, Sizenando Costa, João Batista Leite, João Falcão, João Vinagre, Manuel Casado e Analice Caldas, figuravam nesses dois espaços, e certamente influenciavam e eram influenciados por cada um deles.

Ao longo do seu ciclo de vida, *O Educador* publicou cinco notas pequenas (edições 2, 34, 35, 37, 41) sobre esta associação de professores e uma frase no box localizado à direita do título do jornal na edição 35, que dizia: “a “Sociedade dos Professores Primarios” é eixo sobre o qual gyra o mecanismo da educação popular da nossa terra. Concorrer para o seu levantamento é trabalhar em prol do soerguimento do ensino” (O EDUCADOR, 28/07/1922, p. 01).

Todas as notas tiveram o mesmo título – *Sociedade dos professores primarios*, e a autoria foi vinculada à redação do jornal. Elas versavam sobre data e conteúdo de reuniões da sociedade, nomes dos membros da diretoria e atos dessa agremiação. Na última edição do jornal, em 7 de setembro de 1922, o periódico apresentou que no dia 31 de agosto havia sido realizada uma reunião especial da Sociedade. Nesta ocasião uma comissão composta pelos professores Eduardo Medeiros (inspetor geral do ensino), José Batista de Melo (diretor do grupo escolar Thomas Mindelo), Sizenando Costa (diretor do grupo escolar Epitácio Pessoa), João Batista Leite (diretor do grupo escolar Antonio Pessoa) e Manuel Vianna Junior (diretor do grupo escolar Isabel Maria das Neves), todos eles membros da Sociedade dos Professores Primarios e do *O Educador*, foram responsáveis por elaborar um programa de ensino para as escolas primárias, o qual foi lido e submetido à apreciação dos membros daquela sociedade.

Também estava presente nessa reunião o secretário geral da instrução, José Eugenio Lins de Albuquerque, que apresentou o seu trabalho intitulado *Guia dos Professores Primarios*, organizado em comemoração ao centenário da independência do país em 1822. Este texto não foi publicado naquele momento, apenas em 1927, em única edição, agora também em comemoração ao centenário da Lei de Primeiras Letras de 1827. Produzido pelo estado da Paraíba, e confeccionado nas máquinas da imprensa oficial, esse impresso baseado no decreto 873 de 1917, que regulamentou a instrução pública do estado, se propôs a servir de orientação para os professores, principalmente os novos egressos em cargo público. Continha informações sobre a organização do ensino e a burocracia, como modelo de ofício, de inventário de material escolar, procuração, petição, requerimento, explicações sobre licenças, exposição dos deveres

e vencimentos dos professores e instruções sobre o modo como deveriam calcular as notas e organizar os boletins de frequência.

Esse jornal pedagógico semanal foi lançado na terça-feira, 1º de novembro de 1921, e oscilou suas publicações entre segunda, quinta e sexta, conforme o quadro abaixo, construído a partir dos exemplares que tivemos acesso no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Não encontramos alguns exemplares (números 23, 24, 38, 39 e 40) desse periódico, que teve, conforme a numeração do último volume que conseguimos informação, 41 publicações. É importante observar que não sabemos se de fato foram 41 números editados e publicados, pois há alguns desencontros com relação aos números e suas respectivas datas de publicação. Por exemplo, a edição de 27 de abril de 1922 corresponde ao número 22, já a edição de 11 de maio, que deveria ser o número 24, em se tratando de um jornal semanal, está como o número 26. Na semana seguinte, 18 de maio, o número antecede o da semana anterior, sendo lançado o número 25. Isso aconteceu em outros números também ao longo do ciclo desse periódico.

Tabela 1 - Data e número das edições do Jornal *O Educador* (1921-1922)

Ano I (1921-1922)	
Terça, 1º de novembro	nº 1
Segunda, 7 de novembro	nº 2
Segunda, 14 de novembro	nº 3
Segunda, 21 de novembro	nº 4
Segunda, 28 de novembro	nº 5
Segunda, 5 de dezembro	nº 6
Segunda, 12 de dezembro	nº 7
Segunda, 19 de dezembro	nº 8
Terça, 17 de janeiro	nº 9
Segunda, 30 de janeiro	nº 11
Segunda, 6 de fevereiro	nº 12
Segunda, 13 de fevereiro	nº 13
Segunda, 20 de fevereiro	nº 14
Quinta, 2 de março	nº 15
Quinta, 9 de março	nº 16
Quinta, 16 de março	nº 17
Quinta, 23 de março	nº 18
Quinta, 30 de março	nº 19
Sexta, 7 de abril	nº 20
Quinta, 20 de abril	nº 21
Quinta, 27 de abril	nº 22
Quinta, 11 de maio	nº 26

Quinta, 18 de maio	nº 25
Sexta, 26 de maio	nº 27
Quinta, 1º de junho	nº 28
Quinta, 8 de junho	nº 29
Sexta, 7 de junho	nº 33
Quinta, 13 de junho	nº 34
Sexta, 16 de junho	nº 30
Quinta, 20 de junho	nº 35
Quinta, 22 de junho	nº 31
Sexta, 30 de junho	nº 32
Sexta, 28 de julho	nº 36
Quinta, 3 de agosto	nº 37
Quinta, 7 de setembro	nº 41

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No interstício de um mês entre as edições de nº 8 e 9, o jornal explicou em nota na edição 8, publicada em 19 de dezembro, que “em vista das férias concedidas aos operários das oficinas em que se imprime este jornal, só em princípio de janeiro próximo reapareceremos.” (O EDUCADOR, 19/12/1921, p. 02). Já que o jornal não tinha oficina própria, e considerando a afirmação de José Baptista sobre o local onde *O Educador* era impresso, provavelmente a redação do jornal estava se referindo as férias dos funcionários do jornal católico *A Imprensa*. Costa (2015, p. 42) afirmou que esse jornal “[...] possuía sua própria tipografia, situada na capital parahybana, João Pessoa, no qual outros jornais e livros eram impressos [...] A gráfica também fazia trabalhos extras para outras instituições [...]”. Apenas no último número de *O Educador* aparece na parte inferior direita da página a informação de que o jornal havia sido produzido nas gráficas⁷⁴ de *A Imprensa*.

Na edição de 20/02/1922 o jornal anunciou que deixaria de ser veiculado as segundas-feiras e passaria a ser publicado às quintas-feiras. Justificou dizendo que essa mudança traria benefícios, pois os seus redatores, professores em exercício, teriam mais condições de revisar cuidadosamente as matérias.

⁷⁴Em 1914 foi inaugurada a primeira máquina Linotipo do estado nas gráficas de *A União*. Apenas em 1929 esse jornal, que fazia as composições em Linotipo, começou a ser impresso em máquina rotoplana Duplex. A modernização do seu parque gráfico era aspecto importante e o jornal passou a publicar em novembro de 1929, próximo ao título na primeira página, que era composto em linotipos e impresso em máquina rotaplana Duplex (MARTINS, 1977). Considerando que esse periódico estava ligado a Imprensa Oficial e ao governo do estado, o processo de modernização relacionado a sua composição tipográfica, traduz um pouco deste cenário na Paraíba. A primeira máquina Linotipo do estado data de 1914, acreditamos que a tipografia de *A Imprensa* deveria possuir entre os anos de 1921 e 1922 a máquina de composição do tipo Linotipo (que compõem e fundem linha por linha). Assim, supomos que as páginas de *O Educador* foram impressas nesse tipo de máquina de composição mecânica.

Iniciados que foram os trabalhos escolares desde quinze de fevereiro corrente, somente ás quintas nos é dado dispomos do tempo preciso para os diversos trabalhos da redacção. Cremos que esta mudança aliás feita attendendo a justos motivos – melhor selecção de matéria e mais cuidadosa revisão de provas – não virá trazer aos nossos assignantes e leitores prejuizos de especie alguma. (“O EDUCADOR”, 20/02/1922, p. 02).

O Educador circulou entre novembro de 1921 e setembro de 1922. O fato desse jornal ter uma curta duração, 10 meses, pode estar atrelado à dificuldade em adquirir assinaturas ou mesmo em tê-las pagas em dia, o que ficou evidente numa nota veiculada no periódico: “pedimos encarecidamente aos nossos presados assignantes do interior o obsequio de enviarem á direcção desse jornal as importancias de suas assignaturas do corrente anno.” (O EDUCADOR, 07/04/1922, p. 01).

Nesta mesma nota observamos que também havia certa dificuldade para a circulação/distribuição do jornal no interior, talvez influenciada pela distância, o que ocasionava a não pontualidade na entrega, como exposto no jornal: “pedimos encarecidamente [...] a todos assignantes em geral que não receberam com pontualidade esta folha, o grande favor de nos avisarem por escripto mandando nome e endereço” (O EDUCADOR, 07/04/1922, p. 01).

A tiragem é um indicador significativo da repercussão e alcance que esse jornal atingiu, mas não conseguimos informações sobre quantos exemplares eram impressos. Esse periódico circulou na capital e em outros municípios do estado, e poderia ser comprado apenas mediante assinatura semestral ou anual. Não há indicação no jornal sobre vendas avulsas. A partir da edição de 9 de março de 1922 não são publicados mais na seção *Expediente* – onde eram apresentados os valores e o corpo redacional do periódico, os valores da assinatura anual e semestral, presentes nos números anteriores. Até aquele momento o jornal informava que a assinatura anual era 5\$000 e semestral 3\$000.

Para termos uma ideia do que esse valor representava no orçamento dos docentes, é interessante observar que o salário dos professores públicos daquele período era fixado conforme a tabela de vencimentos anexada ao regulamento de instrução pública em vigor (decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917). De acordo com a lei de 1917, em seus artigos 15 e 16, o ensino primário público dividia-se em elementar e complementar. O ensino elementar seria ministrado nas escolas isoladas (rudimentares ou elementares), nas escolas reunidas e nos

grupos escolares. As escolas rudimentares criadas na zona rural pertenceriam todas a uma mesma categoria. Já as escolas elementares, escolas reunidas e grupos escolares eram classificados em quatro categorias: 1ª categoria as situadas dentro do perímetro urbano da capital, 2ª categoria as escolas situadas nas cidades, 3ª categoria, localizadas em vilas, e 4ª categoria as escolas de povoados. Em função dessas divisões foi organizado o vencimento dos professores, como podemos visualizar no quadro⁷⁵ a seguir.

Tabela 2 - Vencimentos dos Professores previsto no decreto 873, de 21 de dezembro de 1917

Categorias	Vencimentos		
	Ordenado	Gratificação	Total
Diretor geral	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Inspetor geral do ensino	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Inspetor do ensino noturno	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Diretor de grupo escolar	—	600\$000	600\$000
1ª categoria			
Professor diplomado	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Adjunto diplomado	800\$000	400\$000	1:200\$000
Adjunto não diplomado	666\$666	333\$334	1:000\$000
2ª categoria			
Professor diplomado	1:466\$666	733\$334	2:200\$000
Professor não diplomado	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Adjunto diplomado	733\$333	366\$667	1:100\$000
Adjunto não diplomado	640\$000	320\$000	960\$000
3ª categoria			
Professor diplomado	1:333\$334		
Professor não diplomado	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
Adjunto diplomado			1:100\$000
Adjunto não diplomado			
4ª categoria			
Professor diplomado			1:000\$000
Professor não diplomado	800\$000	400\$000	1:200\$000
Adjunto diplomado	733\$333	366\$667	1:100\$000
Adjunto não diplomado	640\$000		
Escolas rudimentares	640\$000	320\$000	960\$000
Jardim de Infância			
Professora servindo de Diretora	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Professora auxiliar	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Escolas Complementares			
Professor servindo de Diretor	—	600\$000	600\$000
Dito auxiliar (terá os vencimentos	—	—	—

⁷⁵Em razão do desgaste material do documento, algumas informações estão inteligíveis, por isso, há no quadro alguns espaços em branco.

da categoria da sua escola)			
Adjunto	800\$000	400\$000	1:200\$000

Fonte: Anexo do decreto 873, de 21 de dezembro de 1917.

Podemos perceber que o salário dos professores apresentado na legislação, tomando como parâmetro apenas o vencimento fixo, sem as gratificações, variavam de acordo com a categoria entre os valores de 640\$000 (seiscentos e quarenta mil reis) a 1:600\$000 (um conto e seiscentos réis). Identificamos que no próprio jornal *O Educador*, especificamente na sessão *Funcionarios públicos*, há várias críticas relacionadas aos valores dos vencimentos do professorado primário do estado. Nela podemos observar que os valores dos salários eram divididos na prática em duas categorias com os seguintes valores: os professores do curso anexo a escola normal recebiam 300\$000 (trezentos mil réis) mensais e os adjuntos 100\$000 (cem mil réis), e os professores das demais escolas primárias tinham como proventos mensais 200\$000 (duzentos mil réis) e os adjuntos 100\$000 (cem mil réis).

Também nesse jornal identificamos os valores de alguns itens essenciais: aluguel de casa - 60\$000 (sessenta mil réis), água – 8\$000 (oito mil réis) e luz – 8\$000 (oito mil réis). Somando essas despesas necessárias à alimentação, e tomando como cálculo uma família de cinco pessoas, o custo médio mensal era de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis). (JELA, 13/02/1922).

A assinatura anual do jornal *O Educador* era 5\$000 (cinco mil réis) e a semestral custava 3\$000 (três mil réis). Consideramos que comparados os salários dos professores com o valor das assinaturas do jornal, a quantia para ser assinante desse periódico pedagógico era menos acessível aos professores adjuntos. O valor dele, inclusive, estava abaixo das quantias estabelecidas por outros periódicos que circularam no estado naquele período. Para ser assinante do jornal *O Norte* (jornal que circulou no mesmo período no estado), por exemplo, o leitor deveria pagar anualmente o valor de 20\$000 (vinte mil réis) ou semestralmente, 11\$000 (onze mil réis). Já para ser assinante da *Revista Ilustrada Era Nova*, em 1922, a anuidade era 14\$000 (quatorze mil réis), e a assinatura semestral era 7\$000 (sete mil réis).

A produção de um jornal passa pelo planejamento e elaboração de uma gama de recursos materiais distribuídos no suporte, percorrendo o caminho que vai da escolha do papel as ferramentas de impressão. O suporte, mediador da relação entre o leitor e o texto/conteúdo, é

resultado de um conjunto de elementos⁷⁶ que constituem o objeto gráfico. A materialidade foi agente de constituição do próprio campo pedagógico.

Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os “sinais” textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto. Permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores. (CHARTIER, 2009, p. 100).

O *Educador* foi um periódico semanal composto por quatro páginas⁷⁷. Nas duas primeiras páginas ficavam situadas as matérias, e nas duas últimas os anúncios. Todas as edições, menos a última, tiveram esta organização. A edição final, de 7 de setembro de 1922, dedicada à comemoração do centenário da independência do Brasil, teve várias diferenças com relação as demais: foi uma publicação temática, apresentou seis páginas, não teve nenhum anúncio, e continha uma faixa transversal na primeira página, nas cores verde e amarelo. Este foi o único número do jornal a apresentar algum elemento colorido em suas páginas.

Sabemos que ao longo do tempo e cada vez mais, o *design* do jornal como parte da gramática do discurso jornalístico, tornou-se exigência no processo de elaboração e confecção dos mesmos. A maneira como eles foram construídos sofreu alterações, atreladas, inclusive, as finalidades do impresso, as demandas da sociedade e a modernização do processo de produção do jornal. A imprensa jornalística assistiu no início do século XX a várias modificações nas oficinas. As máquinas Linotipos, Marinonis e a americana Man em meados dos anos 1930 operaram mudanças na forma de composição do impresso. (BARBOSA, 2007).

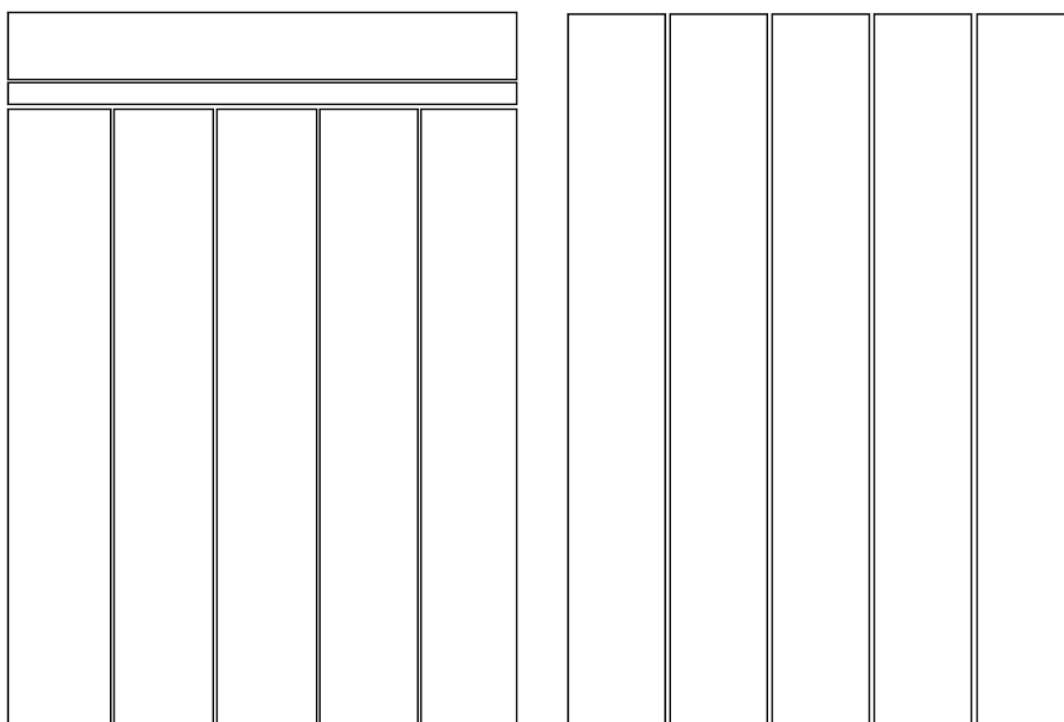
Essas mudanças afetaram as características do *design* dos jornais ao longo do tempo. Aspectos como a modulação das estruturas visuais das páginas, a diagramação, tipos de letras, largura das colunas, o uso das cores, a utilização de blocos de conteúdos identificáveis, a hierarquização dos conteúdos, a forma de edição e de enunciação são alguns destes elementos.

⁷⁶Recorremos a autores do campo da comunicação e do jornalismo para compreender esses elementos a partir da linguagem técnica específica da área. Destacamos, em especial, o livro: RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. 10 ed. Brasília: LGE Editora, 2007.

⁷⁷ Não foi possível descrever as dimensões da página e da mancha gráfica desse jornal pois o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - IHGP, arquivo onde o acervo se encontra, disponibilizou apenas o acesso digital. A justificativa recai sobre o desgaste material do impresso.

A mancha gráfica de *O Educador* era subdividida em cinco colunas sem espaçamento em branco entre elas. Essa organização permitia diferentes combinações, mas na maioria das edições foi privilegiada a disposição dos textos na largura fixa das colunas. Para exemplificar, produzimos o diagrama das duas primeiras páginas do jornal, tomando como exemplo a edição nº 1, de 01 de novembro de 1921.

Figura 2 - Diagrama da primeira e segunda página do Jornal *O Educador*



Fonte: Jornal *O Educador*, edição nº 1, 01/11/1921.

Alguns materiais tipográficos foram empregados na composição do jornal. Dentre eles ressaltamos os filetes finos delimitando as colunas, contornando informações importantes como forma de dar maior destaque, e abaixo de alguns títulos das matérias veiculadas. Os bigodes, que funcionaram para separar as matérias, e os adornos que além de serem ornamentos decorativos, contribuíram para dar ênfase a determinada informação. Em *O Educador* estes foram utilizados para chamar atenção nos anúncios das duas primeiras páginas e na parte destinada exclusivamente aos anúncios nas duas últimas páginas. Foi um recurso utilizado pelos autores.

As letras maiúsculas ou minúsculas que compunham os títulos e os textos eram diversificadas e tinham variação no tipo. De modo geral eram usadas as fontes serifadas classificadas como básicas, com tamanhos e ênfases variadas (com ou sem negrito/ com ou sem itálico). Nas seções havia uma padronização do tipo de letra usada como forma de caracterizar a identificação de cada uma delas ao longo das edições. Os títulos eram centralizados ou alinhados à esquerda, em geral eram curtos e diretamente relacionados ao conteúdo do texto. Os textos obedeciam a organização em blocos verticais (alguns poucos em blocos horizontais) de modo que o leitor pudesse identificar os agrupamentos das matérias em função do sentido da leitura (da esquerda para a direita e de cima para baixo).

Na primeira página o jornal se apresentava em letras caixa alta como *O Educador Orgam do Professorado Primario*. A esquerda havia a informação sobre a localização da redação (*Redação – Praça Cons. Henriques, 34*) e a direita em todas as edições era apresentado um box retangular com frases ou citações de autores (como Rui Barbosa, Manoel Bonfim, Epitácio Pessoa, Carneiro Leão) relacionadas de um modo geral ao ensino primário, a importância da instrução, ao amor à pátria, a figura do professor, a importância da família na educação dos filhos, além de mensagens da redação do jornal desejando felicitações, agradecimentos ou solicitações. Como estratégia para reforçar algumas ideias e representações, esses boxes continham frases consideradas importantes para serem assimiladas pelos professores e demais leitores do jornal.

“O EDUCADOR” a todos os seus presados amigos deseja boas festas e muitas prosperidades o proximo anno. (O EDUCADOR, 19/12/1921).

Quereis concorrer para o engrandecimento da Patria e felicidade da familia! Educai os vossos filhos. (O EDUCADOR, 17/01/ 1922).

Paes! Manda os vossos filhos para escola. E o melhor presente que lhes podereis offereccer. (O EDUCADOR, 20/02/1922).

O Instituto Historico e Geographico Parahybano solicita, por intermedio do seu Presidente o concurso do professorado primario do Estado para maior brilhantismo do 7º Congresso de Geographia a reunir-se em Maio proximo nesta capital. (O EDUCADOR, 9/03/1922).

O Brazil precisa de trabalhar. Só uma educação generalizada e integral lhe daria esta capacidade. Para isto é indispensável uma campanha sem tréguas. Ter-se-á que fazer um movimento de opinião nacional em prol da educação popular. (CARNEIRO LEÃO *apud* O EDUCADOR, 27/04/1922).

Algumas dessas frases eram assinadas, outras não. Assim também se configurava as matérias. Fizemos um levantamento dos principais autores que assinaram as matérias do periódico pedagógico identificando de um modo geral o que escreviam no jornal.

Quadro 5 - Principais autores e temáticas que publicaram no Jornal O Educador

Autor	Principais temas
Abel da Silva	Elaborou textos em defesa da instrução Pública, da valorização do magistério, inspeção escolar. Analisou em algumas edições o relatório apresentado por Alcides Bezerra, cujos textos foram chamados de <i>O relatório da instrução pública – Ligeiras apreciações</i> e foi autor da seção <i>Funcionarios públicos</i> , onde publicou artigos sobre os problemas e desafios enfrentados pelos servidores do estado.
Alcides Bezerra	Escreveu a matéria de abertura sobre a criação do jornal e foi veiculado o seu <i>Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena</i> , na íntegra em algumas edições.
Analice Caldas	Foi autora de duas seções de curta duração no jornal – <i>De leve e Bilhete postal</i> , que discutiam de um modo geral elementos relacionados à mulher na sociedade. Além de alguns outros textos sobre assuntos diversos, como a exposição dos produtos que seriam enviados ao Rio de Janeiro por ocasião do Centenário, sempre com tons de crítica e ironia.
Auta de Luna Freire	Escreveu na seção <i>De meu recanto</i> sobre mulher, sociedade e educação. Além de texto sobre a independência do Brasil na última edição do jornal.
Ayrton Fragas	Assinou a seção <i>Rios da Parahyba</i> onde veiculava informações sobre os principais rios do estado.
Carlos de Nancy	Publicou textos variados na seção <i>Actualidades</i> , dentre eles sobressaem-se os temas ligados a acontecimentos políticos, educacionais e a comentários relacionados a sujeitos da cena político social.
D'Arsonval	Autor da seção <i>Hygiene Escolar</i> , abordou esse assunto em seus textos.
Francisco Barroso	Veiculou na seção <i>A Mulher</i> , textos sobre além de texto sobre a independência do Brasil.
Jela	Com esse pseudônimo publicou na seção <i>Funcionarios publicos</i> artigos sobre problemas, desafios e reivindicações dos servidores do estado, em especial os professores primários. Além de textos sobre vencimentos dos professores de vila e o de cidade.

João Falcão	Autor da seção <i>Paginas reaes</i> , apresentou fatos históricos desse e de outros Países, histórias cotidianas e suas impressões sobre essas. Além de textos sobre a nacionalização do ensino, centenário da independência, seu discurso realizado na Sociedade Machanica no dia 1º de maio, artigos contendo informações sobre municípios e países, outros sobre escola primária e papel dos mestres na educação dos alunos.
José Maciel	Escreveu alguns textos relacionados à higiene nas escolas.
Julita Ribeiro	Autora de vários textos na <i>Seção Pedagógica</i> , Julita apresentou lições a serem ministradas pelos professores.
Lylia Guedes ⁷⁸	Publicou dois textos. Um sobre a importância, benefício e defesa do ensino da educação física e em especial da ginástica nas escolas primárias, e no outro apresentou uma crítica as indústrias estrangeiras que exploravam os recursos naturais do Brasil.
Viriato Corrêa	Publicou textos sobre acontecimentos envolvendo Dom Pedro I e Leopoldina e sobre a chegada dos portugueses ao Brasil. Além de um texto na <i>página infantil</i> do jornal.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Destacamos ainda vários autores que colaboraram com o jornal com pouca frequência (em média uma ou duas vezes). São eles: Genezio Gambarra, Germano Garatuja, Joaquim Pessoa, Agalma, F. de Ascensão Cunha, Andrade Furtado, Alfredo Lustosa Cabral, Amelia Rodrigues, Darin, Anna Rezende, Eduardo Medeiros, A. Bemvindo, Olindino Macêdo, Anilia Freire, Francisco Pedro, João Paiva, Antonio R. de Souza Nobrega, Célida Adamantina, Escragnolle Doria, Jovino Monteiro, Estivador (pseudônimo), Herminia Lobo, Padre João de

⁷⁸ Lylia Guedes nasceu em Nova Cruz, Rio Grande do Norte, em 1900. Formada bacharel em ciências jurídicas em 1922, lecionou Português, Geografia e História da civilização na Escola Normal entre 1919 e 1920. Foi presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada por Bertha Lutz, em 1922, e representou também a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina na Paraíba. Escreveu em impressos como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, a *Revista Trimagazine* e o jornal *A União*. (MENDES et al, 2012).

Deus, João Olintho do Rego, Jonathas Serrano, Coelho Neto, Dr. Soares Rodrigues, Horacio Mesquita, Samuel Duarte, Nonato Baptista, F. Accacio Patricio de Albuquerque (aluno do grupo escolar Thomás Mindello), Manoel Vianna Junior, Olivia Cavalcanti Albuquerque, Dr. Accacio Pires⁷⁹, Eudes Barros, Rosalina Coelho Lisboa, Ben-Hur, Americo Falcão, Jose Americo de Almeida, José Baptista Leite, Francisco Pedro, Abel da Silva, João do Rio, Eudesia Vieira, e transcrições de textos de Monteiro Lobato.

O jornal apresentava uma média de 9 a 22 textos por edição, distribuídos em algumas temáticas. Esquadrinhamos o jornal e catalogamos os textos em algumas categorias. Procuramos agrupá-los a partir do tema que mais se sobressai (do nosso ponto de vista), mas destacamos que elementos de uma determinada categoria podem também estarem inclusos em outra. As categorias foram: *Didática e Ensino* – artigos que fazem menção a método de ensino, formas de ensinar, conteúdos escolares; *Política, organização e funcionamento do ensino* – textos mais relacionados à discussão sobre a educação nacional, as medidas educacionais do governo, a estrutura e funcionamento do ensino e das escolas, reclamações dos professores com relação à estrutura das escolas e aos salários, deveres e papel dos professores; *Homenagem a sujeitos/ governo* – textos que abordam uma figura ou governo em especial, na maioria dos casos enaltecendo os seus feitos; *Documentos*⁸⁰ *oficiais do governo* – transcrição de documentos oficiais ligados à administração pública da educação; *Informações diversas sobre a sociedade/educação* – artigos variados sobre falecimentos, aniversários, casamentos, turmas concluintes, reuniões de associações, dados sobre o comércio, a indústria, a agricultura, os empréstimos, resultado de exames, impressões sobre festival artístico, política brasileira,

⁷⁹ O médico sanitarista carioca, Accácio Pires, foi chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba entre os anos de 1921 e 1923, e contribuiu para a construção do Hospital de Alienados - Hospital-Colônia “Juliano Moreira”, em 1922, no estado, que só começara a funcionar de fato em 1928. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

⁸⁰ Durante a circulação do jornal, dois documentos da administração pública, vinculados à educação, foram transcritos. Em 1921 Alcides Bezerra, na época diretor geral da instrução pública, escreveu um relatório que foi destinado ao presidente de estado Solon Barbosa de Lucena em 18 de julho deste ano e publicado na íntegra em algumas edições do jornal *O Educador*. Esse documento dividido em duas partes discutiu a necessidade da difusão e da inspeção do ensino, dos jardins de infância, a estrutura dos prédios escolares, a defesa pelo ensino profissional, educação física, educação moral, cívica e religiosa. Além disso, forneceu informações sobre cadeiras em concurso, remoções, licenças, movimento da secretaria de instrução, caixa escolar, inspetoria geral do ensino, o regulamento da instrução pública, estatística escolar, entre outros assuntos. (BISERRA; MARQUES, 2017). O outro documento foi o relatório do professor Eduardo Monteiro de Medeiros, inspetor geral do ensino, destinado a Alcides Bezerra, diretor geral da instrução pública. Uma parte desse relatório foi publicada no número 14, em 20 de fevereiro de 1922, e pretendia ser transcrito na íntegra em outras edições, uma vez que consta ao final do texto um aviso de que continuaria em outros números, o que não ocorreu. O relatório de Eduardo Medeiros apresentou algumas atividades realizadas pela inspetoria geral do ensino.

informações diversas de outros países, sugestões de filmes no cinema da capital do estado, informações sobre abertura de estabelecimentos escolares ou não, notas de aviso sobre pessoas, viagens; *Sobre o jornal* – textos que tratam sobre a repercussão do jornal ou sobre a redação do mesmo; *Reclamações sobre problemas da cidade* – artigos que descrevem em tom de denúncia e reclamação problemas relacionados à estrutura da cidade, como saneamento e segurança; *Religião* – textos de cunho religioso ligados ao ensino ou não.

Tabela 3 - Quantidade de textos por edição e por categoria do Jornal *O Educador*

Categoria dos textos	Edições																																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	26	25	27	28	29	33	34	30	35	31	32	36	37	41	Total de textos por categoria					
Didática e Ensino	1	3	2	4	1	2	2		1	1	1	3	1	2	1	1	2	2	2	2	4	4	2	2	3	2	1	4	3	1	3	3		3		69					
Política, organização e funcionamento do ensino		4	2	2	4	5	2	3	6	1	2	3	4	1	4	4	3	2	3	3	1	2	3	3		2	3	2	2	1	3	3		1	2	86					
Homenagem a sujeitos/governo	4		1					1									1						1											1	9						
Documentos oficiais do governo	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		2	1	1																				14						
Informações diversas sobre a sociedade/educação	6	6	5	7	10	8	6	11	13	10	9	9	5	7	5	8	6	8	10	8	5	3	4	8	8	10	3	6	4	11	4	7	10	5	13	258					
Mulher, mulher e educação/ direito das mulheres										1	1			1					1	1		2		2	1	1	2	2	3		1		1		20						
Sobre o jornal	2	2					1		1				1						1														1		9						
Reclamações sobre problemas da cidade				1					1				1	1							1	2			3				1						11						
Religião										1	2	1	2	3	1			2			1		1		1		1	1	1		2				20						
Total de textos por edição	14	16	11	15	16	16	12	16	22	15	16	16	16	16	12	13	11	15	17	14	12	13	10	16	16	15	10	15	14	13	13	13	12	09	16	496					

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

A partir da análise das informações acima, percebemos a ênfase em três categorias de textos: Informações diversas sobre a sociedade/educação, Política, organização e funcionamento do ensino e Didática e ensino. Considerando os 496 textos publicados, essas categorias representam, respectivamente, 52,01%, 17,33% e 13,91% do total de textos.

O periódico propôs ser uma “[...] folha semanal, não só para defesa dos direitos de sua classe, já bem numerosa, como também para disseminar no seio da mesma os ensinamentos pedagogicos” (BEZERRA, 1921, p. 01). Observamos que ele foi um jornal em defesa da classe professoral, apresentando os problemas, desafios, possibilidades para melhorar a situação do professorado primário e da educação brasileira, e divulgador de informações sobre o estado, o país e o mundo no tocante à educação de modo geral, e um “[...] repositório do que for surgindo por ahi fóra em materia de methods e processos de ensino [...]” (BEZERRA, 1921, p. 01).

Vários textos são informações relacionadas à sociedade de um modo geral, como dados sobre comércio, indústria, agricultura, avisos de reuniões de associações, datas de aniversários, pêsames às famílias que tiveram entes falecidos, discussões sobre o centenário da independência do país e dados sobre a política nacional e de outros países. Há também informações ligadas à educação, como avisos sobre viagens pedagógicas de professores e reuniões de docentes para definição de programas de ensino, listas de alunos concluintes do curso primário, programação das solenidades de abertura e encerramento das aulas.

Uma quantidade significativa de textos vinculados à categoria *Política, organização e funcionamento do ensino*, discutem a política de educação do país, as medidas tomadas pelo governo em prol da instrução, criticando-as ou elogiando-as, debates sobre os salários, a estrutura, a fiscalização e a inspeção das escolas, a defesa pelo ensino profissional, a instrução cívica e as escolas rurais, além de críticas ao analfabetismo e reclamações relacionadas a essa esfera da administração pública.

Também compõem o conjunto de textos desse jornal pedagógico artigos vinculados a temas que discutem *Didática e ensino*. Método de ensino, conhecimentos que devem ser ensinados, como ensinar determinados conteúdos, o conteúdo em si a ser explorado pelo docente em sala de aula, textos para serem usados com as crianças, discussões relacionadas à maneira do professor e do aluno se comportar na escola, e orientações de como os alunos devem escrever, sentar, aprender determinados assuntos, são alguns desses artigos.

O jornal continha matérias específicas sobre organização, saberes e prescrições de ensino, o que pode ser explicado pelo público o qual era destinado, que era principalmente os professores primários. No entanto também apresentou uma gama de textos variada, e que nos parece ser destinada à sociedade de um modo geral, e especialmente aos pais dos alunos, como afirmou Alcides Bezerra (1921, p. 01) na matéria introdutória do periódico pedagógico: “dar-se-ão por bem recompensados se o seu esforço for compreendido pelos colegas do interior, pelos do magisterio particular, e pelos senhores paes de família, que tem o dever de vir em auxilio desse elevado tentamen.”

Em outro momento fica nítido o público o qual o jornal queria atingir: a sociedade como um todo. Na edição nº 2, a redação do jornal justifica a criação de uma seção voltada para discutir sobre indústria, agricultura e comércio da seguinte forma:

Orgam do magisterio primario definimos o nosso programma pelis peincipios mais rigorosos da VERDADE, afim de sermos uteis, não somente á classe que representamos, mas também a todos que morejam na terra parahybana, levando a cada um em seu rincão a maior somma de conhecimento, relativos ao ramo que lhe interesse. (COMMERCIO..., 07/11/1921, p. 2).

O *Educador* apresentou nos números 1 e 2 como alguns sujeitos e outros jornais viam o surgimento desse periódico. O jornal *Correio da manhã* registrou que “o texto do novel collega é variadissimo, abordando assumptos de interesse publico e da classe” (“O EDUCADOR”, 1921, n. 2, p. 01). Entendemos, portanto, em razão da variedade de textos, que o jornal produzido por professores primários e com a colaboração de outros profissionais como alguns médicos, destinava-se aos professores e à sociedade de um modo geral. Esta talvez tenha sido uma estratégia para conseguir uma maior circulação e consumo do jornal.

A variedade de textos estava articulada também às seções do jornal. Algumas não eram fixas e não aparecem de forma contínua nas edições publicadas. Ao longo do seu ciclo de vida O *Educador* publicou as seguintes seções: *Sociaes*, *Varias*, *Pela Praça*, *Pelos cinemas*, *Vida Social*, *A Mulher*, *Funcionarios publicos*, *Paginas reaes*, *Actualidades*, *Rios da Parahyba*, *De leve*, *Bilhete postal*, *De meu recanto*, *Correspondencia intima*, *Expediente*, *Necrologia*, *Poemas* (denominada assim por nós), *Secção Pedagogica*, *Pagina Infantil*, *Secção Infantil*, *Hygiene Escolar*. Algumas delas apresentavam os autores, e quando não eram assinadas delegamos a autoria ao grupo redacional do jornal.

A seção intitulada *Sociaes* (nº 1, 2, 3, 11) veiculava avisos de casamento, aniversários e viagens de sujeitos influentes na sociedade paraibana; *Varias* (nº 1, 2, 8, 10) publicou visitas realizadas a redação do jornal, artigo sobre o professor e o princípio da moral, nascimentos, cumprimentos e felicitações a algumas pessoas; *Pela Praça* (nº 2, 5, 6) continha textos sobre a indústria, o comércio e a agricultura; *Pelos cinemas* (nº 4, 8, 12) apresentava os filmes, sessões e enredo que estavam em cartaz nos dois cinemas da capital; *Vida Social* (nº 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36) veiculou notícias sobre aniversários, nascimentos, viagens, casamentos de professores e sujeitos que compunham a cena política do estado no período; *A Mulher* (nº 11, 12, 15, 20, 21, 27, 28, 30, 33) circulou artigos sobre a relação entre a educação da mulher, a sociedade e a moral, cuja autoria foi de Francisco Barroso; *Funcionarios publicos* (nº 2, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 25, 27) sob a autoria de Jela publicou textos sobre os problemas que enfrentavam os servidores do estado, defendemos os direitos dessa classe.

Em *Paginas reaes* (nº 12, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 28) João Falcão trouxe fatos históricos do Brasil e de outros países, além de histórias cotidianas de pessoas para, algumas vezes com teor crítico, apresentar certa “moral” da história, e esta estava atrelada, ainda que sutilmente, a algum preceito de cunho religioso; *Actualidades* (nº 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37) assinada por Carlos de Nancy abordava vários assuntos de interesse diversificado, como a mulher, o feminismo, algumas atividades que ocorriam no âmbito da instrução no estado, como o VII Congresso de Geografia, fazia críticas ao governo, além de comentários sobre alguns acontecimentos com sujeitos da cena político social. *Rios da Parahyba* (nº 30, 31, 32, 34, 35, 37), assinada por Ayrton Fragas, apresentou os rios estudados pelo também professor Coriolano de Medeiros no *Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba*, cuja primeira edição foi em 1914, e se apresentou como uma seção que buscava auxiliar os alunos possivelmente em *Historia e Chorographia da Parahyba*. Essa disciplina, destinada à escola primária, estava prevista no regulamento da instrução pública do estado em 1917.

A inserção de mulheres em particular nesse jornal, demonstra a expressão de algumas demandas presentes na agenda do período, como, por exemplo, o feminismo, a moda, o comportamento da mulher na sociedade, a relação entre mulher e educação. Indicando formas de ver o mundo ou maneiras de ensinar, e tomando como foco a professora primária, essas mulheres além de ganharem (certamente não de forma passiva) espaço na esfera pública por meio da escrita jornalística, sugerem que as mulheres liam o periódico, que havia interesse em atrair o público

feminino, em especial as professoras, como leitoras e consumidoras do jornal, e que havia uma preocupação das mulheres professoras em formar a categoria profissional a partir de conhecimentos, inclusive pedagógicos, específicos.

Na Paraíba desse período, segundo Abrantes (2010), não é possível falar em “imprensa feminina, pois não haviam vários periódicos que versassem exclusivamente sobre os interesses do público feminino ou fossem destinados a este. Mas, houve a feminização dos periódicos. De acordo com a referida autora,

[...] a feminização é uma ocorrência que se torna visível em alguns, seja pelas seções e artigos, que tratam desses pretensos temas, seja pela inserção de textos assinados por mulheres, bem como sua inclusão cada vez maior de anúncios que buscam seduzi-las com produtos voltados à saúde, moda e cosmética [...]. (ABRANTES, 2010, p. 92).

Quatro seções foram assinadas exclusivamente por docentes mulheres: *De leve*, *Bilhete postal*, *De meu recanto*, *Correspondencia intima* e *Seção Pedagógica*. Em *De leve*⁸¹ (nº 27, 28, 29, 30) Analice Caldas publicou textos que discutiam feminismo e sobre como a moda poderia influenciar os comportamentos das pessoas, especialmente das mulheres. Também escrita por uma mulher, na seção *Bilhete postal* (nº 34, 35, 37) Violêta do Prado - pseudônimo utilizado pela autora, endereça bilhetes a três sujeitos (Eudesia Vieira, Beatriz Guedes e Eduardo Medeiros) cada um com assunto específico, dentre eles, permeiam a discussão sobre a mulher na sociedade. Na seção *De meu recanto* (nº 29, 30, 31), Auta de Luna Freire também se dedica a pensar sobre a mulher, a sociedade e a educação naquele tempo. Outra seção escrita por mulheres refere-se à *Correspondencia intima* (nº 30, 32, 36) em que Ondina e Carmelia, pseudônimos utilizados pelas autoras, trocam cartas. O teor destas cartas atravessava questões sobre o comportamento da mulher na sociedade. Supomos que as autoras sejam Analice Caldas e Eudesia Vieira.

Foram veiculadas também as seções *Expediente* (nas edições 1, 22, 26 e 41 não aparece essa seção) com informações sobre o grupo redacional, a periodicidade e os valores das assinaturas, *Necrologia* (nº 12, 27, 34, 35) com notas sobre falecimentos e pêsames às famílias, e uma seção que embora não tenha sido intitulada (a denominamos de *Poemas*), aparece em

⁸¹ Esta seção foi analisada no texto *A participação das mulheres professoras no jornal pedagógico O Educador*, em parceria com Ana Luiza de Vasconcelos Marques, apresentado no VI Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: interfaces com as relações étnico-raciais, que aconteceu nos dias 22 a 24 de novembro de 2017 na Universidade Federal da Paraíba.

várias edições (nº 2, 7, 12, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 41) veiculando poemas diversos, inclusive, produzidos por professores primários especialmente para o jornal.

Os onze poemas publicados apresentavam uma simbologia estratégica ligada às intenções do jornal. Eram publicados na primeira página e em blocos horizontais, o que esteticamente atraía o olhar do leitor. Consideramos que eram utilizados também como linguagem para atingir os outros públicos do jornal que não se destinava apenas aos professores, mas também aos pais de alunos e a quem se interessasse pelas questões da sociedade trazidas no periódico.

Os poemas foram: *Amae as Lettras*, de Americo Falcão (n. 2), *O Educador*, de Ben-Hur (n. 7), *Maria em Lourdes*, de Amelia Rodrigues (n. 12), *Dulce*, de Castro Alves (n. 26), *Vôo Azul*, de Eudes Barros (n. 29), *Manhã de Luz*, de Julita Ribeiro (n. 30), *Noite hiemal*, de Anilia Freire (n. 31), *A minha filha*, de Rosalina Coelho Lisboa (n. 33), *Invernica*, de Mario Gomes de Sousa (n. 36), e *Ave! Libertas!...*, também deste último professor (n. 41). Destes poemas, alguns foram escritos exclusivamente para *O Educador*. No conjunto dos poemas é possível perceber metáforas que valorizam e enaltecem o trabalho docente e a importância da instrução como as luzes que iluminarão a ignorância. Em *Amae as Lettras*, o professor Americo Falcão sugeriu:

Marchar por uma estrada luminosa
Em busca do futuro, é ter na vida
A doce paz sublime e aventureira,
Na consciência e nalma redimida!
Abri, portanto, o vosso pensamento,
Implorae á Instrucção luzes divinas,
E após o verdadeiro alento
Amae o livro, com ternura e affecto
E assim, apprendereis sábias doutrinas
Nas vinte e cinco letras do ALPHABETO.
(FALCÃO, 07/11/1921, p. 01).

Percebemos traços de linguagem religiosa nas metáforas e analogias produzidas. Especificamente no poema acima, expressões como “paz sublime”, “luzes divinas”, “verdadeiro alento” e “sábias doutrinas” nos remetem a esse entendimento, que está presente explicitamente também em outros poemas, como o *Maria em Lourdes*, de Amelia Rodrigues:

Como pomba da paz e de esperança,
Pairando sobre um antro de serpentes,
Cheio de sombra e lagrimas ardentes,
- Ella surgiu no coração da França.
E envolta em ondas de nevado brilho,

Portadora de Deus, nas mãos divinas
 Trouxe um cofre de gemmas purpurinas:
 Gostas de sangue...O sangue de seu filho!
 Desde então a torrente dos aflitos
 Vae tirar desse cofre dous benditos,
 A saúde, a sciencia da Verdade...
 Sente-se Deus, da terra ali mais perto!...
 - Aquella gruta é um postigo aberto,
 Por onde o Homem ve a Eternidade!
 (RODRIGUES, 06/02/1922, p. 01).

Consideramos que Amélia Rodrigues fez referência a aparição mariana ocorrida na depois chamada de Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, que fica localizada na cidade de Lourdes, na França. Na tradição católica, acredita-se que a virgem Maria/ Nossa Senhora, mãe de Jesus, apareceu nesta gruta para a camponesa Bernadette Soubirous em 1858. Aqui podemos fazer relação com a ideia difundida que associava a figura de educador, especialmente de educadora mulher e mãe à imagem de figuras sagradas da igreja católica, a exemplo de Nossa Senhora.

Wilson Xavier (2015), em sua tese de doutorado, analisou a construção do imaginário da docência feminina, entre 1865 e 1917, e segundo o autor, foi possível identificar três imagens veiculadas amplamente na sociedade: da igreja católica, a mãe-mestra, baseada nas narrativas hagiográficas e na História Sagrada, e as imagens da mulher educadora como mãe-educadora e mãe-professora relacionada ao discurso literário, científico e político. Essas representações e valores ligados a mulher, mãe e educadora misturavam-se ao imaginário sagrado da educadora como obreira de Deus na Terra, cuja função era educar as crianças. Ao interpretar essa visão que os autores desejavam passar, explicitamente ou não, cabe lembrar que “as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é.” (CHARTIER, 2011, p. 23).

Assim como a autora do poema acima, outros poemas como o de Ben-Hur, *O Educador*, remetem a elementos de cunho religioso. Voltado para a figura do professor e para a sua missão de ensinar, o autor escreveu:

Na esfera social, em meio á humanidade,
 Existe um grande sêr de incontestê valor,
 Cujô vasto poder ás três classes invade,
 E que ao mundo se faz mui sabiamente impor.
 As claras tudo diz; jamais á puridade.
 Prerrogativas tem de evangelizador.
 Dos paes, elle possui a santa auctoridade,
 E de todas mães o casto e puro amor.

[...]

Da perfeição moral a substancia eloquente.
E em toda parte está, multiplicadamente,
O Alter-Ego de Deus. Quem é? O Educador.
(BEN-HUR, 12/12/1921, p. 01).

Consideramos que talvez o fato deste jornal ter sido produzido nas máquinas tipográficas do jornal *A Imprensa* tenha influenciado alguns textos nele publicados, como uma espécie de permuta.

O *Educador* veiculou também seções voltadas mais especificamente para a prática pedagógica concreta em sala de aula. Foram: *Secção Pedagogica*, *Pagina Infantil* e *Hygiene Escolar*.

Outro elemento que circulou marcas do período e da intenção dos redatores foram os *anúncios* também considerados como uma seção do jornal por compreendermos que eles são dispositivos que influenciam nas subjetividades e na própria dinâmica do jornal. Eles estão presentes em todas as edições, exceto na última. Ocupam as duas últimas páginas do jornal, embora também possamos encontrá-los em menor quantidade nas duas páginas iniciais. Eles serão objeto da nossa investigação na seção seguinte.

3.2 As terceiras e quartas páginas: os anúncios

Por que nos debruçar sobre os anúncios de um periódico? Talvez esta ainda seja uma pergunta recorrente ou implicitamente realizada pelo autor ou pelo leitor, quando se pensa num trabalho no âmbito da História da Educação que utilize como fonte ou objeto esses materiais. As explicações decorrem da tentativa legítima de justificar a importância do uso dos anúncios publicitários - vinculados ao jornal impresso, que por algum tempo não foi considerado documento histórico, e, portanto, usado nas pesquisas⁸² como fonte ou objeto -, como dispositivos que oferecem “[...] múltiplas possibilidades de leitura da cultura escolar como

⁸² Vários autores em diversos campos e sob diferentes objetivos têm demonstrado interesse em trabalhar com os anúncios publicitários. De forma breve, citamos alguns: BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Vendendo saúde: a história da propaganda de medicamentos no Brasil*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2008; FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 1ª Ed. Digital. São Paulo: Global, 2012 [1961]; LIMA, Isabella Cristina Amorim de Lucena. *Atenção!!! Vende-se saúde: tradições discursivas em anúncios sobre medicamentos nos jornais paraibanos do século XIX*. 2013. 172f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2013.

discurso pedagógico e não como um mero elemento decorativo nos impressos [...]” (BASTOS; LEMOS, 2007, p. 200).

Os esclarecimentos também estão relacionados a certa carência presente no cenário acadêmico no tocante a discussões de caráter teórico e metodológico sobre o uso dos anúncios em pesquisas no campo da História da Educação⁸³. O pesquisador que trabalhou ou pretende inquirir esses materiais lida com os desafios metodológicos que cercam essas mensagens publicitárias plurais, multifacetadas e circunscritas no tempo histórico dos sujeitos que os produziram. Consideramos anúncio como a

[...] mensagem de propaganda, elaborada e veiculada com finalidades comerciais, institucionais, políticas etc. Informação publicitária de uma marca, produto, serviço ou instituição, apresentada por meio de palavras, imagens, música, recursos audiovisuais, efeitos luminosos e outros, através dos veículos de comunicação. (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 43).

Os anúncios, imersos na configuração social e histórica do seu tempo, são dispositivos carregados de estratégias persuasivas, que para além da dimensão técnica, são capazes de veicular valores e influenciar comportamentos e, portanto, disseminar representações do real. Neste trabalho entendemos essas mensagens verbais ou visuais como ferramentas intencionais que não divulgavam apenas produtos e serviços, mas foram utilizadas como recursos que projetavam, de modo explícito ou não, modos de ser e agir na sociedade. Operá-los dessa maneira nos ajuda a conhecer uma parcela das intenções, estratégias e representações que se queriam inculcar, embora saibamos que a recepção do leitor a estas mensagens já constitui uma outra operação a qual este trabalho não objetiva realizar.

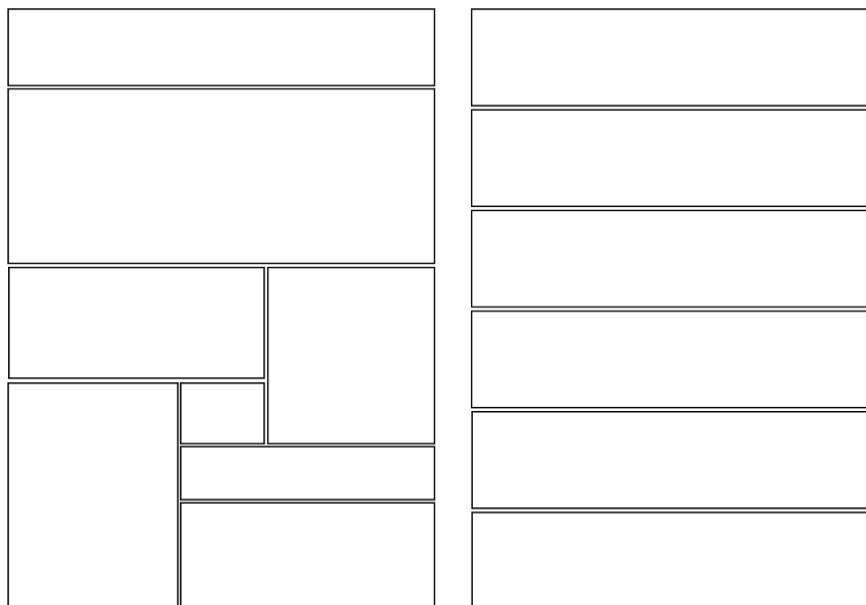
⁸³ Sobre os trabalhos com os anúncios no âmbito da História da Educação, citamos as dissertações e teses de: ARRUDA, Kalyne Barbosa. *Os anúncios no jornal A União (1904-1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba*. 76f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015; LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas*. 2010. Dissertação (Mestrado em História da Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010; NEVES, Helena de Araújo. *A “alma do negócio”: aspectos da educação em Pelotas/RS na propaganda institucional (1875-1910)*. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS, 2007; NEVES, Helena de Araújo. *O ensino privado em Pelotas/RS na propaganda impressa: séculos XIX, XX e XXI*. 410f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas/RS. Pelotas/RS, 2012; VASCONCELOS, Larissa Meira de. *Esculpindo corpos e formando hábitos: uma abordagem histórico-educacional sobre as construções de gênero na imprensa paraibana (1913-1932)*. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

Realizar um diálogo com esse gênero num jornal pedagógico do século XX passa pelo entendimento de que eles são “[...] suportes de sentidos das práticas sociais e educacionais. Através de uma linguagem própria, as propagandas veiculam discursos que estão longe de ser desinteressados” (VASCONCELOS, 2015, p. 18).

Os anúncios em *O Educador* estão relacionados a pelo menos duas questões importantes e circunstanciais. Primeiro, relaciona-se a manutenção do periódico. Um jornal desenvolvido com recursos próprios, precisava de um subsídio (não sabemos se parcial ou não) para a sua manutenção. Os anunciantes pagavam os espaços do jornal para veicularem os seus produtos ou serviços. Segundo, de forma proposital ou não, os anúncios influenciam na composição dos sentidos do periódico e possuem uma significação impressa presente nas ilustrações e nos textos, indicando preferências, influenciando perfis, ou mesmo os modos de ser e agir.

As terceiras e quartas páginas eram os espaços prioritários para os anúncios nesse jornal. Em média quarenta por edição, estavam dispostos nas duas últimas páginas. Possuíam tamanhos irregulares e letras diversificadas. Abaixo apresentamos como graficamente os anúncios estavam dispostos nas páginas finais do jornal. Tomamos como referência a edição nº 1, de 01 de novembro de 1921.

Figura 5 - Diagrama da terceira e quarta página do Jornal *O Educador*



Fonte: Jornal *O Educador*, edição nº 1, 01/11/1921.

Apenas quatro anúncios tinham ilustrações dos produtos ou serviços: os anúncios da *Alfaiataria Griza*, do *Vinho Creosotado* (produto para tuberculose e resfriado), do *Elixir Nogueira* (recomendado para infecções, corrimentos, manchas na pele, inflamações, tumores, etc) e da *Emulsão de Scott* (produzido a base de óleo de fígado de bacalhau era recomendada especialmente para crianças raquíticas e pessoas anêmicas por possuir cálcio e fósforo na sua composição).

É interessante observar que nas duas primeiras páginas, no início do ciclo de vida do jornal, aparecem pequenos e curtos anúncios. Em geral relacionados a classificados de prestação de serviços advocatícios, farmácias, consultórios médicos e produtos medicamentosos e de vestuário. Destes anúncios, um produto aparecia em várias edições, na segunda página, e apenas uma vez na seção propriamente destinada aos anúncios. A *Emulsão de Scott*, veiculada em local privilegiado do jornal estava atrelada e direcionada ao público do periódico (sociedade de um modo geral, especialmente os professores e pais de alunos) e circulou algumas estratégias ligadas a forma como a logomarca foi utilizada para atingir os leitores.

Este anúncio fez parte de um conjunto de alguns outros anúncios publicados tanto nas duas primeiras páginas, junto as matérias, quanto na seção dos anúncios, nas duas últimas páginas, e estavam relacionados aos indicadores de higiene, saúde e comportamento. Textos sobre como o educador deveria instruir os alunos a higiene em casa e na sala de aula, sobre o comportamento moral, vinculado a matriz higienista, ou, ainda, sobre produtos⁸⁴ para melhorar e/ou prevenir doenças, e anúncios sobre farmácias, consultórios médicos, estão no conjunto dessas publicações.

O debate entre saúde e educação, foi considerado como elemento essencial à sociedade que se almejava formar. Em *O Educador* aparece em consonância aos quatro pressupostos que orientavam o ensino de higiene das escolas nas primeiras décadas do século XX:

sensibilizar pela adesão; 2) ter início na infância para a formação de hábitos que tornariam possível constituir na criança uma segunda natureza; 3) constituir-se como instrução essencialmente prática; 3) assentar-se na pedagogia do exemplo, como forma de instigar a imitação de maneiras salutaras. (STEPHANOU, 2000, p. 01).

⁸⁴ Outros anúncios de produtos para prevenir/curar doenças que circularam nas páginas desse jornal foram: *Vinho Creosotado*, destinado a moléstias como tosse, bronquite, asma, tuberculose, catarro, resfriado, constipação e fraquezas; *Bromocalyptus*, destinado a arritmia, bronquite, coqueluches, tosses; *Ferruginoso*, vinho de Jenipapo contra a anemia; *Elixir Nogueira*, infecções, corrimentos, manchas, inflamações; e *Água Rabello*.

O discurso médico relacionado à higiene, fundado em estudos científicos, justificaram várias iniciativas, campanhas, políticas, legislações, e a própria ordem social construída. Adentrou as escolas pela figura dos médicos escolares ou pelos próprios educadores, por meio dos exercícios físicos e pelo ensino de higiene. Foi uma preocupação constante no início do século XX objetivando modelar e medicar os corpos.

De acordo com Bueno e Taitelbaum (2008, p. 40), a *Emulsão de Scott* foi criada em 1830 por John K. Smith, na Filadélfia. Começou a ser comercializada no Brasil em 1890, a ser produzida em São Paulo em 1908, e “divulgadas ao longo de mais de cem anos, as propagandas do fortificante sobrevivem no imaginário dos que foram criança na primeira metade do século XX.”

Identificamos a presença deste anúncio em nove versões diferentes no jornal *O Educador*. Fica claro a referência às crianças, aos idosos, às mulheres e aos homens. Na segunda imagem (da esquerda para a direita e de cima para baixo) da figura 6 aparecem crianças organizadas em círculo fazendo menção às brincadeiras de roda, manifestações em que as crianças seguram as mãos umas das outras, giram de forma sincronizada e cantam músicas. Ao centro está a logomarca do produto: um homem com um peixe nas costas, em referência ao principal ingrediente da emulsão, o bacalhau.

Além da ilustração, o anúncio acompanha um texto: “Todo o porvir: 40, 50, 60 annos de saúde, felicidade, paz de espirito, dependem do cuidado que se dá ás crianças no periodo do seu crescimento. Assegurae-lhes um corpo são e robusto com a legitima EMULSÃO DE SCOTT”. Voltada especialmente para os pais dos alunos, o anúncio alerta aos pais que para as crianças crescerem saudáveis e alegres, como na imagem veiculada, é necessária a ingestão da Emulsão de Scott, esta que foi vendida como remédio e como alimento para combater gripes, infecções, anemias, renovar o espírito e incitar a felicidade, por exemplo.

Na imagem 6 da figura 6, fica expressa a mensagem de que as crianças deveriam utilizar esse produto, afinal, “o valor do oleo de figado de bacalhau é bem conhecido nos casos de anemia, lymphatismo, rachitismo e escrophila de creanças.” Ou na imagem 9, quando diz que: “Adultos e crianças: é prudente fortalecer-se em tempo o organismo com a Emulsão de Scott o remedio que provou o seu grande alcance em toda a classe de infecções pulmonares e debilidade”.

O uso de verbos no modo imperativo também fez parte das estratégias de persuasão desses anúncios. Na terceira imagem da figura 6, é retratada a ilustração de uma mão adulta fazendo referência a uma ordem, qual seja, “Obedeça este impulso! Procura um frasco de EMULSÃO

SCOTT e dê ao seu organismo o reconstituente que elle ha tempo reclama: Compre Emulsão de Scott.”

Figura 6 - Anúncios da Emulsão de Scott no Jornal

Para todas as AFFECCÇÕES PULMONARES  Tomae sempre EMULSÃO DE SCOTT Expectorante e Reconstituente ao mesmo tempo.	 Todo o porvir: 40, 50, 60 annos de saúde, felicidade, paz de espirito, dependem do cuidado que se dá ás crianças no periodo do seu crescimento. Asse- gurae-lhes um corpo são e robusto com a legitima EMULSÃO DE SCOTT	 Obedeça Este Impulso! Procurae um frasco de EMULSÃO DE SCOTT e dê ao seu organismo o reconstituente que elle ha tempo re- clama: Compre Emulsão de Scott
 ROBUSTEZ NA VELHICE Gozar a vida nas ul- timas decadas não só é logico, mas possivel. Provae-o tomando EMULSÃO DE SCOTT	 Não tomeis Remedios Alcoolicos O Alcool sempre produz um estimulo illusorio, mas afinal faz mais mal do que bem. Para fortalecer-vos, tomag EMULSÃO DE SCOTT Incomparavel como Remedio e como Alimento.	As Emulões Imitações Similares se separam, fermentam e enrrançam, irritando assim a mucosa do estó- mago. O valor do Oleo de Fígado de Escalpus é bem conhecido nos casos de Anemia, Lym- phatismo, Rachitismo e Escrophula de crianças.  A Emulsão de Scott de que se compõe este oleo, assimila-se com facilidade ao organismo. Há que precaver-se con- tra o emprego dos outros oleos, por ser estes substi- tuos d'ampinhos. Pecam só a legitima Emulsão de Scott, com o rotulo do pescador com o ba- calhao ás costas.
PARA A ANEMIA Rachitismo, Pallidez, Cloro- rose, e demais manifesta- ções da Pobreza do Sangue  EMULSÃO DE SCOTT póde-se tomar com inteira confiança devido ás suas qualidades nutritivas e re- constituintes. Enriquece o sangue e fortalece o orga- nismo inteiro. É alimento e remedio ao mesmo tempo.	Saúde e Robustez São as qualidades que conservam o attractivo bem como o bem estar da mulher. A EMULSÃO DE SCOTT manterá a louçania da juventude através dos annos, fortalecendo o organismo em todos os periodos da existencia. 	 Protegei-vos contra LA GRIPPE para evitar os males do inverno anterior. Adultos e crianças: é prudente fortalecer-se em tempo o organismo com a Emulsão de Scott o remedio que provou o seu grande alcance em toda a classe de af- fecções pulmonares e debilidad.  Comprae sómente Emulsão de Scott.

Fonte: Jornal *O Educador*, edições (da esquerda para a direita e de cima para baixo): nº 25 – 18/05/1922; nº 25 – 18/05/1922; nº 28, 01/06/1922; nº 29 – 08/06/1922; nº 33 – 07/06/1922; nº 34, 13/06/1922; nº 30 – 16/06/1922; nº 31 – 22/06/1922; nº 32 – 30/06/1922.

Observamos que poucos são os anúncios relacionados diretamente ao universo escolar. Não há anúncios de aulas particulares, cursos, vendas específicas de mobiliário escolar, etc. Possivelmente a prática dos editores, considerando o subsídio financeiro que necessitava a manutenção do jornal, era a de publicar anúncios que não tinham relação direta com o ensino/a educação.

Durante o período de circulação do jornal aparecem dois anunciantes de livrarias: a *Gonsalves, Penna & C.^a – Livraria, Typographia, Encadernação e Pautação a vapor*, e a *Casa Andrade – Livraria e Papelaria*, que no corpo do anúncio afirmava que vendia “objectos escolares”. Por fim, *O Capricho* não denominou o tipo de estabelecimento, mas anunciou que vendia livros para a instrução primária, além de miudezas e perfumarias.

Figura 7 - Anúncios de livrarias no Jornal O Educador



Fonte: Jornal *O Educador*, edições (de cima para baixo): nº 1 – 01/11/1921; nº 26 – 11/05/1922; nº 1 – 01/11/1921.

Esse jornal pedagógico publicou anúncios sobre medicamentos, farmácias, consultórios dentários, tipografias, padarias, mercearias, tinturarias, lavanderias, movelarias, armarinhos, perfumarias, ourives, restaurantes, sapatarias, alfaiatarias, casas de serviços de costura, serviços de importação e exportação de algodão, escritórios de advocacia, lojas de fotografia, artigos religiosos, vendas de madeira, cimento, arame, sabão, cigarro, venda e aluguel de imóveis, sorteios.

Apesar de não ter circulado, além desses citados na figura 7, anúncios explicitamente voltados ao ensino, consideramos que os outros tipos veiculados também possuíam significação. Alguns anúncios ao exporem seus produtos, indicavam que estes eram utilizados em determinados estabelecimentos de ensino, e usavam isso como uma forma de atrair outras instituições ou mesmo os professores a comprarem. São, por exemplo, os anúncios da *Padaria Paulista* e do consultório do *Dentista L. G. Burity*⁸⁵. Essa foi uma estratégia para atrair o público leitor através da exposição de clientes da mesma área (a educacional) que já utilizavam os produtos/serviços.

Figura 8 - Anúncios de padaria e consultório dentário no Jornal O Educador



Fonte: Jornal *O Educador*, edições (da direita para a esquerda): nº 5 – 28/11/1921; nº 31 – 22/06/1922.

⁸⁵ Professor e dentista paraibano. Patrono da cadeira nº 2 da Academia Paraibana de Odontologia. Trabalhou no Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Paraíba e publicou no *Boletim de Educação*, em 1937, o artigo *A cárie dentária*. Provavelmente o fato desse sujeito ter sido professor influenciou a estratégia utilizada na propaganda. Talvez o objetivo fosse, inclusive, atrair os estudantes desses estabelecimentos de ensino e outros estudantes, ao expor que ele era o dentista dessas instituições escolares.

Durante a circulação do jornal, a divulgação de produtos anunciados especificamente para senhoras, homens ou crianças denotam alguns sentidos. Chama-nos atenção a quantidade e variedade de empresas que ofereceram serviços de alfaiataria, modistas, vendas de tecidos, artigos de moda, perfumaria, sapatos e chapéus. Inferimos que a inserção desses tipos de anúncios esteja relacionada a certa demanda que se queria produzir ou atender, e o alvo eram os professores e as professoras. Professores bem vestidos e elegantes fazia parte do que era esperado para esses sujeitos que tinham como dever, de acordo com o regulamento geral da instrução pública do estado, “apresentar-se na escola decentemente vestido antes da hora regulamentar afim de assistir a entrada dos alumnos” (PARAHYBA, 1917, art. 70).

Outros anúncios de lojas de tecidos e sapatos, por exemplo, estavam endereçados a “homens, mulheres e crianças” ou a profissionais como sapateiros e alfaiates. Isto indica aspectos do próprio grupo que se desejava atingir. *O Educador* não foi um jornal voltado apenas à classe professoral, mas era destinado, como dito em outro momento deste trabalho, aos pais dos alunos e a quaisquer sujeitos que se interessassem pelos assuntos abordados. Assim, abria um leque maior de público leitor e, por conseguinte, de sujeitos a quem os anúncios queriam atingir.

Os anúncios que veiculavam produtos para a fabricação de sapatos visavam principalmente os sapateiros; os que ofertavam produtos do ramo alimentício no atacado, os comerciantes; os que divulgavam roupas para crianças, tinham como foco os pais dos alunos. O conjunto de sujeitos que se queria atingir era ainda maior. Em alguns anúncios, por exemplo, os de tecidos para batinas e os de artigos religiosos, o destinatário explícito eram os sacerdotes.

É perceptível também a publicação de anúncios de lojas de materiais de construção que ofereciam produtos como madeiras, cimentos, telhas, areia e arame. Possivelmente a mensagem queria atingir os diretores das escolas. Consideramos esse sentido, pois naquele momento a discussão em torno da necessidade de prédios próprios para a atividade educativa já estava disseminada pelos estados e a construção dessas instituições crescia. Para erguê-las eram necessários materiais de construção que poderiam ser encontrados nos anunciantes de *O Educador*. Na Paraíba, um pouco mais tarde que em outros estados, a construção desses prédios tomava fôlego desde 1916, data da inauguração do Grupo Escolar Thomas Mindello.

Percebe-se uma variedade de públicos e segmentos a que se destinavam os anúncios. Observamos também que em sua maioria eles usavam expressões como “preços modicos”, “tudo por preço sem competencia”, “preços razoaveis”, para atrair o leitor, que no caso dos docentes, segundo as próprias reivindicações expostas no jornal, recebiam baixos salários.

Figura 9 - Anúncios de roupas e sapatos no jornal O Educador



Fonte: Jornal O Educador, edição nº 7, de 12/12/1921.

Nas duas primeiras páginas, locais dos artigos do jornal, também figuravam alguns anúncios, em geral consultórios médicos, farmácias, remédios a base de produtos naturais, lojas de sapatos, roupas e escritórios advocatícios. Provavelmente o destaque dado aos escritórios de advocacia esteja relacionado a crescente movimentação em torno da profissionalização do magistério e consequente luta por seus direitos. Para enfrentar o aparelhamento burocrático os professores precisariam de advogados para realizar os trâmites.

Durante o ciclo do jornal, percebemos que os anúncios nestas páginas aumentam a quantidade (de três, passam a veicular em média cinco ou seis). Em geral ocupam pouco espaço, exceto os anúncios da *Emulsão de Scott*. O aumento na quantidade dos anúncios talvez esteja atrelado à necessidade de o jornal angariar recursos para custear os gastos das publicações.

Figura 10- Anúncios frequentes nas duas primeiras páginas de O Educador



Fonte: Jornal O Educador, edições (da direita para a esquerda): nº 1 – 01/11/1921; nº 7 – 05/12/1921; nº 7 – 05/12/1921; nº11 – 30/01/1922; nº 17 – 16/03/1922.

Um dos anúncios que aparece com frequência nessas duas primeiras páginas refere-se aos serviços médicos do *Dr. J. Maciel – Clínica medica e de partos*, conforme mostra a quarta imagem da figura 10 (da direita para a esquerda e de cima para baixo). Chamou-nos a atenção o fato deste anunciante também publicar textos em algumas edições do jornal.

José de Souza Maciel (1876-1959) teve a sua história interpretada pelo também médico Higino Brito, que em discurso exaltador publicou o trabalho *José Maciel: o profissional da medicina, o homem público e o cidadão* (1978). Figura que se movimentou em várias esferas, José Maciel, natural de Cajazeiras (PB), formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1903, exerceu a profissão no seu estado natal, sendo médico da polícia militar, da prefeitura da capital, diretor do departamento de saúde do estado, chefe da clínica cirúrgica do hospital Santa Isabel e cirurgião no hospital Osvaldo Cruz. Foi vereador (1928), deputado estadual (1935), um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (1932) e sócio efetivo da Associação Paraibana de Imprensa. Escreveu na revista *Medicina*, órgão da sociedade em que ajudou a fundar (entre 1932 e 1934), nos periódicos *O Jornal*, *Era Nova* (em 1922), e embora seu principal interprete Higino Brito não tenha citado, publicou textos no jornal *O Educador*.

Este médico escreveu cinco textos em *O Educador*, sempre na primeira página, o que denota certo prestígio que exercia na época, cujos títulos foram: *Instrução Publica* (nº 13), *Instrução publica – O perigo do contagio nas escolas publicas* (nº 21), *O vicio do tabaco* (nº 25), *A imitação...* (nº 26), *As molestias transmissiveis, nas escolas* (nº 30). De um modo geral os seus textos abordam três principais questões: a discrepância entre a remuneração e o trabalho dos professores da capital e do interior do estado, o contágio de doenças nas escolas e o vício do cigarro pelas crianças e jovens.

A preocupação médico-higienista do período estava presente na sociedade como um todo e especialmente nas legislações e nos periódicos. Informando, anunciando ou imprimindo normas de conduta, esse tema é recorrente no debate público e estava atrelado ao discurso de erradicar a ignorância, civilizar, modelar os corpos e reorganizar o espaço urbano e rural.

Vários autores⁸⁶ têm empreendido pesquisas que associam o discurso médico-higienista às práticas pedagógicas presentes em várias esferas sociais e especialmente no cotidiano das

⁸⁶Autores como: BURITI, Iranilson *et al.* A Ordem antes do progresso: o discurso médico higienista e a educação dos corpos no Brasil do início do século XX. *Fênix, Revista de História e Estudos Culturais*. v. 9, n. 1, p. 1-15, jan/abr, 2012; GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004; GONDRA, José Gonçalves. *Medicina, higiene e educação escolar*. In: LOPES,

escolas. Esse discurso foi encarnado pelo Estado e por vários intelectuais que em diversas frentes buscaram modificar a estrutura física da cidade e das instituições, além dos hábitos dos sujeitos. Construções, calçamentos das ruas, arborização, construção de praças, embelezamento da cidade, normas de conduta em espaços públicos e privados, preocupações com o corpo, conformação de hábitos, foram algumas das ações que buscaram usar a higiene como arma contra a ignorância, a sujeira, os maus hábitos e as condutas perigosas.

Os preceitos ligados à higiene convidavam e impunham à instituição escolar, no início do século XX, que professores e médicos, especialmente os médicos escolares deveriam lutar em conjunto contra a degeneração das crianças. As normas higiênicas atingiam a estrutura física e o funcionamento interno do prédio escolar. Havia a preocupação com mobiliário (cadeiras, mesas, armários), área recreativa e para a prática de atividade física, iluminação, ventilação, corredores, janelas, cores das paredes, tipo de piso, lavatório, banheiros, refeições, água, vestimentas, tempo e ritmo escolar, asseio, modos de ler e escrever, postura, entre tantos outros elementos que deixavam claro que “a intenção era que o corpo do aluno funcionasse exatamente como a escola. Estrutura física suntuosa, bonita, limpa, educada e em bom funcionamento corresponderia ao aluno possuidor do corpo saudável, trabalhado, belo, higiênico [...]” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 96).

Desde 1849, data do primeiro Regulamento Geral da Instrução Primária do estado da Paraíba, esses discursos foram normatizados para o espaço da escola (MARIANO, 2015). O modelo de educação escolar construído ao longo do XIX, que adentrou e se reinventou nas primeiras décadas do XX, incidiam, entre outras coisas, sobre a vigilância higiênica nas escolas com vistas a combater as moléstias transmissíveis que poderiam assolar o corpo. No âmbito legislativo o decreto 873, de 21 de dezembro de 1917, introduziu a inspeção sanitária escolar no estado, que tinha como finalidades:

- a) A vigilancia hygienica das escolas e do seu material, principalmente sob o ponto de vista orthopedico;
- b) A inspecção medica dos alumnos e do pessoal;
- c) A prophylaxia das molestias transmissiveis e evitaveis;
- d) Instruir nos preceitos elementares de hygiene os alumnos;
- e) A direcção e fiscalização da educação physica nas escolas. (PARAHYBA, 1917, art. 257).

O médico José Maciel em 1921 escreveu sobre alguns desses elementos descritos no regulamento acima no jornal *O Educador*, além de reclamar no seu primeiro texto nesse periódico sobre a má remuneração dos professores. Segundo Maciel, era lamentável a quantia que eles recebiam, pois “os educadores da infancia deviam ser muito bem pagos, para que se occupassem exclusivamente de seu mister – magisterio publico – distribuindo methodica e pacientemente a instrucção a todos, de um modo efficiente e a contento geral” (MACIEL, 13/02/1922, p. 01).

A partir do segundo texto, Maciel se ocupou em dialogar sobre as doenças transmissíveis que poderiam afetar os alunos, as formas de contágio nas escolas e o perigo do uso do tabaco pelos estudantes. As escolas eram (e ainda são) ambientes propícios a proliferação de doenças, e “ha mesmo uma necessidade urgente de que as escolas publicas sejam rigorosamente inspeccionadas, no sentido de serem os seus alumnos obrigados, quanto possível, contra a investida de moléstias infecto-contagiosas”. Com a utilização do discurso e da linguagem científica e médica, Maciel apresentou os principais sinais e causas de algumas doenças (gripe, papeira, sarampo, difteria, conjuntivite, etc). Tomando o exemplo de doenças, a conjuntivite granulosa, também chamada na época de trachoma, a ideia era isolar o foco causador da epidemia, ou seja, o estudante que estivesse contaminado, e orientar os outros a favor da higiene preventiva.

A existencia, nas escolas, de creanças portadoras de trachoma é um perigo para as outras, porque poderão transmittir-lhes as mesmas mazellas que lhes minam o organismo. Nesses casos, deverá intervir o inspector medico escolar, não só isolando as creanças que soffram de molestias infecto-contagiosas, mais ainda ministrando-lhes as regras de hygiene indispensaveis, no sentido de evitarem o contagio e prevenindo as que gosam saúde, do perigo que lhes ameaça [...]. (MACIEL, 16/06/1922, p. 01).

Outra ameaça à saúde era o vício do consumo do tabaco. Chamada cientificamente de *Nicotiana Tabacum*, essa planta contém entre outras substâncias, a nicotina. Tais substâncias geram vícios e prejudicam a saúde física dos sujeitos. Para este médico, a iniciação ao uso dava-se principalmente na infância e na adolescência, e por isso nestas fases, prioridades da escola naquele momento, era necessário intervir para evitar muitos males, alguns deles descritos pelo médico em seus textos.

Não sabem esses viciados tabagistas que, não raro, apparecem certos estados morbidos attribuidos, com muita razão, ao effeito da nocotina! Para não falar no cancro da lingua que é geralmente, considerado um resultado gravíssimo dos

fumantes inveterados, desviarei a questão para o lado de sérias perturbações funcçionaes de órgãos importantissimos: laringe, bronchios, estomago, coração, etc. (MACIEL, 18/05/1922, p. 01).

Fazia-se necessário que em posse dessas explicações, os “[...] srs. professores, a quem lanço o meu apelo [...], concientisem as creanças a não deixarem se levar nas ondas dominadas pelo uso do tabaco” (MACIEL, 18/05/1922, p. 01). Uma das formas de adquirir o vício facilmente era por meio da imitação, já que “o fumante, em these, inicia-se por simples imitação: porque acha bonito um moço da móda manter dengosamente, um cigarrinho entre os dedos [...] porque é cousa elegante [...]” (MACIEL, 11/05/1922, p. 01).

O tabaco causava o envenenamento do sujeito que poderia ser observado pelos professores através de alguns sintomas como a palidez na face, suores frios, vertigens, náuseas e vômitos, sintomas dos prejuízos biológicos que a nicotina causava. Para além de uma necessidade, Maciel considerava uma obrigação das escolas e dos professores que

[...] expliquem aos discipulos os perigos do tabaco, concitando-os a não se deixarem levar pela influencia da imitação [...] Um pouco de abnegação da parte dos srs. Professores, nas escolas publicas, no sentido de distribuirem ás creanças certas regras de hygiene, seria um forte embaraço ao vicio de fumar, e provavelmente á influencia algumas vezes perniciosa do contagio da imitação. (MACIEL, 11/05/1922, p. 01).

Ainda que houvesse esse alerta sobre o perigo da imitação ao uso do tabaco, na seção dos anúncios aparecem a oferta de cigarros⁸⁷. Inclusive foi na edição (nº 26) em que a matéria sobre o perigo da imitação do consumo do cigarro por crianças e jovens foi publicada, que foi veiculado o primeiro anúncio de cigarro no jornal. Dois anunciantes de cigarros publicaram seus produtos até a adição nº 37, sempre nas terceiras e quartas páginas. Foram os *Cigarros Amorim* e os *Cigarros Epitacio Pessoa*.

⁸⁷ Sobre a propaganda de cigarros em periódicos, consultar a dissertação de Lopes (2014) que analisou os anúncios desse gênero numa revista brasileira que circulou entre os anos de 1909 e 1958, cujo título é: *Páginas singulares: propagandas de cigarro na revista Ilustração Brasileira*.

Figura 11 - Anúncios de cigarros veiculados no jornal *O Educador*



Fonte: Jornal *O Educador*, edição nº 25, de 18/05/1922.

Sem atributos de ilustração e textos, os anúncios eram curtos e optavam pelo uso da ordem para persuadir: “fumem cigarros”, “fumem os afamados cigarros”. Em letras maiores que os outros anúncios, em negrito e ocupando a parte inferior horizontal das páginas de anúncios, os cigarros, artigos ligados a moda e poder na época, principalmente sob a influência dos modos de vida e consumo europeu, aparecem como produtos a serem consumidos pelo público do jornal.

Apesar da indicação feita pelo médico José Maciel sobre os riscos e malefícios do tabaco, preocupação que ficou mais forte nas últimas décadas do século XX, naquele momento o consumo de cigarros era veiculado em várias esferas, para diferentes públicos e em diversos suportes. O consumo desse produto impregnava as páginas dos impressos, inclusive, dos livros infantis. Exemplo disso é a obra de Monteiro Lobato, publicada originalmente em 1935, intitulada *Aritmética da Emília*. Nesse texto, para exemplificar uma operação matemática, ele usou como elementos desta operação os cigarros.

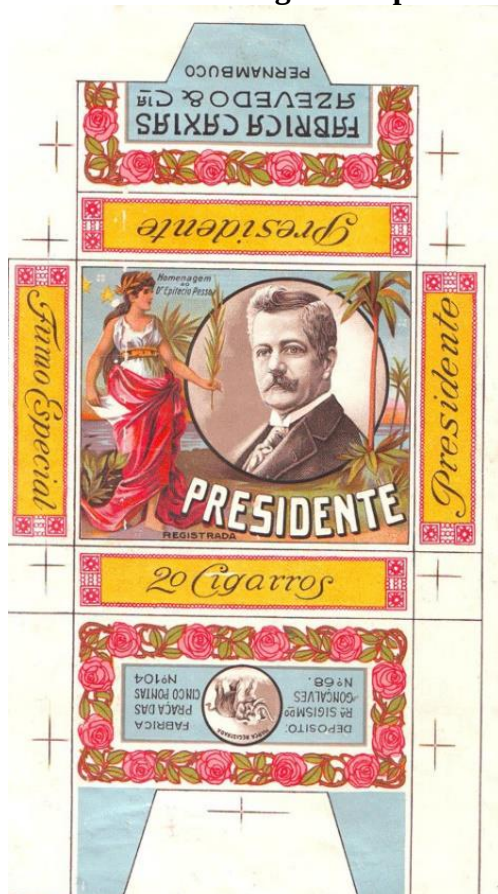
Na última “lição” da história, cujo conteúdo central era números complexos, a personagem Emília, a boneca de pano, fez um questionamento a Visconde de Sabugosa, o sabugo de milho: “[...] - Venha cá, sabinho da Grécia. Venha me resolver este problema tahânico. Um lixeiro juntou na rua 10 pontas de cigarros. Com cada 3 pontas ele fazia um cigarro inteiro. Pergunto: quantos cigarros formou com as 10 pontas? [...]” (LOBATO, 1988, p. 119)⁸⁸.

Cabe ressaltar ainda, que o próprio anúncio de cigarro continha uma significação impressa. No caso do *Cigarros Eptácio Pessoa*, a fábrica de cigarros *Caxias Azevedo e Cia*, localizada em Pernambuco, possivelmente homenageou o presidente Eptácio Pessoa, figura pública do país, com a finalidade de facilmente este produto ser identificado pelos consumidores e intensificar no imaginário das pessoas a ideia de que era bom possuir os cigarros do presidente

⁸⁸ A obra original é de 1935.

do Brasil. Há também a possibilidade de ter sido uma estratégia do governo, que utilizou este produto comercial de fácil acesso para disseminar a sua propaganda política. Abaixo apresentamos o rótulo desses cigarros.

Figura 12 - Rótulo dos Cigarros Epitácio Pessoa



Fonte: Blog pessoal do colecionador de rótulos de cigarro do Brasil, Jacques Broder Cohen:
http://jacquesbroder.blog.uol.com.br/arch2009-07-16_2009-07-31.html.

Essas senhas, explícitas ou não – como no caso da marca de cigarros, interferem na apropriação e na representação do real que os sujeitos têm quando em contato com determinados textos, no nosso caso, anúncios. Essas mensagens publicitárias sob o ponto de vista histórico são consideradas não apenas como textos que anunciaram determinados produtos ou serviços, mas como dispositivos que influenciaram e foram influenciados pelo contexto político, cultural, social, educacional, etc. Eles são ferramentas que propagam valores, carregam representações, constroem e influenciam subjetividades. De modo explícito ou não, os anúncios estão circunscritos num emaranhado de regras e códigos que extrapolam a sua dimensão técnica. As

experiências e comportamentos dos sujeitos são sugeridas, reinventadas e modificadas a depender do acesso que o indivíduo dá aquela mensagem.

A seguir vamos dialogar com uma seção destinada a instruções/ orientações do trabalho pedagógico dos professores. Os textos da *Seção pedagógica* prescreveram modos de conduta, saberes e ferramentas para a prática de ensino dos docentes em sala de aula

3.3 Como ensinar, professora? As lições de Julita Ribeiro

A *Secção Pedagógica* foi veiculada em treze edições de *O Educador*. Estava circunscrita em torno destes principais agrupamentos de conhecimentos ou componentes da organização curricular da escola primária: o estudo da língua materna, o ensino do cálculo, da geografia e das ciências físicas e naturais. Esses componentes faziam parte do *corpus* desejável para os programas⁸⁹ de ensino relacionados aquela fase da escolarização. Naquele momento a escola primária preocupava-se principalmente com o estudo da língua materna, do cálculo, da geografia, da história, do desenho, do canto, da ginástica, dos trabalhos manuais e da educação moral, esta última perpassando todos os outros componentes. Abaixo apresentamos quais foram os textos publicados nesta seção do jornal pedagógico e a autoria.

Tabela 4 - Edição, título e autoria dos textos da Secção Pedagógica do Jornal *O Educador*

Edição	Título	Autor
Nº 2 – 07/11/1921	Nomes ou substantivos e suas qualidades Physica – Gravidade	Julita Ribeiro
		Helena (da escola primaria)
Nº 4 – 21/11/1921	Nomes próprios e communs collectivos O ensino de leitura pelo methodo analytico	Julita Ribeiro
		F. de Ascensão Cunha
Nº 6 – 05/12/1921	Physica – Gravidade	Helena (da escola primaria)

⁸⁹O decreto 873, de 21 de dezembro de 1917, prescreveu para a escola primária no estado o seguinte conjunto de saberes que ao nosso ver estavam relacionados as prescrições que visavam uma escola renovada: “1.º – Leitura e escripta; 2.º - Noções de língua materna; 3.º- Principios de arithmetica, inclusive o systema de pesos e medidas; 4.º - Noções geraes de geographia, especialmente do Brasil; 5.º - Noções de História do Brasil; 6.º - Historia e chorographia da Parahyba; 7.º - Elementos de sciencias physicas e naturaes e hygiene; 8.º - Elementos de desenho linear e musica; trabalhos manuaes e exercícios de desenho ao natural para ambos os sexos; trabalhos de agulhas e prendas domesticas para o sexo feminino; 9.º - Instrucção moral e cívica e noções de direito. § Unico – Quando e onde fôr possivel ministrar-se-ão também, nas escolas do sexo masculino, noções praticas de agricultura.” (PARAHYBA, 1917, art. 2º).

Nº 7 – 12/12/1921	Expressões substantivas, Substantivos primitivos, e derivados, Synonymos e Antonymos	Julita Ribeiro
Nº 9 – 17/01/1922	Ensino de leitura nas cartilhas	Sem autoria
Nº 13 – 13/02/1922	Arithmetica	Darin
	Verbo. Sujeito do verbo	Julita Ribeiro
Nº 14 – 20/02/1922	Geographia – O episodio da Independencia e suas relações geographicas	Sem autoria
Nº 15 – 02/03/1922	Numeração	Julita Ribeiro
Nº 16 – 09/03/1922	Numeração	Julita Ribeiro
Nº 18 – 23/03/1922	Numeração	Julita Ribeiro
Nº 19 – 30/03/1922	Historia natural – Reinos da natureza	Julita Ribeiro
Nº 22 – 27/04/1922	Historia Natural – Classificação dos animaes	Julita Ribeiro
Nº 37 – 03/08/1922	Sciencias physicas e Naturaes – Hydrostatica	Da escola primaria E.B

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Assim como Valdemarim (2010, p. 133) que analisou os manuais didáticos, compreendemos que o impresso jornal, no nosso caso o jornal pedagógico *O Educador*, opera “ora no campo das táticas (utilizam e alteram), ora no campo das estratégias (produzem, mapeiam e impõe), dependendo da situação relacional”, e constroem novas versões utilizáveis da teoria que perpassa as concepções chamadas de renovadoras. É dessa forma que consideramos as proposições dos autores que escreveram no periódico em foco.

Os textos publicados são interpretações dos autores sobre as ideias renovadoras. Por ideias renovadoras precisamos compreender que não necessariamente são aquelas caracterizadas como pertencentes a gama de saberes do movimento da Escola Nova. Já pontuamos isso em outro momento deste trabalho, mas reiteramos: o novo é sempre situável. Assim, afirmamos que para pensar tais repertórios é preciso situá-los no contexto histórico, no ideário filosófico ou teoria do conhecimento que os pressupõem, e no método de ensino.

Anterior e ao mesmo tempo concomitante, em certos momentos, às ideias renovadoras caracterizadas como pertencentes a Escola Nova, algumas proposições denunciaram a necessidade de mudança e construíram também elementos que chamariam ou foram denominados como novos. Em meados da segunda metade do século XIX o sistema de ensino europeu estava sendo revisto. Procurava-se instrumentos para modificar o quadro educacional (mas não só ele, a situação econômica também): “[...] alunos com domínio insuficiente de leitura

e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição [...]” (VALDEMARIM, 2006, p. 90). Diante desse cenário já nesse momento iniciava-se um movimento de renovação que “[...] tenta investir contra o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, prescrevendo-lhe novo método de ensino, novos materiais, criação de museus pedagógicos, variação de atividades, excursões pedagógicas, estudo do meio, etc.” (VALDEMARIM, 2006, p. 91).

Pontuar isso adquire importância no nosso trabalho pois identificamos que as ideias renovadoras, por vezes, inclusive na literatura acadêmica local, são vinculadas apenas ao movimento da Escola Nova que teve ao longo das décadas de 1920 e 1940 mais propulsão. As mudanças ligadas a esse ideário “começam”, embora não apreciamos trabalhar com mitos de origem, a serem gestadas na segunda metade do XIX e adentram o século XX no Brasil, influenciadas principalmente pelas proposições de Pestalozzi e Froebel, e por alguns manuais didáticos, como o *Primeiras Lições de Coisas*, de Norman Calkins, publicado em 1861 nos Estados Unidos e traduzido por Rui Barbosa em 1886.

Outra questão relevante é compreender que não há de modo homogêneo um limite ou transição visível que demarque o fim ou o início de determinada concepção sobre o conhecimento ou mesmo sobre os métodos de ensino. Sendo assim, afirmamos que mesmo em tempos de concepções vinculadas a Escola Nova, haviam discussões e práticas relacionadas a outras teorias e outros métodos. Nesse sentido, é válido afirmar que os métodos de ensino coexistiram em determinados tempos históricos.

Foi preciso demarcar essa assertiva pois veremos a seguir que mesmo na década de 1920, quando as proposições escolanovistas tomavam fôlego e adentravam nos espaços, o método de ensino intuitivo concreto, ativo e racional (embora alguns desses aspectos possam ser questionados) estava sendo disseminado como a modernidade pedagógica. É evidente que aqui está implicada as condições políticas, materiais, organizacionais e de formação docente do Brasil, fatores que influenciaram a adoção e desenvolvimento dos métodos de ensino.

Para contribuir com a nossa afirmação inicial, Freire (2016, p. 64) considerando em sua dissertação o período de 1930 a 1946, indicou a partir das suas fontes, que nesse período na Paraíba os referenciais da Escola Nova ainda eram difusos e confundidos com proposições e elementos de outro conjunto de saberes. Isso nos alerta para o cuidado ao analisar os discursos publicados nos materiais que cotejamos.

Vale ressaltar que o conceito da escola nova na Paraíba no período pesquisado, ainda não estava totalmente consolidado conforme o mesmo é conceituado. Em determinados momentos a partir das notícias, seja da *Revista do Ensino* ou mesmo dos jornais pesquisados, os enunciados trazem o termo “Escola Nova”, mas em suas descrições em vários momentos encontramos resquícios de momentos anteriores, seja da presença do método intuitivo ou de traços predominantemente da escola tradicional. O que nos indica que não havia na Paraíba, nos anos de 1930 até meados de 1940 um conceito homogêneo da escola nova, o mesmo ainda apresentava-se em formação, muito provavelmente ainda não se tinha uma clareza desse conceito, e por isso ainda ocorria de intitular-se escola nova, mas não está presente nas notícias aspectos totalmente relacionados a mesma. (FREIRE, 2016, p. 64).

O jornal *O Educador* veiculou em treze edições na *Secção Pedagogica* textos que remetem ao método de ensino intuitivo ou lições de coisas. A professora Julita Ribeiro publicou noções ligadas ao ensino da língua, a matemática e a ciências naturais. Nesses textos, é possível perceber elementos que denotam o ensino intuitivo. Vejamos o primeiro texto dessa seção:

[...] Pela primeira vez vamos falar aos pequenos sobre substantivos:
 - Tudo que vemos, que ouvimos, que pegamos, que sentimos, é um ser, existe.
 - Maria, um gatinho é um ser?
 - E' sim, porque eu pego, vejo, porque existe.
 - Muito bom; e você, Zizi, também existe?
 - Existo, sou um ser.
 - Estas carteiras, a mesa, o globo, os quadros, o giz, também são cousas possíveis de ver, de pegar?
 Pois bem, os nomes por por outra, as palavras que designam todas as pessoas, todos os animaes, todas as plantas, todos os logares, são substantivos.
 [...]
 Dadas estas noções, facilmente obteremos dos pequenos definições seguras de substantivos, adjectivos, etc. [...] (RIBEIRO, 07/11/1921, p. 02).

Neste trecho, o procedimento metodológico da professora diz muito sobre os objetivos e o método de ensino. Julita Ribeiro movimentava a sua explicação do concreto para o abstrato, ou seja, dos sentidos ao conceito no nível da abstração. Essa é uma característica essencial do método, que também foi chamado de ensino pelo aspecto, e utilizava os sentidos como ferramenta principal pois entendia que “[...] ensinar parte do simples para o complexo; do que se sabe, para o que se ignora; dos fatos, para as causas; das coisas, para os nomes; das idéas, para as palavras; dos princípios, para as regras” (CALKINS, 1886, p. 03).

Uma das referências essenciais sobre esse método é o manual didático de Calkins, *Lições de Coisas* (1886). Nele o autor expôs os princípios e lições que auxiliariam o professor e os pais

(ensino doméstico dos sentidos) a romper com a execução pura e simples da memória, da imposição de conteúdos e da ênfase na abstração, e exercer como primado os sentidos, afinal, “e’ pelos sentidos que nos advem o conhecimento do mundo material. Os primeiros objetos onde se exercem as nossas faculdades, são as coisas e os phenomenos do mundo exterior” (CALKINS, 1886, p. 16).

O método de ensino dava prioridade à atividade intelectual e buscava romper com a lógica do ensino baseada na repetição e memorização sem nenhuma ligação com os sentidos a partir dos objetos. A compreensão era a de que a comunicação com o mundo exterior se dá pelas sensações, percepções e imaginação. Por isso deve-se cultivar na criança a observação, “[...] ensinando-o igualmente a agrupar as coisas semelhantes entre si. Esses habitos – a lucidez no perceber, a fixidez no attender, o escrúpulo no observar, a promptidão no classificar [...]” serão importantes para noções futuras. (CALKINS, 1886, p. 17).

Buscando instigar a educação intelectual, os colóquios instrutivos com objetos, coisas e fatos de interesse da criança, que partiam do simples para o complexo, baseavam-se no entendimento de que primeiro deveriam vir as coisas, depois os conceitos. O professor deveria induzir os alunos a exercer os cinco sentidos por meio dos objetos (palpáveis ou figuras sobre os mesmos). Vejamos outra lição de Julita Ribeiro, agora sobre verbo e sujeito do verbo:

A noção de verbo e sujeito pode ser dada mui facilmente e ao alcance de qualquer creança. O professor apresentará uma estampa que represente um menino com um feixe de lenha.

- Reparem bem esta figurinha. Que faz o menino?
- O menino carrega um feixe de lenha.
- Então Joanninha, quem é que carrega um feixe de lenha?
- O *menino*.
- Que faz o menino Raul?
- *Carrega* um feixe de lenha.
- E um menino só pode fazer isso?
- Não; um menino pode fazer tanta coisa...
- Bem; vamos dizer mais algumas coisas que um menino póde fazer. Diga lá, Rosinha.
- O *menino* estuda a lição. O *menino* veste calças. O *menino* brinca no pateo, etc. etc.
- Você, Lucia, diga-me o que pode fazer um gatinho.
- O *gatinho* mia.
- O *gatinho* come ratos. [...] (RIBEIRO, 13/02/1922, p. 02).

A professora utiliza inicialmente a figura de um menino segurando um feixe de lenha e induz os alunos por meio da educação do olhar, para que eles observem, descrevam e por fim

compreendam o que é verbo e sujeito do verbo. As palavras em *itálico* foram assim marcadas pela professora a fim de chamar a atenção do leitor para o que é um verbo e qual é o sujeito do verbo.

Em determinados momentos das lições, durante o desenvolvimento (se apresentavam entre parênteses) ou ao final, há instruções ao professor, orientações semelhantes as utilizadas por Calkins no seu manual didático, em que as intitulava de “conselhos ao mestre”. Na lição citada acima, Julita Ribeiro finaliza advertindo: “Todas as frases formadas pelos alunos serão escriptas, para que elles distingam bem o facto o que faz o sujeito (verbo) e a pessoa, animal ou coisa que faz o que o verbo exprime (sujeito)” (RIBEIRO, 13/02/1922, p. 02).

Algumas dessas instruções remetem a preocupação com a necessidade de adequar as atividades as etapas do desenvolvimento da criança, ou seja, o professor deve observar em que momento o aluno se encontra para conduzir as suas aulas. Como afirmou Calkins (1886, p. 05) “cumpre que o preceptor tome o ensino precisamente do ponto onde se acha o alumno ao encetar a vida escolar, e adeante-lhe o espírito passo a passo, de grau em grau de instrução.”. Em determinados momentos Julita Ribeiro indica isso aos leitores.

Na lição *Nomes proprios e communs collectivos*, ela reconheceu que “embora autores de merito incontestavel tratem aqui de substantivos abstractos e concretos, acho, entretanto, que não se devem dar estas noções na classe de 1º grau.” (RIBEIRO, 21/11/1921, p. 01). Após isso, a professora sugeriu que os substantivos abstratos e concretos “serão materia para o 2º ou 3º graus, quando a criança já estiver raciocinando melhor, ou com as idéias, sobre a gene realidade dos substantivos mais desenvolvidas.” (RIBEIRO, 21/11/1921, p. 01). Percebemos aqui a preocupação para que os conteúdos estejam adequados as determinadas fases do desenvolvimento das crianças. Essa prescrição da docente demonstra também que o conteúdo ou a forma dele ser executado na sala de aula sofria adaptações, isto é, os professores usavam as táticas que lhes eram mais adequadas para determinada classe do ensino primário.

Em outra lição, agora sobre sinônimos e antônimos, a professora primária sugere que “sem falarmos em synonymos e antonymos, que são matéria para o 2º e 3º gráus, podemos entretanto, fazer com que os pequenos do 1º grau, exercicios, (somente com palavras no livro de leitura) que servem para facilitar depois o conhecimento de taes assumptos.” (RIBEIRO, 12/12/1921, p. 02). Há uma preocupação com os conteúdos que ainda serão objeto em outros graus. O docente não é impedido de introduzir determinados conhecimentos que favoreçam a apropriação de elementos em situação posterior. Pelo contrário, “determinados exercícios

favorecem “[...] uma certa animação na classe, desenvolvem a memória, o raciocínio das criancinhas, preparando-as desde cedo, para conhecimentos mais amplos.” (RIBEIRO, 12/12/1921, p. 02).

Na citação acima, retirada da lição *Synonymos e Antonymos*, a exposição da docente ao afirmar que determinados exercícios incitam “uma certa animação na classe”, indica um outro elemento relacionado aos princípios fundamentais das *lições de coisas*. Característica da infância, a excitação e a animação era natural e deveria ser incentivada. Ao passo que a animação e a motivação dos alunos são importantes, também é essencial fixar a atenção dos mesmos. Conforme Calkins, “o mais natural e saudável incentivo para obter, entre crianças, a atenção e a aquisição de conhecimentos, é associar a recreação ao ensino” (CALKINS, 1886, p. 02).

Em *Numeração*, lição veiculada em três passos e durante três edições do jornal, Julita utilizou o envolvimento da turma como atributo para incentivar a criatividade, a animação e prender a atenção dos alunos. Vejamos a seguir:

- Quantos lapis tenho na mão?
 - Nenhum lapis.
 - Quantos copos há nesta sala?
 - Nenhum copo.
- (Prossiga o mestre em varias perguntas, que suscitem respostas como as prescedentes).
- Vou fazer no quadrado preto uma figura, um sinalsinho, que mostra que não traçamos nenhum risquinho na pedra, que não há nenhum copo nesta sala, que eu não tenho nenhum lapis, etc. (O professor traçará um zero). O que representa esta figurinha?
 - Nenhum lapis, nenhum risco, etc...[...]
 - Levante um bracinho, Maria.
- Todos mostrem um dêdo, um lapis, uma carteira...Ponha se de pé, Lulú.
- Quantos meninos estão de pé.
- Um menino.
 - Quantos estão sentados? [...]
 - Quantos pés tem uma gallinha?
 - Dois.
 - Quantos braços vocês tem, Lulú?
 - Dois braços. [...]
 - Raul, reparta estes dois lapis por dois meninos. Quantos lapis deu a cada menino?
 - Um lapis. [...]
- (RIBEIRO, 02/03/1922, p. 02).

Envolver a turma com perguntas, respostas e com pequenas situações problemas tornam as aulas mais envolventes e atrativas. As crianças se animam ao acertar as respostas e aos poucos

adquirem mais confiança no que aprenderam e no esforço que fazem para isso. (CALKINS, 1886).

Nos textos da professora há também uma preocupação com os conteúdos que já foram abordados, denotando a importância de estabelecer uma relação entre eles e a sequência dos conteúdos que deveriam ser ensinados. Por exemplo, na lição *Nomes próprios e comuns e collectivos*, ela inicia afirmando: “disse na lição passada que a palavra que designa um ser, tudo que podemos ver, tocar, ouvir, gostar, etc., era substantivo. Passemos agora a estudar como podem ser estes substantivos.” (RIBEIRO, 21/11/1921, p. 01). Durante o desenvolvimento desta lição, a professora ainda destaca entre parênteses que: “o professor terá sempre o cuidado de recapitular as lições passadas”.

Outro conjunto de conteúdos publicados nas lições da docente foi Ciências Naturais. De acordo com Valdemarin (2006, p. 94), “[...] a principal inovação introduzida na educação pré-escolar é o estudo da natureza, ciência considerada particularmente interessante para as crianças, que assume, com o método de ensino intuitivo, a posição de conteúdo escolar central [...]”. As publicações em duas edições do jornal se debruçavam sobre os reinos da natureza e a classificação dos animais.

Já tendes, de certo, caros meninos, passeio em algum sítio, em algum campo e podereis dizer-me o que tendes visto nesse lugares.

- Muita fructa, arvores, passarinhos, um riacho onde lavadeiras costumam lavar roupas, vacas, carneiros, patos a nadar, etc.

- Muitos de vocês já têm passado as férias nas praias e sabereis também dizer-me o que por lá vêem?

- Mar, peixe, marisco, areia.

- Todas as plantas, todos os bichos, as aguas do mar e dos rios, as pedras, os mariscos tudo isso que o homem não é capaz de fazer, forma o que se chama – Natureza. [...]

Hoje a nossa lição é com os corpos da natureza: e aqui estão uma pedra, um gatinho e uma roseira que lhes irão ensinar muita coisa.

O gatinho não é igual a uma pedra, nem a uma roseira, embora todos tres corpos pertençam a Natureza.

O gatinho nasce e a pedra não nasce, o gatinho não pode viver dentro de uma gaveta bem fechada, onde não entre o ar porque elle respira, e a pedra pode estar em qualquer lugar onde o ar não penetre porque ella não respira. O gatinho alimenta-se e a pedra, Maria?

- Eu nunca vi pedra comer.

- Muito bem, e já a viu crescer?

- Não; quem cresce sou eu, é o gatinho, é o pintinho...[...]

- Pois estes corpos da Natureza como o gatinho que nascem, respiram, alimentam se, movem se, andam, crescem, morrem, sentem, são chamados de animaes [...]

- Os corpos da natureza estão, por conseguinte, divididos em tres grandes grupos, a que se chamam – Reinos da Natureza: 1. o reino animal. 2. o reino vegetal. 3. o reino mineral. [...] (RIBEIRO, 30/03/1922, p. 01).

Apesar de extensa, a citação acima é um demonstrativo de como a professora Julita Ribeiro se apropriou do método de ensino para as aulas de ciências. Ela partiu de questionamentos sobre a experiência da criança, circunscrita, portanto, nas coisas que lhes são familiares, para incitar a curiosidade, a percepção, o intelecto. O método intuitivo primava pela utilização de objetos conhecidos pelas crianças como elemento facilitador do processo.

Um dos aspectos desse método é expor o conteúdo das lições fazendo perguntas e respostas com o objetivo de “[...] despertar o interesse da criança por meio de perguntas que propiciem oportunidade para o exercício do julgamento, instruindo pelas próprias coisas e não acerca das coisas” (VALDEMARIN, 2006, p. 101). Isso parte da premissa de que o conhecimento não deve ser apenas transmitido pelo professor, memorizado e copiado pelo aluno.

Ainda queremos destacar que o modo como esses textos foram apresentados no jornal dizem sobre a própria noção de pedagogia que estava a eles imbricados. Entendendo o impresso como suporte material de modelos pedagógicos, Marta Carvalho ao analisar manuais didáticos e revistas pedagógicas, estabeleceu categorias para pensar os modelos e saberes vinculados nesses impressos destinados aos professores. Uma delas refere-se as prescrições que eram pautadas numa concepção específica de pedagogia moderna, aquela relacionada a uma pedagogia prática. A produção de visibilidade das práticas consideradas exemplares, era uma estratégia para reproduzir um modelo escolar que entendia que *ensinar a ensinar* era fornecer bons moldes. Na configuração material do impresso, ele foi denominado de modelo *caixa de utensílios*. (CARVALHO; TOLEDO, 2015).

[...] ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a *arte* de aprender formaliza-se como exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados. Essa pedagogia como *arte* confere aos impressos de uso escolar um papel e um lugar específicos. Como *artes de saber-fazer-com*, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte. As práticas que se formalizam nos usos desses materiais guardam forte relação com uma pedagogia em que tal *arte* é prescrita como boa imitação de um modelo. Os incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica. (CARVALHO, 2001, p. 142).

Essas seções foram mais um conjunto de prescrições práticas do que textos que se propuseram a pensar a teoria. Se configuravam como um “[...] repertório de regras comuns, simplificadas, que podem ser entendidas, memorizadas e repetidas por todos os leitores de modo a participarem [...] das inovações pretendidas.” (VALDEMARIM, 2006, p. 21).

Com o entendimento de que para *ensinar a aprender* era necessário *ter visto fazer* (CARVALHO, 2001), esta seção do jornal fornecia lições de conteúdos variados como modelos para influenciar as práticas dos professores leitores. Ainda no conjunto de textos baseados na pedagogia como *arte de ensinar*, outra seção do jornal *O Educador* apresentou material para os professores utilizarem em sala de aula. Sem qualquer explicação ou discussão sobre a teoria, a seção *Pagina Infantil* publicou literatura infantil.

Tabela 5- Edição, título e autoria dos textos da seção Pagina Infantil do Jornal O Educador

Edição	Título	Autor
Nº 2 – 07/11/1921	O urubu e o gavião	Germano Garatuja
Nº 3 – 14/11/1921	O urubu e o gavião	Germano Garatuja
Nº 4 – 21/11/1921	A solidariedade	Sem autoria
Nº 18 – 23/03/1922	O gato e a raposa	Monteiro Lobato
Nº 19 – 30/03/1922	O sapo no CEO	V Correa e João do Rio
Nº 22 – 27/04/1922	O cão e o lobo	Sem autoria
Nº 26 – 11/05/1922	Os dois burrinhos	Monteiro Lobato
Nº 28 – 01/06/1922	Os dois pombinhos	Monteiro Lobato
Nº 33 – 07/06/1922	A cigarra e a formiga	Monteiro Lobato
Nº 34 – 13/06/1922	A cigarra e a formiga	Monteiro Lobato

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Todos os textos pertencem ao gênero fábula. Estas breves narrativas que tomam os animais como personagens centrais criticam o comportamento humano por meio de determinadas atitudes dos mesmos. Burro, formiga, cigarra, pombo, abelha, leão, rato, veado são exemplos de animais utilizados nessas histórias. De um modo geral esses animais apresentam comportamentos que ao final do texto servem para incutir algum ensinamento. A fábula *A cigarra e a formiga*, de Esopo, recontada por Jean de La Fontaine e posteriormente por tantos outros autores, como Monteiro Lobato, sofreu alterações ao longo do tempo, e a moral da história foi modificada conforme as intenções de cada autor e utilizada para os mais variados fins. Esta fábula foi veiculada no livro *Fábulas* (1921) do referido autor brasileiro, cuja moral da história foi:

[...] Resultado: a cigarra ali morreu, entaguidinha; e quando regressou a primavera, o mundo apresentava um aspecto mais triste. E’ que faltava na

symphonia das cousas a nota estridente daquela cigarra morta em consequencia da avareza da formiga. No entanto, se a usuraria morresse, ninguém daria pela falta della! Os artistas – poetas, pintores, musicos – são as cigarras da humanidade. (LOBATO, 13/06/1922, p. 02).

Esses textos provavelmente foram veiculados para servirem de material de uso nas lições, em especial de estudo da língua e da educação moral. Acreditamos que uma das atividades escolares após a leitura e entendimento das fábulas, era tentar escrever narrativas que tivessem ao final uma moral. Foi essa a intenção da *Secção Infantil*. Esta seção teve curto período e foi publicada em apenas duas edições. Diferente da *Pagina Infantil*, ela circulou textos escritos por um aluno do Grupo Escolar Thomás Mindello. Accacio Patricio de Albuquerque assinou os dois textos – *Na praia* (edição nº 7) e *O castigo de um teimoso* (edição nº 12). Talvez o seu propósito também tenha sido publicar os trabalhos dos alunos nesse jornal pedagógico. No entanto, circulou apenas em duas edições.

O Educador veiculou elementos na *Secção Pedagogica*, que pouco mais adiante seria chamado de velho e obsoleto. Afirmar isso não diminui a importância desse periódico, tampouco o restringe e classifica como pertencente a matriz teórica empirista e ao método de ensino intuitivo. Esse jornal, escrito por vários professores, médicos e políticos, apresentou uma seleção de textos variadíssima, que mescla concepções diversas imersas em estratégias e circunscritas em táticas. Podemos afirmar que os elementos da Escola Nova também estavam presentes no jornal, embora não denominados como tal. *O Educador* veiculou a modernidade pedagógica daquele momento.

O repertório de renovação escolar, sob o discurso do novo, alterou os sentidos e trouxe à tona uma outra concepção sobre o conhecimento e outros processos de ensino. Dos sentidos à experiência, da observação das coisas à experimentação, essas mudanças remodelaram a formação de professores em várias esferas e, inclusive, modificou o material veiculado na imprensa pedagógica. Pensar sobre essas alterações faz parte do objetivo do próximo capítulo. A *Revista do Ensino*, subvencionada pelo estado, buscou operar essas mudanças e na Paraíba representou um espaço de formação de professores a partir do discurso de uma escola renovada. Compreender as nuances implicadas nessa renovação, foi um dos nossos objetivos.



4 NOVOS RUMOS À EDUCAÇÃO PARAIBANA: A REVISTA DO ENSINO (1932-1942)

Após a institucionalização do regime republicano, algumas revistas tiveram uma acentuada repercussão e se proliferaram pelo Brasil. Numa breve catalogação: *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Paulista do Estado de São Paulo* (1902-1918), *Revista do Ensino do Pará* (1911), *Revista Pedagógica* (1919) do Ceará, *Revista do Ensino de Alagoas* (1920-1929/ 1930-1939), *Revista Pedagogium* do Rio Grande do Norte (1921-1925), *Revista do Ensino de Minas Gerais* (1925-1940/ 1946-1971), *Revista de Educação* de São Paulo (1929-1945); *Revista Escola Nova* (1930-1931) de São Paulo, *Revista do Ensino da Paraíba* (1932-1942), *Revista de Educação do Espírito Santo* (1934-1937), *Revista Educação* (1936-1937) de Santa Catarina, *Revista do Ensino do estado do Rio Grande do Sul* (1939-1942). Os professores católicos também movimentaram a imprensa pedagógica e fundaram, por exemplo, o *Boletim da Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal* (1932-1933) e a *Revista Brasileira de Pedagogia, publicação mensal da CCBE* (Confederação Católica Brasileira de Educação) de 1934 a 1938.

A *Revista do Ensino* da Paraíba, como parte dessa movimentação nacional, foi um periódico educacional criado em 1932, como iniciativa da Diretoria do Ensino Primário do estado da Paraíba. Direcionada aos professores, a revista foi uma estratégia de fazer circular informações referentes a essa diretoria, ideias pedagógicas e de formar os docentes. O que fica constatado quando observamos os sujeitos que escreveram na revista, isto é, eram intelectuais, em sua maioria professores que escreviam para o próprio grupo profissional. Eles eram os agentes e destinatários diretos do conhecimento pedagógico que se queria produzir e circular, este atrelado ao movimento renovador que se desenvolveu mais fortemente nas décadas de 1920 e 1930.

A produção do discurso pedagógico elaborado pelos sujeitos que organizaram e participaram desta revista está acompanhada do contexto e das condições de produção desse periódico, e, sendo este um impresso pedagógico oficial, a revista fazia parte do conjunto de políticas educacionais propostas para a Paraíba. O objetivo deste capítulo foi analisar o ciclo de vida desse impresso (produção, formato, circulação, estratégias editoriais, periodicidade, conteúdos, mudanças, discursos) e aspectos da sociabilidade dos sujeitos que nela escreviam e participaram, com vista a nos oferecer subsídios para a análise de quais os *conselhos e instruções a ti, professor*, foram prescritos nesse espaço de atuação e de formação docente.

4.1 Ciclo de vida de um impresso pedagógico: características gerais

Nos últimos anos esse periódico tem sido revisitado por alguns pesquisadores, conforme já demonstramos em outro momento deste trabalho. Em especial destacamos duas dissertações, apresentadas no PPGE/UFPB, por terem se debruçado especificamente a este material. São os trabalhos de Assunção (2016) e Lucena⁹⁰ (2016). A primeira analisou a revista a partir das representações relacionadas ao ensino de história, conforme as orientações para uma escola nova, e a segunda, aprofundou a análise nas publicações sobre a infância presentes nos artigos publicados. É importante destacar essas produções pois ambas destinaram espaço em seus respectivos textos, para a apresentação e discussão relacionada a alguns aspectos da materialidade das revistas.

De 2012 a 2015 o projeto de pesquisa *A Revista do Ensino (1932-1942), veículo da imprensa pedagógica na Paraíba*, coordenado pela professora Melânia Mendonça Rodrigues, da Universidade Federal de Campina Grande, se debruçou sobre esse periódico e produziu alguns materiais, principalmente artigos para eventos acadêmicos da área. (RODRIGUES, 2015; LIMA; SILVA; AZEVEDO, 2016; RODRIGUES; SILVA, 2016; SILVA; RODRIGUES, 2016).

Recentemente também foi lançado um livro – *A imprensa pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transacional* (2018), organizado pelos professores Gondra e Nery, em que a professora Fabiana Sena (PPGE/UFPB) discutiu no capítulo *A escrita de professores na Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942) como um projeto de nação*, aspectos da produção escrita dos docentes nesse periódico, entendendo-o como discurso inserido no projeto de nação do século XX, o que demonstra o interesse recente dos pesquisadores⁹¹ da área sobre essa revista que suscitou nossa atenção por ter sido o impresso pedagógico desse gênero que circulou por mais tempo no estado e funcionou como veículo de formação de professores.

⁹⁰ Outras produções da autora sobre esse periódico são: AZEVEDO, M. S.; SOUSA, P. T. A. ; RODRIGUES, M. M. Impressos na história da educação: Revista do Ensino na Paraíba (1932-1942). In: V Encontro Marenhense de História da Educação, 2012, São Luís/MA. Patrimônio cultural em rituais, gestos e objetos escolares na história da educação, 2012; AZEVEDO, M. S.; QUEIROGA, M. S. N. Discurso sobre infância no impresso paraibano Revista do Ensino (1932-1942). In: I Congresso Nacional de Educação, 2014c, Campina Grande, 2014; AZEVEDO, M. S. Contribuições para a historiografia da educação paraibana: Uma leitura sobre a infância na Revista do Ensino (1932-1934). In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015, Maringá-PR. Matrizes Interpretativas e Internacionalização, 2015.

⁹¹ Outro texto que apresentou dados sobre a revista foi produzido pelos pesquisadores: BURITY, Luiz Mário Dantas; SILVA, Shirley Targino. “As tuas horas de lazer, emprega-as no estudo”: a imprensa pedagógica enquanto suporte para a cultura educacional paraibana (1930-1945). *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, v. 4, n. 7, p. 04-19. 2017.

Ainda que o cotejamento desse material já tenha sido objeto ou fonte de alguns trabalhos, consideramos que foi necessário aprofundar essa análise pois cada interpretação é única e desvela elementos antes não investigados. Dito isto, passamos a nos debruçar sobre as revistas.

A Reforma da Instrução Primária da Parahyba, oficializada pelo decreto 873, de 21 de dezembro de 1917, no governo de Camillo de Hollanda, sinalizou que o estado fizesse assinatura de revistas pedagógicas publicadas no Brasil ou no exterior. A intenção era de que “[...] § Unico – As principais idéas e inovações uteis encontradas nestas revistas serão divulgadas por intermedio da *Revista Pedagogica official*” (PARAHYBA, 1917, art. 306). Além disso, pode-se perceber que há uma indicação para a criação de uma revista pedagógica oficial do estado nos artigos seguintes:

Art. 307. Todos os avisos, informações, instruccões sobre o proveitoso funcionamento das escolas publicas serão transmitidos aos funcçionarios do ensino por meio de uma revista. Art. 308. A *Revista Pedagogica official* será distribuida, gratuitamente, pelos funcçionarios do ensino publico. (PARAHYBA, 1917, página).

Esse periódico foi criado pelo decreto nº 287, de 18 de maio de 1932 – um mês após a publicação do seu primeiro número – abril de 1932, como iniciativa do Departamento de Educação do estado, e se apresentava como órgão da diretoria do ensino primário. Circulou 15 exemplares⁹² em 18 números publicados, conforme o quadro a seguir:

Tabela 6 – Ano da Revista, número, mês, ano de publicação e direção do ensino

Ano I, nº 1, Abril de 1932	José Batista de Melo
Ano I, nº 2, Julho de 1932	José Batista de Melo
Ano I, nº 3, Setembro de 1932	José Batista de Melo
Ano II, nº 4 e 5, Março de 1933	José Batista de Melo
Ano II, nº 6 e 7, Setembro de 1933	José Batista de Melo
Ano III, nº 8 e 9, Março de 1934	José Batista de Melo
Ano III, nº 10, Julho de 1934	José Batista de Melo
Ano III, nº 11, Dezembro de 1934	José Batista de Melo
Ano IV, nº 12, Maio de 1936	Pedro Anísio Bezerra Dantas Débora Duarte

⁹² Os números 4-5 e 6-7 referentes aos anos de 1933 foram publicados em dois exemplares, e os números 8-9, de 1934, foram publicados em único exemplar.

Ano IV, nº 13, Setembro de 1936	Pedro Anísio Bezerra Dantas Débora Duarte
Ano IV, nº 14, Dezembro de 1936	Pedro Anísio Bezerra Dantas Débora Duarte
Ano V, nº 15, Dezembro de 1937	Pedro Anísio Bezerra Dantas Débora Duarte
Ano VI, nº 16, Agosto de 1938	Mateus Augusto de Oliveira
Ano X, nº 17, Abril de 1942	Pedro Calheiros Bonfim
Ano X, nº 18, Maio, Junho e Julho de 1942	Pedro Calheiros Bonfim

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A *Revista do Ensino* ficou nos três primeiros anos de circulação sob a direção do professor e Diretor do Ensino Primário do estado a época, José Baptista de Mello, considerado um dos principais articuladores do movimento da Escola Nova na Paraíba. Após um ano sem publicações, a partir da edição nº 12, de maio de 1936, a revista passou a ser dirigida pelo Monsenhor Pedro Anísio e teve como secretária a professora Débora Duarte. A partir da edição nº 16, de agosto de 1938, a revista foi conduzida por Mateus Augusto de Oliveira, que na época era o diretor do Liceu paraibano. Meses depois, em abril de 1942, a revista mudou novamente de direção. Agora com a organização de Pedro Calheiros Bonfim as suas últimas edições, sob a égide de outro governo do estado – Rui Carneiro, encerraram o ciclo de vida desse impresso. As mudanças na revista, no tocante à materialidade e finalidades, decorrente dessas modificações na administração da mesma, serão investigadas em momento posterior.

Esse impresso pedagógico oficial do estado da Paraíba funcionou como um dispositivo que veiculou preceitos pedagógicos – métodos, teorias, instruções, planos e normativas oficiais ligadas a administração pública – leis, decretos, nomeações, exonerações, admissões, licenças, estatísticas. Funcionou como instrumento de conformação do campo pedagógico que se desejava formar, e não foi um simples veículo para as mudanças, mas ela mesma foi agente da configuração dos saberes pedagógicos que se desejava produzir e disseminar na educação paraibana. Enquanto agente, ela também serviu aos propósitos ligados a propaganda do grupo que estava no poder. Foi uma espécie de diário oficial dos atos do estado ligados a educação e veículo propaganda dos feitos do governo em prol do progresso da Paraíba.

O decreto de criação do periódico, composto por dez artigos, instituiu a periodicidade da revista em publicações trimestrais produzidas pela Imprensa Oficial. As suas edições foram publicadas de modo irregular e não obedeceram a essa periodicidade. Em 1932 foram 3 números em 3 exemplares, com intervalo de 3 meses e 2 meses; em 1933 publicaram 4 números em 2 exemplares, com intervalo de 6 meses entre eles; em 1934 também foram veiculados 4 números em 3 exemplares, com intervalos de 4 e 5 meses; em 1935 nenhum número foi publicado; em 1936 circularam 3 números em 3 exemplares, num intervalo de 4 e 3 meses; em 1937 um número e 1 exemplar, assim como em 1938; durante os anos de 1939, 1940 e 1941, nenhuma edição foi publicada; e finalmente em 1942 houve a publicação das duas últimas edições em dois exemplares separados por um intervalo de 1 mês entre eles.

A periodicidade irregular da revista, pelo menos até abril de 1934, foi explicada por José Baptista de Mello em relatório apresentado ao secretário do interior e segurança pública: “infelizmente não tem sido possível uma perfeita regularidade quanto à sua publicação. Editada nas oficinas da “Imprensa Oficial” – vez por outra, tem saído em atraso, graças ao acúmulo de serviços públicos que ali são executados.” (MELLO, 1934, p. 08). Ao longo do texto buscamos inferir possíveis explicações sobre os intervalos entre as edições.

A *Revista do Ensino* teve 4 grupos que administraram o periódico. É possível observar que a periodicidade da mesma – assim como algumas outras características, está relacionada as mudanças ocasionadas pelas diferentes direções. De 1932 a 1934, sob a direção de José Baptista de Mello, publicou 11 edições; em 1936, Pedro Anísio Bezerra Dantas e Débora Duarte, fizeram circular 4 edições; entre 1937 e 1938, Mateus Augusto de Oliveira publicou 1 edição, e por fim, em 1942, Pedro Calheiros Bonfim, lançou 2 números. Foi durante a direção do primeiro grupo que a revista teve uma maior produção em termos de edições. A quantidade de edições está, portanto, também relacionada ao grupo, finalidades e prioridades destinadas a um impresso pedagógico na Paraíba daquele período. As razões que levaram a revista a ter essa instabilidade na frequência das edições talvez possam ser pensadas a partir das prioridades que os governos destinaram a ela, as mudanças de governos, os conflitos e disputas em torno do campo pedagógico e a falta de recursos financeiros para produzir o periódico.

Sobre a subvenção da revista, para suprir as despesas de expediente e publicações, o decreto de criação estabeleceu que deveria ser feito trimestralmente um adiantamento de duzentos mil réis ao diretor do ensino primário ou a um funcionário por este designado, e só seria feito outro adiantamento após a demonstração das despesas do trimestre anterior. Anualmente,

depois de realizada a contabilidade do movimento financeiro da revista, e desse balanço resultar algum saldo, esse seria revertido a *Sociedade de Professores*, assim estabelece o decreto.

O formato do periódico era 19 cm x 12 cm de altura, próximo ao que geralmente são impressos os livros. No tocante a tiragem, está relacionada a quantidade de exemplares impressos/ colocados à venda em determinada edição. Ela nos ajuda a inferir sobre a quantidade de possíveis leitores atingidos pela revista ou aos leitores que poderia alcançar. Assunção (2015) publicizou a tiragem de algumas edições da revista ao longo do seu ciclo de vida, mas ao trabalhar com essas tiragens é preciso levar em consideração que o número que aparece nas capas não corresponde necessariamente ao número de exemplares produzidos e colocados à venda.

Na *Revista do Ensino* da Paraíba, esse número revela o número/série do exemplar específico e não da quantidade total da produção daquela edição. Identificamos essa distinção ao comparar exemplares diferentes de algumas edições. Os números/séries que aparecerem nas capas, mudam. Dito isto, precisamos esclarecer que nos exemplares das edições consultadas e tomadas como fonte nessa pesquisa, a tiragem das edições foi a seguinte: abril de 1932 – 471, julho de 1932 – 884, setembro de 1932 – 1434, março de 1933 – 719, setembro de 1933 – 1273 (em outro exemplar consultado aparece 1273), março de 1934 – 536 (em outro exemplar consultado aparece 1.034), julho de 1934 – 536 (em outro exemplar consultado aparece 1834). A partir da revista nº 11, de dezembro de 1934, a informação sobre a tiragem desaparece. A quantidade de exemplares parece ter aumentado ao longo das edições, conforme observado nos dados acima, e conseqüentemente, ter circulado em mais lugares e sido lida por mais professores.

O decreto de criação apontou a obrigatoriedade da assinatura a todos os funcionários do magistério primário, havendo estes de contribuir por ano com a quantia de seis mil réis, valor que poderia ser pago em duas prestações. Semestralmente seriam descontados automaticamente na folha de pagamento três mil réis, e apenas não seria descontada a assinatura das revistas aos funcionários que fossem temporários. Percebe-se que a provisão de que “art. 308. A Revista Pedagógica oficial será distribuída, gratuitamente, pelos funcionarios do ensino publico. (PARAHYBA, 1917)”, não foi estabelecida. Sem dúvida, essa obrigatoriedade foi uma estratégia, uma forma de fazer com que eles comprassem e lessem o impresso, e mantivessem financeiramente a revista, visto que esta, pelo menos do ponto de vista oficial, não recebia proventos particulares, mas era subsidiada pelo estado.

O decreto ainda estabeleceu que o dinheiro referente à venda avulsa dos exemplares da revista e os anúncios nelas publicados seriam recolhidos trimestralmente pela Diretoria do

Ensino. Sobre os anúncios, cabe ressaltar que não foram veiculados em nenhuma edição. O valor da venda avulsa do impresso não foi determinado no seu decreto de criação, e a partir do ano IV, edição nº 12, de maio de 1936, não apresentou mais no verso da revista o seu valor, escrito num pequeno retângulo: 6\$000 para a assinatura anual e 2\$000 para a venda avulsa⁹³. Assim, não sabemos se a partir desta edição até o fim da circulação, houve mudanças no valor de compra avulsa ou da assinatura da revista, ou mesmo se continuou o sistema de assinaturas. Pelo menos até 1934 a revista era “[...] distribuída por todos os professores, mediante modica assinatura.” (MELLO, 1934, p. 08).

Não há menção sobre os locais de revenda, mas é possível que ela pudesse ser adquirida na própria imprensa oficial. Inferimos que as revistas chegavam as escolas por meio dos inspetores do ensino, uma vez que a fiscalização técnica era um serviço da diretoria do ensino primário, que a organizou em zonas escolares para melhor administrar a instrução pública do estado. O quadro dos técnicos vinculados às respectivas zonas, são apresentados nas revistas. Alguns desses inspetores, que eram indicados pelo diretor do ensino primário, que também era diretor da revista, estabelecendo aqui elo de ligação nas redes de sociabilidade formadas, escreviam no periódico.

Elaboramos abaixo um quadro com os inspetores do ensino da Paraíba de 1932 a 1942. A atividade desses sujeitos se organizavam em torno de zonas escolares. Cada zona agregava um conjunto de municípios. Não identificamos no quadro a seguir quais cidades abrangiam cada uma das zonas, pois a distribuição/ organização sofreu constantes modificações por meio de decretos. Essa distribuição fazia parte da organização do trabalho pedagógico, da fiscalização desse trabalho e do controle do aparelho estatal para com a educação dos paraibanos. Muitas demandas chegavam à diretoria por meio desses sujeitos e chegavam às escolas pela mediação deles. A revista é exemplo disso.

⁹³ Segundo Biccás (2008), em período próximo – 1935, uma outra revista de importante circulação, a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, vendia o exemplar avulso também a 2\$000. No entanto, o valor da assinatura anual daquela era 24\$000, preço superior a assinatura anual do impresso paraibano, que era 6\$000.

Quadro 6 - Inspetores técnicos do ensino na Paraíba

1932	1ª zona escolar – Prof. João Baptista Leite de Araujo 2ª zona escolar – Prof. Francisco Lucas de Souza Rangel 3ª zona escolar – Prof. Mario Gomes Pereira de Souza 4ª zona escolar – Prof. Leonidas Leonel da Silva Santiago 5ª zona escolar – Prof. Francisco Salles d’Albuquerque 6ª zona escolar – Prof. Manuel Vianna Junior
1933	1ª zona escolar – Prof. Costa 2ª zona escolar – Prof. Leonidas Santiago 3ª zona escolar – Prof. Manuel Vianna Junior 4ª zona escolar – Prof. João Baptista Leite 5ª zona escolar – Prof. Francisco Lucas de Sousa Rangel 6ª zona escolar – Prof. Mario Gomes Pereira de Sousa.
1934	1ª zona escolar – Prof. Costa 2ª zona escolar – Prof. Mario Gomes Pereira de Sousa. 3ª zona escolar – Prof. Francisco Lucas de Sousa Rangel 4ª zona escolar – Prof. Manuel Vianna Junior 5ª zona escolar – Prof. Pedro Leão F. de Mélo 6ª zona escolar – Prof. Leonidas da S. Santiago
1936 ⁹⁴	Prof. Manuel Vianna Junior Prof. Francisco Lucas de Sousa Rangel Prof. Jose Baptista de Mello Prof. José Soares de Carvalho Prof. Debora das Neves Soares Duarte Prof. Julita de Vasconcellos Prof. José Bento de Moraes Prof. Francelino de Alencar Neves
1942	1ª zona: Prof. Francelino Neves, Profª Débora das Neves Duarte e Profª Julita Vasconcelos 2ª zona: Prof. Fenelon Pinheiro da Camara 3ª zona: Prof. Pedro Jorge de Carvalho 4ª zona: Prof. Manuel Viana Junior 5ª zona: Prof. Rubens Henriques Filgueiras 6ª zona: Prof. Antonio Antônio Ribeiro 7ª zona: Prof. Heroisio do Nascimento 8ª zona: Prof. José Bento de Moraes

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

⁹⁴ A *Revista do Ensino*, edição nº 14, não apresentou as respectivas zonas escolares destes professores.

Sobre a circulação desse periódico em outros estados, tivemos o indício de que ele também chegava por meio da divulgação do próprio departamento de educação, que enviava exemplar para outro estado. Na edição nº 13, na *Secção de Correpondencia*, um comunicado do Ministério da Educação e Saúde Pública foi publicado na revista. Nele, o órgão federal, na figura de Teixeira de Freitas, agradeceu o envio de exemplares: “de posse de dois exemplares do n. 12, anno IV, da Revista do Ensino, encaminhados á bibliotheca deste Ministerio, venho agradecer a remessa e apresentar a V. Revma. as minhas congratulações pela nova phase [...]” e parabenizou a direção da revista por fazer circular as notícias relacionadas à movimentação nacional e estrangeira. Possivelmente, pelas redes estabelecidas, a revista pode ter circulado em outros estados.

A maioria dos textos da revista tinha a autoria identificada e os seus artigos não eram em sua totalidade exclusivos para o periódico. Prioritariamente publicavam professores, mas a revista também veiculou alguns textos de médicos. Os profissionais dessa área que escreveram na revista foram: Severino Patricio, exercendo o cargo de inspetor médico escolar, A. C. Miranda Henriques, na função de dentista escolar, e Seixas Maia como médico escolar.

Ao todo 75 autores apresentaram textos, ao menos uma vez na *Revista do Ensino*, e dentro desse conjunto, 32 eram mulheres professoras. Os colaboradores eram, prioritariamente, professores que exerciam naquele momento cargos vinculados à administração pública e faziam parte do grupo de profissionais engajados em suas esferas de atuação. Em ordem decrescente, Pedro Anísio, Mario Gomes, Alice Monteiro, Severino Patricio (médico), Manuel Florentino, Julita Vasconcellos, America Monteiro, José Baptista de Mello, Matheus de Oliveira, Ezilda Milanez e Debora Duarte foram os mais assíduos. Elaboramos um quadro com os autores que mais publicaram nas 18 edições, e os seus respectivos textos, disponível nos apêndices.

Percebemos que não havia espaço na revista para a seleção de textos dos profissionais do magistério de um modo mais amplo, exceto na edição 17, no último ano da revista, quando na seção de apresentação os editores destacaram: “E’ preciso, porem, que os senhores professores façam das paginas da “Revista do Ensino” a sua leitura habitual e remetam, regularmente, as suas colaborações afim de que sejam publicadas no órgão do Departamento de Educação”. (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17, p. 5). Em vários textos ao longo da sua circulação, os autores iniciavam os seus artigos agradecendo a direção da revista pelo convite para contribuir com a mesma, fato que nos leva a pensar que para escrever naquele órgão oficial seria necessária uma solicitação do seu trabalho pela diretoria da revista.

Mais uma forma de ter o seu texto publicado se refere à participação de alguns sujeitos em atividades do próprio departamento, a exemplo das semanas pedagógicas. Vários autores tiveram artigos publicados em função de palestras proferidas nesse evento. Outra maneira era fazer parte dos interesses da direção da revista, que veiculava textos de outras revistas, de livros sobre pedagogia e de relatórios vinculados à gerência da instrução primária do estado. Muitos dos trabalhos selecionados ou encomendados eram de professores que transitavam no mesmo círculo dos diretores do periódico. As redes se conectavam em torno das afinidades políticas, professorais e ideológicas.

Para termos uma visão geral do conjunto de aspectos que compõem a *Revista do Ensino* durante os seus 10 anos de circulação, e tendo em vista que ela teve várias alterações ao longo do período que circulou, apresentamos abaixo um quadro com os principais aspectos materiais da revista (adições/ano, capa, sumário, cores, páginas, artigos, fotografias e figuras⁹⁵).

Tabela 7– Aspectos gerais da materialidade da *Revista do Ensino* (1932-1942)

Edição/ano	capa	Sumário	Cores	Número de páginas	Número de artigos	Número de fotografias	Número de Figuras
1, abril de 1932	Sim	Sim	2	92	24	7	0
2, julho de 1932	Sim	Sim	1	149	19	4	0
3, setembro de 1932	Sim	Sim	1	70	12	8	0
4 e 5, março de 1933	Sim	Sim	2	54	11	0	0
6 e 7, setembro de 1933	Sim	Sim	2	89	17	11	0
8 e 9, março de 1934	Sim	Não	1	89	17	2	0
10, julho de 1934	Sim	Não	1	66	12	2	1
11, dezembro de 1934	Sim	Sim	1	70	9	12	0
12, maio de 1936	Sim	Sim	2	68	14	8	2
13, setembro de 1936	Sim	Sim	2	118	19	2	17

⁹⁵ As figuras compreendem ilustrações, fotografias, gráficos, mapas, desenhos, plantas e gravuras. Embora saibamos que as fotografias são também figuras, optamos por catalogá-las separadamente, tendo em vista a maior quantidade das mesmas durante o ciclo desse impresso.

14, dezembro de 1936	Sim	Sim	2	166	33	10	7
15, dezembro de 1937	Sim	Sim	1	137	24	4	4
16, agosto de 1938	Sim	Sim	2	79	19	0	4
17, abril de 1942	Sim	Sim	2	56	19	1	0
18, maio/junho/julho de 1942	Sim	Sim	2	121	17	1	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Durante o ciclo de vida deste impresso, algumas modificações merecem destaque: capa, cores, artigos, fotografias e figuras. Sobre a circulação destas últimas, consideradas como textos não verbais, algumas observações são pertinentes. Ao longo das edições é possível perceber que a frequência desses materiais oscilou bastante. As edições 6 e 7, e a 11, foram as que mais veicularam fotografias, e a 13 a que mais publicou ilustrações. Nas últimas quatro edições percebe-se que já não havia uma preocupação por inseri-los, diminuindo drasticamente a inserção. Essa diminuição coincide com algumas transformações – conteúdo e estratégias, as quais o periódico passou. Este que especialmente nas últimas edições apresentou um caráter mais técnico e burocrático.

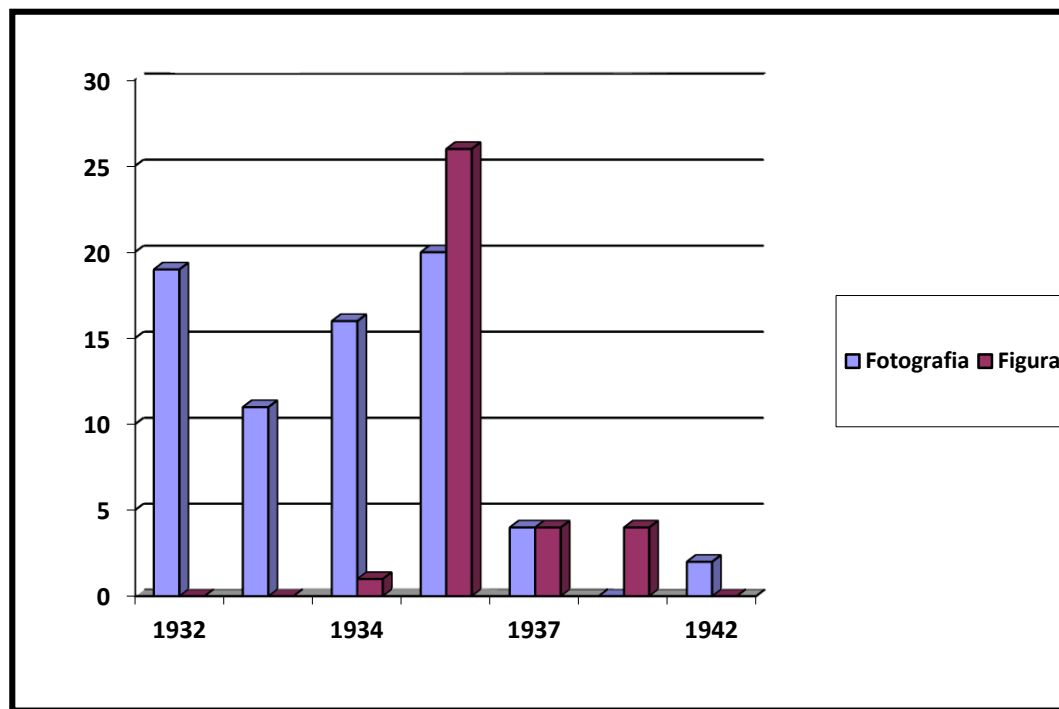
As 72 fotografias presentes nas edições da revista podem ser pensadas em alguns blocos de imagens mais recorrentes: a) prédios escolares (instalações e fachadas, corpo docente e discente) – 12 de Jardim de Infância, 1 Escola Normal e 24 de Grupos Escolares; b) imagens de sujeitos (em geral professores e políticos homenageados) – 23; c) semana pedagógica (conjunto de docentes, visitas de professores a fábricas durante o evento) - 8; d) Visitas de alunas da escola normal a campos agrícolas - 3 e, por fim, uma fotografia que destoa dos blocos anteriores: e) trabalho⁹⁶ em cerâmica - 1.

Já no conjunto das 35 figuras publicadas, percebemos que começam a aparecer na edição 10, e podem ser agrupadas em: gráficos de estatísticas educacionais - 15; Desenhos de mapas das zonas escolares e de característica dos municípios - 9; mapa do descobrimento do Brasil – 1;

⁹⁶ Na edição nº 13, de setembro de 1936, a revista apresentou uma fotografia no artigo Motivos Marajoara, de peças em cerâmica produzidas pelo professor de artes Euclides Fonsêca, que requeria nesse texto mudança nos programas de ensino do estado, de forma a inserir o ensino do desenho em geral voltado a brasilidade e regionalidade do povo. Oferecia os seus serviços para esse intento.

desenhos de prédios escolares - 3; desenhos de movimentos de ginástica – 2; organograma do departamento – 1; projeto/ planta - 2, motivos indígenas – 1; quadro com dados estatísticos - 1.

Figura 13 - Gráfico - Fotografias e Figuras da *Revista do Ensino* (1932-1942)



Fonte: Dados extraídos da análise das edições da *Revista do Ensino*.

As fotografias e figuras fizeram parte da composição gráfica, textual e de sentidos da revista. Negamos aqui a neutralidade desses elementos. As 75 fotografias e as 35 figuras foram recursos que tinham estratégias definidas. O impresso foi veículo de propaganda governamental, e exaltou, portanto, os seus feitos no setor educacional. O maior bloco de imagens demonstra isso. Os grupos escolares, prédios modelos de instituições educacionais, foram os mais recorrentes. Sob anúncios de melhoramentos em suas instalações, de inauguração ou apresentação do seu corpo de renomados docentes e de discentes, eles foram intencionalmente apresentados. Demonstrar o investimento na educação por meio desses monumentos representava um ato majestoso do governo e precisava ser propagandeado. Era o seu legado que estava sendo construído.

Figura 14 – Grupo Escolar Gama e Mello



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 2, 1932.

Figura 15 – Grupo Escolar Eptácio Pessoa



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 15, 1937.

Figura 16 – Corpo docente do Grupo Escolar Thomas Mindello



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 3, 1932.

Figura 17 – Inauguração do Grupo Escolar Irineo Joffily



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 2, 1932.

Atrelado a essa categoria de prédios escolares modernos, também marcaram a revista fotografias do Jardim de Infância, mostrando, por exemplo, uma aula ao ar livre, ou mesmo o concurso de robustes realizado. Os editores sabiam tanto que esse recurso era importante, que na edição 6 e 7, de setembro de 1933, apresentaram fotografias de estabelecimentos de ensino ao longo de toda a revista e nos espaços em que apareciam não tinham relação direta com o conteúdo do texto mais próximo. A cada aparição, junto a fotografia, apresentou o título “Os nossos estabelecimentos de Ensino”. Foi realizada uma propaganda das realizações do departamento em conjunto com a modernidade de ensino que se encaixava com os pressupostos dos editores, uma vez, por exemplo, que não foi à toa a fotografia de inauguração do gabinete dentário, de aulas ao ar livre nos jardins de infância, de uma aula de trabalhos manuais, ou mesmo de uma aula de ginástica em grupos escolares. Essa foi uma forma de dizer que estava acontecendo a renovação educacional nos *nossos estabelecimentos de ensino*: aqui havia melhoramentos no setor da higiene, com a criação de gabinete dentário e cuidado com o corpo com a prática de ginástica, as alunas faziam trabalhos manuais nos grupos e as crianças aprendiam ao ar livre no jardim de infância. A proposta possivelmente era também demonstrar aos professores, pelo exemplo, como deveriam ser o funcionamento e as práticas para renovar a educação nos estabelecimentos de ensino do estado.

Figura 18 – Gabinete dentário do Grupo Escolar Epitácio Pessoa



Fonte: Revista do Ensino, nº 6 e 7, 1933.

Figura 19 – Aula ao ar livre no Jardim de Infância



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 6 e 7, 1933.

Figura 20 – Aula de trabalhos manuais do Grupo Escolar Epitácio Pessoa



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 6 e 7, 1933.

Figura 21 – Aula de ginástica do Grupo Escolar Epitácio Pessoa



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 6 e 7, 1933.

Algumas edições, em especial, articularam as imagens ao número temático que fora publicado. A revista nº 11, de 1934, com o título *Nova orientação Pedagógica*, apresentou que essa edição seria um “[...] número especial dedicado a esse memorável acontecimento.” (NOVA ORIENTAÇÃO..., nº 11, 1934, p. 03). O periódico estava se referindo a 2ª semana pedagógica, realizada no mês anterior à publicação desta edição, de 4 a 11 de novembro. Os textos e as fotografias nela veiculadas estavam relacionadas a esse evento pedagógico, que, inclusive, foi organizado pelo diretor do ensino e da revista na época, José Baptista de Mello, com a participação de vários docentes que também escreviam nesse periódico. O impresso foi utilizado como ferramenta complementar ao evento produzido pelo Departamento, e certamente como meio para atingir mais professores, por exemplo, os que não puderam comparecer ao evento, mas que para o departamento precisavam estar atualizados.

Não por acaso foram veiculadas 12 fotografias que estavam relacionadas a 2ª semana pedagógica, retratando a sessão inaugural, os professores, a reunião da Sociedade dos Professores Primários do estado, as excursões de docentes a um campo de floricultura e a estabelecimentos fabris, e fotografias de três representantes importantes para o estado, Argemiro de Figueiredo,

Gratuliano de Brito e o diretor do ensino e da revista, José Baptista de Mello. Elas ocupavam a página inteira ou grande parte da mancha gráfica, o que demonstra a importância e a visibilidade que os editores queriam auferir as atividades realizadas e aos docentes.

Do conjunto de fotos da edição 11 destacam-se imagens de docentes participando de visitas as fábricas e aos campos promovidas pelo departamento como atividade do evento, e imagens do grupo de professores que participaram. Esse bloco de imagens representa um esforço por parte da Revista para chamar atenção do perfil/ público ao qual o evento foi destinado – os professores, e de igual modo, incentivar a participação de outros docentes que não puderam comparecer àquela.

Figura 22 – Professores que participaram da 2ª Semana Pedagógica



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 11, p. 67.

Figura 23 – Visita de professores a estabelecimentos fabris



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 11, p. 21.

Sobre as imagens de alguns homens e mulheres durante o período de circulação da revista – 23 imagens ao todo, destacamos que este grupo de fotografias homenageavam esses sujeitos, inclusive com textos ou legendas exaltando as qualidades. Essas imagens levavam

[...] simultânea e articuladamente: a disseminação – ainda que, muitas vezes, de forma subliminar – da ideologia política assumida pelo bloco no poder; a propaganda dos diversos governos estaduais abrangidos por seu período de circulação, seja ao ostentar as ações e grandes investimentos do governo para o ensino (obras públicas para expansão e modernização das instituições de ensino), seja ao realçar as virtudes pessoais do governante estadual ou a prestar homenagens a personagens da política local, estrategicamente inseridas ao longo do periódico. (SILVA; RODRIGUES, 2016, p. 02).

Valorizando o próprio grupo político local essas fotografias veiculavam a imagem que se queria disseminar desses sujeitos que estiveram ou estavam ligados a cargos na administração estadual no momento da publicação. Os políticos homenageados que tiveram suas fotografias na revista foram: João Pessoa, Anthenor Navarro, Gratuliano da Costa Brito, Argemiro de Figueiredo, Celso Mariz e José Mariz.

João Pessoa, a época já falecido, foi o homenageado na primeira edição, e estampou a primeira página após o sumário dessa publicação. Foi considerado na legenda o “benemerito iniciador da reforma do ensino primario” (PRESIDENTE JOÃO..., 1932, p. 02). Nessa mesma

edição, Anthenor aparece com a legenda que comunicava que ele era o interventor federal. Gratuliano Brito foi homenageado na edição nº 1, quando ainda não tinha sido nomeado interventor interino, função que veio pouco tempo depois, e foi expressa na edição nº 2 em forma de texto homenageando-o, inclusive porque foi ele quem sancionou a criação da revista como órgão oficial. Gratuliano também teve outra fotografia veiculada na edição nº 11, dedicada a Semana Pedagógica, e foi descrito como “interventor federal e presidente de honra da segunda semana pedagógica” (DR. GRATULIANO..., 1934, p. 04).

Argemiro de Figueiredo, então governador em 1935, teve sua imagem publicada na edição 14 seguido da legenda “governador Argemiro de Figueirêdo, grande propulsor do ensino na Parahyba” (GOVERNADOR ARGEMIRO..., 1936, p. 02). Nessa mesma edição, José Mariz aparece como “Dr, José Mariz, secretario do interior e segurança publica, a quem muito deve a instrucção e a educação de nossa terra”, e Celso Mariz “secretario da agricultura, commercio, viação e obras publicas, representante do estado na exposição de estatísticas educacionais” (DR JOSÉ..., 1936, p. s/n).

Percebemos que os homens públicos ligados a política do estado que tiveram as suas fotografias impressas no periódico, cujas legendas estabeleciam relação com a educação do estado, fazia parte da estratégia de exaltar esses sujeitos, retratá-los como homens de prestígio, e fazer com que os professores os reconhecessem como benfeitores da educação e, portanto, bons políticos.

Figura 24 – João Pessoa



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 1, p. 02.

Figura 25 – Argemiro de Figueiredo



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 14, p. 02.

É possível observar que mesmo num impresso pedagógico voltado a classe professoral, não foi qualquer docente que teve a sua imagem veiculada. Os docentes, em sua maioria, eram figuras que exerciam ou já tinham exercido cargos públicos ligados a educação no estado. Os dez docentes que tiveram suas imagens publicadas em destaque durante os 10 anos foram: Eduardo Monteiro de Medeiros, José Baptista de Melo, João Batista Leite de Araújo, Alzira Breuel, José Vicente Barbosa, Alice Azevedo, Sizenando Costa, Umbelina Garcez, Pedro Anísio e Aurelio de Albuquerque.

Em sua maioria, eles exerciam cargos ligados a educação no estado, exceto Alzira Breuel, que era professora e inspetora do ensino de Pernambuco, e José Vicente Barbosa, professor e inspetor do ensino também em Pernambuco. Publicar essas fotografias sugeria a adesão do público leitor ao grupo político que estava no poder no momento da circulação do impresso, já que indicava relação de um docente prestigiado na área à determinado grupo. Portanto, a revista formava também no âmbito político. Abaixo apresentamos duas imagens de professores⁹⁷ que foram homenageados por meio de imagens.

Figura 26 – Eduardo Monteiro de Medeiros



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 1, p. 51.

Figura 27 – José Baptista de Mello



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 11, p. 13.

⁹⁷ Observamos que de todos os sujeitos homenageados, apenas o professor José Baptista de Mello teve a sua imagem focada de costas com leve inclinação lateral, dando ênfase ao perfil da sua face, e não em posição frontal como os demais.

Outra edição que articulou o conteúdo com o conjunto de figuras foi a publicação nº 14. Em função da exposição nacional de educação e estatística, em 1936, essa edição fazia parte de um conjunto de atividades planejadas pelo Departamento, que seria representado pelo secretário de agricultura Celso Mariz e o inspetor do ensino Sisenando Costa.

Graphics diversos sobre estatística do ensino e assistência à infância. b) Conjuntos photographicos dos estabelecimentos de ensino publico e particular do Estado. c) Cartogramma do Estado com a locação da escola. d) Jogos educativos. e) Resumo estatístico de 1932 a 1935 (um volume). f) Numero especial da Revista do Ensino. g) “Evolução do Ensino na Parahyba” – pelo prof. J. Baptista de Mello. h) Album dos estabelecimentos de ensino do Estado. i) Planos de aula. j) Maquettes do Instituto de Educação, projectos, perspectivas. (EXPOSIÇÃO NACIONAL..., 1936, nº 14, p. 21).

Nesse número foram publicadas 8 figuras: 1 desenho do jardim de infância do Instituto de Educação, 2 páginas de desenhos de movimentos de ginásticas, 2 mapas do município de Souza, 1 mapa do município de Serraria, 1 mapa sobre a criação e a fauna da Paraíba e 1 mapa da localização das escolas no município de lagoa grande. Figuras em geral produzidas por professoras, dando assim, visibilidade e importância ao trabalho realizado pelas docentes.

Figura 28 – Mapa sobre a criação e a fauna da Paraíba



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 14, s/n.

Figura 29 – Mapa agrícola do município de Serraria



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 14, s/n.

As fotografias da edição 14 também estavam relacionadas a elementos do ensino da história local e do ensino rural.

Figura 30 – Visita de alunas da Escola Normal ao Club Agrícola



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 14, s/n.

Figura 31 – Visita de alunas da Escola Normal ao Curso de atividades Rurais



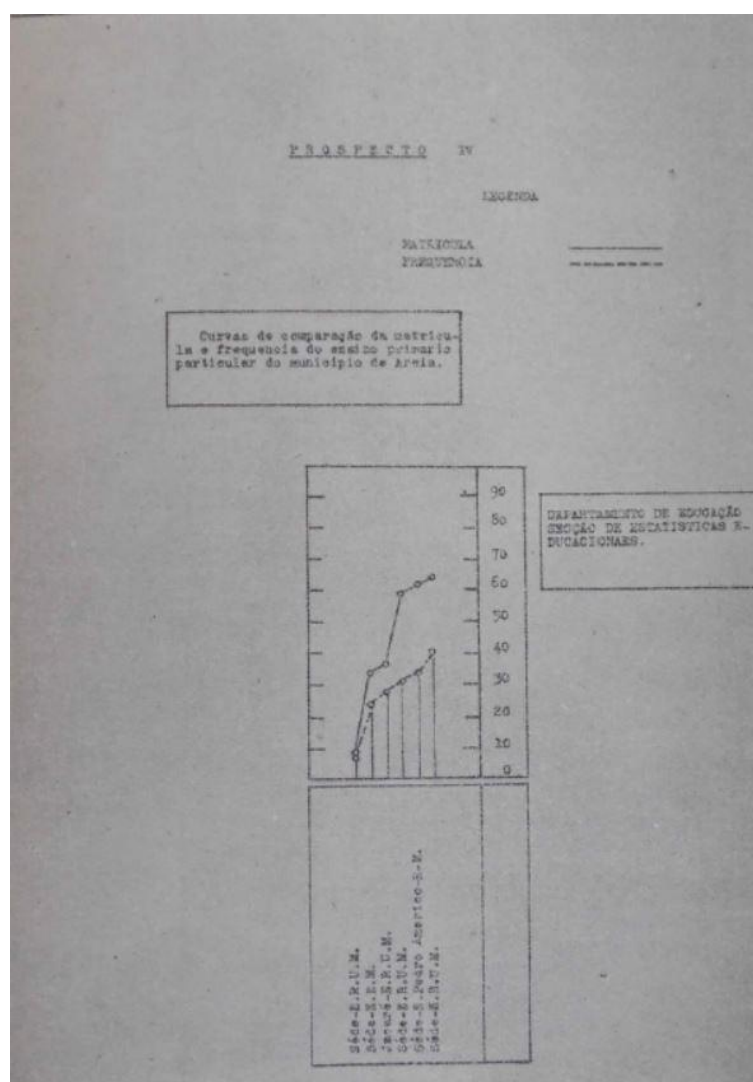
Fonte: *Revista do Ensino*, nº 14, s/n.

O conteúdo das figuras estava consoante às propostas do departamento e atreladas a preocupação dos editores especialmente com a história e geografia local e ensino rural. Os editores queriam demonstrar pelas imagens das professorandas da escola normal que o Departamento formava as jovens docentes para a promoção do ensino rural no estado. Não por acaso esses temas foram centrais. Os representantes da Paraíba no evento justificam o enfoque dado.

Celso Mariz exerceu em sua trajetória, entre outras, as funções de deputado federal, professor, jornalista, historiador e inspetor do ensino. Nesta última, teve a oportunidade de viajar por diversos municípios e colheu informações sobre as suas histórias, escritas em *Através do Sertão* (1909), *Apanhados Históricos da Paraíba* (1922), entre outros livros e artigos voltados a esse tema. Como secretário da agricultura, comércio, viação e obras públicas no governo de Argemiro de Figueiredo, teve a oportunidade de intervir e produzir conteúdo nesse âmbito. Assim como Celso, Sisenando Costa foi professor, e como inspetor do ensino conheceu várias localidades, destacando na sua trajetória a preocupação com a educação rural, presente principalmente em textos no jornal *A União*, na *Revista do Ensino* e no seu livro *A escola rural* (1941). Ambos os sujeitos tinham como preocupação o conhecimento da história, da geografia e do povo local, que foram propósitos políticos e educacionais a nível nacional.

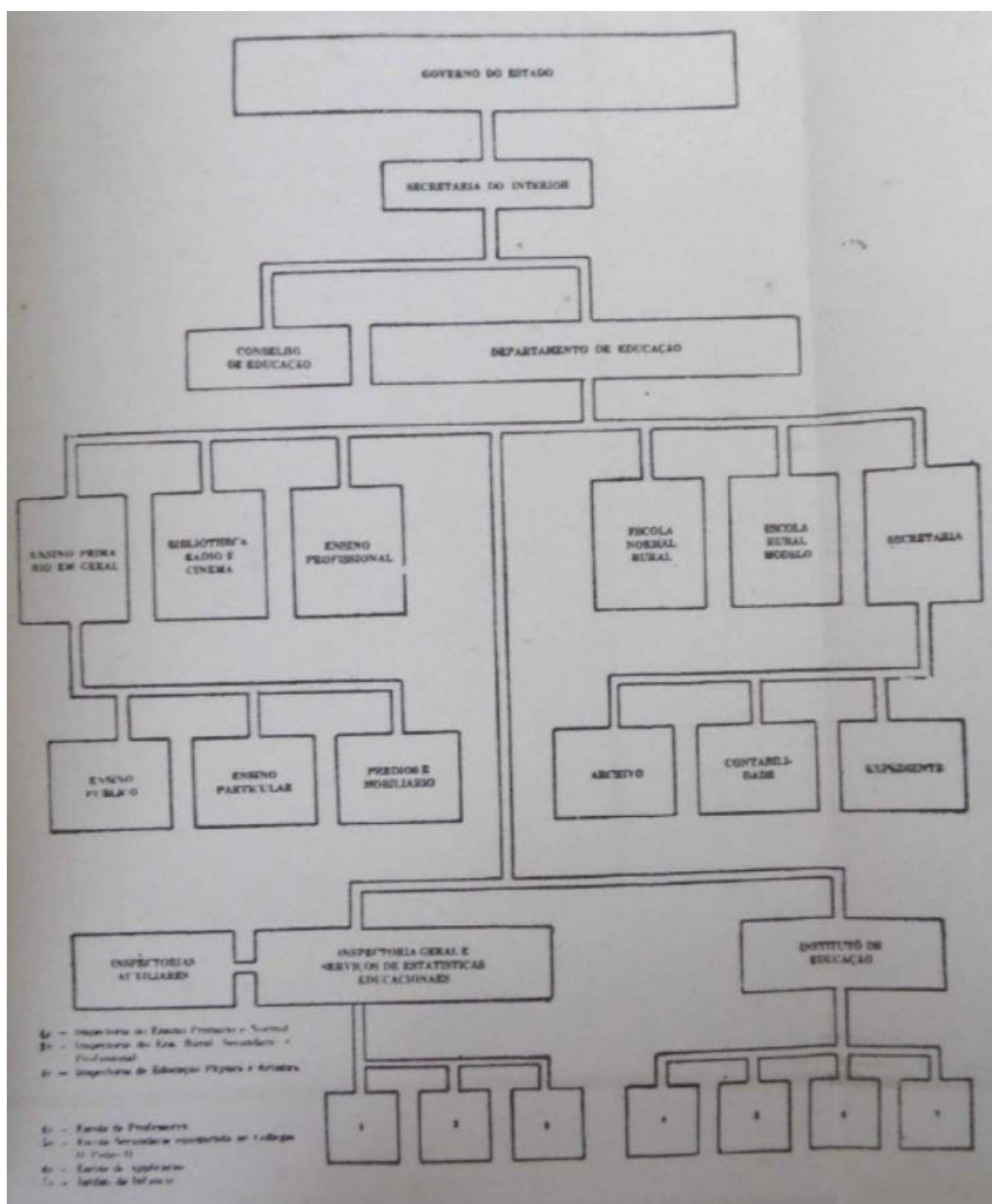
Apontamos também a edição nº 13 como publicação que relacionou uma parte do conteúdo com as figuras. Embora não tenha proposto ser um número especialmente dedicado a fazer um balanço estatístico da educação no estado e apresentar a situação do ensino neste, ao apresentarem 17 figuras principalmente relacionadas a estatística educacional - 1 desenho do jardim de infância do Instituto de Educação, 1 tabela com a frequência escolar, 13 gráficos estatísticos, 1 organograma da organização dos serviços educacionais do estado, 1 desenho de motivos indígenas – indicavam a preocupação da revista com os dados estatísticos.

Figura 32 - Dados estatísticos das matrículas e frequência escolar no município de Areia



Fonte: Revista do Ensino, nº 13, s/n.

Figura 33 – Organograma dos serviços educacionais da Paraíba



Fonte: Revista do Ensino, nº 13, s/n.

Essa preocupação estava articulada a um movimento do governo central para aparelhar técnica e burocraticamente o ensino para, assim, diagnosticá-lo. A produção de estatísticas educacionais fazia parte de um projeto de renovação do ensino a nível nacional que adentrou

mais fortemente a Paraíba principalmente em 1934 (a lei nº 16, em 1935, por exemplo, fez parte das ações dessas discussões, ao criar a Inspetoria geral do ensino e dos serviços de estatísticas educacionais no estado), em função da participação do estado na 6ª Conferência Nacional de Educação realizada em Fortaleza entre os dias 2 e 10 de fevereiro de 1934, cujos representantes foram José Baptista de Mello e Manuel Florentino. No relatório apresentado por esses sujeitos aparece a indicação, por exemplo, de que fossem instalados museus regionais nos estados. Por isso, provavelmente, a inserção do desenho de artes indígenas nessa edição. É interessante observar que as figuras, quando inseridas na revista, tinha mais relação com o conteúdo próximo se comparadas aos espaços que as fotografias ocupavam.

As imagens foram utilizadas como recursos editoriais e cada gestão deu importância ou não a elas. De 1932 a 1936 as fotografias foram destaque e apresentavam frequência e evolução na quantidade. As figuras tiveram o ápice no ano de 1936. É possível que a explicação para a maior quantidade de imagens em 1936 esteja relacionada ao fato de ser o período posterior a reforma do ensino de 1935 e o momento de mudança do grupo gestor da revista. O impresso foi utilizado como propaganda da lei nº 16 e das mudanças realizadas no ensino a partir da gestão de Argemiro de Figueiredo, nomeado em 1935. A partir de 1937, sob a égide do Estado Novo e com a interventoria de Argemiro, contudo, sem a mesma direção da revista de 1936, a sua única edição de 1937 reduziu o número drasticamente, assim como a inserção das fotografias também. Percebemos que as duas primeiras gestões do periódico investiram na linguagem não verbal, enquanto as outras deram menos ênfase. Auferimos ainda, que foi durante os anos de 1932 a 1936 que a revista do ensino da Paraíba publicou mais números, veiculou mais figuras e teve um maior desenvolvimento e inserção enquanto veículo pedagógico.

Em função das várias mudanças estéticas e do corpo diretor da revista, nos questionamos: será que é possível pensar em três fases da revista? Em que medida os grupos que a dirigiram modificaram as formas, os sentidos e ideias pedagógicas da mesma? Essas são algumas preocupações que conduziram as seções a seguir.

4.2 As fases da *Revista revistas*: elementos gráficos

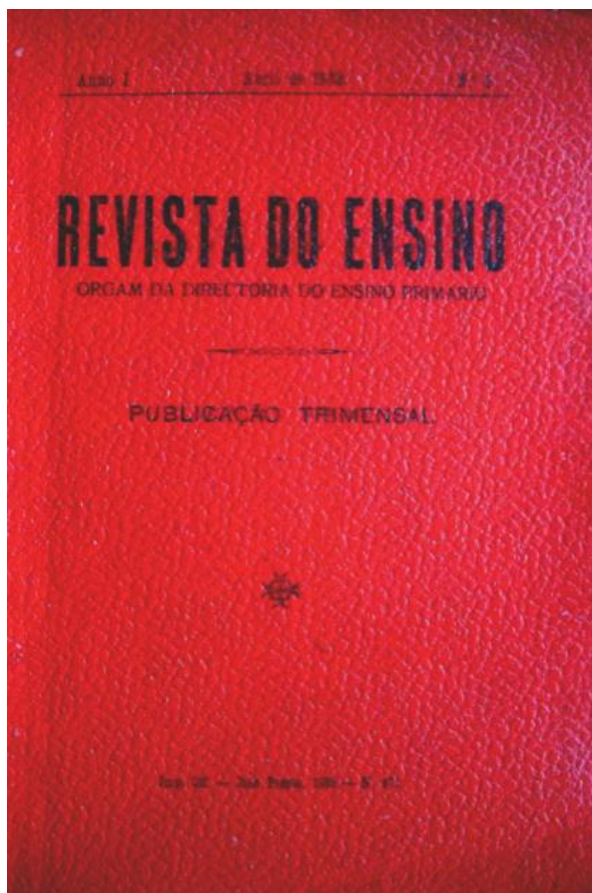
É possível falar em fases da *Revista do Ensino* da Paraíba? Do ponto de vista material e das ideias? Dos grupos que a dirigiram? Da política educacional a nível nacional e local? Analisaremos essas questões partindo da investigação das capas, elementos gráficos, organização da revista, seções, autores, teor dos artigos publicados, para que possamos compreender como a composição influencia e influenciou na constituição dos sentidos e das ideias pedagógicas que a revista quis propagar.

Começemos pelas capas e a elas articularemos outros elementos. A revista teve cinco mudanças de projeto gráfico nas capas: 1ª - edições 1 à 8 e 9, 2ª - edição 10, 3ª - edição 11, 4ª - edições 12 à 16, 5ª - 17 e 18. As mudanças nas capas não estão necessariamente articuladas as mudanças de conteúdo presentes no interior da revista, ou, ainda, não estão completamente relacionadas com o grupo que a dirigia. Evidente que essas questões influenciam, mas no caso da *Revista do Ensino*, não há uma relação direta entre as mudanças do projeto gráfico das capas e a troca de grupo diretor. Mostra disso é que durante as primeiras três mudanças na capa, a revista foi organizada por um mesmo grupo, e na quarta mudança, atravessou duas mudanças de diretoria.

No primeiro número apresentou uma capa dura vermelha com letras sobrepostas em preto. No cabeçalho consta o ano, o mês, a data e o número da edição. Abaixo, com letras maiúsculas e maiores, centralizadas, está o nome da revista e em seguida com letras um pouco menores, o órgão ao qual estava vinculada, a saber, a diretoria⁹⁸ do ensino primário. Em seguida há a indicação de que era uma publicação trimensal, e no fim da página, com letras menores que as demais, a gráfica onde foi impressa- imprensa oficial, seguido da cidade, o ano e o número daquele exemplar. Todas essas informações repetiam-se na página seguinte, agora sem a encadernação vermelha. Em nenhuma outra edição voltou a apresentar essa encadernação capa dura, mas na edição nº 4 e 5, de março de 1933, a capa teve a cor vermelha, sobreposta a algumas linhas brancas que formavam quadrados dividindo a mancha gráfica da página, mas com o mesmo material das demais folhas da revista.

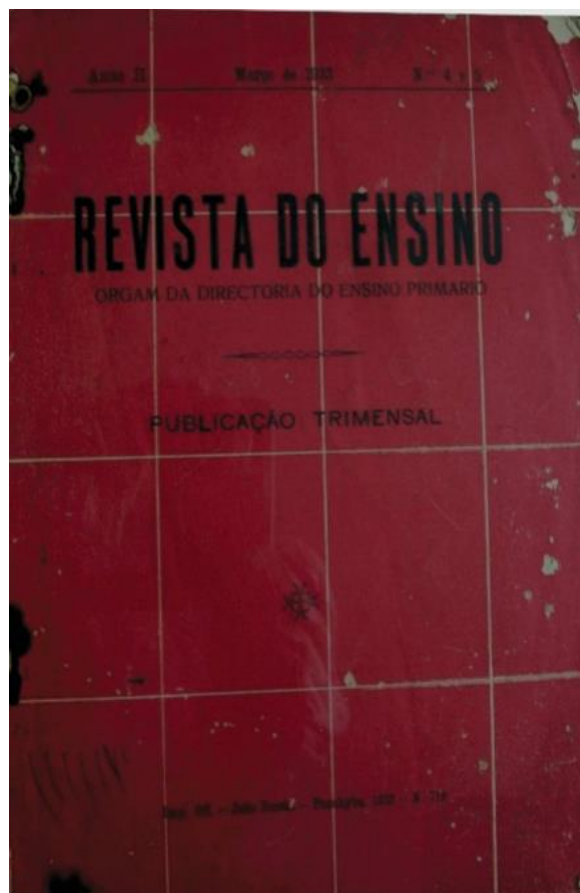
⁹⁸ A diretoria do Ensino Primário do estado da Paraíba foi criada pelo decreto nº 183, de 12 de outubro de 1931, em substituição a Diretoria Geral da Instrução Pública.

Figura 34 – Capa da edição nº 1



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 1, 1932.

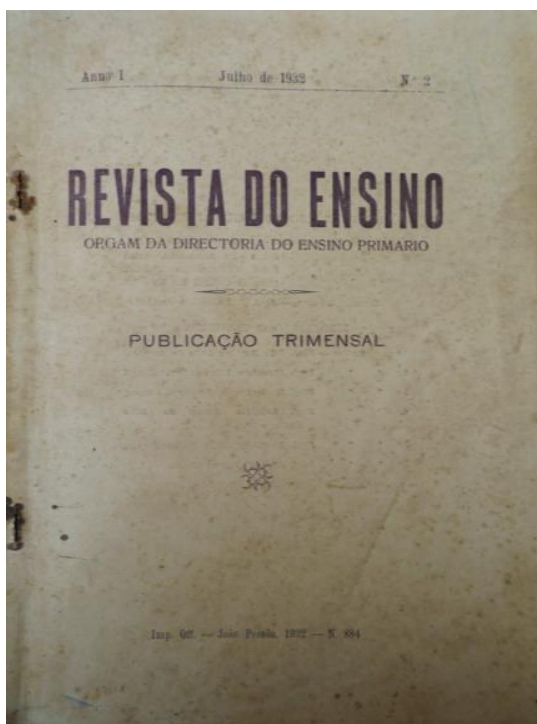
Figura 35 – Capa da edição nº 4 e 5



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 4 e 5, 1933.

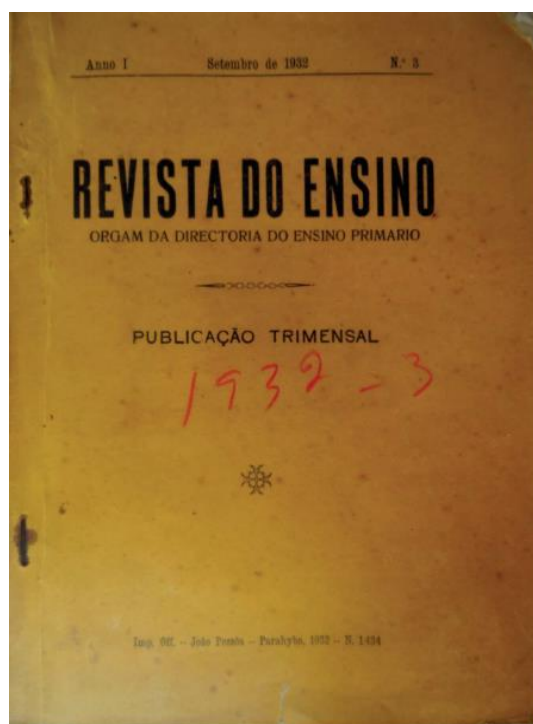
Esse *layout* também foi mantido nas edições nº 2, 3, 6 e 7, 8 e 9. A única diferença refere-se a cor da letra. Na edição 6 e 7, de setembro de 1933, as letras grafadas na capa da revista foram impressas na cor azul marinho.

Figura 36 – Capa da edição nº 2



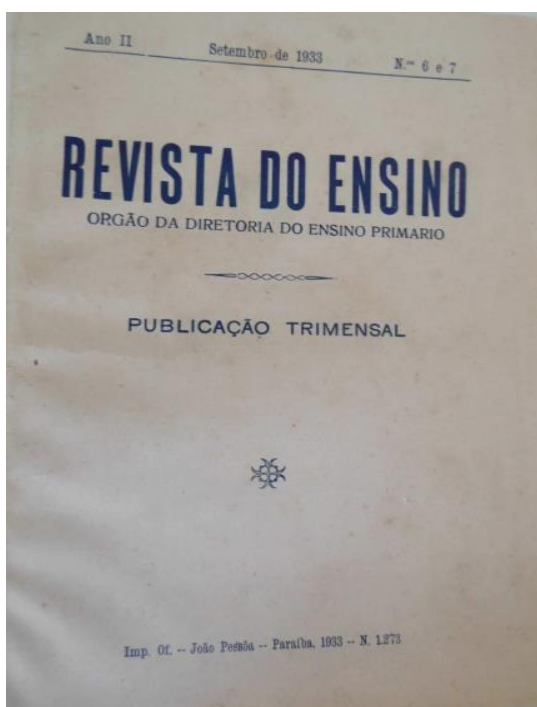
Fonte: Revista do Ensino, nº 2, 1932.

Figura 37 – Capa da edição nº 3



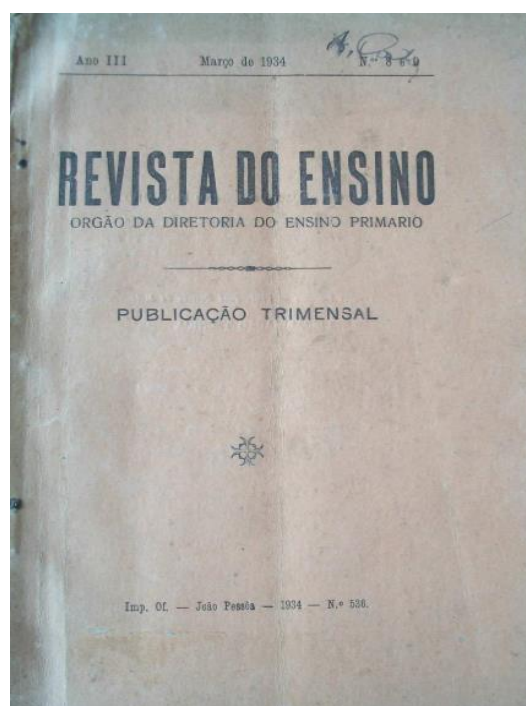
Fonte: Revista do Ensino, nº 3, 1932

Figura 38 – Capa da edição nº 6 e 7



Fonte: Revista do Ensino, nº 6 e 7, 1933.

Figura 39 – Capa da edição nº 8 e 9



Fonte: Revista do Ensino, nº 8 e 9, 1934.

A partir da edição nº 10 surgiu um novo projeto gráfico. O cabeçalho é composto apenas pelo ano e o número daquela edição. Logo abaixo o nome da revista é impresso em outro tipo de letra e estética visual. A vinculação ao órgão e o anúncio de que era uma publicação trimensal também adquiriram novo estilo de letra. Tomando grande parte da mancha gráfica, alinhado à direita, é apresentado um gráfico que mostra a quantidade de unidades escolares primárias, públicas e privadas, e o número de matrículas nesses tipos de estabelecimentos de ensino. A inserção do gráfico na capa dessa edição está relacionada ao teor do último artigo dessa publicação, denominado *Dados discriminativos do ensino primario geral, no Brasil, em 1932*, que fora um comunicado oficial da diretoria geral de informações, estatística e divulgação, vinculada ao ministério da educação e saúde pública.

Cabe ressaltar que por meio do decreto 251, de 28 de janeiro de 1932, Antenor Navarro, então interventor federal no estado, aprovou o convênio Inter administrativo das estatísticas educacionais, firmado entre as esferas federal, estadual e municipal, cuja finalidade era organizar as estatísticas educacionais do país. Principalmente a partir da independência em 1822, as discussões sobre o serviço de estatística tornavam-se cada vez mais recorrente. As iniciativas no âmbito legislativo prescrevendo a sua criação e desenvolvimento (como marco oficial inicial temos o decreto nº 4676, de 14 de junho de 1871, que estabeleceu a Diretoria Geral de Estatística no Brasil), os dados presentes nos relatórios de províncias e posteriormente, de estados, e as obras produzidas afirmavam a necessidade de legitimar, racionalizar e instituir formas de ação e controle, principalmente em se tratando da década de 1930 no Brasil. O Estado centralizador propugnado pelo governo de Getúlio Vargas precisava de dados para intervir. (MACHADO, 2008).

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e este tinha como uma das suas secretarias, a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, que coordenou as discussões sobre o assunto na 4ª Conferência Nacional de Educação, realizada em dezembro de 1931. Nessa ocasião foi firmado o acordo, assinado pelo representante da Paraíba José Pereira Lira e mais 28 representantes dos outros estados brasileiros. Na Paraíba, a Diretoria do Ensino Primário ficava a cargo de realizar os recenseamentos. Os dados estatísticos ficaram mais evidentes na revista em momentos posteriores, mas a edição nº 10 sinaliza a importância que essa pauta tinha na agenda política e educacional do período. Como órgão da Diretoria do Ensino Primário, a revista também veicularia esses dados.

Os dados do gráfico discriminam informações sobre o ensino no país, e a utilização do mesmo na capa sinaliza a ênfase dada a atrair os professores para que os mesmos folheassem o artigo citado acima, e, provavelmente, também contribuíssem por meio dos seus registros escolares (escrituração escolar) para o recenciamento futuro dos dados. É também uma forma de instruir para essa atitude. Por fim, apresentou o estado, o mês e o ano da publicação. Nessa edição também consta na margem esquerda, alinhado na vertical, um adorno decorativo que intersecta o nome da revista.

Figura 40 – Capa da edição nº 10



Fonte: Revista do Ensino, nº 10, 1934.

Na edição nº 11, outro projeto é apresentado aos leitores. Três modificações demonstram isso. O órgão a qual estava vinculada e a notificação de que era uma publicação trimestral tem os tipos de letra e o alinhamento modificados, o sumário ocupou a metade da página e no final modificou o tipo da letra e em vez de colocar o estado onde o impresso tinha sido produzido,

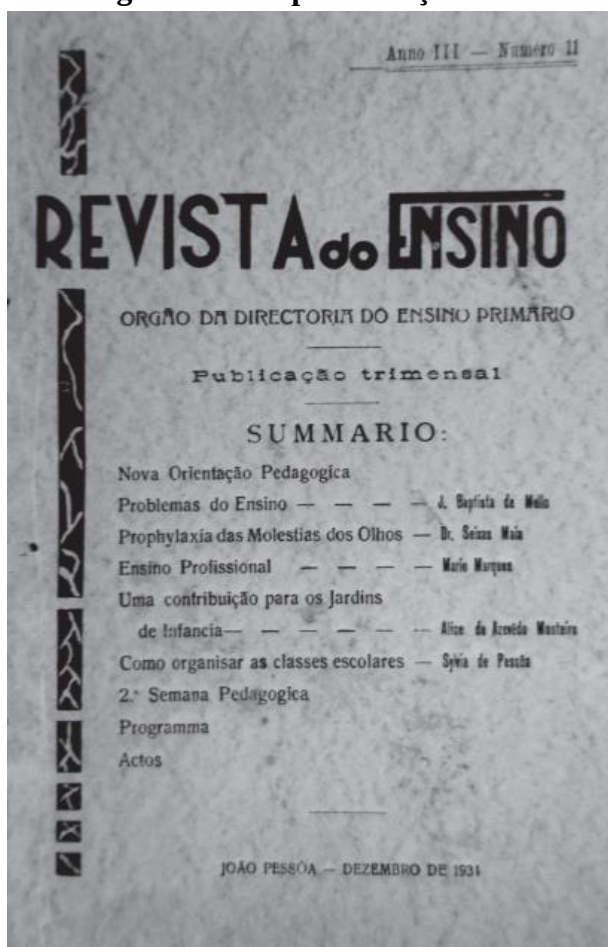
como na edição anterior, voltou a escrever a cidade de origem da revista, seguida do mês e do ano.

O sumário está presente em quase todas as edições, exceto na 8 e 9, de março de 1934, e na 10, de julho de 1934. Em geral era apresentado após a ficha⁹⁹ técnica do órgão da administração pública o qual estavam vinculados, e indicava o título do artigo e a autoria do mesmo, exceto na edição nº 1, que apresentou primeiro a autoria e depois o título dos textos. A edição 10 foi a única em que o sumário foi apresentado na capa. Era uma nova maneira de apresentar a revista e atrair o leitor para o seu conteúdo. Sem precisar abrir a revista, o leitor já tinha uma visão prévia do que iria encontrar no impresso e possivelmente ajudaria o mesmo a selecionar os temas que mais interessariam.

Consideramos também a interpretação de que o sumário apresentado na capa da edição 11 esteja relacionado a economia de páginas impressas a serem produzidas. Nos números anteriores – 8 e 9, 10, esse item não foi veiculado, as páginas dessas edições vinham sofrendo cortes, o número de artigos diminuiu nesta edição e posterior a publicação de nº 11, a revista voltou à ativa apenas em maio de 1936. Somado a isso é possível perceber que estavam sendo publicados dois números num mesmo exemplar – 6 e 7, 8 e 9, outro fator que nos auxiliam a pensar que o impresso estava contendo gastos com a sua produção.

⁹⁹ É importante ressaltar que em geral nos versos das capas eram apresentadas as fichas técnicas (sujeito relacionados a administração do ensino primário e a fiscalização técnica do mesmo). Nas edições 6 e 7, 14 e na 16 não apareceram as fichas, e nas edições 10 e 11, a informação sobre a direção foi apresentada na contracapa (apenas nos números 1, 2, 4 e 5, e 8 e 9, houve esse elemento). Já nas edições 12, 13 e 14, dados da direção da revista apareceram na página do sumário. O serviço de fiscalização técnica no estado foi instalado na gestão do presidente João Pessoa, por meio do decreto 1652, de 22 de março de 1929.

Figura 41 – Capa da edição nº 11



Fonte: *Revista do Ensino*, nº 11, 1934.

O modelo da capa da edição nº 11 não se expandiu. Após esse número a revista circulou a edição nº 12 apenas em maio de 1936 com um novo grupo que a dirigia e sob novos contornos. Assim, é interessante ponderarmos algumas questões postas até aqui. No período de abril de 1932 a dezembro de 1934 a revista foi dirigida pelo professor José Baptista de Mello e teve 11 dos seus 18 números publicados. Foi, portanto, o período em que esse periódico teve uma maior frequência nas edições publicadas sob a responsabilidade de uma mesma direção técnica e pedagógica. As mudanças ocorridas nos projetos das capas, nos números de páginas e na quantidade dos artigos demonstram as estratégias para consolidar uma marca, a *Revista do Ensino*.

O número de páginas do que chamamos de primeira fase da revista – 1932/1934, variou entre 54 e 149. A quantidade de artigos entre 9 e 24. Não havia uma normalidade desses elementos, muito em razão da própria consolidação da revista, nesse momento inicial.

Observamos que de 26 de abril de 1932 a 26 de dezembro de 1934 o interventor federal do estado da Paraíba foi Gratuliano da Costa Brito – secretário do interior no governo Antenor Navarro, e foi durante esse período que o professor José Baptista de Mello ficou na direção da revista. Nesse período de abril de 1932 a dezembro de 1934, esse professor foi diretor interino do ensino primário e diretor da revista.

Essa informação é relevante, pois demonstra as sociabilidades e relações entre os sujeitos, as amizades e os cargos que ocupavam. José Baptista ficou como diretor da revista e da instrução do estado apenas nos anos em que Gratuliano de Brito esteve no poder e no primeiro ano de governo de Argemiro de Figueiredo, que em pouco tempo no cargo, convidou o professor para realizar uma viagem pedagógica em abril de 1935 ao Rio de Janeiro e São Paulo, pausando algumas atividades que estavam sendo realizadas, a exemplo da revista. Aspectos do relatório e do projeto desenvolvido pelo José Baptista, assim como a lei de 1935, foram discutidos no capítulo 2, seção 2.1.

Essas relações ficam evidentes também no interior da revista, que apresentou nesse período fotografias e artigos relacionados a políticos influentes da administração pública, afinal, esse periódico também se configurava como uma vitrine dos feitos governamentais. Como tal, precisava especificar ações e fixar imagens. Na primeira edição a fotografia de Antenor Navarro e de Gratuliano de Brito, e do próprio José Baptista, assim como o artigo dedicado a homenagear Antenor Navarro, que havia falecido no dia 26 de abril de 1932, interrompendo o seu mandato, são exemplos dessas relações.

A revista não circulou em 1935. Interpretamos esse intervalo por alguns caminhos. Concorreu com a revista outros instrumentos de propaganda do estado e vinculação de preceitos não apenas pedagógicos. Um deles foi o *Anuario da Paraíba*, criado em 1934, cujo diretor durante os dois primeiros anos foi Samuel Duarte. Sabemos que circulou até o ano de 1936 sob a direção de Orris Barbosa. Esse *Anuario* não deve ser confundido com outro impresso, o *Anuario estatístico do estado da Parahyba*, vinculado a seção de estatística, produzido pela imprensa¹⁰⁰ oficial, que concorreu, portanto, no tocante a subvenção financeira estadual, e publicou o primeiro número em 1930, apesar da repartição de estatística e arquivo público do estado ter sido criado em 1906. A partir das informações que temos, circulou, nos moldes em que foi criado, até 1933. O impresso continha dados relacionados a limites e divisões, população e

¹⁰⁰ Anterior a esses dois impressos, a imprensa oficial também subvencionou a circulação do impresso intitulado *Almanach do estado da Parahyba*. Sabemos que ele circulou 16 números até 1922.

movimentação populacional, instrução, imprensa, bibliotecas, religião, criminalidade, divisão administrativa, judiciária, estatística eleitoral, instituições assistencialistas, impostos e finanças, comércio, meios de comunicação, bancos.

O *Anuario da Paraíba*, diferente do *Almanach* e do *Anuario estatístico*, além de dados estatísticos continha artigos sobre os mais diversos temas, entre eles, economia, história, política, cultura, entretenimento e educação. Na edição de 1935 os redatores explicam que nesse impresso “não seguiram uma escala schematica na exposição, o que daria ao “Anuario” um character de repositório informativo. A variedade de themas, que contem, tornou-lhe mais atraente a consulta, evitando-se a monotonia frequente nessa especie de divulgações.” (ANUARIO DE..., 1935, p. 04). Especialmente nesta edição alguns artigos estavam relacionados ao ensino: *Escola Normal* (sem autoria), *Obrigatoriedade do ensino* (professora Olivina Olivia Carneiro da Cunha), *Directoria do ensino primario* (sem autoria), *O problema educacional brasileiro em face da constituição* (Samuel Duarte). Este impresso, financiado pelo estado, apresentou textos voltados também ao tema educacional no ano em que a revista não circulou. Havia subvenção financeira para esse impresso, o que nos faz pensar que se houve para esse deveria haver para a revista, e em caso negativo, uma reflexão possível é: por que não foi prioridade a revista? O anuário era mais econômico e atingiria a um público maior?

Além disso, a partir de janeiro de 1935 a Paraíba teve um novo governador empossado: Argemiro de Figueiredo. A mudança de gestão possivelmente afetou alguns setores e ações que estavam sendo desenvolvidas anteriormente. Outra interpretação a completar a anterior refere-se ao fato de que foi em abril de 1935 que José Baptista foi enviado ao Rio de Janeiro e São Paulo, pelo governador do estado, a fim de obter conhecimentos para uma reforma educacional projetada para a Paraíba. Possivelmente, o afastamento e a atenção do diretor para dedicar-se a este assunto tenha contribuído para a revista não circular.

O estado passava por mudanças no setor educacional, entre elas a elaboração e sanção da Legislação educacional nº 16, que criou o Departamento de Educação com as seguintes seções: I. Secretaria, II. Inspeção geral do ensino e dos serviços de estatísticas educacionais, III. Instituto de Educação, IV. Escola normal rural, V. Escola rural modelo, VI. Escolas profissionais, VII. Ensino Primário em geral. No *anuário da Paraíba* de 1935 consta que “em virtude do accrescimento de serviços advindo com a organização do novo departamento e augmento progressivo das escolas, essa directoria soffreu logo após a sua criação, completa remodelação, a fim de adaptar-se ás funções que lhe fôram atribuidas.” (DIRECTORIA DO..., 1935, p. 61). Possivelmente esse

processo de adequação do novo departamento tenha contribuído para a pausa na circulação da *Revista do Ensino*. Em 1935 também não houve a Semana Pedagógica, que retornou as atividades no ano seguinte, assim como o impresso pedagógico.

Um fato interessante é que o próprio José Baptista de Mello, a época diretor do ensino, não se refere a periódicos educacionais ou a revista especificamente, no seu relatório ou projeto de reforma. A lei nº 16 também não fez menção. Em seu livro *Evolução do Ensino da Paraíba*, este professor cita apenas a criação da revista quando aborda sobre os feitos no governo de Argemiro e apresenta alguns impressos importantes para o estado. Nenhuma outra informação foi fornecida. Nos anuários de 1932 a 1936 também não aparecem referência à revista, muito embora ambos sejam veículos produzidos pela imprensa oficial e subvencionados pelo estado. As prioridades possivelmente mudaram. Será que a revista era naquele momento tão necessária?

Ela retornou as atividades em maio de 1936, sob nova direção: Pedro Anísio Bezerra Dantas e Débora Duarte. Este último também foi nomeado diretor do ensino em 1936. Era uma outra revista. Consideramos que a edição nº 12 inaugurou uma nova fase do ponto de vista gráfico, que se estende até a edição 16. De dezembro de 1934 a maio de 1936, quando retomam as suas atividades, muitas coisas mudaram. Um ano e 4 meses após a última edição, no artigo de abertura expõe que apesar das dificuldades e mesmo com a criação do Departamento de Educação, nada afetaria a sua circulação.

Entra a Revista do Ensino em nova fase de sua vida técnica e profissional. As dificuldades, que se lhe depararam á margem do caminho, serviram apenas de estímulo para continuar a marcha encetada [...] Com a criação do Departamento de Educação nenhuma mudança essencial soffrerá a nossa modesta revista. (A NOSSA REVISTA, 1936, p. 07).

A edição nº 12 inaugurou um novo projeto para as capas por incluir um outro elemento gráfico, as imagens. Nas quatro edições que se seguiram – 12, 13, 14, 15, 16 elas permanecem. As imagens passam a ganhar mais atenção e lugar de destaque, imprimindo mais beleza, incentivo à leitura e propaganda governamental.

Figura 42 – Capa da edição nº 12



Fonte: Revista do Ensino, nº 12, 1936.

Figura 43 – Capa da edição nº 13



Fonte: Revista do Ensino, nº 13, 1936.

Figura 44 – Capa da edição nº 14



Fonte: Revista do Ensino, nº 14, 1936.

Figura 45 – Capa da edição nº 15



Fonte: Revista do Ensino, nº 15, 1937.

Figura 46 – Capa da edição nº 16

Fonte: *Revista do Ensino*, nº 16, 1938.

Da edição nº 10 à 16, o destaque dado ao nome da revista foi mantido, assim como o cabeçalho, contendo o ano e o número da edição. A partir da capa de nº 12 a vinculação da revista recebe nova indicação. Antes relacionada a diretoria do ensino primário, passava a partir da publicação da lei nº 16, de 1935, para a responsabilidade do departamento de educação. A edição nº 12 apresentou pela segunda vez (a primeira foi em 1933) a cor azul marinho em alguns elementos da capa, como no nome da revista. A partir dessa edição também foi excluída a indicação, na capa, de que o periódico era veiculado trimestralmente.

A imagem apresentada na edição 12 foi o desenho do projeto do Instituto de Educação da Paraíba em escala de cinza. Essa imagem estava vinculada ao conteúdo dessa edição. O artigo de abertura, por exemplo, foi a publicação na íntegra da lei nº 16, que entre outras coisas, prescrevia a criação de um Instituto de Educação no estado. Essa mesma legislação educacional normatizou como deveria funcionar uma das seções desse instituto a ser criado, um jardim de infância, que fora o desenho do projeto apresentado nas capas das edições 13 e 14. Diferente da publicação nº

12, as cores não estavam nos nomes ou adornos, mas nas imagens. Na 13 em escala verde, e na 14, em azul.

Na edição nº 15 a imagem é uma fotografia em escala de cinza do grupo escolar Epitácio Pessoa, cuja legenda referendava os novos melhoramentos feitos nessa instituição. Relacionamos a veiculação dessa fotografia com os conteúdos apresentados na edição e principalmente com o artigo *Terceira Semana Pedagógica*, em que foram publicados os jogos educativos apresentados por vários estabelecimentos de ensino/ grupos escolares na semana pedagógica realizada no ano anterior.

O próximo número – 16, inovou ao apresentar as letras e o fundo da imagem na cor verde bandeira. O desenho dos contornos/ limites do estado da Paraíba também relaciona-se com o conteúdo da revista, em especial por ter publicado novamente a lei nº 16, de 1935, a lei nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, que dispunha sobre a organização escolar do estado, principalmente sobre a educação física, moral, cívica e artística, a lei nº 1042, de 13 de maio de 1938, que criou a escola rural modelo na capital, além de artigos que abordam dados estatísticos e falam sobre a ampliação das zonas escolares em nove regiões do estado (até então eram divididas em seis), veiculando, inclusive, desenhos de mapas que sinalizam essas zonas. A revista indicava a intervenção normativa do estado no setor educacional, na medida em que organiza o aparato legislativo e fiscal para melhor atender as regiões e assim melhorar os dados estatísticos. A partir do número 16 o periódico deixou de ser dirigido por Pedro Anísio e Mateus de Oliveira assumiu o cargo.

As edições 12, 13, 14, 15 e 16 mantiveram regularidade no *design* gráfico das capas, embora os conteúdos e estratégias no interior da revista tenham se modificado. As capas estampavam obras e/ou propagandas do governo de Argemiro de Figueiredo. Representavam uma mensagem e desejavam produzir efeitos. As legislações sancionadas foram consideradas de grande importância, uma vez que apareceram em três edições elementos do conteúdo das mesmas. O instituto de educação e o jardim de infância foram alçados como vitrine governamental. Era necessário registrar o futuro prédio, símbolo para a educação paraibana, fruto da normativa educacional sancionada no governo de Argemiro.

Ao apresentar os desenhos dos projetos, também sinalizavam a atenção, por exemplo, para o início das obras do Instituto em 1936 (embora este já funcionasse em prédio provisório na praça Felizardo Leite). A fotografia do grupo escolar na edição 15 pode ter sido selecionada por indicar que o governo estava dedicado em criar grupos escolares, fazer melhoramentos nas

instituições de ensino e chamar a atenção para a semana pedagógica realizada no ano anterior, já que a revista publicou os jogos apresentados pelos grupos escolares nessa ocasião. Inclusive, no interior da revista, há uma nota do Departamento de Educação anunciando a solenidade realizada na semana em comemoração ao Brasil, realizada no grupo escolar Eptácio Pessoa. A nota indica os melhoramentos e a ampliação nesse grupo escolar e, ainda, exalta a figura de Argemiro de Figueiredo, que teve nessa ocasião o seu retrato fixado no salão da biblioteca infantil desse estabelecimento de ensino.

O mapa na edição 16 está relacionado ao conteúdo e direcionamento da revista, que institui a partir daquela edição, que “questões de estatística, recensamento, estudos climatericos sanidade das zonas escolares, condições topograficas, instituições escolares, intercambio, imprensa escolar, etc, são assuntos de maior interesse para divulgação.” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 04). Estávamos atravessando o momento político chamado de Estado Novo desde 1937 e o conteúdo da edição tinha relação com o ideário nacionalista que se desejava construir.

Entre os números 14 (dezembro de 1936) e 15 (dezembro de 1937) houve um intervalo de um ano. Durante esse período, circulou no estado o impresso *Boletim da Educação*. Como parte de uma orientação a nível nacional, as ondas do rádio foram utilizadas para divulgar ideologias e instituir o regime autoritário. Uma via utilizada para isso foi a educação, sutil e objetivamente presente em diversos meios, já que uma das metas era formar a identidade do novo homem brasileiro. Baseado nos ideais nacionalistas e cívicos, as instituições educativas e suas auxiliares, como o rádio, foram utilizadas a partir de elementos como a educação cívica, moral, física, e o ensino profissional. Na Paraíba, em 1937, palestras foram lidas na Rádio Tabajaras e impressas no *Boletim da Educação*¹⁰¹, produzido pela Imprensa Oficial. Não sabemos quantas edições foram publicadas, uma vez que durante a pesquisa tivemos contato apenas com os números 1 (de fevereiro a março) e 2 (não há a indicação dos meses), mas a pesquisadora Assunção (2016) citou a existência de outros volumes, como o 3 e o 14, todos de 1937.

Na edição nº 1, o impresso apresentou na capa a vinculação com o Departamento Official de Propaganda e Publicidade – Secção Educativa, e na segunda edição ao Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Parahyba, seguindo a orientação nacional realizada pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde

¹⁰¹ Não objetivamos analisar esse impresso a fundo, mas optamos por colocar nos apêndices um quadro com os artigos e os respectivos autores das duas edições que tivemos acesso.

Pública. O *Boletim da Educação* organizava os seus textos em quatro eixos: educação em geral, educação sanitária, educação agrícola e educação doméstica. Não apresentava o público alvo a quem se destinava, mas a partir da leitura dos textos fica evidente que não eram apenas ou prioritariamente explícito, como na *Revista do Ensino*, os professores. Os artigos imprimem marcas do público alvo. Eram docentes, mulheres, especialmente as que eram mães e/ou “donas de casa”, e pais, principalmente aqueles que tinham relação com a agricultura. O objetivo do impresso nos parece claro: indicar normas de comportamento para a população por meio da educação, em seu sentido mais amplo. Ligado a educação dos costumes, da vida prática, do cuidar das crianças, do civismo à pátria, da ordem, e do melhoramento da economia do estado por meio da formação para os agricultores.

Inferimos que para aquele momento, 1937, investir nas palestras proferidas via rádio e posteriormente impressas em periódico com temas mais específicos voltados a civilizar as mentes, os corpos e os comportamentos dos sujeitos, era um investimento mais bem visto pelo governo. O rádio chegaria em lugares mais longínquos e no público que não era alfabetizado. O impresso circularia principalmente nos centros e reforçaria a orientação que vinha das ondas radiofônicas. Ao filtrar os temas e ampliar o público leitor, chegaria a mais pessoas e formaria o novo homem (e mulher) que o estado novo almejava. Muito provavelmente essa foi a vantagem vista pelo governo na época. O *Boletim da Educação*, escrito por alguns professores, médicos, e setores da administração pública do estado (departamentos), seria um impresso que cumpriria a função de educar os sujeitos em seus papéis sociais de mãe, esposa, pai, trabalhador do campo. Inclusive, para este último, é importante frisar que o governo propagandeou nesse ano um grande investimento e incentivo relacionado à agricultura. Era necessário ensinar como se plantava batatinha, cebola, fumo, banana, milho, algodão, laranja, mamão, figo e amendoim, como preparar o solo, saber utilizar a enxada. Algumas notas ao longo do *Boletim* denunciam os objetivos:

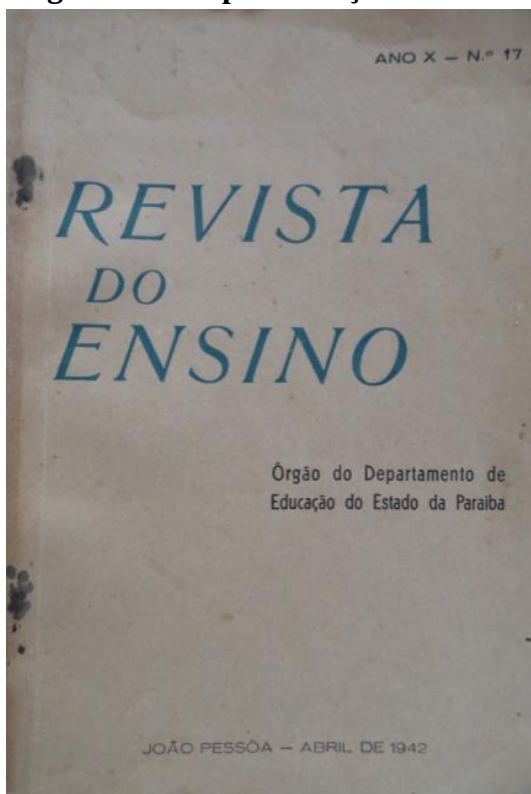
Transforme 1937 num excelente anno agrícola. As chuvas estão sendo bem distribuidas. As lavouras extensas, estão belissimas, promettendo uma safra extraordinaria. Trasnforme 1937 num excelente anno agrícola. Peça informações e recursos á Directoria de Producção. [...] Mulheres do Brasil, não recuseis ao vosso filho o leite que os fará sadios e formosos, e que vos ungirá de santidade, pois isso seria um crime – crime contra todas as grandes leis da natureza humana, crime de léza patria, crime contra as prerrogativas sagradas do amôr filial. [...] De que modo póde o município mostrar que a sua terra é fértil e o seu povo é trabalhador? Só poderá fazel-o si os agricultores, comerciantes, industriaes, todos enfim, responderem com clareza e exatidão ás indagações da

Directoria de Estatistica do Estado.[...]As crianças reflectem, num gráu muito elevado, os costumes dos paes. Se ellas sempre os vêm poderados, calmos, cortezes, caridosos, sensatos, honestos e corajosos, estarão inclinadas a possuir essas qualidades. [...] O dinheiro facilita a vida. Um plantio de MAMONA dá dinheiro. Facilite a sua vida plantando MAMONA. Venha buscar a semente na Directoria de Producção. (BOLETIM DA..., 1937, p. 31,-115).

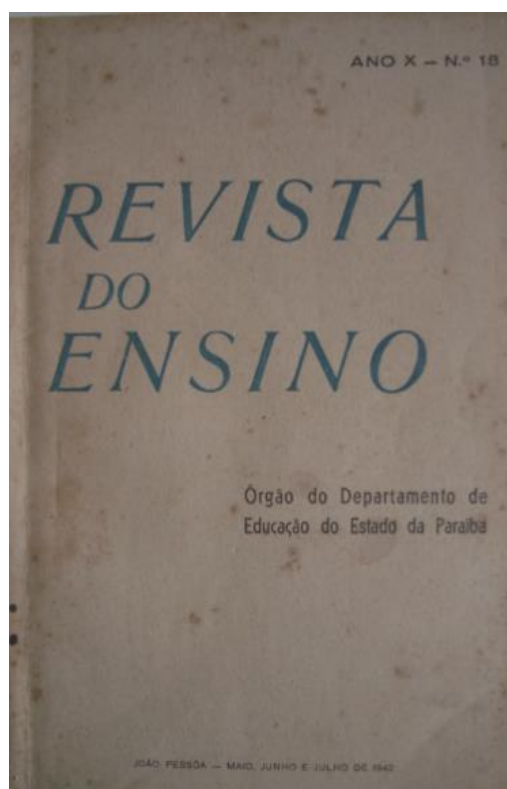
No ano de 1937 o *Boletim da Educação*, em parceria com o rádio, foi o impresso, subvencionado pelo estado, escolhido pelo governo para circular e formar os paraibanos - higienizar, civilizar, nacionalizar, normatizar práticas e formar para o trabalho. A interrupção da *Revista do Ensino* durante 11 meses de 1937, talvez se deva ao fato da administração pública do estado considerar que para os fins os quais desejava atingir, o rádio e o *Boletim* funcionariam mais. Em 1938 não temos notícias de outras edições do *Boletim*.

Em dezembro de 1937 foi lançado um novo número da *Revista do Ensino*, a edição 15. É interessante que a partir desse número, algumas estratégias de reforço e de persuasão utilizadas no *Boletim* começam a aparecer nas revistas a partir de 1937. Em geral ao final dos textos, uma frase, parágrafo ou citação extraída de livro/ autor era enfatizada esteticamente dentro de um quadrado ou retângulo. Esses elementos figuraram como estratégias destinadas a inculcar normas e comportamentos e serão melhor analisados na seção seguinte deste trabalho. Mas queremos demonstrar que houve relações entre o projeto do *Boletim* e a *Revista*, inclusive do ponto de vista das estratégias editoriais. Ambos concorriam para formar o povo paraibano.

Após a edição de dezembro de 1937, a *Revista* voltou a circular depois de 8 meses, em agosto de 1938, conforme apontamos anteriormente. Três anos depois, em abril de 1942 a revista reapareceu com o projeto gráfico repaginado e sob a orientação do novo diretor do departamento de educação do estado, Pedro Calheiros Bonfim, nomeado pelo Interventor Federal Ruy Carneiro, em 5 de março de 1942. As edições 17 e 18, ambas de 1942, traziam consigo a mesma imagem visual. No cabeçalho à direita estava exposto o ano de circulação da revista e o seu respectivo número. Logo abaixo, com uma letra, alinhamento e cor (azul claro) diferente das demais, sinalizava o nome da revista. O vínculo ao departamento de educação estava marcado à direita e diferente das outras edições, reforçava que era órgão do departamento de educação do estado da Paraíba. No final da página trouxe a cidade onde foi impressa, o mês ou meses correspondentes e o ano.

Figura 47 – Capa da edição nº 17

Fonte: *Revista do Ensino*, nº 17, 1942.

Figura 48 – Capa da edição nº 18

Fonte: *Revista do Ensino*, nº 18, 1942.

Cabe ressaltar que desde 1937 o país vivia um regime político chamado de Estado Novo. Nesse período algumas figuras que representavam o movimento dos pioneiros da educação nova foram afastadas das suas funções e isso certamente reverberou na pausa das ações empreendidas por eles. Possivelmente esse regime político e as consequências derivadas de algumas de suas ações e pressupostos, envolvidos na trama política e partidária, podem ter interferido e influenciado no intervalo da revista.

Ao longo dos 10 anos de vida essa revista pedagógica oscilou na quantidade de páginas, que variaram de 54 (março de 1933) a 166 (dezembro de 1936). Os artigos de 9 (dezembro de 1934) a 33 (dezembro de 1936) textos por edição. Apresentou preferencialmente alguns temas e ensaiou a permanência de algumas seções. Foram elas: *Bibliographia* (nº 1, nº 6 e 7, nº 14), *Exercícios e Lições* (nº 2, nº 4 e 5, nº 6 e 7), *Necrologia* (nº 6 e 7, nº 10, nº 13, nº 15, nº 16), *Inspectoria Sanitaria Escolar* (nº 1, nº 2, nº 4 e 5, nº 6 e 7), *Secção de correspondência* (nº 13), *Revista do Ensino* (nº 1, nº 11, nº 12, nº 16, nº 17 e nº 18), *Actos Officiaes* (nº 1, nº 2, nº 11, nº

12, nº 13, nº 14, nº 15) e *Noticiario* (nº 12 ao nº 18). Essas oito seções, não muito definidas e com curto ciclo de vida, exceto as duas últimas, tinham objetivos específicos.

Em *Bibliographia* a intenção era indicar obras pedagógicas para serem utilizadas nas salas de aula. Foram sugeridos os livros infantis *Garimpeiro do Rio das Garças* e *Jeca Tatuzinho*, da coleção de Monteiro Lobato, *Mogli, o menino lobo*, traduzido também por este autor, *Tarzan, o filho das selvas*, traduzido por Edgard Rice; os livros para estudos dos professores: *História da Educação*, de Afranio Peixoto, *Educação Funcional*, de Claperède, traduzido por Jaime Grabous, *Como pensamos*, de John Dewey, e o livro didático *Ciências Físicas e Naturais*, de Francisco Filho e Sussekind Mendonça; entre alguns outros da edição 14, ligados especialmente a história e geografia do Brasil, lições de moral e cívica e métodos de ensino.

Exercícios e Lições circulou apenas em duas edições e apresentava sugestões de modelos de aulas e exercícios, indicando o passo-a-passo do que a professora deveria fazer. A seção *Necrologia* tinha a função de registrar o nome, os pêsames, e algumas homenagens a professores falecidos. *Secção de correspondência* circulou apenas uma edição e apresentou a cópia de correspondências enviadas ao Departamento de Educação ou a revista especificamente. Não eram cartas de professores leitores. Cabe ressaltar que não houve uma seção voltada para este fim e mesmo não havendo uma seção específica, não identificamos nenhum espaço de diálogo entre o público leitor da revista e a redação da mesma.

Enquadramos a seção *Revista do Ensino*, que recebeu também os nomes de *Nova orientação pedagógica/ A nossa Revista/ Apresentação*, não necessariamente em função do nome/ título, mas do objetivo. Ela funcionava como uma espécie de seção introdutória à revista, pois apresentava a função, mudanças ou saudação aos leitores. Em *Actos Officiaes* a revista cumpria a função de divulgar os atos relacionados ao ensino primário, inclusos aqui as leis, decretos, nomeações, licenças, transferências, exonerações de professores, dados sobre criação de cadeiras e grupos escolares, número de matrículas e frequência. *Noticiário* cumpria a mesma função, informando sobre as atividades do Departamento de Educação e publicando circulares enviadas por este e endereçadas aos professores.

Poucos foram os espaços dentro da revista, em que é possível visualizar a função e a anúncio explícita dos seus temas principais. Pensar sobre isso nos auxilia no entendimento da própria organização do periódico, a veiculação de temas considerados mais pertinentes para os docentes e a relação com as mudanças que propomos delimitar. No Decreto nº 287, de 18 de maio

de 1932, o interventor federal do estado da Paraíba, Gratuliano da Costa Brito, regulamentou a criação da *Revista do Ensino*, órgão da Diretoria do Ensino Primário:

Considerando que a actual diffusão que se verifica do Ensino Primario do Estado requer um organ de sua divulgação e que ao mesmo tempo sirva de estímulo, não só ao professorado como também aos que se interessam pelos assumptos pedagogicos e educacionaes. (PARAHYBA, 1932).

No primeiro número da *Revista do Ensino* esse periódico é apresentado como “uma revista, por meio da qual podessem os nossos professores acompanhar a marcha evolutiva do ensino, pela divulgação dos novos methods e processos pedagogicos” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 03). Percebe-se que a revista tinha duas funções: ser um veículo de publicidade dos atos do governo com relação à educação e divulgar os mais novos conhecimentos pedagógicos ao professorado do estado, sendo, portanto, e aqui assumimos isto, um instrumento de formação de professores, como é possível observar no decreto:

[...] além da matéria da redacção e collaboração que deverá versar sobre assumptos de ordem technica e profissional pedagogicas, publicará todos os actos officiaes referentes ao Ensino Primario e normal do Estado e dados estatísticos sobre a Instrucção Publica e particular. (PARAHYBA, 1932, p. 61).

Percebemos que de fato a revista foi um impresso que veiculou documentos, atos, dados sobre a instrução e notícias oficiais do governo. Foram 73 textos, o que representa 27,34% do total de artigos publicados. Cumpriu, portanto, a sua função de divulgadora dos atos oficiais referentes ao ensino, principalmente primário e público.

Apenas na edição nº 12 apresentou novamente a que se destinava. Agora sob nova direção – Pedro Anísio e Débora Duarte, e conjuntura, afirmou:

[...] que tem pôr escopo precípua a defesa dos interesses do professor parahybano, a renovação de sua cultura e a ampliação de seus conhecimentos [...] Seu programma será o mesmo – propugnar, sem treguas, pela causa do humilde mestre de escola que queiram ou não, é o verdadeiro constructor de nossa nacionalidade; contribuir na medida do possível, para a sua formação cultural completa, proporcionando-lhe informações seguras sobre o movimento pedagogico da epoca, discutindo systemas, methods e processos de ensino e traçando normas e directrizes para o bom êxito da educação da infancia. (A NOSSA..., 1936, p. 7-8).

A revista delimitava a sua linha de ação, qual seja, sistemas, métodos e processos de ensino, a formação cultural do professor, como aquele que constrói a nacionalidade, e as normas e diretrizes para o desenvolvimento da educação. Nas quatro edições organizadas por este grupo – 12 a 15, foram publicados seis textos relacionados a métodos e formas de ensinar e dez textos ligados a modelos de lições/atividades. Durante os 10 anos de circulação, essas duas categorias representaram cada uma, 5,6% e 10,8%, respectivamente. O que nos interessa, em breve, é analisar se os métodos e/ou lições, durante as diferentes direções do periódico, eram similares, de mesmo direcionamento teórico e pedagógico ou se, pelo contrário, se distanciavam.

Pouco mais de dois anos depois, na edição nº 16, sob a direção de Mateus Augusto de Oliveira, o periódico apresentou novamente os seus objetivos:

[...] órgão destinado a orientar os professores do Estado em tudo que se refere aos diversos problêmas educacionais da Paraíba. Como publicação tipicamente educativa Revista do Ensino tem uma ampla finalidade. Nela deverão ser tratados todos os assuntos de ordem técnica. [...] Questões de estatística, recenseamento, estudos climatericos sanidade das zonas escolares, condições topograficas, instituições escolares, intercambio, imprensa escolar, etc, são assuntos do maior interesse para divulgação. (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 3-4).

A revista propunha ser uma vitrine dos assuntos técnicos do ensino, e especialmente nessa edição, ela foi. A capa com a representação gráfica do mapa do estado da Paraíba, os artigos relacionados a realizações, leis na íntegra e sanções do Departamento de Educação, e a estratégia de fixação de determinados preceitos apresentados dentro de um retângulo que continha, cada um deles, pensamentos do médico Renato Kehl (disciplina, sabedoria, obediência, vontade, verdade), buscou imprimir uma instrução mais objetiva e técnica à formação do professor. Este caráter mais técnico seguia um movimento nacional que tomou fôlego a partir de 1937 com a instauração do Estado Novo, da nova constituição e da nova política e estratégias educacionais.

Em 1940, com a saída de Argemiro e a posse de Ruy Carneiro, um novo diretor interino do departamento de educação foi instituído: o professor paraibano Joaquim Santiago. Após curto período nesta função, em novembro de 1941 foi substituído por um técnico em educação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Fernando Tude de Souza, para que este pudesse representar o estado na Primeira Conferência Nacional de Educação, neste mesmo mês e ano, seguindo as orientações do ministro Gustavo Capanema, consultado por Ruy Carneiro.

Em março de 1942 o Departamento de educação publicou uma circular avisando que a revista do ensino voltaria a circular, e esta edição veio no mês seguinte, em abril. Na edição 17, oito meses depois, organizada, agora, por Pedro Calheiros Bonfim, que tomou posse em 5 de março deste ano, como diretor do departamento de educação do estado, objetivava dar outros rumos a educação na Paraíba. O novo diretor do departamento foi indicado por Lourenço Filho, diretor do INEP, que na ocasião da sua posse esteve presente para firmar a cooperação entre a administração federal e a estadual. Esses acordos faziam parte de uma nova política para o ensino primário, que tinha, sobretudo, um caráter mais técnico e cultural, com vistas a dar mais ênfase ao ensino patriótico e cívico. A edição nº 17 afirma o direcionamento que seria dado a esse periódico:

[...] órgão de informações e de divulgações, “Revista do Ensino” é um periódico para o magisterio paraibano que nêle encontrará matéria de orientação cultural e técnica. “Revista do Ensino” é uma publicação de interesse dos educadores da Paraíba. Através da leitura das suas páginas êles se inteirarão das atividades educacionais que se processam no Estado, e ficarão informados das discussões em torno dos problemas do ensino em geral e dos relacionados com a reorganização dos serviços de educação da Paraíba. (REVISTA DO ENSINO, 1942, p. 3).

A vinda do diretor trazia consigo o desejo de reorganizar o ensino primário no estado. Dentre as iniciativas apresentadas no artigo destinado a abordar a vinda do mesmo à Paraíba, nada é pontuado sobre a revista do ensino no sentido de ser ou continuar sendo uma das medidas de formação/ aperfeiçoamentos dos docentes.

Entre as medidas já estudadas pelo novo Diretor, e que estão em vias de efetivação, contam-se um curso de aperfeiçoamento para professores, uma série de palestras radiofônicas para ilustração do magistério, a criação de uma secção de educação na “A União”, onde todo professor póde agora emitir as suas opiniões, a organização da carreira de professor, as circulares de orientação do ensino para inspetores escolares, os estudos de reorganização do Departamento de Educação, e mais a restauração daquele ambiente de valorização do trabalho do mestre e a compreensão do sentido nobre da missão do educador. (REVISTA DO ENSINO, 1942, p. 9-10).

Um dos objetivos da sua vinda também foi dialogar sobre a organização de um plano de reforma da instrução do estado. Alguns meses depois da sua posse ele solicitou exoneração do cargo, mas antes já tinha contribuído para a reforma que foi sancionada pelo decreto nº 316, de 11 de agosto de 1942, alinhada as diretrizes estabelecidas pelo INEP. A sanção dessa normativa

deu-se um mês antes do término da revista, que finalizou as suas atividades com a edição nº 18, de maio, junho e julho. Foi substituído em novembro de 1942 por Abelardo Jurema, nomeado por Ruy Carneiro. A partir da reforma e da mudança da diretoria do departamento as estratégias mudaram, inclusive as voltadas à formação dos professores. O foco foi direcionado a cursos de aperfeiçoamento.

Feito essas colocações relacionadas a função da revista (que implica nos temas e modos que se apresentou), para apresentar uma visão geral das temáticas abordadas, esquadrinhamos e organizamos os textos em categorias. Essas foram escolhidas em função da frequência e do assunto principal do texto. Destacamos que um mesmo texto pode ser visto como pertencente a mais de uma categoria, mas encaixamos cada um deles a partir do tema que mais se sobressaia.

Tabela 8 - Quantidade de textos por edição e por categoria da *Revista do Ensino da Paraíba* (1932-1942)

Categoria dos textos	Edições															Total de textos por categoria
	1	2	3	4 e 5	6 e 7	8 e 9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Homenagens a sujeitos	2	2	1	1	2		2			2	1	3		1	1	18
Documentos, atos e notícias oficiais do governo relacionados a educação	4	3	2	1	4	4	2	3	6	5	14	6	11	5	3	73
Sobre a revista	1							1	1				1	1	1	6
Ensino rural/população rural						2	1		1		2	1	2		2	11
Métodos de ensino e formas de ensinar	2	1	1			2				2	3	1		2	1	15
Sugestões de Modelos de aula/ atividades	3	5		2	4	2		1	1	4	4	1			2	29
Escola Nova			2	1		1										4
Relação família e escola	1	1	1			1	1				1			1		7
Higiene	3	2	1	1	1		1	1		1		1		2		14
Psicologia e educação	1										1					2
Jardim de infância	1	1			2						1	1		1	1	8
Educação e Ensino	5	3	3	5	3	5	5	2	4	2	4	5	3	3	3	55
Bibliografia indicada	1				1						1					3
Ensino profissional/Escolas profissionais		1	1					1		1						4
Estatística e educação										1		2	1			4
Necrologia										1		1	1	1		4
Religião												1		2		3
História/geografia local									1		1	1	1		3	7
Total de textos por edição	24	19	12	11	17	17	12	9	14	19	33	24	20	19	17	267

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Organizamos os textos em 18 categorias, que poderiam se desdobrar em outras tantas, ou mesmo nem serem consideradas relevantes por outro olhar atento a esses textos. Todavia, para nós, elas deram organicidade e nos auxiliaram a compreender o desenho da revista ao longo dos 10 anos. A *Revista do Ensino* apresentou 267¹⁰² textos aos leitores. Ao longo de uma década de existência as temáticas mais publicadas, em ordem decrescente, que queremos destacar, foram: Documentos, atos e notícias oficiais do governo relacionados a educação, temas diversos sobre Educação e Ensino, Sugestões de Modelos de aulas/ atividades, Métodos de ensino e formas de ensinar, Homenagem a sujeitos, Higiene, Ensino rural/ população rural.

Essas sete categorias representam a ênfase em determinadas linhas de ação. A revista cumpriu a sua função informativa especialmente ao divulgar os atos oficiais e ações relacionadas ao ensino primário na Paraíba. Os dados estatísticos, a listagem de frequência e de matrícula, as cadeiras e grupos escolares abertos ou reformados, informações sobre a entrada e a saída de professores, circulares do departamento, postais recebidos de instância superior, divulgação do programa escolar desenvolvido pelo órgão, reprodução de leis (constituição federal e decretos estaduais) na íntegra, foram alguns documentos veiculados. Esse periódico educacional além de informar sobre o funcionamento do ensino cumpria ao mesmo tempo a função noticiosa e propagandista do governo. A *Revista do Ensino* da Paraíba foi um impresso vitrine dos atos oficiais ligados a educação.

Na categoria Educação e Ensino¹⁰³, agrupamos os textos que versavam sobre educação e ensino de uma maneira mais ampla e que não passavam de dois textos sobre determinado tema: caixa escolar, ensino em outros países, deveres do estado para com a criança, escoteirismo, cinema educativo, problemas do ensino brasileiro, novos destinos para a educação, museu escolar, disciplina escolar, cooperativismo na escola, bibliotecas, orientação ao professor. Observa-se que esses textos estavam sintonizados as discussões relacionadas a modernidade pedagógica do período. A organização, por exemplo, de cinema educativo, biblioteca, museu e escoteirismo fazia parte do repertório das escolas novas.

¹⁰² Os textos considerados para fins de contabilização nessa tese, foram os discriminados nos sumários das revistas. É necessário pontuar que dentro de um mesmo título apresentado no sumário, em alguns casos haviam outros textos. Por exemplo, na seção *Noticiário*. Embora essa seção seja contabilizada como um título, haviam várias circulares, portarias, atos oficiais diversos.

¹⁰³ Optamos por não agrupar alguns desses textos na categoria Escola Nova porque nessa categoria inserimos os artigos que explicitamente se posicionaram dentro do movimento, usando a nomenclatura de escola nova. Caso tivéssemos optado por incluir, muitas outras categorias também deveriam estar nessa, como a de métodos de ensino, que contém textos claramente relacionados ao movimento escolanovista.

Em Sugestões de Modelos de aulas/ atividades a própria configuração material do impresso está em jogo. A revista também se configurou como *caixa de utensílios*, uma vez que apresentou modelos de aulas e atividades para auxiliar os docentes na *arte de ensinar*. Baseado numa pedagogia prática, ensinar também exigia a cópia (não no sentido pejorativo) de bons modelos. A veiculação desses modelos representou o terceiro maior percentual por categoria temática e estava presente principalmente na primeira direção da revista e especialmente ligado a ideia de centros de interesse e lições de coisas.

Também voltada as formas de ensinar, sem, contudo, apresentar modelos, os textos da categoria Métodos de ensino e formas de ensinar, discutiam possibilidades de ensino de matemática e de linguagem e leitura, além da apresentação mais ampla e científica de princípios relacionados a métodos didáticos. Oferecia ao professor novas formas de aplicar o conteúdo programático, explicando o que era mais adequado fazer e o que deveria ser evitado.

Na categoria *Homenagem a sujeitos*, os 18 textos dizem de um recurso utilizado pelos editores: realçar as características políticas e culturais de homens ligados ao cenário político local e nacional, de educadores mais conhecidos e de professores locais. As suas benfeitorias enquanto homens ligados ao povo e defensores da instrução pública são marcas desses textos, assim como também as homenagens póstumas. Os sujeitos homenageados foram: João Pessoa (político), Antenor Navarro (político, 5 vezes), Gratuliano Brito (político), Argemiro de Figueiredo (político), Coelho Lisboa (professor), Pestalozzi (educador), Heitor Lyra da Silva (professor), José Batista Leite de Araújo (professor, 2 textos), Francisco Xavier Júnior (professor), Decroly (educador), alguns “filhos ilustres” de Cajazeiras (artigo que lembrou de nomes importantes de sujeitos nascidos nessa cidade, como Padre Ignacio de Sousa Rolim, Padre Jose Thomaz, Dr. Manuel Rolim, Padre João da Cunha Rolim, Padre Manuel Mariano de Albuquerque, entre outros em que foram citados os nomes), José Canuto Damasceno da Silveira (técnico do ensino rural no estado), Umbelina Garcez (professora), Aurelio de Albuquerque (professor).

É interessante observar que embora alguns educadores tenham recebido reconhecimento na revista, a sua profissão em si não foi o foco desses textos. Isso demonstra que o objetivo não foi homenagear a classe à qual o impresso se destinava. Apenas uma mulher professora foi homenageada e reconhecida exclusivamente por sua atividade no magistério primário. A Umbelina Garcez foi atribuída representações ligadas as professoras do período: “[...] se manteve sempre à altura da nobre e árdua missão que desempenhou”, “alma forrada das mais

lidimas virtudes”, “[...] verdadeira sacerdotisa do bem” (HOMENAGEM MERECIDA, 1937, p. 55). Essa professora diplomada pela escola normal havia sido aposentada em função da sua idade mas mantinha em sua casa um curso para crianças. A mesma não foi homenageada, por exemplo, pelo fato de ter sido formada numa instituição de caráter científico e educacional, mas pelo motivo de “um dos factos mais notaveis em sua carreira, é ter exercido, sem licença, o magisterio, durante 32 annos. E’ justa, pois, a homenagem que lhe rende esta Revista [...]” (HOMENAGEM MERECIDA, 1937, p. 55).

Essa categoria, ao nosso ver, não homenageou prioritariamente os professores, como talvez se imaginasse, em função do público leitor, mas reforçou representações estereotipadas da docência e, ainda, reforçou a ideia de valorização do trabalho docente feminino como vocação, honra e virtude, e masculino ao trabalho de direção, função administrativa e política, com um viés de seriedade e competência a eles atribuídos. Concordamos com Silva e Rodrigues (2016, p. 07), que havia uma divisão sexual do trabalho docente e que “[...] as homenagens aos demais professores dissemina uma imagem de competência, que legitima a hierarquia e, em decorrência, as relações de poder, no âmbito da educação pública estadual.”

Fenômenos como a modernização, a urbanização e o aumento populacional contribuíram para conferir à educação a produção de novos hábitos que se opusessem ao cenário de atraso, doenças e mortalidades. Produzir o indivíduo saudável, ordeiro e educado, era um dos objetivos da educação escolar. A difusão do pensamento escolanovista passava por esse problema social e constituiu tema para a educação que utilizava de alguns dispositivos para ora seguir normas higiênicas que denotavam civilidade, modernidade, valorização da criança e da infância a fim de evitar enfermidades, e ora funcionavam para conter gestos, instintos e emoções.

Esse repertório de saberes e prescrições estava presente na revista. Na categoria Higiene foram contabilizados 14 textos, que versavam sobre higiene escolar (importância, características e dever do Estado e da família), necessidade de asseio, profilaxia de doenças como sarampo, problemas nos olhos, imunização e prevenção de doenças, como, por exemplo, a tuberculose. Apresentaram ainda relatórios de inspetores sanitários, com dados sobre exames médicos, medidas antropométricas e índices de robustez, além de informações sobre exames odontológicos.

A partir de março de 1934, na edição 8 e 9, o ensino rural começou a adentrar a revista. Os onze textos fazem parte do novo projeto de desenvolvimento proposto para o país. Para

crescer o setor industrial, o campo precisava se modernizar. Campanhas e políticas agrícolas foram criadas para capacitar o homem rural. A educação agrícola fez parte desse projeto que valorizava o sujeito no seu trabalho no campo. Voltar o olhar para essa valorização, a criação de uma escola rural modelo e a higiene rural, foram objetivos dos artigos presentes no periódico em foco, cujo autor de quatro textos importantes quando se estuda ensino rural na Paraíba, foi Sisenando Costa.

No início desta seção pontuamos que a revista teve cinco mudanças nos projetos gráficos das capas. Tais mudanças não estabeleceram relação direta com as fases relacionadas ao ideário pedagógico e as estratégias editoriais desse impresso. A *Revista do Ensino* da Paraíba, como um dispositivo que legitimou discursos ligados ao ideário renovador teve três momentos ligados à direção do periódico. O primeiro, de 1932 a 1934 (1 à 11); O segundo, em 1936 e 1937 (12 à 15); e o terceiro de 1938 a 1942 (16 à 18). Foi sobre cada um deles que nos debruçamos no capítulo seguinte.



5. PROFESSOR, EIS AQUI OS SEUS IDEAIS FORMATIVOS!

5.1 Renovação, Lições de coisas e centros de interesse: a primeira fase da *Revista*

Entre os anos de 1932 e 1934, a *Revista do Ensino* publicou 11 edições em 8 exemplares, sob a direção do professor e diretor do ensino à época, José Baptista de Mello. O periódico iniciou o seu ciclo de vida em abril de 1932, um mês após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em março do mesmo ano. Essa informação é relevante, pois elementos presentes no documento citado conduzem o impresso ao que denominados de primeira fase da revista.

Realizamos a análise a partir desse viés das fases (muito embora consideremos que elas não são tão lineares, estanques e dissociadas ao extremo), pois consideramos que o impresso foi também um suporte material de modelos pedagógicos. A análise dessas edições demonstra o tipo de formação e de informação que os professores faziam uso e prescreviam.

A revista parecia almejar ser naquele momento instrumento propaganda de renovação pedagógica destinada aos docentes. Fato importante é que até 1934 a revista aparece como parte da política educacional, algo que não identificamos de maneira incisiva depois, pelo próprio José Baptista, nos espaços ou registros posteriores que fez sobre o período de circulação da revista. Exemplo disso é que na edição 8 e 9, de março de 1934, no artigo Sexto Congresso de Educação, realizado em Fortaleza, entre os dias 31 de janeiro e 12 de fevereiro, como um dos representantes da Paraíba nesse evento, o professor expôs no periódico o relatório publicado na íntegra. No relatório ele havia sinalizado como proposta a ser colocada em prática (o que não aparece na proposta de reforma de 1935) a revista como um órgão da Diretoria Geral de Instrução, que seria assim dividida: a) instrução primária, b) escola normal, c) escola de aperfeiçoamento para professores, d) revista do ensino, e) escola rural modelo, f) conselho de educação. Essa pretensão não foi realizada.

É provável que essa sugestão tenha ocorrido em função da troca de experiências realizada no evento. A questão que nos importa é: no período de 1932 a 1934 a revista, embora não tivesse órgão próprio, foi alçada a ferramenta importante no conjunto de políticas educacionais do estado. E mais: foi propaganda, no conjunto dos seus textos, de um movimento de renovação educacional, que denominamos de escola nova. A revista se apropriou de algumas das suas concepções e disseminou elementos dessas ideias.

Considerado por historiadores da educação da Paraíba como um dos principais representantes do escolanovismo no estado, Baptista descreveu em alguns momentos distintos sobre a proposta do surgimento do periódico, atrelada a feições práticas: “esta diretoria esforça-se por dar-lhe uma feição mais pratica, afim de que possa trazer maiores benefícios aos professores.” (MELLO, 1934, p. 08-09); sobre a produção de modelos para o professorado *saber fazer* a partir da prática: “a revista do ensino veio preencher sensível lacuna existente na Instrução Pública da Paraíba, levando ao conhecimento dos demais Estados o que temos feito, e transmitindo ao magistério conterrâneo planos de aulas, instruções, etc.” (MELLO, 1956, p. 104); e ainda acrescentou sobre as suas vantagens: “não só reúne lições que podem servir de padrão, mas ainda desperta o gosto pelas letras e serve de veículo de ideias novas, aproximando os elementos, estimulando-os ao mais eficaz desempenho de sua missão.” (MELLO, 1934, p. 08).

Esses elementos conduziram o ideário pedagógico e o conteúdo material da revista. Nesse impresso estavam presentes várias propostas didáticas diferentes em seus procedimentos metodológicos. Nas onze edições conduzidas por este educador, o ideário era claro: renovador e com aspectos escolanovistas. Nesse período foram impressas 17 sugestões de modelos de aulas e atividades, 6 textos que discutiram métodos de ensino e 4 artigos que explicitamente defendiam a escola nova. O nosso olhar observará alguns aspectos desses eixos.

Carvalho (2005) no estudo que analisou as estratégias editoriais de disseminação da pedagogia escolanovista a partir do lugar conferido ao impresso nas ações dos chamados “católicos” e dos “pioneiros”, constatou algumas diferenças nas estratégias editoriais desses dois grupos. Segundo a autora, o segundo grupo construiu “[...] um repertório de saberes pedagógicos suscetível de múltiplos usos. Nesse empreendimento, maximizaram a divulgação em detrimento da censura, efetuando a triagem das novas pedagogias na própria operação de seleção dos materiais editados.” (CARVALHO, 2005, p. 93). Esses materiais funcionaram como ferramentas para o trabalho docente. A revista funcionou como lugar de instauração do novo. Elencamos abaixo os artigos que se propuseram a ensinar a ensinar.

Quadro 7 - Sugestão de modelos de aulas e atividades na *Revista do Ensino* (1932-1934)

Nº 1	Centro de Interesse – A árvore Leitura e recitação A bandeira
Nº 2	Exercícios e lições Classe inicial – Uma lição pelo processo de cubos Verminoses Descobrimento do Brasil Programa do ensino primário
Nº 4 e 5	Exercícios e lições Pestalozzi
Nº 6 e 7	Exercícios e Lições Roteiros para as organizações dos museus escolares A aritmética na escola nova Uns testes de higiene e as lições que nos sugerem
Nº 8 e 9	O ensino normal Audição
Nº 11	Uma contribuição para os jardins de infância

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir da análise do conjunto de textos acima, que tiveram como objetivo oferecer materiais para serem aplicados na escola primária, destacamos que essas orientações e exercícios estavam ligados aos centros de interesses, as lições de coisas (educação dos sentidos) e a elementos ditos renovadores pela escola nova, como a valorização da experimentação, dos trabalhos manuais, dos passeios e excursões. A ênfase aqui foi em atividades didáticas que auxiliassem nessa modernização pedagógica.

A edição nº 1, o *Centro de interesse - A árvore* é demonstrativa de uma versão de modelo de aula baseada nos princípios de Ovide Decroly, que defendia a ideia de globalização do ensino, isto é, integrar os conhecimentos de modo a não dissociar os conteúdos, uma vez que o pensamento da criança é sincrético. Apontamos que foi uma versão pois esses professores se apropriaram da teoria que subjaz a prática e utilizaram de estratégias e táticas para fazer isso. De um lado eles produziram, mapearam, instituíram e fixaram (estratégias), de outro, eles alteraram e utilizaram (táticas) as apropriações que fizeram da teoria, transformando-a em prescrições práticas a serem utilizadas.

Decroly não desenvolveu uma obra pedagógica voltada diretamente a explicitar os passos metodológicos e aplicáveis do seu sistema. Talvez por isso tenha havido tantas versões das suas ideias. Não tinha fórmulas prontas, fixas e rígidas, mas prescreveu princípios. Segundo

Lourenço Filho, na sua obra *Introdução ao Estudo da escola nova*¹⁰⁴ (1978), as ideias de Decroly seriam um sistema de transição, isto é, um trecho no caminho entre métodos intuitivos e ativos. O médico e professor belga Decroly, por meio do método psicogenético, da ideia de interesse, expressão e globalização, contribuiu para uma educação nova.

Foi pela organização curricular em centros de interesse (desconstruindo a separação por meio das disciplinas fixas) que as suas proposições práticas ganharam notoriedade. A ideia era que o conhecimento convergisse para uma matriz que seria a base das lições. A proposta desse sujeito que defendia a escola pela vida e para a vida, afirmava que as situações do cotidiano deveriam servir de aprendizagem por meio dos interesses da criança (base das suas proposições) para que se desenvolvesse a educação do corpo, dos sentidos, do contato com as coisas, fugindo do ensino verbalista e reprodutivista.

Era necessário romper com o ensino desarticulado entre as aulas, os temas, as atividades. Os conteúdos precisavam estar interligados por meio de ideias associadas ao mesmo centro, como num *filho de Ariadne*. Deveria haver uma unidade entre as lições e entre a escola e a vida. A proposta não era mudar o programa proposto para as disciplinas, mas dar uma nova versão e procedimentos a ele. As aulas se desenvolveriam por meio das ideias psicológicas relacionadas as fases do pensamento da criança, esta que, portanto, era o centro do processo (essa é uma característica das ideias pedagógicas ditas renovadoras). As etapas são: observação, associação e expressão. Em qualquer assunto esses passos poderiam ser trabalhados.

Na primeira etapa, a observação tinha relação com as lições de coisas, mas ampliava-a, exigindo o contato com a realidade através da manipulação, medição, etc. Aqui está a forte relação de Decroly com o ensino intuitivo. Era o contato das crianças, com objetos, seres, fenômenos, os mais próximos do real. Na associação, que ocorria por meio das ideias concretas e abstratas, associadas às noções adquiridas por meio da observação, os exercícios deveriam apresentar quatro aspectos, descritos por Lourenço Filho (1978, p. 194):

1. Os que refiram a objetos e fatos considerados do ponto de vista atual, mas longínquos; o estudo da habitação pode levar-nos a pensar nas casas dos chineses ou dos esquimós, nos arranha-céus da América e nas casas de madeira dos russos; aparece a orientação e o mapa, e, assim, o estudo da geografia, de uma geografia viva e interessante, não da decoração de listas de acidentes ou feitura mecânica de cartogramas.
2. os que se refiram ao exame da matéria do ponto de vista temporal, permitindo a comparação do estado

¹⁰⁴ A obra original é de 1930

presente, com o de nossos antepassados; são os exercícios de associação no tempo, ou seja, da história; [...] 3. os que se refiram às associações relativas à adequação do meio às necessidades do homem, às matérias-primas, sua utilização e aplicações industriais, serão as associações tecnológicas; 4. finalmente, os que se refiram às questões de causa e efeito; as indagações de “por quê” e “como” irão assim se impondo aos hábitos de pensar dos alunos.

Por fim, a etapa da expressão, que representava a manifestação do pensamento por meio de atividade prática, especialmente de trabalhos manuais como desenho, pintura, jardinagem, culinária, ou mesmo debates, canto, etc. Os centros deveriam estar organizados no ensino globalizado, ou seja, que integrassem várias atividades, ligadas a questões biológicas e sociais. As duas áreas de concentração eram:

A primeira concentração refere-se à criança e suas necessidades, discriminadas terminologicamente para os professores e para as crianças: Necessidade de alimentar-se (Tenho fome); Necessidade de lutar contra a intempérie (Tenho frio); Necessidade de defender-se dos perigos e inimigos diversos (Tenho medo); Necessidade de atuar e trabalhar solidariamente, de divertir-se e de aprimorar-se (Tenho necessidade de atuar). O segundo círculo de concentração – a criança e seu meio – objetiva desenvolver as relações com os animais, as plantas, a terra, os astros, a família, a escola e a sociedade. (VALDEMARIN, 2010, p. 97).

Voltemos para a lição *Centro de interesse - A árvore*, na edição nº 1. Nela há a pretensão de prescrever conhecimentos metodologicamente organizados de acordo com os centros de interesse de Decroly. O modelo inicia com a leitura de um breve texto de quatro parágrafos chamado *O centenário*, que aborda a história de uma árvore centenária. Em seguida, a partir desse texto, as atividades a serem realizadas são distribuídas em disciplinas: língua materna, aritmética, geografia, corografia, história natural, higiene, história do Brasil, trabalhos manuais, desenho, conselho (provavelmente a ordem dessa organização curricular representava o nível gradual da importância que elas tinham no processo). São indicados os temas a serem trabalhados a partir do eixo de interesse Árvore. Percebemos que este modelo de aula selecionou parte da teoria e a utilizou, fazendo adaptações. A observação, associação e expressão não foi completamente apropriada.

Embora Decroly desse fundamental importância à atividade intelectual, ele alertava que esta deveria ser aguçada por meio da percepção, dos sentidos e da observação das coisas mais próximas à realidade das crianças. Na proposta citada, o ensino não começava pelas lições de coisas, isto é, não instigava os alunos por meio dos sentidos aguçados pelas coisas, fenômenos,

seres, etc. O momento mais próximo disso aconteceria já no final da proposta, quando sugere uma excursão à floresta relacionada ao estudo de história natural. Será que para esta professora a percepção estaria configurada apenas no nível da abstração mental? Ela indicou a excursão como produto final e não como início, momento que daria oportunidade para as crianças observarem as árvores e as questões que poderiam envolver esse centro de interesse. No lugar disso, foi sugerido a leitura de um texto e em seguida uma cópia e exercícios de gramática. Percebe-se que aqui não foi dada importância ao pensamento da criança, mas a cópia de um modelo. Posteriormente foram sugeridas atividades relacionadas a áreas de conhecimento cujos conteúdos convergem para o tema *Árvore*.

No estudo da aritmética, por exemplo, a docente propõe a resolução de um problema no nível intelectual, contudo, relacionado à prática cotidiana da vida social, elemento que congregava aspectos de renovação pedagógica: “Um homem resolveu construir uma casa; para tal economizou 5:600\$000; comprou madeira no valor de 3:656\$000. Com o que sobrou, comprou 1.867 varas a \$700 cada uma e plantas no valor de \$380:200. Quanto lhe resta?” (COELHO, 1932, p. 26). Em geografia discutiriam sobre a madeira enquanto fator econômico e a vegetação de acordo com os climas diferentes. Em corografia o foco eram as grandes florestas do Brasil. História natural se preocuparia com o reino em que as plantas são agrupadas, as partes das plantas e os parasitas. Em higiene a utilidade das plantas, principalmente para a saúde e as plantas medicinais. O descobrimento do Brasil seria conteúdo de história do Brasil, e, posteriormente, a fase da expressão, prevista por Decroly: foi solicitado que os alunos fizessem em trabalhos manuais o recorte de uma árvore para colar numa paisagem, e em desenho, fizessem uma árvore frondosa. Para finalizar um conselho de ordem moral: “cada vez que se cortar uma árvore, deve-se plantar outra”. (COELHO, 1932, p. 27).

Percebemos com isso que houve a indicação da associação das ideias em torno do centro (árvore), embora não tenha havido a estimulação do interesse e dos sentidos da criança, etapa primeira e fundamental das proposições de Decroly. Cabe destacar também que a configuração do modelo é uma versão dessa professora. As propostas vinculadas aos centros de interesse não se apresentam sempre desse modo: separadas por disciplina, por exemplo. Outra forma de se apresentarem é no modelo dos três passos – observação, associação e expressão. Abaixo de cada um deles o docente expõe o que deveria ser realizado em cada momento. As divisões por componentes curriculares - que nem sempre seguem a mesma sequência, aparecem, em alguns casos, na etapa da expressão, como no centro de interesse *A água*, do professor José Baptista

de Melo, no jornal *A União*, em 26/04/1931. Em algumas proposições, ainda, observa-se que as prescrições do centro podem aparecer em forma de indicação do que fazer, ou mesmo, como diálogo do que fazer, do que falar e como interpelar as crianças, associando-se a prescrições de modelos de lições de coisas.

Considerando como nas proposições de Decroly, que um centro dá origem a outros, provavelmente como sequência do primeiro, na edição seguinte (nº 2) outro centro de interesse relacionado ao primeiro: *As flores*. A proposta tem início com a leitura de um texto de quatro pequenos parágrafos sobre as flores. A leitura já é parte da organização curricular. Em seguida a aritmética é posta em prática a partir da resolução de um problema mental advindo da realidade cotidiana: “uma menina foi ao jardim e colheu 12 rosas, 32 cravos e 24 lyrios; distribuiu essas flôres com 4 amiguinhas, quantas flôres recebeu cada uma?” (CARVALHO, 1932, p. 16). Em história natural a professora deveria fazer uma série de perguntas aos alunos: “que é a rosa? Como se chama a planta que produz a rosa? A rosa tem perfume? De quantas partes se compõe a rosa? De quantas partes se compõem a rosa? [...]” (CARVALHO, 1932, p. 16). Em português dever-se-ia indicar o plural e os verbos de algumas palavras, além de empregar corretamente os pronomes em frases. Após a recitação, pela professora, de um poema de Olavo Bilac, chamado *As flores*, a classe deveria desenvolver em desenho, uma flor, e em trabalhos manuais iriam recortar uma flor. Em seguida, a professora faria a leitura de alguns provérbios ligados a rosas e espinhos.

Em história, o pequeno texto *O milagre das rosas*, de Santa Isabel, tinha um cunho religioso (importante frisar isto, pois um dos elementos de debate do movimento escolanovista foi a laicidade), e em história do Brasil o texto ressaltava as belezas do país por meio das suas flores. Em geografia abordou os estados, os climas e as flores das regiões. E, por fim, no item excursão: “fazer uma visita a um jardim. Mandar que os alumnos mencionem os nomes da flôres existentes. Dizer a côr de cada uma. Examinar se têm perfume. Mostrar as partes de cada flôr” (CARVALHO, 1932, p. 17).

Na organização gráfica do centro na revista, nos parece que, por meio de um traço, a autora separou três aulas para um mesmo centro. Na primeira concentrava-se a leitura, aritmética, história natural e português. Na segunda, desenho, trabalhos manuais e provérbios. Na terceira, história do Brasil, geografia e excursão. Essa já é uma nova configuração do modelo de centros de interesse, em que alguns componentes curriculares não aparecem – e não precisam

necessariamente estarem presente sempre, o centro é dividido em aulas, e intercala na escrita indicações do que fazer, com falas do que pronunciar aos alunos exatamente.

O conceito de atividade aqui também está atrelado à atividade intelectual (com perguntas/ passos seguidos pelo professor e destinados a classe) e ao trabalho do docente. O único momento o qual é dado espaço para a experiência da criança (seu contato através dos sentidos também) com o meio/ com as coisas, é no último passo referente à excursão. Na sequência dos 3 passos de Decroly, esse momento de olhar a realidade (por meio de coisas ou fenômenos reais ou fictícios) não seria o fim, mas, ao contrário, o início do processo, pois aguçaria o interesse, principalmente a partir da observação da natureza, ainda que por meio das operações mentais. É importante dizer isso pois denota dois processos e concepções distintas sobre o conhecimento humano: “na primeira delas, a origem do conhecimento são as percepções dos sentidos e o ensino consiste na apresentação de objetos que provoquem essas percepções e ideias; na segunda concepção, o conhecimento resulta da experimentação das situações.” (VALDEMARIN, 2010, p. 140). Decroly não estava preocupado com o ponto de partida da experimentação – e isso fica claro na apropriação que fizeram do seu método, pois

O método globalizado não tem a experiência social e os seus problemas como ponto de partida, mas o interesse e as necessidades individuais; seu desenvolvimento obedece à progressão das funções psicológicas, que vão da observação para a atividade e dela para a construção. (VALDEMARIN, 2010, p. 206).

A atividade é um elemento chave para o desenvolvimento sensorial, motor, perceptivo e intelectual. A estimulação do meio inicialmente por meio da observação, caracteriza o método dos centros de interesse, utilizados “[...] para envolver toda a classe no estudo de temas específicos, permitindo conciliar a ação individual e o desenvolvimento de um trabalho coletivo, e indicavam a atuação da criança como experimentadora ativa.” (VIDAL, 2011, p. 511).

O Método das lições de coisas fica evidente ainda nesta edição da revista, na seção *Exercícios e Lições*¹⁰⁵, quando a aula inicia com a professora explorando os objetos por meio das perguntas dirigidas à classe. O conhecimento parte, nesse caso, dos sentidos advindos da atividade intelectual e não da manipulação ou resolução dos problemas, como podemos

¹⁰⁵ Na seção *Exercício e Lições* haviam vários textos diferentes agrupados num único artigo.

perceber no trecho abaixo, que apesar de extenso é um demonstrativo desse tipo de apropriação dos métodos:

Professora (mostrando u'a menina ou u'a estampa):

- Olhe a menina. (Todos os meninos têm nome) (pergunta o nome de diversos meninos). Esta menina também tem nome.

- Esta menina chama-se Maria. Manda que os alunos repitam a frase.

Que dizem os meninos bem educados quando encontram uma colega pela manhã?

Vamos dizer: - Bom dia, Maria!

Manda alguns meninos repetirem a phrase. Depois toda a classe em côro uma vez, duas vezes, três, etc... porem de modo que as palavras sejam percebidas claramente.

Vamos reparar bem no quadro: Que veem vocês nas mãos de Maria? Maria está brincando ou estudando?

[...] Você gosta de flôres?

Vamos dizer nomes de flôres. Cada um pense em uma flor. (Três minutos para pensar).

Depois a medida que a professora for pronunciando o nome do aluno elle irá dizendo o nome da flôr.

Desenho: Cada menino fará uma flôr do quadro negro.

[...] Mostre a professora dois, lápis, duas mãos, dois braços, dois dedos, dois pedaços de giz, duas bolas no contador, duas flôres em um jarro, etc. Dê dois passos para deante, dois para traz, etc. Faça no quadro negro dois traços deitados, dois em pé, duas cruces, etc. Mande que os meninos mostrem dois lápis, duas bolas, etc.: deem dois passos, façam dois traços deitados, em pé, etc. [...]

Vamos ao primeiro problema: O jarro tem duas rosas: eu tiro uma (tira a rosa) quantas ficam no vaso? (Faz a pergunta para toda a classe, dá tempo para os meninos pensarem e depois designa um para responder). O jarro tem uma rosa: colocando outra rosa, (chama a alumna e manda collocar a rosa) quantas ficam? [...]

Um problemazinho abstrato: Eu tenho dois lápis; perdi um, com quantos fiquei? Pedir que os pequenos organizem outros problemas, com as janellas, vestuários, brinquedos, etc.

Escrepta: desenhar uma flôr bem aberta e duas folhas e mandar que os meninos encham as pétalas e folhas a lapis de côr.

Trabalho manual: fazer, com um cordão ou um fio de contas, o contorno de uma flôr. (CARVALHO, 1932, p. 6-7).

A lição é demonstrativa do ensino a partir da estimulação dos sentidos mediados pelas perguntas do docente destinadas à classe, embora a aula comece com uma atividade de abstração intelectual. A observação de objetos e desenhos e as indagações que são feitas estão no plano da atividade intelectual, e a movimentação para realizar um exercício de desenho no quadro, na folha, ou quando manipulam as rosas, e depois fazem o contorno de uma flor com um barbante, no plano da experimentação. As lições de coisas são, portanto, ampliadas.

Interessante observar que a lição apresenta realmente as prescrições (passo a passo) sobre o que precisava ser realizado pelo docente. Como ele deveria agir.

Os centros de interesse e as lições de coisas também aparecem nessa mesma edição, nº 2, no *Programma do ensino primário*. Nele são apresentados prescrições práticas de como desenvolver as aulas em diversos anos. O ensino era dividido em Língua materna (leitura e escrita), aritmética, história do Brasil, geografia, higiene, ciências naturais, lições de coisas, geometria, instrução moral, música, desenho e trabalhos manuais. Cabe destacarmos alguns elementos desse programa para o 1º ano.

Todo o programa é composto por modos de fazer, por prescrições para os professores. O ensino parte, sobretudo, de elementos característicos das lições de coisas, objetos e situações relacionadas a realidade dos alunos, e usam em alguns momentos a nomenclatura explícita de centros de interesse. Para o ensino de língua materna, por exemplo, é prescrito que

Conversa simples e interessante com os alumnos para desenvolver-lhes a observação e corrigir-lhes a linguagem exigindo o professor ao mesmo tempo dicção bem clara. [...] Fazer os alumnos contarem o que viram no caminho de casa para a escola, o que observaram em uma excursão. Leva-los a visitarem uma fabrica, uma padaria, uma fazenda, etc. e depois pedir que descrevam, oralmente, o que observaram. (LINGUA MATERNA, 1932, p. 75).

Fica claro a estimulação pelo interesse da criança, que está, sobretudo, na relação entre o sujeito e o objeto, entre o sujeito e as suas coisas/ realidade mais próxima. Outro ponto importante é que embora o programa nos dê indícios de elementos das lições de coisas, há, também, uma parte denominada pela nomenclatura das lições de coisas.

Licções de cousas – Educação dos sentidos – Primeiro semestre – O tacto – Colocar diversos objectos em um saquinho, fazer a criança segurar um delles e dizer o nome antes de o ver. Mande que os meninos ponham as mãos pra traz, colloque em cada mãozinha um objeto e pergunte o que é. [...] Côres – Fazer a creança conhecer, por meio de retalhos, as cores, sem distinguir as matizes. [...] Nomear as cores do vestuario de cada creança e dos objectos da sala. Mandar o menino colher flôres da mesma cor e com elas compor um ramalhete. (LICÇÕES DE..., 1932, p. 83).

Arelado às lições estavam os centros de interesse. Em ciências naturais há a proposta de um centro intitulado *A árvore*, que se constitui em outra apropriação do modo de uso desse método, diferente, inclusive, do centro *A árvore*, publicado na primeira edição da revista. Duas

diferenças, pelo menos, podem ser destacadas: o centro abaixo não foi seccionado por componentes curriculares e a etapa inicial é a observação como busca de estimular o interesse, e não a leitura e a cópia do texto, como no modelo da primeira edição.

Centro de interesse – A árvore

Levar a classe a observar uma árvore. A sombra, o tronco, os galhos, os ramos, as folhas, as flores, etc. O vento. Na sala da aula observar os objectos feitos de madeira. Sendo possível mostrar um tronco de árvore cortado e ensinar o nome das diversas partes, tocando-as as crianças. Falar da lenha, do carvão e da protecção que os meninos devem dispensar às plantas. Fazer observar pedaços de madeiras toscas e envernizadas. Árvores frutíferas. O pomar. Outras árvores. A laranjeira, flores, fructas, espinhos. A roseira, espinhos como a laranjeira. O jardim. Arbustos. O cafeeiro. Algumas árvores das nossas matas. O Pau-Brasil. O Pau-D'Arco. Suas flores. Época de floração. Parasitas. Raízes aéreas. Outras raízes. Alimentação e respiração das plantas. Plantas medicinais. Folhas grandes e pequenas. Colleccioná-las. Passarinhos, ninhos. Abelhas e outros insectos, etc. (CENTRO DE..., 1932, p. 82).

Por fim, como demonstrativo dos principais modelos de lições veiculadas, na edição nº 4 e 5, especificamente na seção Exercícios e Lições, a professora Julita Vasconcelos (a educadora que também publicou no jornal *O Educador*, material analisado no capítulo 3), assinou uma proposta de aula de aritmética. A professora dividiu a lição em três passos, seguindo o modelo das lições de coisas.

- Mostrem um dedo, um livro, um menino.
- Quantas carteiras vocês estão vendo?
- Muitas.
- Que quer dizer muitas?
- (Traçando um risquinho, uma bolinha, etc, na pedra).
- Que foi que o giz fez?
- Um risquinho, uma bolinha, etc.
- Todos mostrem a mãozinha direita, a mãozinha que escreve. que mais trabalha. (Todos levantam a mão direita).
- Vamos fazer aqui um sinalzinho, que quer dizer um menino, um livro, uma laranja, uma carteira, etc. (o professor colloca-se de lado da classe e, no espaço traça o algarismo 1.) Toda a classe traça com o professor. (VASCONCELOS, 1933, p. 06).

A lição é demonstrativa de um ensino objetivo, por meio de exercícios de observação de modo a desenvolver o pensamento reflexivo da criança. Para aguçar os sentidos, a linguagem é estimulada, assim como a escrita. Por meio da estimulação sobre as coisas/fenômenos, a percepção, que é nesse caso, a base para a inteligência, é exercitada, e o “processo natural de

ensinar parte do simples para o complexo; do que se sabe, para o que se ignora; dos factos, para a causas; das coisas, para o nome; das idéas, para as palavras; elos principias, para a regras.” (CALKINS, 1886, p. 03).

Era necessário demarcar práticas para operacionalizar mudanças. Os autores fazem uma interpretação própria dos princípios e sobre como prescrevê-los nos modelos de aula. Utilizam conceitos ligados a escola nova mesclando-os com práticas vinculadas a modelos de ensino “anteriores” (foram concomitantes). Foi necessário “fundar o novo”, mas ao mesmo tempo conservou-se características do “velho”. Incorporar no discurso novos elementos pedagógicos não implicou eliminar as matrizes epistemológicas e metodológicas anteriores. Junto às práticas já consolidadas, alguns elementos inovadores foram selecionados e apropriados. Foi priorizado nesse período o ensino por meio de lições a serem aprendidas pelos professores. As “novas” ideias foram incorporadas as prescrições já consolidadas.

Assim como os modelos, que representavam a aplicação de métodos e de teorias sobre o conhecimento que os pressupõe, foram veiculados seis textos sobre métodos de ensino do ponto de vista teórico: na edição 1 (Lingua materna e Interesses pedagogicos), edição 2 (Principios do methodo didactico), edição 3 (Ensino das mathematicas), edição 8 e 9 (Leitura analítica e O ensino de calculo no jardim de infância).

A leitura desses textos nos apresentam elementos presentes no movimento de renovação educacional. Na edição 1, quando Argentina Gomes destacou alguns pontos sobre o estudo da linguagem relacionados ao método de como ensinar (artigo *Lingua Materna*), a professora orientou que o professor deveria saber utilizar a ordem natural de aquisição dos conhecimentos pelas crianças. Assim, “as primeiras lições de língua materna, na escola, devem ser ministradas por meio de palestras agradaveis e leves, onde o menino seja levado a observar, formar phases, descrever objetos usuaes, tirar conclusões praticas, conversar, enfim.” (GOMES, 1932, p. 05). Aqui fica a evidencia da psicologia e dos estudos biológicos sobre a natureza da criança e da mente na aprendizagem, esta que é encarada de modo diferente a do adulto, e que, portanto, precisava ser estimulada e desenvolvida de modo específico. Além disso, o professor deveria passar para o livro de gramática apenas “[...] quando se tornar necessario disciplinar os factos adquiridos pela experiencia.” (GOMES, 1932, p. 05). Possivelmente na concepção de método para ensinar a língua a experiência da criança seria um fator importante para Argentina.

Além da experiência, a linguagem que a criança traz do seu ambiente familiar também deveria ser valorizada pela escola, caso contrário ela poderia se desanimar ou criar apatia pelo

estudo da língua. Para que isso não ocorresse, era preciso entender que “o menino leva para a escola sua linguagem familiar viva, interessante, fecunda. Aproveitamol-a, cuidadosamente, para ponto de partida de todos os ulteriores conhecimentos [...]” (GOMES, 1932, p. 06).

No artigo *Interesses Pedagógicos* outro ponto relacionado aos métodos: o interesse da criança. O artigo foi retirado do livro *Curso de Pedagogia*, de autoria do professor e Monsenhor Pedro Anísio, ele que era um representante do laicato católico do estado e anos mais tarde foi diretor do ensino e da revista. Sob a direção de Baptista de Mello, considerado um representante da escola nova na Paraíba (por ele, por seus pares e por pesquisadores da atualidade), foi publicado um artigo de um sujeito que teria possivelmente um viés pedagógico diferente, o que demonstra, pelo menos provisoriamente, que havia abertura na revista para outros pontos de vista, ou, talvez, que houvesse uma boa relação entre ambos os professores, ou, ainda, e acreditamos nisso, que o Pedro Anísio tenha utilizado esse espaço como tática para incutir seu pensamento.

A questão do interesse (e da experiência) passou a ser central no movimento, pois romperia com os programas tradicionais que não estabeleciam relação com a lógica psicológica da criança. O interesse seria o ponto inicial para as atividades e a experiência.

O que distingue da escola tradicional a escola nova, não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, “graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas”. (MANIFESTO, 2006, p. 196).

Pedro Anísio propunha a educação dos interesses como elemento primeiro do método. Essa educação precisava ser orientada por meio da apresentação dos objetos que fossem conhecidos pelas crianças, e “neste grande principio assenta a idéa fecunda dos jardins de infancia, do ensino intuitivo e da escola activa.” (DANTAS, 1932, p. 18). Nesse sentido ainda, dever-se-ia associar o objeto novo ao antigo, assim como as experiências. Ele também apontou que seria interessante assim como funcionavam os decuriões no ensino mútuo, usar dos próprios alunos para ensinar. Estabelecendo, portanto, o entrelaçamento de métodos de ensino. Sobre esse aspecto, algumas observações do professor remontam a elementos da educação por meio dos sentidos e dos objetos. A atividade intelectual estimulada pelos objetos concretos e as

perguntas, mediadas pela imitação que o aluno faria do professor, nos parece ser o foco sugerido. Aqui não aparece a ideia de experiência da criança com o meio, do seu trabalho ativo efetivamente.

[...] a) Na primeira idade, o interesse dos meninos é de ordem puramente sensível; reside no apetite sensitivo, que se deleita com a posse do bem que lhe é proporcionado; b) na segunda phase, quando intervem as faculdades superiores, o interesse segue a percepção intellectual dos objectos [...] c) Os recreios, as diversões, os exercicios, os jogos, infundem alegria, dilatam o animo [...] e) A imitação e a emulação, que nella se funda, invadem todo o ensino [...] f) A curiosidade do menino reclama, sobretudo, objectos concretos, vivos, animados. [...] Cumpre ao mestre aproveitar-se da curiosidade do alumno para o ir levando, aos poucos, das noções concretas ás abstratas, satisfazendo-lhe as perguntas, juntando ao ensino factos, historietas, apólogos e atendo-se quando possível, ao ensino objetivo [...]. (DANTAS, 1932, p. 19-20).

Ao final do texto ele apresentou um destaque para a importância que o mestre deveria dar aos interesse morais: “[...] o amor á familia e ao lar, onde o menino passou os seus dias mais formosos, na doce convivencia dos paes e irmãos; o amor á virtude, á piedade, que é da maxima efficacia, ainda para a vida intellectual.” (DANTAS, 1932, p. 20). Nesse trecho fica explícita a orientação aos princípios católicos que o professor monsenhor Pedro Anísio desejava disseminar. Para finalizar ele acrescentou que “o appello aos exemplos de Jesus Christo, da Virgem Imaculada e dos santos, excitam o alumno a dedicar-se ao trabalho e a adquirir os hábitos de renuncia e o espirito de sacrificio.” (DANTAS, 1932, p. 20).

Aqui cabe algo substancialmente importante: o discurso católico de valores morais foi entrelaçado a preceitos modernos. Os católicos também tinham uma versão (ou várias) do ideário renovador cristã, e essa não foi uma apropriação do escolanovismo de vertente liberal, tampouco foi realizado de forma incoerente, passiva, sem rupturas ou dissidências.

Percebe-se que há uma “essência” cristã no discurso de Pedro Anísio, mas há também o movimento dos católicos aos princípios pedagógicos renovadores. Era necessário desenvolver *modos de fazer* que figurassem entre a moral cristã e a modernidade renovadora.

Na edição 2, em *Principios do methodo didactico*, Pedro Anísio mais uma vez teve um texto publicado. Nesse artigo ele apresentou características essenciais do método para os professores: o método didático deve ter princípios relacionados entre si; o objetivo do método é orientar os passos para ajudar a mente humana a aprender, diminuir a perda de tempo no

ensino e evitar a fadiga do aluno; a psicologia infantil pode e deve auxiliar a entender o desenvolvimento, por exemplo, no tocante às aptidões, capacidades e nível mental; o desenvolvimento da mente não é uniforme e a criança não é um adulto em miniatura.

Ele fez também um alerta: “não basta prescrever o ensino intuitivo. E’ preciso que este seja accommodado á capacidade do menino. [...] Por esta razão se impõe a todo o educador o exacto conhecimento da intuição e da apercepção, durante a vida escolar.” (DANTAS, 1932, p. 32). Era necessário desenvolver as representações da criança de forma lenta. Inicialmente exercitar os sentidos e a percepção dos objetos. Em seguida fazer a análise dos objetos, conhecendo as partes, as qualidades e as relações entre as coisas, por meio das lições de coisas. E finalmente entrar no terreno das abstrações, afinal, deveria-se ensinar do concreto para o abstrato, ideia assentada na defesa de respeitar o desenvolvimento mental e suas etapas. Caso isso não fosse cumprido, ocasionaria mudanças ruins. Defendia uma linguagem clara e um ensino metódico, “assim, dever principal do que ensina é meditar a materia de suas lições, pôr ordem, distincção, clareza nas idéas, usar palavras apropriadas, sempre ao alcance do alumno, ilustrar, enfim, todo o ensinamento com semelhanças, exemplo, contrastes, etc.” (DANTAS, 1932, p. 34).

Esses elementos citados já faziam parte do ideário renovador e foram interpretados por Anísio. Na sua versão a experiência concreta da criança com o objeto/meio/fenômeno não aparece. O ensino era intuitivo e as lições de coisas era um método essencial para a sua execução. Embora tenha abordado questões que estão implicadas nos métodos de ensinar, não se aprofundou em nenhum e, ainda, podemos dizer que também não prescreveu a adoção de métodos mais facilmente relacionados ou identificados aos renovadores da educação nova. Somado a isso, pitadas de prescrições pedagógicas em diálogo com a psicologia denotavam articulação com as tendências de uma escola nova.

Foi somente nesse período que a revista apresentou textos explicitamente no título e no conteúdo geral do artigo, na defesa e explicação da escola nova, embora em outros textos seja possível perceber elementos do movimento. Possivelmente o maior predomínio de textos explícitos ou não, voltados ao ideário escolanovista, tenha relação com a ideia já sabida de que a introdução e circulação desses preceitos tenha se dado principalmente a partir dos cargos editoriais, administrativos e ou políticos que os seus principais representantes exerceram.

Foram dois artigos na edição 3 (As directrizes da Escola Nova, Escola Nova), um na edição 4 e 5 (A escola nova e o professor), e um na 8 e 9 (A escola antiga e a escola nova). O

primeiro texto, publicado na edição 3, como o artigo inicial dessa edição, o que demonstra a sua relevância, foi uma transcrição da conferência proferida por Anísio Teixeira por ocasião da 4ª Conferência Nacional de Educação. Nele alguns elementos foram discutidos, como, por exemplo, o porquê da denominação escola nova e não escola progressiva (durante todo o texto fica evidente a relação com Dewey) e os elementos principais desse movimento de reconstrução escolar.

A criança foi defendida como centro do processo, em que as suas necessidades e natureza infantil deveriam ser respeitadas. Essa escola que aceita e respeita a personalidade infantil deveria ser bastante diferente da escola tradicional: “Nada ai lembra as escolas tradicionais que estamos habituados a vêr. São casas de criança onde a vida corre alegre, divertida, cheia de côres, movimento, riso e som. [...] Ha de tudo em uma adoravel desordem” (TEIXEIRA, 1932, p. 07).

Os expoentes da escola nova, estrangeiros e brasileiros, destinaram espaço para a contraposição da “escola tradicional”, livresca, verbalista, intelectualista e apartada da vida social concreta. Ela foi denunciada com fervor e alçada a um passado que deveria ser esquecido. Uma escola arcaica não combinava com o espírito da ciência, do progresso e da técnica, em que um novo homem, sob a égide de uma escola nova, deveria ser educado para um mundo novo. A ruptura com o passado foi discurso de vozes que lutavam pelo novo, moderno e tinha na retórica modernizadora elementos-chave, como os métodos ativos e a relação biológica e social do sujeito.

Demonstrando paixão incontida pelo novo e moderno, termos de grande fluência a soarem como recomendação em si mesmos, vivia-se uma época de separação e distinção entre o velho e o novo, o antigo e o moderno, a “consciência de ruptura” dos reformadores aparecia como percepção das demandas do tempo e da história. [...] uma polifonia verbal alardeava a iminência da passagem de etapas retrógradadas para outras modernas e industriais. (MONARCHA, 2009, p. 68).

Os programas e métodos de ensino também precisavam ser renovados. O eixo central era aprender para a vida, pois “o erro capital da pedagogia tradicional está no isolamento em que a escola e o programa se colocaram diante da vida.” (TEIXEIRA, 1932, p. 12). Seguindo a discussão, o texto ainda abordou sobre a importância das matérias seguirem uma organização

psicológica, do erro ser levado em conta no processo, e sobre a organização do conhecimento baseado nas ideias de Kilpatrick. Concluiu que:

1- A escola deve ter por centro a criança, e não os interesses e a ciência dos adultos; 2 – O programa escolar deve ser organizado em atividades “unidades de trabalho” ou projetos, e não em matérias escolares; 3 – O ensino deve ser feito em torno da intenção de aprender da criança e não da intenção de ensinar do professor; 4 – A criança, na escola, é um ser que age com toda a sua personalidade, e não uma inteligência pura, interessada, em estudar matemática ou gramática; 5 – Os seus interesses e propósitos governam a escolha das atividades à luz do seu desenvolvimento futuro; 6 – Essas atividades devem ser reais (semelhança com a vida prática) e reconhecidas pelas crianças como próprias. (TEIXEIRA, 1932, p. 25).

Na mesma edição foi publicado um poema do professor Mário Gomes, intitulado *Escola Nova*, que faz alusão da escola como um jardim, das crianças como as rosas e do professor como o jardineiro: “[...] E logo o jardineiro – o nobre mestre-escola, cuida de cada flôr e em cada uma corola depõe o rório e a luz; - A luz da consciencia, e o rocio matinal do riso encantador, porque a ESCOLA NOVA é toda paz e amor!”. A revista usa de outro gênero textual para chamar a atenção e demarcar a intenção: o ensino moderno está imerso nos preceitos da escola nova.

Na edição 4 e 5, a professora Ezilda Milanez abordou uma questão interessante: a dificuldade que havia em colocar em prática os princípios da escola nova, tanto do ponto de vista do professor quanto da família. Isso nos mostra que a inserção dessas ideias não ocorria sem disputas e embates somente no campo doutrinário da pedagogia, mas conforme demonstra o texto, para o próprio docente era difícil pois ia de encontro ao modo como ele aprendeu a vida inteira (havia resistência). A variedade de métodos dificultava a aplicação dos seus princípios, e além disso havia tensões entre os responsáveis pelas crianças, que reclamavam que os filhos não aprendiam, que a escola era só brincadeira e não havia respeito ao professor. A professora Ezilda destacou que

Tal é o caso da escola nova. Surgiu quase bruscamente no seio do grande mundo educativo. E pelas variedades dos seus metodos, e por ter feito ruir tudo quanto era antagonismo e rotineiro, causou um grande abalo e até escandalo entre as famílias, e professores também, que, coitados, não se conformam jámais com a derrocada do velho sistema educativo e de todos os seus apetrechos, procurando por todos os meios obstar a ação do professor, consciente do seu dever. (MILANEZ, 1933, p. 31).

Ezilda orientava os professores a terem paciência, agir em pequenas doses de renovação escolar e cativar os pais ensinando-lhes as vantagens, pois “[...] o que não se deve fazer é abandonar o terreno que já foi tomado de assalto, mas ir, palmo a palmo, ora enfrentando os velhos preconceitos sociais, ora aconselhando os próprios colegas [...]”, principalmente os fervorosos defensores da escola antiga. A revista demarcava o seu lugar de institucionalizadora das novas ideias e afirmava que os docentes eram propagadores dessa mudança, pois deveriam passa-las adiante, principalmente para os professores do interior, o que nos faz pensar que possivelmente era mais escassa ou difícil a circulação em alguns municípios do estado. Finalizou o artigo destacando que, “e mesmo para que a escola nova atinja sua verdadeira finalidade, é indispensável que o professor conheça bem os seus métodos, programas, processos, etc, para não vir de encontro ao progresso da mesma [...]” (MILANEZ, 1933, p. 33). A revista seria um lugar em que o docente encontraria essa formação.

Por fim, o último artigo cujo título tem o nome escola nova, foi publicado na edição 8 e 9 e voltava a um dos assuntos do primeiro texto da edição 2 que discorremos mais acima. Em *A escola antiga e a escola nova*, o professor e inspetor Manuel Viana Junior demarcava as diferenças entre as duas, tendo em vista que “a escola verbalística que preparou na confusão estiolante de suas anacronicas idéas, gerações e mais gerações, esta condenada a desaparecer cedendo o seu primado á escola ativa, cheia de luz e sol [...]” (VIANA JUNIOR, 1934, p. 55). A escola verbalística, que não primava pelas atividades sensoriais, centrada no professor, sem respeitar os interesses e necessidades da criança e sem relação com a vida, era um calabouço, e os professores eram os carrascos.

Viana Junior demarcou as principais diferenças possivelmente porque ainda havia dúvidas, objeções e resistências, vistos por ele no cargo de inspetor do ensino naquele momento. Segundo o mesmo, “ainda hoje encontramos partidarios dessa aberração, vicio de origem da nossa cultura, que na estreiteza do seu modo de pensar estão retardando a pratica da escola nova.” (VIANA JUNIOR, 1934, p. 56). O inspetor do ensino citou Dewey e Decroly como autores norteadores das concepções e práticas que deveriam nortear as escolas. Fica claro que durante a direção do José Baptista as ideias desse último autor foram citadas com mais afinco. Os centros de interesse rompiam com uma lógica impregnada nas práticas pedagógicas. Previa integrar os componentes, mudava o lugar dos sujeitos no processo, dava ênfase aos interesses

da criança. Essa era a matriz prática que se baseavam e desenvolviam as suas versões do método.

Como vimos, o discurso renovador que se instaurou nas últimas décadas no século XIX e adentrou o século XX sob o signo de Escola Nova não rompeu totalmente com as metodologias didáticas anteriores, a exemplo do método intuitivo e da teoria empirista que a pressupôs. Muitos dos seus elementos podem ser observados, e isso, inclusive, torna o trabalho do pesquisador bastante delicado. Não há uma delimitação acentuada e homogênea da Escola Nova, ou mesmo uma ruptura em fases facilmente demarcadas. Há Escolas Novas. O método intuitivo buscou também, a sua maneira, pensar sobre uma escola nova. Assim também houve, por parte dos educadores do período, apropriações desses princípios, modificando-se, em alguns casos, os sentidos.

Os usos dessas ideias configuraram a produção de um novo repertório pedagógico que aos poucos foi sendo apropriado, reconfigurado, readaptado. É necessária a compreensão de que a defesa ou adoção do método ativo, propaganda escolanovista, não ocorreu sem tensões, apropriações, estratégias, táticas. Entre o campo doutrinário e os procedimentos práticos dessas mudanças, os professores operavam com modelos/versões de aplicações usáveis adaptando o velho no novo e configurando o novo ao seu contexto real. As novas práticas se relacionavam com as práticas já consolidadas.

Na seção seguinte analisamos esses aspectos com o objetivo de compreender se a *Revista do Ensino* entre as edições 12 e 15, sob a direção de outro grupo, modificou as suas propostas pedagógicas e/ou as adaptou as posições e ideias do diretor do ensino do estado da Paraíba, monsenhor Pedro Anísio Dantas.

5.2 Sob o comando do professor Monsenhor: uma outra Revista?

A *Revista do Ensino* teve dois intelectuais paraibanos de matrizes profissionais, teóricas e pessoais diferentes, a frente do periódico em momentos distintos. O primeiro foi José Baptista de Mello e o segundo foi Pedro Anísio Bezerra Dantas (1883-1979), professor, líder da igreja católica¹⁰⁶ no estado, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e membro da Academia Paraibana de Letras. Como professor, Pedro Anísio ministrou as disciplinas de Latim e Teologia dogmática no Seminário da Paraíba, além de lecionar no Liceu Paraibano e na Escola Normal da Paraíba. Foi também fundador e diretor da Escola Profissional Padre Anchieta. Escreveu algumas obras de destaque relacionadas a religião católica, entre elas podemos citar: *Religião e o Progresso Social*, *Estudos Filosóficos*, *A Filosofia Tomista e o Agnosticismo Contemporâneo*, *Sociologia Evolucionista e Sociologia Cristã*, e *A Igreja - Reino de Deus na Terra*.

Pedro Anísio, ainda pouco revisitado na História e na História da Educação¹⁰⁷, tem, gradativamente, aparecido em trabalhos que discutem manuais didáticos do século XX, tendo em vista que é autor de várias obras, inclusive, duas delas especificamente voltadas a professores: *Tratado de Pedagogia* (1933), destinado a cursos de formação de docentes e que segundo Kulesza (2001) continha várias críticas ao grupo partidário da escola nova, e o *Compêndio de Pedologia e Pedagogia Experimental* (1937), publicado pela editora ABC limitada, do Rio de Janeiro, provavelmente pela sua influência e prestígio a partir do cargo administrativo que ocupava desde 1936.

¹⁰⁶ Não pretendemos fazer uma catalogação, mas citamos a seguir alguns estudos que se debruçaram sobre o universo da intelectualidade católica no Brasil: CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978; ERRERIAS, Cláudio Antônio Christante. *Catolicismo e educação na década de 1930: o escolanovismo de Everardo Backheuser*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000; NARCIZO, Rodrigo Mota. *Ministro de Deus, portador da luz: ações e enunciados católicos de modelação docente na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008; DAROS, Maria das Dores. *Intelectuais e projetos educacionais em disputa no Brasil dos anos 1930-1940*. Roteiro, Joaçaba, p. 255-270, 2013. Disponível em <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/2054/pdf>. Acesso em: nov. 2018; RODRIGUES, Cândido Moreira. O papel dos intelectuais nos primeiros anos do Brasil República. In: _____. *Aproximações e conversões: o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1928-1946*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 21-38; SOARES, Edvaldo. *Pensamento católico brasileiro: influências e tendências*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

¹⁰⁷ Publicamos no XI Encontro Maranhense de História da Educação – História da escola: métodos, disciplinas e currículos, que ocorreu em maio de 2018 na cidade de São Luiz/ Maranhão, em parceria com as pesquisadoras da iniciação científica da UFPB, Janaína Negreiros e Eryelle Mota, o texto intitulado *A intervenção de Pedro Anísio Bezerra Dantas na imprensa pedagógica da Paraíba durante a década de 1930*.

Em âmbito nacional Anísio Teixeira se demitiu do cargo de diretor da instrução pública do Distrito federal, em função de pressões políticas, e em dezembro do mesmo ano – 1935 – José Baptista foi substituído, não por acaso, pelo militante católico Monsenhor Pedro Anísio, contribuindo para a direção que o país caminhava, uma vez que Getúlio Vargas tinha aliança política com a igreja católica. Em dezembro de 1935, o então governador Argemiro de Figueiredo, criou o Departamento de Educação e indicou Pedro Anísio, sujeito vinculado ao grupo militante católico da época, como o primeiro diretor, e, por conseguinte, diretor da *Revista*.

Foram quatro edições (12, 13, 14, 15) sob a sua direção em parceria com a professora Débora Duarte, o que mostra, em certa medida, a abertura dos espaços para as mulheres. As três primeiras edições tiveram uma regularidade na frequência de publicação (trimestral), mas a nº 15 foi lançada depois de um ano após a edição nº 14. A quantidade de páginas dessas edições (68, 118, 168, 137), assim como o número de artigos (14, 19, 33, 24), quando analisados no conjunto das publicações, demonstram que a revista teve um grande desenvolvimento material no período. Inclusive a edição de 14 de setembro de 1936 foi a que apresentou mais fotografias.

É necessário destacar que desde a promulgação da primeira constituição republicana, em 1891, que estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado, a tensão entre valores liberais e confessionais foi colocada, ainda que por vezes nas entrelinhas, na agenda política do período. Nas décadas seguintes, especialmente na década de 1930, os antagonismos foram engendrados nos discursos de professores e intelectuais, tendo em vista a difícil relação entre a expansão do poderio religioso, principalmente no tocante a ter a educação sob a sua tutela, e os princípios liberais de ensino laico, público, livre e universal. Conforme afirmou Gonçalves (2018, p. 280), “o projeto católico, por meio de suas lideranças intelectuais e do magistério público, era o de criar e consolidar repertórios discursivos e práticas de militância, especialmente vinculadas ao professorado.”

Vários sujeitos da intelectualidade católica, inseridos na administração estatal, foram alçados a protagonistas responsáveis por manter a notoriedade do catolicismo a partir dos espaços que ocupavam. As disputas discursivas nos campos filosóficos, científicos e religiosos produziram muitas ideias em defesa do protagonismo da igreja, publicadas em diversos suportes.

Tradicionalmente o debate educacional do período, principalmente a partir da década de 1930, foi dividido entre duas visões por algum tempo consideradas totalmente discrepantes, a dos católicos e a dos chamados pioneiros. A denominação do primeiro grupo se refere a setores do laicato católico e o segundo, a posição de signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que se apresentou em defesa de uma educação pública, gratuita e leiga. Estava posta a luta pelo controle do campo pedagógico. E nesse contexto o impresso, e aqui incluímos a imprensa pedagógica, se tornou instrumento fundamental para modelar o discurso e a prática dos professores. (CARVALHO, 2005).

Estava posta também a oposição entre o dito tradicional e o moderno. Todavia, tais visões não podem ser compreendidas como posições estanques e homogêneas. Conforme Freitas e Biccas (2009, p. 51), “aceitar sem restrições a homogeneidade dessa polarização dificulta compreender o teatro das tensões que se oferecia ao espetáculo político de então”. Desta forma, defende-se hoje a ideia de que no interior do próprio “grupo” – católico ou liberal, não havia uma visão homogênea e coesa dos princípios que giravam em torno da Escola Nova; que alguns escolanovistas eram católicos e que alguns católicos não tinham tanta resistência às novas ideias, e que, portanto, nos chamados pioneiros da educação nova não havia apenas intelectuais “renovadores”, e nos católicos não havia apenas intelectuais “tradicionais”. Tais posições passavam pelo jogo político da época e pelas posições políticas e administrativas ocupadas por seus membros. Cada autor a seu modo e sob objetivos e contextos externos e internos diferentes, desenvolveu uma interpretação sobre as concepções vinculadas a Escola Nova.

Para além da utilização destes termos de forma polarizada, nós utilizamo-los a partir do entendimento de que as posições que esses sujeitos assumiram vinculados a esses grupos não possuem divisões tão rígidas quanto se apontou pela historiografia de algumas décadas anteriores. Analisar as aproximações e distanciamentos desses grupos nas páginas da imprensa, e especialmente em materiais desenvolvidos por professores e para docentes primários nos parece bastante interessante.

Durante as publicações de nº 12, 13, 14 e 15, o professor e monsenhor Pedro Anísio e a secretária, a professora Débora Duarte, estiveram à frente da *Revista do Ensino*. Será que a revista mudou? O ideário pedagógico era outro? Os conselhos e instruções para formar o professor sofreram alterações? Em busca de respostas (ou outros questionamentos) para essas indagações, começemos por pontuar que durante esse período circulou 6 textos ligados a

métodos de ensino e 10 textos relacionados a modelos de aula. A revista começou a tomar feições mais técnicas no sentido de publicar mais leis, decretos, documentos e atos oficiais. Além disso, temáticas como estatística educacional, elementos de história e geografia local, modos de ensinar e métodos de ensino, tiveram destaque. Essas edições poderiam ser analisadas sob o ponto de vista de vários aspectos. Não pretendemos explanar cada um deles. Optamos por fazer uma análise mais geral do conjunto dos textos.

Na edição nº 12 fica clara a tendência da nova fase da revista. O artigo de abertura trouxe na íntegra a lei nº 16, que reformou a instrução em dezembro de 1935. A revista teve nesse período uma forte função de suporte dos atos oficiais do estado e apresentava todas as nomeações, licenças, exonerações, transferências de professores, de cadeiras e jubilações. Além disso, trouxe os atos específicos do diretor do departamento de educação. Também na edição nº 13 e 14 apresentou a Constituição do estado da Paraíba na íntegra, demonstrando que a revista previa formar os docentes também para a conscientização do conjunto de leis, normas e regras que preveem o funcionamento do estado.

A edição nº 12 publicou um texto importante e que, após a lei apresentada, dá abertura a revista. Foi o discurso do diretor do departamento por ocasião da festa de colação de grau da Escola Normal. Mais adiante, um artigo exaltando os feitos realizados no setor da instrução no governo de Antenor Navarro e Argemiro de Figueiredo. Apresentou ainda um texto sobre pontos geográficos da Paraíba, um sobre a Escola de Aperfeiçoamento, sobre os museus escolares, o ensino de linguagem, as escolas rurais, as caixas escolares, um sobre a necessidade e importância do professor saber expor sem interrupções, e vários atos oficiais do departamento e do diretor. Identificamos que o conteúdo da revista e as fotografias (edição nº 12), inclusive a da capa (desenho do prédio do Instituto de Educação da Paraíba, instituição que teve sua construção indicada na lei nº 16) demonstra a importância da propaganda governamental, presente nas várias fotografias, e pessoal, na figura do diretor, instaurada nessa fase, que teve nas quatro edições sob sua direção, dez textos publicados em sua autoria¹⁰⁸.

Explícita ou implicitamente as doutrinas cristãs foram disseminadas ao longo da revista. No *Discurso pronunciado pelo Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas, na festa de colação de grau, da Escola Normal de João Pessoa – Novembro de 1935*, na edição nº 12, vários pontos

¹⁰⁸ Na edição nº 14 Pedro Anísio publicou vários textos, em lugares distintos da revista, mas que correspondiam a um único relatório apresentado ao departamento enquanto diretor. O documento foi dividido em: *A reorganização do Ensino Primario, A construção de edificios escolares, A reforma dos methods educativos, O ensino particular*.

podem ser observados. O professor e o monsenhor se misturam na gama de conselhos e de apreciações sobre a escola, a educação, o dever do professor, a incumbência do Estado, da família e da Igreja.

Pedro Anísio foi enfático ao destacar o valor da família e afirmar que ela jamais poderia substituir a escola. Mas esta também não poderia se apartar da família. Cada uma dessas instituições tinha um valor e uma função específica. A primeira “ao lado das grandes instituições incumbidas de formar o homem e disciplinar-lhe o character, apparece, num relevo inconfundivel, a escola, a comunidade educativa [...]” (DANTAS, 1936, p. 10); e “a familia é a sociedade primordial que tem por fundamento o matrimonio monogâmico. Mediante a união indissoluvel do homem e da mulher [...]” (DANTAS, 1936, p. 11).

Pedro Anísio defendeu a instituição escolar, mas definiu que não cabia ao Estado toda a responsabilidade sobre ela: “o Estado moderno já se não contenta com a simples inspecção da escola, mas quer subordinal-a a seus interesses; arroga-se todo o direito de fundal-a, mantel-a e traçar-lhe as directrizes” (DANTAS, 1936, p. 11). Para ele não competia ao Estado essa incumbência total, afinal, durante séculos a Igreja e a família foram os responsáveis e tiveram bons frutos.

Embora o Estado tivesse parcela nessa tutela, para ele não deveria ser generalizada, pois “[...] nada justifica intromissão exagerada que cercete a liberdade de consciencia, viole os direitos inalienaveis dos paes e véde á Igreja o exercicio de seu magistério divino, de sua missão santificadora” (DANTAS, 1936, p. 12). Aqui fica evidente a oposição ao Estado Laico, ou, pelo menos, à laicidade na educação, princípio defendido por alguns grupos na época como aquele “[...] alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas” (MANIFESTO, 2006, p. 193).

Conforme os católicos, a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável à reforma da sociedade. (SAVIANI, 2008, p. 257-258).

O intelectual católico defendia que só a religião daria o sentido profundo da vida e da santidade, por isso, “a Igreja não se pode desinteressar da escola, antes della se valle para

cumprir o mandato que o Divino Mestre de restaurar a humanidade decahida, de renovar a face da terra e de formar uma mentalidade nova [...]” (DANTAS, 1936, p. 12). A escola como prolongamento do lar, deveria ter a religião nela circunscrita, e o professor, obreiro da obra do Senhor, era a representação dele na terra. Aqui se distancia, em certa medida, do caráter científico e profissional, disseminada pelos renovadores.

Outro ponto de embate com a renovação proposta pelos defensores da laicidade educativa era o papel do professor na instituição escolar. A interpretação sobre a figura do professor para os renovadores da educação soou para o intelectual Pedro Anísio Dantas como a retirada total da autoridade do mestre, que chegou a afirmar que a escola nova: “[...] cai no axaggero quando faz do menino o centro da vida escolar. [...] chegar ao ponto de eliminar da instrucção o mestre, ou o que dá no mesmo, tornal-a coisa secundaria, fóra preconizar a anarchia, o cáos, a destruição, em summa, da comunidade escolar.” (DANTAS, 1936, p. 14). De Rousseau aos ditos renovadores, essa concepção era errônea: “[...] aquelles que com Rousseau e os pragmatistas modernos, tentam annular a influencia do mestre, deformam o facto educativo, e tomam por falsas vias.” (DANTAS, 1936, p. 13).

A sua maneira, ele estava dizendo às futuras professoras que o mestre é a alma da escola e a figura principal deveria ser ele. Nesse sentido, provavelmente a criança não deveria ser levada como centro do processo, posição contrária aos que defendiam a vertente liberal. No entanto, no mesmo texto, o autor afirmou que mesmo fazendo isso, a escola nova tem um ponto interessante: “[...] a doutrina encobre uma alma de verdade, e põe em evidencia a necessidade de observar o alumno nas diversas phases de seu desenvolvimento [...] sem o que jamais se poderá lograr exito no trabalho educativo.” (DANTAS, 1936, p. 13). Ele não apregoava o ensino verbalista e sem relação com as necessidades da criança, mas dava outro sentido a isso. Os contornos e limites que separavam os discursos escolanovistas e católicos, não eram muito definidos e distoantes ao extremo.

No seu relatório publicado na edição nº 14 da revista, Pedro Anísio se mostrou adepto a algumas ideias da escola ativa e descreveu que

Para a revisão dos valores educativos nas escolas e modificações dos systemas e processos de ensino creou-se, nesta Capital, um corpo de inspectoras technicas, escolhidas dentre as professoras paraibanas mais familiarizadas com a pratica dos methodos da escola nova. (DANTAS, 1936, p. 44).

Foram contratadas quatro inspetoras técnicas: duas indicadas pelo governador e duas pela diretoria do ensino do estado. Elas atuavam através de visitas aos grupos escolares: “[...] orientam o ensino, organizam jogos educativos e collaboram com as professoras na vida orgânica dos estabelecimentos escolares [...]” (DANTAS, 1936, p. 44) e sugerem modelos de lições, “[...] ensaiando os novos methods, os “projectos”, os “Centros de interesse”, o diario de classe, os testes, a preparação dos albuns infantis, etc.” (DANTAS, 1936, p. 44).

Na edição nº 14 também foi publicado um artigo (*A Psychologia objectiva*), sem autoria, que versou sobre aspectos ligados a ciência e a religião no ensino. Entre alguns elementos abordados, nos chamou atenção a defesa de que

A pedagogia moderna transformou a escola em campo de pesquisas scientificas, entregando-se ás “mensurações”, aos testes, aos exaggeros do methodo objectivo, e deste modo, veio a cahir nos mesmos defeitos que exprobara á Pedagogia tradicional. (A PSYCHOLOGIA..., 1936, p. 6-7).

Para o autor (ou a autora) as ideias novas estavam tomando um rumo desastroso, principalmente porque elas desprezavam a “[...] philosophia da vida, da educação integral, dos problemas capitaes da escola, quer dizer, da formação do homem completo, com todas as suas tendencias e faculdades e sua missão ethico-religiosa, no meio em que vive.” (A PSYCHOLOGIA..., 1936, p. 7). A educação é indicada nesse texto a estar sempre atrelada a uma mentalidade religiosa, que busque por meio da formação integral, a evolução da alma e o desenvolvimento do espírito.

Em outro artigo, na edição nº 12, é possível perceber alguns elementos importantes sobre as ideias que adentravam o ensino e foram denominadas de novas. O professor e inspetor do ensino Viana Júnior, no texto *Museus Escolares*, defendia um dos elementos principais do movimento renovador: a elaboração dos museus¹⁰⁹ por meio dos recursos como a elaboração de coleções desenvolvidas pelos alunos, sob a orientação do professor, contendo gravuras, fotografias, mapas, recortes de jornais, que tivesse como referência a alimentação, o vestuário, a habitação, um gabinete para as experiências físicas e químicas, e que promovessem a associação da escola com as coisas do meio (ou, com outras palavras, com a vida).

¹⁰⁹ Assim como os museus escolares foram prescritos, as bibliotecas escolares também foram alçadas a elementos importantes. Na *Revista do Ensino*, edição nº 14, há um texto da professora Débora Duarte, *Bibliothecas nas Escolas Primarias*, em defesa das bibliotecas nas escolas primárias e orientações de como organizá-las.

Neste artigo, o professor e inspetor Manuel Viana Júnior (1936, p. 19) afirmou que “somos de opinião que o indivíduo deve “aprender fazendo”. No trabalho para o qual concorre a habilidade manual entra a analyse minuciosa por meio da observação. Aprende-se mais vendo do que ouvindo. Fazendo do que vendo.” Os objetos deveriam ser confeccionados ou colhidos pelas próprias crianças e serem de fato manipulados e não ficarem envidraçados, como comumente ele via em outros lugares. Deveriam também partir do interesse da criança a partir de fatos vivenciados por elas em seu cotidiano. O autor deixa evidente em várias partes do artigo que tudo que fosse desenvolvido deveria ser com o auxílio “do seu colega mais velho”, o professor.

A renovação para os católicos também envolvia os preceitos modernos e usava as referências dos seus representantes para dar respaldo às prescrições, como presente nesse artigo. Para indicar a importância e como desenvolver museus escolares, o autor deixou claro que se baseava no livro *Technica da Pedagogia Moderna*, de Everardo Adolpho Backheuser, intelectual católico e carioca que estabeleceu a interlocução entre ciência e religião. Aos poucos a revista também indicava explicitamente ou não, as leituras sugeridas aos docentes. Na edição nº 12 o periódico apresentou num quadro uma citação de uma página de São Tomás de Aquino. Todavia, o repertório não estava fundamentado apenas em referências¹¹⁰ ligadas à intelectualidade católica. A revista citou autores como John Dewey no texto *A importância de saber expor sem interrupções*, edição nº 12, retirado de fonte não divulgada, e Fernando de Azevedo, na edição nº 14, no artigo *Classificação de Alumnos*.

Em alguns poucos momentos é possível perceber mais claramente o viés religioso, como, por exemplo, na edição nº 15, na seção *Noticiario*, que publicou que a imagem do Cristo ressuscitado estava sendo afixada nas salas de aula como um movimento glorioso do professorado: “O espirito de religiosidade de nosso professorado cada dia mais se corporifica,

¹¹⁰ Na edição nº 14, a revista indicou alguns livros aconselhados aos professores: A. Jovino – *Lingua Patria*, Marques da Cruz – *Portuguez pratico*, Julio Pires Ferreira – *Exercicios de Português*, Leonor Pousada – *Um punhado de exercicios escriptos*, Leonor Posada – *Um punhado de assumptos para exercicios de redacção nos cursos médio e complementar das escolas publicas e primarias*, J. B. Mello e Souza – *Exame de admissõa*, volume 2, *Português*, Professor do Liceu Nac. Rio Branco – *Exame de admissõa aos cursos gymnasiaes*, Affonso Lopes de Almeida – *A arvore*, Viriato Correia – *Historia do Brasil para crianças*, Seth (coleção) – *Meu Brasil*, Valdemiro Potsch – *Brasil e suas riquezas*, M. Jarack – *Lições de moral e instrucção civica*, Renato Jardim – *Geographia da criança*, A. de Rezende Martins – *Geographia elementar*, Gaspar de Freitas – *Manual de conhecimentos uteis*, Tito Cardoso – *Geometria primaria*, Thesouro da Juventude – *Colecção*, Vida Hygienica pelo professor Deotado de Moraes, *Como se ensina leitura* – Edicção Globo, *Como se ensina linguagem* – Firmino Costa, Serie C – *Programmas e guias de ensino do departamento de educação do Distrito Federal*, *O meu mestre de Physica* – Miguel Milano, *Galeria de grandes homens* – Organizada sob a direcção do prof. Alvaro Guerra, *Historia do Brasil* – Esmeralda Lobo.

dado o movimento de sympathia que se derrama por todas as escolas do Estado, com a aposição do Christo Crucificado nos salões de aulas.” (APPOSIÇÃO..., 1937, p. 42).

Sob a direção do Pedro Anísio, o surto de renovação educacional com as suas diferentes concepções, diretrizes, práticas e matrizes teóricas, adentrou a *Revista do Ensino* da Paraíba. A renovação incidiu especialmente nos métodos de ensino e no material de uso disponibilizados aos docentes. Como não havia um campo de consenso entre as formulações teóricas e práticas, cada professor atuou no espaço da revista formando a partir da sua interpretação sobre as ideias em circulação. Eles, portanto, fizeram escolhas e operaram no campo das estratégias e táticas. Cabe deixar claro aqui também que mesmo um dos membros da direção da revista ser vinculado ao laicato católico, os docentes que atuaram não eram todos ligados a vertente religiosa do Pedro Anísio.

A professora Carmelita Pereira Gomes, em *Primeiros passos no ensino da linguagem*, edição nº 12, demonstrou que os docentes também faziam escolhas sobre o quê do moderno em ensino seria melhor para ser trabalhado. Já argumentamos no capítulo 2 sobre os métodos sintéticos e analíticos. Na renovação em voga os métodos analíticos eram os recomendados, fugindo do verbalismo e da memorização que carregava o ensino pelo método sintético. Argumentando sobre o melhor método para o ensino da linguagem com as crianças, ela foi contrária ao ensino pelo método analítico, utilizado isoladamente.

Durante muitos séculos esteve em vigor o methodo synthetico no ensino da linguagem, com a apprendizagem enfadonha das letras, segundo o alphabeto, a soletração, a formação da syllaba, da palavra e finalmente da phrase. Surgiu após o periodo de grande entusiasmo pelo ensino analytico. Pretendiam muitos sepultar de vez o methodo antigo, como cousa antiquada, sem nenhum valor. Entretanto, por maiores que sejam as vantagens do methodo analytico não podem ser taes que destroem o velho methodo synthetico. Este continuará a prestar serviços inestimaveis. (GOMES, 1936, p. 25).

A professora afirmou que embora o analítico tivesse as suas vantagens, ele deixava muito a desejar, pois as crianças, muitas vezes, chegavam em determinado ano da escolarização e não sabiam ler (chegavam a não conhecer nenhuma palavra) e escrever adequadamente. Por isso ela indicou que fosse utilizado os dois métodos. Um complementaria o outro. O analítico usado isoladamente não surtiria efeito nas classes. Carmelita Gomes (1936, p. 27), destacou que “e’ certo que o methodo analytico desenvolve rapidamente a leitura infantil, evita a apprendizagem lenta das letras e das syllabas, levando o menino a interessar-se pela importancia

da leitura e da escripta.” No entanto, apenas com o uso do analítico, “[...] o educando não aprende com exactidão os elementos da palavra, porque mui ligeiramente passa sobre elles [...]” (GOMES, 1936, p. 27). Essa foi a versão dessa professora que taticamente fez uso do repertório novo que emergia.

Na edição seguinte (nº 13), a revista circulou um plano de aula, elaborado pela professora Eurydice Salez, no texto *Uma lição de linguagem – O carteiro e as cartas*. Nele a docente apresentou uma sugestão de aula cujo conteúdo era o aprendizado das sílabas. Ela não deixou claro o método que pressupôs a sua aula, mas utilizou a sua interpretação da renovação pedagógica quando estimula a atividade da criança na construção do conhecimento. Ela propôs uma situação fictícia em que um aluno é o carteiro e o outro recebe a carta. Nesta há frases. Essas frases deveriam ser escritas no quadro e delas serem retiradas as sílabas das palavras. A lição se desenvolveu por meio de perguntas e ações sugeridas pelo professor para os alunos. No 2º ano o professor poderia acrescentar desenhos, objetos deles ou da classe, plantas, e outros materiais que desenvolvesse a imaginação, pois “[...] transmitindo-lhes entusiasmo, terá sem duvidas o professor que fazer vencer algumas dificuldades mas verá que brincando também se ensina e brincando muito se aprende.” (SALEZ, 1936, p. 53).

A professora Carmelita Gomes, na edição nº 14, voltou a publicar na revista sobre o ensino da linguagem. No referido texto a docente abordou também os elementos renovadores citados pela professora Eurydice Salez e apontou mais alguns. Para Carmelita, felizmente a pedagogia moderna havia mudando, e agora considerava como primordial as experiências dos alunos: “os programmas de didactica renovada para o ensino da linguagem, na escola primaria, inspiram-se todos na idéa de fundar o ensino sob a viva experiencia do menino.” (GOMES, 1936, p. 46). A escola apoiava-se na leitura, escrita, trabalhos manuais, músicas, desenhos, jogos, gravuras, histórias, anedotas, fábulas, dramatizações, excursões, e na prática por meio da experimentação. Todos esses elementos despertavam o prazer e o gosto da criança em aprender. Citando Dewey, a professora expôs que

Quando se tem oportunidade de pôr em jogo, com actos materiaes, os impulsos naturaes da criança, escreve Dewey, a ida á escola torna-se uma alegria [...] por isso é que na escola renovada, na escola ativa, sem os exageros dos theorizantes, ha lugar para os brinquedos e os jogos, que perdem o caracter de meras diversões [...]. (GOMES, 1936, p. 46).

A criança nas primeiras séries deveria aprender, sobretudo, por meio do método intuitivo, concreto e por meio das experiências. A docente também defendeu que as matérias não deveriam ser separadas umas das outras, mas associadas, pois, “dada a sua importancia capital, ja se considera hoje, triumphante o methodo da globalização preconizada por Dewey, Meumann, Decroly e Degand e todos os adeptos da Escola Nova.” (GOMES, 1936. p. 47).

Essas questões sobre método também figuraram na edição nº 13, do mesmo ano. Debora Duarte, professora e secretária na direção da revista, escreveu o texto *Globalização do ensino*, em que defende o ensino global e se posiciona contra os métodos sintéticos. Para a professora, mesmo banidos os métodos sintéticos, atrelados à escola tradicional, ainda persiste a separação e o ensino desconexo entre as matérias e os assuntos. Ela destacou que no ensino global “[...] não ha preocupação da hora fixa e limitada para cada disciplina, pois os horarios se tornam perfeitamente dispensaveis e até prejudiciaes [...] A globalização uni organicamente todas a materias, considerando-as como parte de um estudo único.” (DUARTE, 1936, p. 25-26).

Ela indicou que pelo menos nos primeiros anos seria ideal que o ensino fosse baseado nos *centros de interesse* (não deu exemplos). Auxiliam nesse processo os jogos, os trabalhos manuais, de jardinagem, atividades coletivas. Por fim, alertou ao professor sobre a necessidade de planejamento das lições a fim de evitar o improvisado, tão comum nas escolas. Essa questão ligada ao planejamento e também a burocratização das atividades docentes (como a elaboração de planos, o preenchimento das cadernetas, o envio de dados estatísticos educacionais) tinha relação com a crescente profissionalização e cientificidade da carreira.

Na seção *Noticiario* a revista costumava apresentar relatórios de inspeção escolar dos municípios. Na edição nº 15, publicou o relatório do município de Pombal, assinado por sua inspetoria regional do ensino. Um dos pontos abordados foi *Methodos e Processos*. Nele o setor responsável apontou que o método intuitivo, os centros de interesses e a globalização do ensino estavam sendo desenvolvidas nas escolas, que

Vencendo a rotina da lição individual e sem interesse, homogeneizámos as classes e sub-classes, ministrando aulas pelos methodos intuitivos e atractivo sob os processos de observação associação e expressão, em modos simultaneos, planos de lições, globalização, centro de interesse, os projectos, album escolar, boletins de notas e premios. (NEVES, 1937, p. 49).

Ainda sobre como o professor deveria ensinar, a revista apresentou na edição nº 15 o texto *Principios basicos do methodo didactico*, da professora da Escola Normal Argentina

Pereira Gomes. Essa docente buscou em Comenius, Pestalozzi, Froebel e Herbart as raízes do desenvolvimento da pedagogia moderna, para explicar o quanto a educação havia mudado e contribuído para uma “[...] Escola Nova alegre, atrahente e formosa fundada nas leis psychologicas do aprendizado, na observação e na experiencia.” (GOMES, 1937, p. 62). A professora criticou a escola tradicional por ter um viés intelectualista, abstrato e que não levava em consideração a psicologia infantil. A escola nova, pelo contrário, pretendia ter um caráter objetivo, científico, pautado na observação, assentado na intuição da criança, nos órgãos dos sentidos, na experiência e nos seus interesses.

Essa professora, apoiada nos preceitos do pedagogo e psicólogo alemão Ernst Friedrich Wilhelm Meumann (1862-1915), partidário da psicologia experimental, explicou para os leitores da revista os estágios da elaboração do mundo experimental para a criança. São eles: síntese fantástica, análise indutiva e síntese racional. Ela considerou que “[...] não é possível ensino científico sem a observação da criança para conhecer as leis do desenvolvimento physico e adaptar os ensinamentos às capacidades nativas e aos seus interesses.” (GOMES, 1937, p. 65) e que “[...] só uma pedagogia científica baseada na análise individual do aluno poderá oferecer ao professor elementos para aplicação eficiente dos métodos.” (GOMES, 1937, p. 65). Argentina Gomes, também defendeu o ensino globalizado pois este não agruparia as matérias separadamente, mas de acordo com os interesses, associações e correlação entre os estudos.

O princípio da globalização do ensino, destacado por Débora Duarte, também foi citado no preâmbulo do novo programa de ensino primário do estado da Paraíba, sancionado pelo diretor do ensino em 1936 e publicado na revista nº 13: “embora ainda não esteja regulamentada a globalização do ensino, os programmas não impedem a iniciativa do mestre nestce sentido, contanto que se limite às materias fundamentaes, nos primeiros graus [...]” (PROGRAMMAS..., 1936, p. 60).

Cabe ressaltar que por meio desse periódico os professores ficavam atualizados das modificações que ocorriam e poderiam modificar/ auxiliar as suas práticas. Essa edição apresentou o programa do 1º, 2º e 3º ano primário dividido nas seções: língua materna, leitura, escrita, aritmética, dezena, história do Brasil e geografia, higiene, ciências naturais e lições de coisas, geometria, desenhos, trabalhos manuais. Não foi citado método de ensino explicitamente, embora o programa apresente a seção ciências naturais e lições de coisas.

É possível perceber que as lições de coisas estão presentes, não com todos os seus passos, mas com alguns dos seus elementos no decorrer do programa. Tais elementos estão entrelaçados a outros do repertório renovador, como os passeios e excursões, ensinar a partir do que está mais próximo/ realidade da criança, utilização de historinhas, planejar trabalhos em que as crianças possam produzir e não apenas reproduzir (principalmente em trabalhos manuais e desenho), embora a observação ainda seja o instrumento mais utilizado. Apenas no conteúdo de ciências do 3º ano (nesse ano a disciplina Ciências e lições e coisas foi modificada¹¹¹ para a nomenclatura de ciências naturais), consta a indicação de um centro de interesse intitulado *O Boi*.

Na edição nº 14, no programa do 4º ano também foi sugerido um centro de interesse - *A água*, e no do 5º ano – *O algodão*. O formato do centro foi assim sugerido:

A água. A chuva. O ar. A atmosfera. O relâmpago. O trovão. O raio. O parraios. A água nos três estados. A chuva de pedra. O orvalho. O sereno. A evaporação. As nuvens. Os lençóis d'água. Os poços artesianos. As águas medicinaes. Brejo das Freiras e Mumbaba. Água doce. Os rios. Os açudes. Água salgada. O mar. Os movimentos do mar. Necessidade que as plantas tem da água. As fontes. A água potável. O filtro. (PROGRAMMA..., 1936, p. 98).

Os formatos das sugestões de aulas, prontas ou com aspectos indicativos apenas, variou durante essas edições, embora os elementos da renovação tenham sido similares. Na edição nº 14, por exemplo, circulou um modelo diferente de aula. Em *Ensino de Arithmetica*, Lucila Gonçalves apresentou um plano de aula para o 2º ano primário, cujo conteúdo foi o sistema métrico. A professora fez o modelo em seções explicando em cada uma delas o que o professor deveria fazer. Vejamos:

PLANO DE AULA

Classe: 2º Anno

Assumpto: systema métrico

Material didacto: lapis, regua, caderno, borracha, tesoura, gomma-arabica, esquadro, papel, um metro de madeira, uma fita metrica, etc.

¹¹¹ No programa do 3º ano também foi inserida outra disciplina, intitulada Instrução moral. Mais uma modificação no programa está presente na edição nº 14. Foi modificado para o 4º ano a disciplina Instrução Moral para Instrução moral e cívica. Para esse componente, por exemplo, um dos conteúdos era “ A bandeira nacional – Explicar as cores. Signal de respeito que se deve ter á Bandeira quando passar por ella (tirar o chapéo). Quando é ella hasteada. Ouvir de pé e sem chapéo o Hinno nacional. Aprender a cantal-o com atitude correcta.” (PROGRAMMA..., 1936, p. 99).

Material intuitivo: Apresentar á classe o mappa do Systema Metrico, o metro, a fita metrica, uma peça de fita, cordão, barbante, pedrinhas, feijão [...] METHODODO inductivo: indo do particular ao geral. (GONÇALVES, 1936, p. 70).

Em seguida, ela dividiu¹¹² a lição em cinco momentos que denominou de: preparação, exposição, explicação, recapitulação e aplicação prática. No primeiro ela propôs o ensino do metro por meios espontâneos, utilizando os palmos, polegadas, braçadas, pisadas e vara. Depois, na segunda etapa, sugeriu que fosse contada uma história, em linguagem infantil, que envolvesse o sistema métrico. No terceiro momento o docente deveria explorar o conteúdo da história, explicando-o, e indicar para que os alunos medissem com o auxílio da fita, a altura dos colegas, da cadeira, dos livros, das mesas, etc. Feito isso, as crianças também construiriam régua de madeira, cartolina, fita. Na recapitulação era o momento de interrogar os alunos sobre alguns elementos da lição: “Como se pode medir a altura de uma mesa? De uma casa? Há necessidade do metro? Porque é melhor medir com o metro? Podemos medir uma criança? Como podemos achar o comprimento de um muro? [...]” (GONÇALVES, 1936, p. 71). Por fim, na seção aplicação prática é recomendado que o professor relacione o que ensinou às necessidades da vida para que a criança seja capaz de realizar cálculos do cotidiano.

Nesse modelo de aula o conhecimento parte da experiência (da mais próxima da criança) e tem como ponto final a relação do conteúdo com a vida prática. Utilizou os órgãos dos sentidos humanos e a experiência prática por meio da confecção de materiais, para dar sentido ao que foi aprendido, e no momento final sugeriu a resolução de cálculos sobre o conteúdo aplicado ao dia a dia. Essa foi a concepção do método de ensino que a professora colocou em prática.

Outro conteúdo alçado a temática imprescindível nas páginas das edições sob a direção do Pedro Anísio e Débora Duarte, foi a estatística educacional¹¹³. Na edição nº 13 o artigo de abertura *Um problema de estatística – a frequência escolar*, assinado pelo diretor da revista, trouxe nas vinte e três páginas seguintes uma espécie de relatório sobre a frequência escolar no

¹¹² A professora Argentina Gomes, na edição nº 15 da revista, apresentou os cinco passos formais do ensino: preparação, apresentação, associação, recapitulação e aplicação. A explicação desses passos pela professora Argentina está relacionada aos passos descritos pela professora Lucila Gonçalves. Parece-nos, portanto, que havia um modelo de plano de aula em circulação.

¹¹³ Cabe lembrar que a lei nº 16 que criou o Departamento de Educação do estado, tinha como uma das suas seções a Inspetoria geral do ensino e dos serviços de estatísticas educacionais. Certamente, a centralidade desse assunto se deu também em razão da existência desse setor.

estado da Paraíba, apresentando várias tabelas, gráficos e conclusões sobre dados estatísticos de alguns municípios, justificado pelo autor como necessario pois “o magno problema da frequencia escolar, que já recebeu alguns Estados solução plausivel, continúa a desafiar a tenacidade da administração publica da Parahyba.” (DANTAS, 1936, p. 03).

Indicar corretamente a frequência nos mapas escolares foi um dos objetivos do texto e esteve presente em outros artigos como instrução essencial ao trabalho docente. Essa burocracia escolar tão necessária fazia parte também de um movimento nacional de atualização de dados estatísticos e de elaboração de inquéritos, pois a frequência é um indicador estatístico educacional. Esse levantamento estatístico foi citado pelo professor João Leomax como investimento nacional do governo do presidente Getúlio Dorneles Vargas e, “[...] assim é que, paulatinamente, vae s. excia. emprestando real valor á estatistica e trabalhando com afinco para fixar, em cifras mais ou menos exactas, todos os aspectos das nossas atividades publicas e privadas.” (LEOMAX, 1937, p. 86).

Na edição nº 15, um dos textos que se debruçou sobre o assunto foi o artigo *Estatistica e Educação*, de João Leomax, professor e representante da diretoria geral do serviço de estatística, que explicou a importância da estatística educacional

[...] que tem por escopo fixar em algarismos relativamente exactos todos os aspectos do nosso desenvolvimento cultural. [...] é, incontestavelmente [...] uma das mais uteis e importantes, pois nos falla a respeito do nível intellectual dos povos [...]. (LEOMAX, 1937, p. 82).

Por isso era fundamental as informações sobre as matrículas, a frequência, dividida por sexo e natureza da instituição – pública ou particular. Esse trabalho ajudaria, por exemplo, a detectar a taxa de analfabetismo e auxiliar na elaboração de meios para diminui-lo. Afinal, “[...] quer se trate de problemas administrativos, quer se trate de problemas puramente pedagogicos, o methodo estatistico tem vasta applicação.” (LEOMAX, 1937, p. 82).

Arelado à elaboração de dados escolares, foi dada ênfase à produção de material sobre a história e a geografia local. É válido ressaltar que o IBGE (não com o formato atual) foi regulamentado em maio de 1936, e muito provavelmente esses esforços em catalogar dados geográficos, por exemplo, tenha relação com isso. Outro elemento que possivelmente tenha alavancado essa preocupação está presente na edição nº 13, na seção *Noticiario*, em que foi veiculado um comunicado do Ministério das relações exteriores, que explicava aspectos de um

convênio entre o Brasil e a Argentina. Essa aliança objetivava revisar os textos de história e de geografia desses países, com vistas a retirar dos livros de ensino de história conteúdos que incitassem a adversão a qualquer povo americano, além de prever a revisão periódica dos livros para ensino de geografia, observando se eles estão de acordo com as estatísticas e se apresentam adequadamente a capacidade de produção dos Estados americanos.

A revista publicou na edição nº 14 o decreto nº 740, de 9 de setembro de 1936, assinado pelo governador do estado Argemiro de Figueiredo, que aprovava a convenção nacional de estatística firmada no Rio de Janeiro, entre União e estados da federação. Era uma forma do estado afirmar o seu comprometimento em contribuir com a elaboração dos dados estatísticos que ocorria em todo o país. Esse levantamento envolveu vários âmbitos, departamentos e agentes.

Era necessário instituir uma rede de pessoas que pudessem contribuir com esses dados. Sendo assim, os professores também foram “convocados”¹¹⁴ para esse trabalho. Na edição nº 13, especificamente na *Secção de correspondência*, foram publicados alguns comunicados solicitando aos professores que enviassem material para auxiliar os estudos históricos e geográficos dos municípios. O inspetor Manuel Vianna Júnior (1936, p. 113) assinou o comunicado: “Sr. Professor, Não existindo no Estado estudos especializados sobre historia e geographia dos municípios, solicito-vos, em nome do departamento do Ensino envieis o mais breve possivel os dados da circular em apreço.” O objetivo era construir mapas sobre limites, relevo, rios, povoações, produções agrícolas, entre outros.

A edição nº 14 foi dedicada a apresentar um mostruário estatístico do estado, que ficou evidente nos textos e nas figuras que estampavam a revista. Já abordamos sobre as figuras em

¹¹⁴ Na edição nº 15, João Leomax (1937, p. 86), representante da diretoria geral de estatística também frisou a importância e solicitou o auxílio do professorado: “organizemos a nossa estatística escolar e para isso é imprescindível a cooperação e bôa vontade de todo o professorado parahybano que vem correctamente comprehendendo tão alto objectivo. Assim, pois, preencher conscienciosamente os questionarios enviados pelo Departamento de Educação, além de ser uma obrigação legal é, ainda, um dever de civilidade.” Acreditamos que em função da solicitação dessas informações estatísticas para os professores, desde o nº 12 da revista, foi que no nº 15 circulou várias figuras de mapas produzidos por alunos e professores de instituições de ensino. Ainda sobre as solicitações de material estatístico educacional, as circulares presentes na edição nº 15 demonstram que era um trabalho frequente de conscientização e solicitação dos dados aos docentes. Exemplo disso foi a circular de 30 de junho de 1937: “Sr. Professor: - Mais uma vez, temos necessidade de fazer vivo appello ao professorado publico e particular de nossa terra sobre a remessa dos boletins mensaes á Secção de Estatística do Departamento de Educação.” (DANTAS, 1937, p. 116). A essa solicitação era acrescida a ideia de que fazer isso seria realizar o seu dever cívico e patriótico, e por isso o docente não deveria deixar de realizar a tarefa e fornecer os dados corretos, tendo em vista que, muitas vezes, “recusa-se o professor a fornecer os boletins, demorar-se no remettel-os, ou o que é mais grave ainda, enviar dados inexatos [...]” (DANTAS, 1937, p. 116).

uma das seções deste capítulo, mas é válido destacar que nessa edição foram publicadas várias fotografias de atividades em escolas rurais, mapas geográficos confeccionados por professoras, etc. Foi realizado um esforço para produzir esses materiais que oferecem subsídios para a história e a geografia local. Alguns deles foram lições.

O artigo *Licções de Ensino Regional*, da professora Maria Gabinio Machado, é um exemplar de como os professores deveriam ministrar as aulas. O modelo apresentou exatamente o que eles deveriam falar e fazer na sala de aula. A aula não foi em forma de diálogo como comumente era visto na revista, mas em formato de narrativa, sem pausas para a interação dos alunos. Foi, portanto, outro modelo de lição. A história da cidade de Bananeiras foi o foco. A aula abordava a lenda de surgimento da cidade e exaltava os homens públicos que dela foram protagonistas. Um desses homens foi o diretor do ensino Pedro Anísio. Notamente foi também um texto para enaltecer os homens da terra e em especial o diretor do ensino.

Quero encerrar a historia de nossa terra, dizendo algumas palavras sobre um dos mais illustres filhos de Bananeiras – Monsenhor Pedro Anisio Bezerra Dantas – Essa empolgante figura distingui-se por suas grandes virtudes sacerdotais, por sua lucida inteligencia e notavel cultura canônica, literaria e pedagogica. O Monsenhor Pedro Anisio é grande orador e notavel pedagogo. (MACHADO, 1936, p. 68).

Iniciamos essa seção com um discurso de Pedro Anísio instruindo e aconselhando jovens graduadas pela escola normal em 1935. Na ocasião ele falou sobre a relação entre educação, família e igreja. Encerramos a discussão também com o professor monsenhor, que por meio de uma circular do departamento de educação do estado, de 8 de maio de 1937, publicada na edição nº 15 da revista, voltou a dialogar sobre o assunto. Ao discurso de cunho religioso foi acrescido um caráter cívico e patriótico. Como disse Horta (2010, p. 283),

A ênfase na educação moral do cidadão traduzir-se-á inicialmente pela introdução do ensino religioso nas escolas. Mais tarde, enriquecida com ingredientes do civismo e do patriotismo, servirá para justificar as tentativas de reintrodução da educação moral e cívica nos currículos de diferentes níveis de ensino e a proposta de criação de uma organização nacional da juventude [...].

O intelectual Pedro Anísio Dantas considerou a escola como auxiliar à instituição familiar. “A escola, e por excellencia, a escola primaria, deve incorporar todos os valores sociaes, epticos e religiosos, para dar ao país verdadeiros patriotas, cidadãos exemplares,

homens dignos e probidosos.” (DANTAS, 1937, p. 114). A finalidade da escola deveria ser formar o caráter e preparar a consciência cívica da juventude. Ela deveria despertar práticas de virtudes cívicas, morais e cristãs. Essa formação demandava mudanças nas instituições:

As festas escolares cada mês, os hymnos e canções patrióticas, o culto da bandeira e o majestoso desfile dos alumnos infundem o entusiasmo nas almas, geram as convicções profundas o dão as victorias que tornam as nações poderosas, prosperas e respeitadas. (DANTAS, 1937, p. 114).

Essas alterações no tempo¹¹⁵ e espaço escolar representavam manifestações da identidade nacional presentes nas escolas, especialmente nos grupos escolares. As comemorações cívicas legitimavam os valores que a sociedade apregoava. Neste ano foi instaurado o Estado Novo, golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas (terceira fase da chamada Era Vargas), que governou por meio de decretos-lei, num regime de caráter autoritário e centralizador.

O diretor do departamento de educação do estado deliberou a incumbência de formar a juventude patriótica e genuinamente brasileira aos missionários da nação: os professores. “No dia em que os professores primarios se compenetrarem de sua alta missão social, a educação civica será uma realidade. Pelo ensino da história, pelas festas escolares e pela influencia dos mestres, os alumnos aprenderão a amar o Brasil [...]” (DANTAS, 1937, p. 115). Ele dizia aos docentes que era o professor primário o agente nacional transformador e o elo principal da reconstrução moral, social e econômica do Brasil, e que “nos bancos da escola é que se modela o cidadão probo e honrado, o brasileiro conscio de seus deveres para com a Patria.” (DANTAS, 1937, p. 115).

Durante essas edições da revista os conselhos e instruções se tornaram mais técnicos (documentos ligados a atos oficiais, leis, circulares) e à modernidade pedagógica foi acrescida, em doses pequenas, elementos religiosos que não alteraram profundamente o cerne da renovação. O fato de um dos membros da direção ser líder católico no estado não alterou do ponto de vista global o conteúdo pedagógico do periódico, mas direcionou para alguns focos

¹¹⁵ O tempo e o espaço escolar foram alterados. Uma circular dirigida aos professores na edição nº 15 da revista sinalizou que na Semana da Pátria todos os estabelecimentos de ensino deveriam realizar palestras “[...] em torno do nacionalismo e do espirito de brasilidade, escolhendo-se de preferencia os episodios da historia patria e apreciações sobre os vultos representativos do Brasil. No inicio e termino da palestra deverão ser entoados os hymnos da Independencia Nacional e da Bandeira.” (DANTAS, 1937, p. 117).

como a preocupação com as estatísticas educacionais, a propaganda governamental, o estudo da geografia e da história local, os modos e modelos de ensinar.

A revista teve um desenvolvimento material no período e diferente da primeira “fase” não veiculou textos em defesa da escola nova, muito embora em alguns artigos elementos desse movimento estejam postos e, por vezes, qualificados como necessários. A revista não se preocupou em demarcar o que era escola nova ou defende-la. Além disso, no tocante aos métodos de ensino e aos modelos publicados, a revista veiculou modelos diferentes dos centrais (centros de interesse e lições de coisas) ou os utilizou sem encaixá-los em nenhuma nomenclatura, ou, ainda, fez alterações no repertório do método intuitivo e global, sem, em alguns casos, denominar qual o método de ensino que estava sendo disseminado.

Em especial da edição nº 15 a revista já sinalizava aspectos com o a educação moral e cívica, que seriam centrais nas edições seguintes em função da conjuntura política e educacional do país. Foi sobre os últimos três números da revista que nos debruçamos na seção seguinte.

5.3 Entre vitrine do governo e impresso formador: o ensino moderno e cívico nas páginas da Revista

Findo o mandato do professor e monsenhor Pedro Anísio como diretor do departamento de educação e da *Revista do Ensino*, após a edição nº 15, de dezembro de 1937, a revista teve um intervalo de oito meses para a próxima edição, publicada em agosto de 1938. O interventor federal ainda era Argemiro de Figueiredo e o diretor do departamento de educação passou a ser Mateus Augusto de Oliveira, que anteriormente exercia o cargo de diretor do Liceu Paraibano. A revista explicou que “nome acatado nas rodas do magisterio pelo seu valor intelectual e moral, com longa pratica das cousas do ensino [...] A escolha de s.s para dirigir o ensino na Paraíba foi acolhida com geral contentamento pela classe [...]” (DEPARTAMENTO..., 1938, p. 05).

Essa edição marcava um novo momento do periódico, cada vez mais técnico e voltado à causa cívica e moral do país. A capa já sinalizava isso ao apresentar as letras e o fundo da imagem (contornos dos limites do mapa do estado da Paraíba) na cor verde bandeira. Ao folhear a revista é possível perceber o que ela indicou no seu editorial de abertura que “como publicação tipicamente educativa Revista do Ensino tem uma ampla finalidade. Nela deverão ser tratados

todos os assuntos de ordem técnica” (REVISTA..., 1938, p. 03). Essa técnica estava relacionada também a produção de estatísticas, e “muito proveitôso sera que no trato de certos assuntos de ordem técnica seja o trabalho acompanhado de graficos. O gráfico tem a propriedade de positivar a idéa e induzir pela imagem.” (REVISTA..., 1938, p. 03).

O enfoque em representações gráficas está representado nos dois mapas publicados, um sobre as zonas escolares e outro sobre o ensino público nos municípios de João Pessoa e Santa Rita, e no artigo *Ligeiras notas sobre estatística*, de Carlos Faria, explicando como os professores deveriam auferir a média aritmética, o desvio e o coeficiente de dispersão na frequência dos estudantes. Os redatores disseram no editorial de abertura que o gráfico induzia pela imagem. Cientes disso, eles possivelmente entendiam também que os elementos gráficos também induziam ideias. Durante essa edição (nº 16) a revista veiculou quatro retângulos em espaços diferentes do periódico, com citações de Renato Kehl (1889-1974), intelectual conhecido principalmente por suas ideias eugênicas.

Disciplina - O homem incapaz de conduta regular, que não compreende ou não se sujeita a ordem, constitui elemento nocivo de perturbação.

A sabedoria - Confundese sabedoria com sapeencia: sábio com cientista. Sabedoria não quer dizer ciencia. Ter sabedoria não consiste em armazenar conhecimentos mas em saber fazer uso dos que se possui. [...]

Obediencia - Pessoas ha que em casa, na escola, no meio em que trabalham, manifestam acentuada propensão para fugir o cumprimento de deveres, que se rebelam contra as ordens dos superiores, discutindo-as não as cumprindo; que, por espirito de contradição, dizem não quando outros dizem sim. Tais indivíduos nasceram com a bossa da controvérsia para as imposições normais da vida social, são inadaptados [...]

Vontade - Felizes os mortais dotados de “vontades” forte. Para eles se abrem largos caminhos na vida; nada lhes intibia os passos, mesmo quando tem de vencer escarpas ou precipícios [...]

A verdade – A verdade não faz amálgama senão com outra verdade. Mantem-se sempre pura. Como uma estrela de primeira grandeza, nunca desaparece do firmamento [...]. (KEHL, 1938, p. 15-55).

Essas ideias colocadas em destaque na revista lembravam o professor sobre alguns princípios essenciais a serem ensinados: disciplina, sabedoria, obediência, vontade e verdade. Implicitamente a revista quis dizer que era necessário o docente segui-los e ensina-los. Tais conselhos ao professor não se distanciavam dos preceitos a serem aprendidos na sociedade de modo geral, dado a trama política do período: cumprir os seus deveres de cidadão, respeitar e

obedecer às leis, não perturbar a ordem pública, amar a pátria e zelar pela moral eram alguns deles.

Com um caráter prático e técnico o periódico apresentou na edição nº 16 quase todos os textos vinculados a decretos estaduais referentes à educação, além de balanços do departamento de educação sobre o ensino rural, as instituições auxiliares de ensino, as zonas escolares e caixas escolares do estado, e, ainda, a orientação de como o docente deve fazer as estatísticas. A revista direcionou o seu olhar à burocratização do ensino e à ser vitrine do governo, uma vez que nos seus textos publicava informações sobre o funcionamento da educação no estado, que além de informar o professor também fazia propaganda governamental.

Os outros artigos que fugiam desse conjunto versaram sobre a higiene rural, texto extraído do livro de Sisenando Costa, *A Escola rural*; sobre o comportamento dos alunos, discutindo o problema da indisciplina, assinado por Mário Gomes; sobre a organização dos museus escolares, de America Monteiro; e por fim sobre a importância das bibliotecas escolares, de Severino Rocha; e algumas informações sobre o município de Serraria, de autoria de Aurea Lira. Diferente das quinze edições anteriores, a revista não discutiu sobre ideias pedagógicas e métodos de ensino, assim como não veiculou modelos de planos de aulas.

Nessa edição foi publicada mais uma vez a lei nº 16, de 1935, a lei nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, que dispunha sobre a organização escolar do estado, especialmente sobre a educação física, moral, cívica e artística, a lei nº 1042, de 13 de maio de 1938, que criou a escola rural modelo na capital e dispôs sobre o ensino rural no Estado, entre outras normativas. Era necessário informar sobre as leis aos professores, pois como o próprio título de um dos artigos apresenta, era preciso dar *Novos rumos á educação na Paraíba*. Nesse texto a revista explicou a importância de cada uma dessas leis para o funcionamento da educação no estado. A partir dessas informações ficava explícita a relação do conteúdo da revista com a política de um modo geral, ligada ao Estado Novo, e a política educacional como parte das ações do governo liderado em âmbito nacional por Getúlio Vargas.

O segundo decreto, sob nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, completa o primeiro, imprimindo á educação em nossa terra **uma orientação que o Estado Novo está a exigir**. Assim, a cultura física é obrigatória em todas as escolas primarias e secundarias no Estado, ministrada por pessoal capacitado, com o auxilio ainda de elementos de corporações militares, despertando-se na criança o amôr pelos exercícos físicos, além de acostamá-la á disciplina militar, para a formação de homens fortes e obedientes ás ordens e á lei,

brasileiros prontos para trabalhar pelo progresso e pela defesa da patria. (NOVOS..., 1938, p. 08).

O objetivo era afastar a crianças e a juventude dos males e vícios que pudessem comprometer o caráter. Homens e mulheres ordeiras, disciplinadas, com boa conduta moral e trabalhadores da nação precisavam de boa formação. Para atingir esse entento, na escola o culto à bandeira passou a ser obrigatório, sendo esta hasteada no pavilhão com a presença de todos da instituição de ensino público ou particular. Além disso, as datas nacionais e estaduais deveriam ser comemoradas com passeatas cívicas, e “os professores ficaram obrigados a orientar os seus discipulos para o culto á patria, fazendo, diariamente, ligeiras prelecções sobre os grandes vultos e feitos históricos de nossa nacionalidade [...]” (NOVOS..., 1938, p. 08). Tudo isso estava ligado a uma educação cívica e moral, marca do período em questão, e tinha nos professores os principais agentes orientadores dessas ideias.

Após três anos e oito meses sem circular, a revista retormou as suas atividades com um novo intervenor federal e outro diretor do departamento de educação. O novo interventor federal da Paraíba, Ruy Carneiro, solicitou um técnico de educação, em 1941, conforme apresenta no seu relatório apresentado à Getúlio Vargas, que chegou ao estado apenas em 1942. “Nomeado diretor do Departamento de Educação, o dr. Bonfim se mostrou incansavel no exercicio do cargo. Prestigiando e valorizando o professor da Paraiba, conseguiu reunir e reorganizar o nosso magistério [...]” (CARNEIRO, 1943, p. 111-112).

Com a sua chegada, o ensino na Paraíba foi reorganizado. Dentre as principais medidas estão: o decreto nº 316, de 11/08/1942, que reestruturou o Departamento de Educação, criou dois cursos, um de administradores de ensino (teve início no dia 15 de junho e término no dia 18 do mesmo mês) e outro de aperfeiçoamento para professores (de 13 de abril a 10 de outubro); decreto 260, de 24/04/1942, que estabeleceu a carreira de professor; decreto 291, de 14/07/1942, criou o curso de emergência para a formação de monitores de educação física; decreto 264, de 04/08/1942, adotou novo tipo de fardamento para os estudantes das escolas primárias, instituiu no dia 4 de março a Hora¹¹⁶ Cívica, em que todos os estabelecimentos de

¹¹⁶ Na seção noticiário da edição nº 17, um comunicado dirigido aos professores explicou como seria a hora cívica: “O Departamento de Educação do Estado considerando a situação em que se acha o País, e considerando mais que é necessario a formação de uma consciencia nacionalno seio do professorado e da população escolar do Estado, afim de se robustecerem os sentimentos patrióticos dos que trabalham na comunidade escolar, resolve criar a “Hora Civica” em todos os estabelecimentos de ensino primario do Estado. Da “Hora Cívica” constara obrigatoriamente uma formatura em local apropriado, de todo pessoal docente, discente e administrativo do estabelecimento de ensino, devendo ser cantado a seguir o Hino Nacional.” (NOTICIÁRIO..., 1942, p. 49).

ensino primário do estado deveriam cantar o hino nacional e ouvir palestras sobre personalidades importantes da história do Brasil; decreto 347, de 31/10/1942, incorporou o serviço de radiodifusão da secretaria de interior e segurança pública, à seção de difusão cultural da divisão de ensino médio, superior e difusão do Departamento de Educação.

O serviço de rádio funcionava na rádio Tabajara, que passou por reformas e ampliações, afim de ofertar a contento os seus serviços, enquanto órgão vinculado ao Departamento de Educação. Dentre os seus serviços estavam publicizar

[...] notas, telegramas, artigos, comentários, apreciações sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, transmitindo programas organizados no Brasil e no estrangeiro, irradiando solenidades cívicas, propagando os princípios pelos quais se batem as Nações Unidas, a Radio Tabajaras cada dia se integra nos trabalhos que dizem respeito ao engrandecimento do País e aos ideais que unem os povos americanos. (CARNEIRO, 1943, p. 118).

As ondas do rádio foram veículos de informação, de formação e de manipulação de opinião. O regime autoritário precisava de mecanismos para legitimar e reforçar as imagens que se desejava construir. Foi alçado a ferramenta educativa também. No estado funcionou em 1937 para veicular palestras relacionadas a temas gerais da sociedade e da educação, que foram publicadas no *Boletim da Educação*, e em 1942 para complementar a formação do ensino médio e superior.

Em abril de 1942 foi publicado o nº 17 da revista. No editorial de abertura ela foi denominada órgão de informações, divulgações e orientação técnica e cultural voltada para o magistério. Pretendia que “através da leitura das suas paginas eles se inteirarão das atividades educacionais que se processam no Estado, e ficarão informados das discussões em torno dos problemas do ensino em geral e dos relacionados com a reorganização dos serviços [...]” (REVISTA..., 1942, p. 04) no estado. A revista foi dirigida por Pedro Calheiros Bonfim, técnico de educação enviado por Gustavo Capanema (ministro da educação de 1934 a 1944), oficializado diretor do departamento de educação do estado em 2 de março de 1942.

A nomeação de Pedro Calheiros fazia parte da nova estratégia política do estado, de reorganização do setor educacional. Pedro, “conhecedor dos problemas da organização geral do ensino no Brasil, tendo exercido importante função no Instituto Nacional de Estudos Pedagogicos onde emprestou o concurso de sua assistência ao professor Lourenço Filho [...]”

(A DIREÇÃO..., 1942, p. 09), diretor do INEP. O novo diretor do departamento no estado tinha uma estreita relação com Lourenço Filho, que veio, inclusive, para a sua posse. Essa vinda foi lembrada pela revista, que destacou que mesmo após o regresso ao Distrito Federal, “[...] o professor Lourenço Filho continuará prestando sua assistência, á frente do importante órgão técnico que dirige, aos trabalhos do novo Diretor do Departamento de Educação do Estado, com o objetivo de se traçar um plano de reorganização do ensino na Paraíba [...]”. (O PROFESSOR..., 1942, p. 08).

Na ocasião, cedeu entrevista ao jornal *A União*, reproduzido na edição nº 16 da revista, que precisava demarcar o lugar de fala do novo diretor e a quem ele estava vinculado. Todos os esforços estavam voltados a reorganizar o ensino. A entrevista recebeu na revista o título de *Diretrizes para a reorganização do ensino na Paraíba*, e foi dividida em A Paraíba, A cidade, Os serviços de Educação, O belo exemplo da Paraíba, Os trabalhos realizados e Espírito de cooperação. Nela Lourenço filho destacou a satisfação em conhecer o estado, valorizou os serviços que aqui estavam sendo desenvolvidos e indicou que o Pedro Calheiros era muito competente para conduzir as mudanças que precisavam ser realizadas.

A revista estabelecia nesse número a relação com as diretrizes nacionais do ensino, quando trouxe para as suas páginas a figura de Lourenço Filho e do Pedro Calheiros, demonstrando que havia o esforço em burocratizar, normatizar e sistematizar a administração do ensino aos moldes do INEP. Para Wojciech Kulesza (2003, p. 12), houve uma proposta de “[...] antecipação do tecnicismo que iria orientar a política educacional do governo militar trinta anos depois e ilustra perfeitamente bem os rumos tomados pelo escolanovismo nas mãos da ditadura getulista: uma escola nova como exigência de um estado novo.”

Um dos elementos que marcou esse período foi a ainda forte tensão entre a frente católica e os que defendiam a laicidade. Mesmo após o artigo 153 da Constituição Federal sancionada por Vargas, que afirmou que o ensino religioso seria de frequência facultativa, “[...] e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.” (BRASIL, 1934, p. 01), o tema do ensino religioso ainda foi pauta das discussões que se seguiram nos anos seguintes.

Na edição nº 16 a revista publicou o artigo *A criança e o educador*, da professora Silvia de Pessoa. Nesse texto, seguindo o ritmo dos debates que relacionavam religião, civismo e moral, a educadora chamava os professores, principais agentes desse processo, à árdua tarefa

de engrandecer a pátria por meio dos ensinamentos da moral cívica e religiosa. Para ela, era imprescindível que o educador estudasse a psicologia educacional, a biologia, a filosofia da educação, a sociologia e a pedagogia, mas para o seu desempenho perfeito na árdua missão de ensinar e “[...] ser capaz de preparar homens conscientes de seus direitos e obrigações, sábios e orientados, prontos a enfrentar as dificuldades hodiernas, e, para tal, se devem formar os educadores sob os princípios sólidos do catolicismo.” (PESSÔA, 1942, p. 19).

Discordando da ideia de criança como ser perfeito e bom, segundo ela, postulada por Rousseau e outros pedagogos modernos, a professora afirmou que a criança tinha defeitos natos. Era sobre esses defeitos e desvios que o educador, sendo este a mãe ou o professor, deveria incidir o trabalho, sempre baseado na fé e na presença de Deus.

O educador, mãe ou professor, deve procurar corrigir a indisciplina ou desrespeito, real ou aparente, da criança, formando-lhe o caráter, orientando-lhe as tendências. Uma educação forçada e sem Deus não formará homens de bem. Deus é a base de todo ensinamento perfeito, pois, foi Jesus o primeiro mestre. Deus na origem, Deus na evolução, Deus no extermínio. Em todas as coisas, Deus. E assim Deus na escola. [...] A escola nova é a escola de ação, de expansão e liberdade (com medida) [...]. (PESSÔA, 1942, p. 20).

Os educadores deveriam estar atentos a esses elementos, pois as crianças seriam o reflexo do seu educador, que deveria, portanto, ministrar uma “[...] educação sólida e plena, que elabore a regeneração dos costumes, o amor à família, à Pátria, às ciências e às artes. Civismo e altruísmo.” (PESSÔA, 1942, p. 21). Esse ideário patriótico e cívico esteve presente também ao longo da revista em elementos gráficos distribuídos no periódico. Nesse lugar estava inscrita e indicada a percepção do real desse grupo, que legitimava no jornal as suas ideias. Afinal, as representações do mundo social estão ligadas aos interesses dos grupos que a forjam (CHARTIER, 1990). Em seis inserções os retângulos com frases em destaque quiseram imprimir instruções cívicas a serem aprendidas pelos educadores, como a apresentada abaixo:

A educação cívica visa a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado no espírito das crianças e dos jovens o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela da responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com o maior esforço e dedicação. (A EDUCAÇÃO..., 1942, p. 21).

Nessa mesma edição a professora Maria Lianza, no texto *Necessidade do ensino religioso nas escolas*, disseminou similar ideia que deveria ser enculcada nos professores: “[...] é o educador o único responsável pela geração de amanhã [...] podemos dizer, pois com todo o acerto, que a criança será mais tarde aquilo que o mestre tiver feito: - um bom ou mal cidadão. Um verdadeiro cristão não pode ser um mal cidadão.” (LIANZA, 1942, p. 35). Os problemas do ensino estariam solucionados se “[...] a professora cumprir integralmente o seu dever educando patriótica e religiosamente o aluno, pois, só assim teremos brasileiros dignos e fortes.” (LIANZA, 1942, p. 36).

A propaganda da educação como remédio para o civismo e a moral foi veiculada em vários espaços. O departamento de educação publicou na revista que estava distribuindo nos estabelecimentos de ensino do estado vários cartazes com legendas referentes aos princípios educacionais presentes na constituição, e apresentou cinco dessas legendas. Entre elas: “A educação cívica, moral e física é obrigatória para a infância e a juventude de todo o país.” (CARTAZES..., 1942, p. 55).

Outro tema presente na revista que instruíu o professor foi o debate relacionado à higiene. A matriz higienista estava presente, por exemplo, na concepção do que era ser um bom e um mal aluno. No texto *Bons e Maus Escolares*, Mário Gomes discutiu a ideia muito difundida, segundo ele, pelos professores: os alunos anormais são maus escolares.

Os modelos binários de normalidade e anormalidade foram em fins do século XIX e início do XX, introduzidos nas instituições escolares pela articulação destas com a medicina, ou mais especificamente, com a introdução dos médicos nas escolas. Do abandono, perseguição e exclusão, à segregação, integração e inclusão, os indivíduos com deficiência foram a partir do período citado acima, objeto das discussões educacionais.

Naquele momento, ele acreditava que as anormalidades poderiam ser corrigidas e curadas. Como sujeito do seu tempo, veiculou a ideia de que os professores deveriam observar esses estudantes e traçar estratégias para remover a causa da anormalidade. Segundo Mário, “a criança anormal é tida quase sempre como uma criança má. A anormalidade entretanto não é sempre um defeito definitivo. Sera na maioria dos casos uma alteração bio-psíquica capaz de ser removida ou melhorada.” (GOMES, 1942, p. 27). Defendia que o anormal não deveria ser considerado o mal aluno e que era necessário investir em classes especiais para esses sujeitos.

Não temos ainda escolas de anormais e não lembramos cousas impossíveis mas gostaríamos que se modificasse um pouco ou mesmo desaparecesse a idéia sistemática do má aluno de quem tanto tenho ouvido falar. Não devemos injustiçar as crianças porque teem defeitos. (GOMES, 1942, p. 28).

Ainda sobre higiene a edição nº 17 publicou dois textos orientadores: *Educação da saúde e Higiene mental na escola*. O primeiro, retirado de algum periódico do Distrito Federal (não colocou a referência) definiu o conceito de educação da saúde, as suas finalidades e explicando aos docentes alguns objetivos desse ensino. O segundo, dava orientações de como o docente deveria observar a saúde mental das crianças.

Por fim, na edição nº 16, sobre método de ensino a revista veiculou a cópia do mesmo texto que já havia publicado na edição nº 13, de setembro de 1936, escrito pela professora Debora Duarte, sobre o método global, já discutido na seção anterior a esta. Outro artigo também fez algumas indicações sobre o ensino de linguagem. Foi o texto de Julita Vasconcelos, *Clube de Linguagem*, apresentou a forma que Julita encontrou para aperfeiçoar a linguagem das crianças. Ela organizou um clube de linguagem que funcionava da seguinte forma: ao observarem expressões e palavras erradas de outros colegas, as crianças deveriam fazer bilhetes anônimos corrigindo-os. Esses bilhetes deveriam ser colocados numa caixa para serem supervisionados pela professora. Nas reuniões desse clube os bilhetes eram lidos de modo que uns corrigissem os outros de forma dinâmica. Para a professora, “o uso desses bilhetinhos em classe, além de aperfeiçoar a linguagem infantil, dá ocasião para que o mestre faça uma observação sobre o caráter da criança.” (VASCONCELOS, 1942, p. 31). Essa foi a experiência e a versão que Julita deu aos novos métodos de ensino.

De fato, o técnico Pedro Calheiros mobilizou um aparato legislativo que normatizou vários elementos ligados ao setor educacional do estado, citados mais acima nesta seção. O seu pedido de exoneração (não identificamos as “reais” causas) ocorreu seis meses após a posse. Antes disso, publicou ainda o último número da revista, referente a maio, junho e julho de 1942. É importante lembrar que no número 18 o periódico se intitulou “[...] órgão de finalidade eminentemente cultural e educativa [...]” (APRESENTAÇÃO, 1942, p. 03). Percebemos que aos poucos a revista se tornava mais técnica e geral, e menos voltada a ser um repositório onde o professor pudesse encontrar auxílio para métodos ou discussões sobre ideias pedagógicas.

Essa edição seguindo o mesmo direcionamento das últimas e com a preocupação com a organização de dados estatísticos e trabalhos que contribuíssem para interpretações de

qualidade sobre a história e a geografia do estado, apresentou vários textos nesse sentido. Por meio deste número a revista dava uma contribuição ao estado, à 2ª Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística e ao VIII Congresso Brasileiro de Educação, que seria realizado em Goiânia no mês de julho, conforme apresentado no editorial de abertura. A revista apresentou um artigo, inclusive, fazendo um convite aos educadores para participarem desse grande evento.

Como citado acima, a edição deu atenção a textos ligados a história e geografia local, como forma de reconstruir (a perspectiva era essa mesma) o passado e oferecer dados presentes. Os textos foram: *Síntese Histórica da Paraíba*¹¹⁷, de Manuel Tavares Cavalcanti, que fez um apanhado sobre a fundação, as lutas holandesas e o povoamento; *Toponímia paraibana de origem tupi-guaraní*, de L. F. R. Clerot, que apresentou um estudo sobre os nomes geográficos de alguns municípios, distritos e vilas, a fim de identificar a sua origem tupi guarani; *Possibilidades mineralógicas da Paraíba*, também de L. F. R. Clerot, que reuniu alguns artigos publicados no jornal *A União*, divulgando dados sobre os minérios no estado – o artigo conteve 27 páginas; e a nota do departamento intitulada *Subsídios para a História da Educação Brasileira*, em que apresentou uma cronologia dos fatos relacionados ao departamento em março daquele ano.

Para formar o professor numa perspectiva mais voltada para a sala de aula, tendo em vista que consideramos que os textos acima também faziam parte da formação cultural e educativa, alguns artigos focaram no aperfeiçoamento dos docentes, tão destacado pela professora America Monteiro, quando no seu texto *O professor primário das escolas rurais: formação, aperfeiçoamento e assistência*, defendeu a ideia de que o docente primário deveria ser assistido pelo estado nesses três eixos. O artigo foi um convite do departamento para apresentar essa discussão no próximo Congresso Brasileiro de Educação. A revista antecipava a fala da professora America com esse texto publicado.

Outro tema em pauta foi *Educação física infantil*, assinado pela superintendência de educação física do estado. Nesse artigo a revista apresentou lições práticas de como realizar as aulas de educação física. Vale lembrar que os exercícios físicos em conjunto com a educação cívica e moral faziam a tríade do ensino no período, afinal o exercício normatiza, disciplina, orienta. A revista, inclusive, assim como na edição anterior, publicou algumas frases dentro de

¹¹⁷ Interessante observar que esse texto foi apresentado na revista em língua portuguesa, espanhola e francesa.

retângulos, ao final de alguns textos. Como forma de dar destaque e induzir a essas ideias, o periódico estampou em uma dessas frases que “a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias. [...]” (A EDUCAÇÃO..., 1942, p. 85), reafirmando a relação entre a conjuntura, as finalidades políticas e a educação.

Um dos objetivos da educação física, cívica e moral era conduzir a formação de pessoas disciplinadas. Assim, ainda nessa edição foi necessário instruir o docente para a falta de disciplina das crianças. No texto *O problema da disciplina*, o professor Jose Benedito Salgado explicou as maneiras de disciplinar a classe desde o primeiro dia de aula, passando pelas aplicações de sanções, as pequenas ocorrências, meios para não perder a turma de vista e para evitar o ridículo perante a classe. Todas essas orientações eram importantes pois “[...] póde comprometer a natural reverência que o professor deve inspirar aos seus discipulos. E a ele cumpri prevenir-se [...]” (SALGADO, 1942, p. 73). O professor deixou evidente em todo o texto a responsabilidade que o próprio docente tinha em garantir que a sua autoridade fosse preservada.

Outra lição prática bastante sugestiva em suas finalidades educativas e políticas foi *Centro de interesse: a bandeira*, de Luiz Gonzaga de Noronha. Nessa edição essa foi a única lição/ texto que citou método¹¹⁸ de ensino explicitamente. Diferente de todas as versões de lições desse método, nessa foi apresentada transcrições de exercícios realizados pelos alunos. A medida que a lição ocorria, em algumas etapas foi dado um exemplo da atividade solicitada e realizada por uma criança. O centro de interesse foi dividido em algumas seções: ditado, cópia, análise léxica, exercício, gramática, aritmética, instrução moral e cívica, história do Brasil, economia, indústria, política, agricultura, botânica, mineralogia, garbo, zoologia, geometria, química, geografia política, desenho, testes. É possível perceber a inserção de itens que até aquele momento não haviam sido apresentados em nenhuma outra versão, e que estavam estritamente relacionados aos valores da sociedade desse tempo, como o foco na economia,

¹¹⁸ A professora Julita Vasconcelos mais uma vez esteve presente com as suas orientações sobre como ensinar linguagem (*A pratica do ensino de linguagem*), mas não apresentou uma lição pronta, tampouco discutiu os métodos. Ela indicou algumas sugestões sobre como ensinar a língua materna.

indústria. Essa interpretação do método também se distanciou do método intuitivo apregoado na maioria das interpretações aqui citadas.

Por fim, cabe pontuar que o tema da estatística educacional com o texto do professor Emilio Chaves, *Baixa de frequencia escolar*, alertava aos professores sobre a queda na frequência dos alunos, discutindo formas de como amenizá-las. Na seção *Noticiário*, uma circular do departamento de educação orientou os docentes em como responder o questionário do Boletim de Estatística, e explicou como preencher. A revista orientava também sobre aspectos da administração educacional e do trabalho docente. Na mesma edição também apresentou dados estatísticos do ensino primário no estado em 1941.

Outro exemplo dessa orientação técnica, que se estendia também a outros funcionários que exerciam trabalhos no setor educacional, está na seção *Noticiário*. O departamento veiculou uma circular aos inspetores com normas técnicas de inspeção escolar. A circular destacou que foram elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em parceria com o departamento de educação. Provavelmente aqui esteja um exemplo da parceria firmada entre Lourenço Filho e Pedro Calheiros. Da mesma forma, em outra circular, instruiu como os inspetores deveriam preencher os boletins de estatísticas, pois quando estes chegavam “[...] ao Departamento de Educação quasi sempre preenchidos erradamente, mal escriturados e lacunosos.” (NOTICIARIO, 1942, p. 111) causavam imprecisões e problemas.

Como foi demonstrado ao longo dessa seção, a *Revista do Ensino* foi, principalmente a partir da edição nº 16, se tornando mais técnica e focada em divulgar leis, decretos, normas, circulares e estatísticas. Foi, assim, cedendo (deliberadamente ou não) espaço para outros caminhos de formação e atuação de professores, como os cursos de aperfeiçoamento, o rádio, ou mesmo, outros periódicos. O fim da revista não será explicado por nós a partir de uma visão pontual dos seus diretores, redatores ou leitores, mas podemos inferir dois caminhos. Conforme Ruy Carneiro pontuou no seu relatório, “duras contingências teve o Govêrno de enfrentar nesse período de graves perturbações para a vida dos sertões nordestinos, castigados pela seca.” (CARNEIRO, 1943, p. 07). Assim, a revista pode ter cessado a circulação em função do arrocho financeiro o qual passou o estado, que precisou conter gastos.

Outra via de explicação, complementar a essa, é que para diminuir as despesas e atingir um maior público, em março de 1942, o Departamento de Educação criou uma seção no Jornal *A União*, jornal oficial também subvencionado pelo estado, intitulada *Educação*, em que apresentava questões referentes ao ensino. Talvez não fosse mais tão interessante ao estado

manter um periódico pedagógico e algumas das questões, especialmente técnicas, que estavam sendo tratadas na revista, pudessem ser também apresentadas no jornal *A União*. Talvez, ainda, isso estivesse relacionado com a importância (ou não) dada pelo governo à subvenção de um espaço de atuação e formação de professores, e esteja relacionado, assim, a própria desvalorização da formação docente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto¹¹⁹ foi finalizado em meio a uma trama de debates políticos e partidários deflagrados, principalmente, durante e após o período eleitoral. Os discursos acalourados vindos, inclusive, de um, a época, presidenciável, incitou um perigoso enfoque no projeto Escola sem Partido (PL 7180/14) e uma caça as bruxas, ou melhor, aos professores. Alguns gatilhos favoreceram tamanha repercussão: uma deputada estadual convidou nas redes sociais os alunos a denunciarem professores doutrinadores, e aquele mesmo presidenciável citado acima fez um vídeo que viralizou na internet, em que ele alerta (ou talvez ameace) uma professora com uma “surpresinha” e ainda pedia aos estudantes que filmassem os seus professores. O Projeto de Lei, por hora arquivado, não cessou a agenda política, partidária e de viés religioso do governo que pretende, entre outras coisas, modificar os conteúdos da educação básica e da formação de professores. Tais medidas incidem diretamente nesse agente ora alçado a herói, ora tachado de doutrinador.

Não passei ilesa a essas discussões. Hoje algumas das suas diretrizes me parecem “velhas” conhecidas. O fato é que esse cenário me coloca (e me impõe) um lugar de fala. Parece, portanto, bastante oportuno e necessário revisitar, ainda nos dias atuais, um passado que nos ajuda a compreender a atuação e a formação desses profissionais. Pedia-se uma escola nova e para isso precisava-se modificar alguns elementos da formação dos propugnadores da renovação. Falava-se de uma escola nova e cada um interpretou-a a luz da sua formação e dos seus ideais. Por isso tantas versões de escolas novas.

A vontade de investigar o passado para compreender a minha história e aspectos do meu presente, inspirou essa pesquisa. Somado a isso, claro, a magia que a imprensa impressa impõe me obrigou (no bom sentido) a pesquisa-la. Ao longo desses cem anos que separam o recorte inicial escolhido na pesquisa e a defesa dessa tese, muito foi discutido e modificado em termos de formação de professores e em espaços de fala para esses sujeitos. Aqui é um dos meus espaços. Enquanto professora, pretendi interpretar as instruções e conselhos dados aos agentes da educação (por eles mesmos) com vistas a contribuir para o debate historiográfico e educacional e pensar sobre como fomos e como nos tornamos o que somos hoje.

¹¹⁹ Optei por escrever as considerações finais na primeira pessoa.

Não se trata de achar que a história fornece lições para o presente. Não devemos imputar essa dívida à história. O que se procura é compreender a complexidade das ações humanas nessas sociedades, para, assim, entender melhor a nossa época. Talvez os processos visualizados e interpretados dos tempos de outrora deem respostas igualmente válidas sobre muito do que não compreendemos no presente. (BARBOSA, 2010, p. 17).

A tese defendida foi a de que os professores produziram e circularam na imprensa pedagógica, enquanto lugar de atuação e de formação docente, o ideário pedagógico renovador na Paraíba. Essa atuação envolveu as redes de sociabilidades nas quais participavam e a ação política desses sujeitos. Os projetos precisaram de suportes que lhes dessem espaço para intervenção. Percebi que principalmente a partir de 1919 houve um esforço maior em estabelecer esse espaço de atuação e de formação, principalmente dos professores primários. A criação e manutenção de jornais e revistas pedagógicas, por exemplo, foram formas específicas da manifestação desses agentes no processo de organização do campo educacional, que se tornava cada vez mais profissional, e os impressos colaboraram para dar legitimidade e cientificidade aos discursos e as práticas. Eles tiveram o objetivo de fornecer formação adequada que incidissem em práticas envoltas ao movimento de renovação educacional.

Assim ficou estabelecido o recorte que eu optei, e que esteve atrelado a produção da imprensa pedagógica no estado. Em 1919 foi criado o *Boletim da Sociedade dos Professores Primários da Parahiba*, como estratégia dessa organização pedagógica de docentes; em 1921 circulou o jornal *O Educador*, que apesar do curto ciclo de vida teve uma grande produção; e por fim a *Revista do Ensino*, que em meio a intervalos circulou durante dez anos, fechando o recorte escolhido em 1942, ano da última publicação. Identifiquei que em 1942 esse lugar, na Paraíba, já não dava mais conta ou já não era a melhor ferramenta para alcançar os objetivos desejáveis, e assim encerramos o recorte histórico.

A intelectualidade representada pelos professores nesse período, produziu maneiras próprias de atuação e de formação docente. Por meio da imprensa pedagógica como lugar de divulgação dos projetos de professores e como canal de produção e divulgação das ideias renovadoras, eles andaram entre as prescrições teóricas e práticas, demarcando lugares e angariando espaços. As formas como leram a teoria e vivenciaram-na na prática, foram responsáveis pelas alterações que nela fizeram e publicaram para servirem de modelo de formação. Pelos locais de imprensa e pelas iniciativas de docentes, vimos que os mesmos não

estavam apartados da realidade, das práticas, dos interesses, dos sujeitos e das relações estabelecidas.

A imprensa pedagógica também participou do controle do aparelho educacional e objetivou ganhar a adesão do público leitor. Para isso, mobilizaram diversas estratégias, entendidas como lugares de poder, domínio de conhecimento e verdade, e microresistências, mobilizadas por meio de táticas, em sua maioria sutis, que, ainda que provisórias, e instauradas na ausência de um lugar que lhes é próprio, operaram golpe a golpe (CERTEAU, 1990). Foi possível perceber, por exemplo, que embora em alguns discursos a orientação fosse trabalhar com métodos de ensino mais vinculados a escola nova, foi percebido alguns deslocamentos que davam ênfase a cópia, memorização e a apropriações singulares de métodos “anteriores”, embora saibamos que foram concomitantes e reapropriados. Ou, ainda, podemos exemplificar as astúcias e os interstícios realizados pelos docentes de vertente católica que tiveram seus textos publicados em lugares que tinham, pelo menos de modo institucionalizado, vertente laica, e jogaram, por assim dizer, com o terreno que estava imposto.

Organizei o texto em cinco capítulos. Cada um deles tem a sua parcela de importância para conseguir realizar os objetivos específicos propostos, que foram: compreender alguns elementos em torno do processo de formação dos professores no período; Discutir sobre a imprensa pedagógica como espaço de atuação e formação docente; Analisar o contexto de produção destes impressos e a materialidade dos mesmos; Averiguar na produção dos professores, na imprensa pedagógica do período, os conteúdos e os saberes/ ideias pedagógicas em torno do movimento renovador.

Assim foi que no primeiro capítulo discuti aspectos do percurso acadêmico feito por mim e dialoguei a partir de bibliografia pertinente sobre o tema, o papel da imprensa e da imprensa pedagógica, especialmente na República. Atrelada a essa discussão, ainda nesse capítulo, foram apresentados os principais conceitos e autores que ajudaram a tecer a trama teórica e metodológica dessa pesquisa. Eles auxiliaram a pensar sobre as sociabilidades, a ação política, as estratégias, táticas, representações e a materialidade das fontes que analisei.

A proposta era clara: precisamos estabelecer uma escola renovada na Paraíba. No segundo capítulo o propósito foi apresentar como e por quais caminhos essa escola renovada foi pensada. Considerando que para essa renovação ocorrer ela precisava incidir prioritariamente na formação dos professores, identifiquei quais as principais iniciativas no âmbito legislativo (Relatório, Projeto de reforma e Lei nº 16), associativo (Sociedade dos

Professores Primarios), na imprensa pedagógica (*Boletim da Sociedade*) e em eventos ligados a educação (Semanas pedagógicas) descortinando o renovador nelas.

Cabe ressaltar que considerei neste trabalho que todas as ideias dos diferentes sujeitos, suportes e conjunturas, faziam parte do movimento renovador. A ele não atrelei apenas as ideias chave da escola nova. Aqui está um ponto que para este trabalho foi essencial: houve várias versões de escolas novas. Cada uma delas uniu o novo e o considerado “velho” na trama teórica e prática que envolve o fazer pedagógico. As ideias renovadoras não eram estáticas. Elas estavam em movimento. Por isso tivemos tantos modelos diferentes, mas que se propunham a fazer o novo. Sob esse signo os professores atuaram e formaram.

No capítulo três me debruçei sobre o jornal *O Educador*, fundado em 1921 por um grupo de professores primários que utilizaram esse suporte para intervir no campo educacional, demarcando e fixando formas, métodos, práticas, concepções. O jornal e os intelectuais que dele participaram, criaram um campo intelectual em que produziram e circularam suas representações em processos de seleção visíveis ou não, com vistas a criar valores a serem aprendidos por seus leitores.

A *Revista do Ensino* direcionada aos professores, de 1932 a 1942, foi uma estratégia de fazer circular ideais pedagógicos e de formar os docentes, o que fica constatado quando observei os sujeitos que escreveram, isto é, eram intelectuais, em sua maioria, professores que escreviam para o próprio grupo profissional. Eles eram os agentes e destinatários diretos do conhecimento pedagógico que se queria produzir e circular, este atrelado ao movimento renovador das primeiras décadas do século XX. As revistas foram as fontes principais do quarto capítulo. Analisei como a materialidade influenciou as mensagens desse periódico.

Por fim, no capítulo cinco o objetivo foi investigar o ideário pedagógico e formativo dos grupos que dirigiram a *Revista do Ensino*. As três fases desse impresso pedagógico fizeram parte de estratégias e táticas de docentes e influenciaram no tipo de formação e de saberes que foram prescritos.

Em cada um dos suportes investigados na pesquisa e na consequente escrita desse texto, foram publicadas diversas interpretações de docentes sobre o conjunto de ideias pedagógicas que circulava. As ideias renovadoras na Paraíba estavam inseridas nos *conselhos e instruções a ti, professor*, escritas nos caminhos que perquerei e principalmente no recorte das fontes que optei. O novo em educação escolheu a imprensa pedagógica como palco.

Para não concluir, deixo em aberto outros temas que podem ser explorados a partir deste trabalho, como, por exemplo: a análise da escrita de mulheres que publicaram na revista, a análise pormenorizada das seções desse impresso, a investigação de categorias específicas como infância, ensino rural e higiene, as biografias do corpo redacional do boletim, do jornal e da revista, a investigação sobre a existência de outros boletins da Sociedade, atas de reuniões dessa Associação de Professores e mais informações sobre as semanas pedagógicas, entre tantas outras possibilidades de cotejamento das fontes utilizadas.

Apesar de tantas palavras escritas nas páginas que você, leitor, acabou de desbravar, considero que ainda há bastante a ser compreendido, revisitado, interpretado. São muitos os caminhos para desvendar as ideias pedagógicas, estratégias, táticas, sociabilidades, ações políticas, de sujeitos que, assim como eu, foram professores, e agiram em prol da mudança. Mas como todo trabalho acadêmico deve ter um ponto final. Esse é o meu. Momentaneamente.



REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Alômia. Escritas e inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Orgs.). *Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Luís Alberto Marques. República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros. *Revista História*, Porto, III Série, vol. 11, p. 165-180, 2010. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9011.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- ANDRADE, Stela Cabral de. *Estratégia de divulgação do campo educacional: a revista do ensino em Minas Gerais (1886-1889)*. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ANDRADE, Vivian Galdino de. *Alfabetizando os "filhos da rainha" para a civilidade/modernidade: o instituto pedagógico em Campina Grande - PB (1919-1942)*. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. 2010. 320f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ASSUNÇÃO, Albanisa Maria de. *Primaveras de destinos na Revista do Ensino no estado da Paraíba: as prescrições na história da educação e as representações do ensino de história (1932 a 1942)*. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- _____. *História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Rosimari Bueno. *Identidades do ser-professor e do ser-aluno-infantil em circulação na revista Pátio Educação Infantil (2003 a 2009)*. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2013.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico et al. *Pequeno Dicionário dos Escritores/ Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.
- BASTOS, Maria Helena Camara. *O Novo e o Nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. 1994. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Bárbara. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.

BASTOS, Maria Helena Camara; LEMOS, Elizandra. Uma iconografia da cultura escolar: as capas da Revista do Ensino/RS (1951-1978). In: SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, José Carlos. *História da educação pela imprensa*. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 177-217.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação de professores (as) e conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

_____. Roger Chartier: contribuições para a história da educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). *Pensadores sociais e a história da educação II*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 269-196.

BICCAS, Maurilane de Souza; FREITAS, Marcos Cezar de. Expansão da oferta de educação escolar: a escola pública num país em (re) configuração. In: _____. (org.). *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 39-104.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. *História dos intelectuais e instrução pública no Brasil Império: uma análise da obra A Província (1870) de Tavares Bastos*. 2013. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. *Educação na primeira república parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)*. 2015. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz; MARQUES, Ana Luíza de Vasconcelos. A atuação e produção educacional de Alcides Bezerra na Parahyba (1917-1921). In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, João Pessoa. *Anais[...]* João Pessoa: UFPB, 2017. p. 1-15.

BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. *Circulação e apropriação do ideário do movimento da matemática moderna nas séries iniciais: as revistas pedagógicas no Brasil e em Portugal*. Tese (Doutorado em Educação matemática). 2011. 223f. Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2011.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Vendendo saúde: a história da propaganda de medicamentos no Brasil*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2008.

CALKINS, Norman Allison. *Primeiras lições de coisas*: manual de ensinamento elementar para uso dos pais e professores. Tradução de Rui Barbosa. 40. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 01, jan/abril, p. 45-70, 2012. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320> . Acesso em: 13 fev. 2016.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. Moderno, modernidade e modernização: polissemias e pregnâncias. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.) *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 13-34.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 137-164.

_____. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 30, n. 2, jul./dez, p. 87-104, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3740/2144>. Acesso em: 4 nov. 2016.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 225-251.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 89-110.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A imprensa periódica paulista como dispositivo de configuração do campo dos saberes pedagógicos (1893-1927). In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Maringá. *Anais[...]* Maringá: UEM, 2015. p. 1-15.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à Meia Luz*: um estudo sobre a Revista do Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1902-1918. 1989. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1989.

CATANI, D. Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, 19, jan./abr. 2002, pp. 113-128. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 26 fev. 2017.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S/A, 1990.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução: Mary del Priore. Brasília: EdUnb, 1998.

_____. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI – XVIII*. Tradução: Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

_____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (dir.). *Práticas da leitura*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. Fronteiras, *Dourados*, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. O charme da modernidade e a utopia da hybris: civilização e educação no discurso de Joaquim Nabuco. In: CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira (Orgs.). *Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2012. p. 189-215.

_____. Intelectuais, instrução e espaço público no Brasil Império: uma análise do pensamento político e educacional de Tavares Bastos. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 15, n. 2, maio/ago., p. 81-109, 2015. Disponível em: http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/616/pdf_62. Acesso em: 28 out. 2016.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk; Galvínio, Amanda Sousa. Redes de sociabilidade intelectual e educação: atuação de Castro Pinto e Carlos Dias Fernandes na Primeira República. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 13, p. 56-77, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640193>. Acesso em: 22 mai. 2017.

COSTA, Solanja Silva. “*Em torno do berço*”: discursos sobre a educação da infância pobre parayhbaná no jornal A Imprensa (1912 – 1922). 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

COSTA, Afonso *et al.* *Alcides Bezerra (Em Memória)*. Rio de Janeiro/RJ: Pongetti, 1938.

CRISPIM, Shirley Regina Azevêdo. *O Progresso Educacional na Paraíba: o Instituto de Educação (1935-1939)*. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DIAS, Angélica Mara de Lima. *Linguagens lúdicas como estratégia metodológica para a geografia escolar na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935)*. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marilaine Soares (Orgs.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha; XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Luiz Miguel de. Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921-1963). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 7, nº 3, set./dez., p. 79-97, 2007. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/121>. Acesso em 4 nov. 2016.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores*. (Coleção Alfabetização e Letramento). Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

FRAGA, Andrea Silva de. *Imprensa estudantil e práticas de escrita e de leitura: o caso da revista "O Estudo" (Porto Alegre/RS, 1922-1931)*. 2012. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FREIRE, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna. *A escola nova e a modernização do ensino primário na Paraíba: a formação dos professores e os grupos escolares (1930-1946)*. 2016. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGP*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009a.

_____. República e História do Brasil: Viriato Corrêa e uma história ensinável. In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (Orgs.). *Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009b. p. 09-19.

_____. José Veríssimo e a educação nacional: história pátria e cultura política republicana. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso (Orgs.). *Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2010. p. 147-157.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Mauro Castilho. A Cruzada Pedagógica pela Escola Nova e ação do professorado católico no Rio de Janeiro (final da década de 1920). *Revista Educação Unissinos*. Volume 22, número 3, julho – setembro, 2018. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_iyoR_mMxMEJ:revistas.unissinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2018.223.06/60746428+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 20 dez. 2018.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da escola nova no Brasil. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 7, nº 2, p. 83-92, 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/061.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

LEAL, Fabiana Machado. Geografia: Ciência Corográfica e Ciência Corológica. In: II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2009. p. 1-18. Disponível em: <https://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/fabiana-machado-leal1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

LEITE, Juçara Luzia.; ALVES, Cláudia. Prefácio. In: LEITE, J. L.; ALVES, C. (Org.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e política*. Vitória: UFES, 2011. p. 9-18.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Revista Dados*, vol. 53, n. 3, p. 737-756, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a07v53n3.pdbf>. Acesso em: 08 set. 2016.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. O governo de si: associativismo e profissionalização docente na corte imperial. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú. *Anais...* Aracajú: UFS/UNIT, 2008. p. 1-20. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=18. Acesso em: 20 abr. 2017.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. *Grupo Escolar “Dr. Thomás Mindello” e a Cidade: espaços de difusão dos ideários da modernidade (1916-1935)*. 2010. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

_____. Cultura escolar do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: espaço de reinvenção e disseminação de novas práticas educacionais (1932-1950). 2016. 285f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LIMA, N.M.F. de ; SILVA, Vívica de Melo ; AZEVEDO, M. S. . Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942): veículo de difusão do ideário escolanovista. In: XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, 2016, Porto. Investigar, intervir e preservar: caminhos da história da educação luso-brasileira. Porto: CITCEM, 2016. v. 1. p. 1-16.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. São Paulo: Melhoramentos, 1978

LOBATO, Monteiro. *Aritmética da Emília*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1988.

LOPES, Sonia de Castro. Obreiros do progresso ou párias da sociedade? Professores primários na imprensa pedagógica do Rio de Janeiro e Lisboa em fins do século XIX. In: CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *História da profissão docente no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 79-99.

LOPES, Sonia de Castro. O magistério primário no Rio de Janeiro e Lisboa em fins do século XIX. *Revista Educação Pública*, v. 23, n. 52, p. 151-169, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/viewFile/1429/1097>. Acesso em: 22 de abr. 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 111-153.

LUCENA, Meryglauca Silva Azevedo. “*A criança é uma planta mimosa e gentil, fragil e encantadora*”: um estudo sobre a revista do Ensino da Paraíba (1932-1942). 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2016.

MACHADO, Sandra Maria Caldeira. *Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 [1932]. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 06 ago. 2017.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela Higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. 2015. 254f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; LOPES, Sonia. A contribuição de HENRIQUE Freire para a circulação das ideias pedagógicas no Brasil e em Portugal no final de Oitocentos. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória. *Anais [...]* Vitória:

UFES, 2011. p. 1-14. Disponível

em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oMjsSVRGU2cJ:www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/584.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 14 dez. 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MARTINS, Eduardo. *A União: jornal e história da Paraíba*. João Pessoa, 1977.

MATOS, Juliana Martins Cassani. *Da imprensa periódica de ensino e de técnicas aos livros didáticos da Educação Física: trajetórias de prescrições pedagógicas (1932-1960)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

MELO, Fernando. *Epitácio Pessoa: Uma Biografia*. João Pessoa/PB: Idéia, 2005.

MELLO, José Baptista de. *Evolução do ensino na Paraíba*. João Pessoa – Imprensa Oficial – PB, 1956.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. *Revista Tempo*, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf. Acesso em: 29 nov. 2016.

MELO, Rosany Joicy. *Dario Vellozo e a criação da revista Pátria e lar: uma estratégia educacional para uma Curitiba Republicana. (1912-1913)*. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2016.

MENDES, Márcia Cristiane Ferreira *et al.* Fios de memória: Lylia Guedes e suas contribuições no cenário educacional e político da Paraíba (1900-1974). *IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.13.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NÓVOA, Antonio. *A imprensa de Educação e Ensino – Repertório analítico (séculos XIX e XX)*. Coleção Memórias da Educação. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

OLIVEIRA, Marina Goldfarb de. *Arquitetura para uma nova escola: modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939)*. 2013. 186f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, 2013.

OLIVEIRA, Wanessa Gorri de. *A imprensa pedagógica como fonte e objeto para uma escrita da História da Educação: em destaque a prática pedagógica sugerida ao professor de educação infantil pela Revista Criança (1996-2006)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2011.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; SANTOS, Leonardo Querino dos. Só é sujo e doente quem quer (?) – Representações médicas na Paraíba do início do século XX. *Revista de História Regional* 20(1): 130-148, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PEREIRA, Priscilla Leandro. *Educação rural na Paraíba (1946-1961): “um meio para fixar o homem do campo”*. 2013. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PESSOA, Fernando. *O eu profundo e os outros eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). In: SCOCUGLIA, Antonio Celso; MACHADO, Charliton José. (Orgs.). *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p.133-159.

PINHEIRO, Jose Gledison Rocha. *O Diário de Dalila: poética, testemunho e tragédia na formação escolanovista do indivíduo moderno (1933-1934)*. 2015. 293f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2015.

PINTON, Francieli Matzenbacher. *Análise crítica das reportagens didáticas sobre o ensino de produção textual publicadas na Revista Nova Escola (2006-2010)*. 2012. 195f. Tese (Doutorado em letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

PINTO, Marcia Ferreira. *“ensinar a ser cidadão”: as abordagens dos docentes do paraná na revista “a escola” (1906/1910)*. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2018.

RABAÇA, Alberto Carlos; BARBOSA, Guimarães Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ROCHA, Francineide Rodrigues Passos. *A oficina da nacionalidade: higienização das crianças e das mães na Paraíba (1911 a 1927)*. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2016.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930). *Revista Acta Scientiarum*, v. 37, n. 2, p. 151-163, Abr./Jun., 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22666/14626>. Acesso em: 14 mar. 2017.

RODRIGUES, Melânia Mendonça; SILVA, Vívica de Melo. Primeiras Repercussões do Estado Novo na Educação da PB: a Revista do Ensino. In: XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, 2016, Porto-PT. Investigar, intervir e preservar: caminhos da história da educação luso-brasileira. Porto-PT: CITCEM, 2016. v. 1. p. 12-27.

SANTOS, Erinalva Lopes dos. *Educação feminina: idéias e concepções sobre a formação da mulher veiculadas na imprensa da Paraíba do Norte (1912-1927)*. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SANTOS, Erinalva Lopes dos, NUNES, Maria Lúcia da Silva. Julita Ribeiro: reflexões sobre as lições de coisas (1921-1922). In: MACHADO, Charliton José dos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs). *Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações*. João Pessoa, Editora Universitária - UFPB, 2009. p. 75-90.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40 jan./abr., p. 143-155, 2009. Disponível em: <http://poseducacaoifbaiano.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-aspectos-ist%C3%B3ricos-e-te%C3%B3ricos-do-problema-no-contexto-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SCHUELER, Alessandra. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*, n. 17, 2008a. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:z2jHVcj3TDcJ:www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/profprimarios.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 14 dez. 2015.

_____. Práticas de escrita e sociabilidades intelectuais: professores-autores na Corte Imperial (1860-1890). In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Sergipe. *Anai [...]* Sergipe: UFS, 2008b, p. 1-18. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/111.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a03.pdf. Acesso em: 22 maio 2017.

SILVA, Favianni da. *A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891/1945*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2007. Universidade Federal da Paraíba, 2007.

SILVA, Shirley Targino. *O discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana: tessituras do processo histórico de escolarização na Paraíba (1930- 1939)*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2017. Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SILVA, Viviane Freitas da. *Memórias da educadora Olivina Olivia Carneiro da Cunha: práticas educativas e envolvimento político e social na Paraíba (1886-1977)*. Dissertação (Mestrado em educação). 2012. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

SILVA, Adelço Sebastiao da. *José Batista de Mello e o novo pensamento pedagógico (1931-1942)*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2015. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Carlos Manique da. O tema dos “modos de ensino” nos manuais pedagógicos em Portugal e no Brasil (segunda metade do século XIX – anos de 1920). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 13, n. 3 (33), p. 235-256, set./dez. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10927/1/O%20tema%20dos%20modos%20de%20ensino%20nos%20manuais%20pedag%C3%B3gicos.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SILVA, Michele Juliana de Carli Anselmo da. *A Revista Brasileira de Educação: a apropriações do discurso acerca dos temas da infância e da história da infância (1995 a 2010)*. 2012. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SILVA, Vivia Melo; RODRIGUES, Melania Mendonça. Para além do didático-pedagógico: a formação de professores na revista do ensino da paraíba. In: VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação, 2016, Natal - RN. VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação - Anais, 2016. v. 1. p. 1-15.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean Pierre (Orgs.). *Para uma História Cultural*. Tradução Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. 2015. 271f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2015.

SOUSA, Amurielle Andrade de. *O ideário da escola nova na Paraíba: Circulação de novos saberes nos discursos de José Baptista de Mello (1930-1936)*. 2015. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 37, p. 177-183, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71310/74315>. Acesso em: 04 mar. 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval, *et al.* *O legado educacional do século XX*. 2. ed. - Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 109-161.

SOUZA, Francisco Martins de. *O culturalismo sociológico de Alcides Bezerra*. São Paulo: Convívio, 1981.

STEPHANOU, Maria. Saúde pela educação: escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 07. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf. Acesso em: 12 maio 2016.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870 - 1919)*. 2016. 350 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

TEIXEIRA, Mariana Marques. O Instituto de Educação da Paraíba: uma outra análise sobre a sua criação (1935-1937). In: X Seminário Nacional do HISTEDBR, Campinas. *Anais[...]* Campinas: UNICAMP, 2016a, p. 1-25.

_____. O Instituto de Educação da Paraíba: uma perspectiva do cotidiano do ensino normal (1952-1958). In: IX ENCONTRO MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, São Luís. *Anais [...]* São Luís: UFMA, 2016b, p. 1-9. CD-ROM.

_____. *O Instituto de Educação da Paraíba: uma história de formação docente (1935 - 1956)*. Tese (Doutorado em Educação). 2018. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

VALDEMARIN, Vera Tereza. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Demerval *et al.* *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 85-132.

_____. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A função social da escola e a constituição da forma escolar (Brasil/Portugal, 1870 – 1932). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 13, n. 3 (33), p. 185-206, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/640>. Acesso em: 29 dez. 2016.

VASCONCELOS, Larissa Meira de. *Esculpindo corpos e formando hábitos: uma abordagem histórico-educacional sobre as construções de gênero na imprensa paraibana (1913-1932)*.

Dissertação (Mestrado em Educação). 2015. 100f. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

VELLOSO, Monica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: Neves, Lúcia Maria B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria B. C. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 312-331.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 497-517.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História dos intelectuais: representações, conceitos e teorias. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Goiânia. *Anais [...]* Goiânia: UCG, 2006. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto2.pdf>. Acesso em: 19 maio 2016.

_____. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (Org.). *Cinco estudos em História e Historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

_____. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória. *Anais [...]* Vitória: UFES, 2011, p. 1-12. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_940.htm. Acesso em: 23 dez. 2016.

VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (Orgs.). *História intelectual e educação: trajetórias, impressos e eventos*. Jundiaí: Paco editorial, 2015.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-134.

Wojciech Andrzej Kulesza. Genealogia da Escola Nova no Brasil. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal. *Anais [...]* Natal: UFRN, 2002. p. 1-11. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/061.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

XAVIER, Wilson José Félix. *Razões e sensibilidades: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865 – 1917)*. Tese (Doutorado em Educação). 2015. 211f. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FONTES

Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahyba

BEZERRA, Alcides. *Educação Moral*. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

BIBLIOGRAPHIA. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

ENSINO DE HISTORIA. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

EXCERPTO PEDAGOGICO. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

MAUL, Eliseu. *Relatório*. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

MELLO, José de. *O ensino de Chorographia e Historia da Parahyba*. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

_____. *Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

SILVA, Julia Augusta da. *Correspondencia*. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

Boletim da Educação

BOLETIM DA EDUCAÇÃO. João Pessoa, ano 1, nº 1, 1937.

Jornal O Educador

BEN-HUR. *O Educador*. Parahyba, ano I, nº 7, 12/12/1921.

BEZERRA, Alcides. *Em prol da instrucção*. Parahyba, ano I, nº 1, 01/11/1921.

CARNEIRO LEÃO *apud* O EDUCADOR. Parahyba, ano I, nº 22, 27/04/1922.

COMMERCIIO, INDUSTRIA E AGRICULTURA. Parahyba, ano I, nº 2, 07/11/1921.

FALCÃO, Americo. *Amae as Lettras*. Parahyba, ano I, nº 2, 07/11/1921.

JELA. *Funcionarios Publicos*. Parahyba, ano II, nº 13, 13/02/1922.

LOBATO, Monteiro. *A cigarra e a formiga*. Parahyba, ano I, nº 34, 13/06/1922.

MACIEL, José. *Instrucção Publica*. Parahyba, ano I, nº 13, 13/02/1922.

_____. *A imitação...* Parahyba, ano I, nº 24, 11/05/1922.

_____. *O vicio do tabaco*. Parahyba, ano I, nº 25, 18/05/1922.

_____. *As molestias transmissiveis nas escolas*. Parahyba, ano I, nº 30, 16/06/1922.

“O EDUCADOR”. Parahyba, ano I, n. 2, 07/11/1921.

O EDUCADOR. Parahyba, ano I, nº 8, 19/12/1921.

O EDUCADOR. Parahyba, ano I, nº 9, 17/01/1922.

“O EDUCADOR”. Parahyba, ano I, nº 14, 20/02/1922.

O EDUCADOR. Parahyba, ano I, nº 16, 09/03/1922.

O EDUCADOR. Parahyba, ano I, nº 20, 07/04/1922.

O EDUCADOR. Parahyba, ano I, nº 36, 28/07/1922.

RIBEIRO, Julita. *Nomes ou substantivos e suas qualidades*. Parahyba, ano I, nº 2, 07/11/1921.

_____. *Nomes próprios e communs collectivos*. Parahyba, ano I, nº 4, 21/11/1921.

_____. *Expressões substantivas. Substantivos primitivos e derivados*. Parahyba, ano I, nº 7, 12/12/1921.

_____. *Verbo. Sujeito do verbo*. Parahyba, ano I, nº 13, 13/02/1922.

_____. *Numeração*. Parahyba, ano I, nº 15, 02/03/1922.

_____. *Reinos da Natureza*. Parahyba, ano I, nº 19, 30/03/1922.

RODRIGUES, Amelia. *Maria em Lourdes*. Parahyba, ano I, nº 12, 06/02/1922.

SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS. Parahyba, ano I, nº 34, 13/06/1922.

Jornal A União

A UNIÃO. Parahyba, 29/09/1937.

MELLO, José Baptista de. *A Escola Nova*. Parahyba, 19/04/1931.

Jornal Diário do Estado

A EPOCA DAS SOCIEDADES. Parahyba, 01/08/1917.

SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMARIOS. Parahyba, 11/07/1917.

Jornal A Imprensa

A IMPRENSA. Parahyba, 24/10/1933.

Revista do Ensino da Paraíba

A EDUCAÇÃO CIVICA. Ano X, nº 17, abril de 1942.

A EDUCAÇÃO FÍSICA. Ano X, nº 18, maio, junho e julho de 1942.

A DIREÇÃO DO ENSINO NA PARAÍBA. Ano X, nº 17, abril de 1942.

A NOSSA REVISTA. Ano IV, nº 12, maio de 1936.

APPOSIÇÃO DO CRUCIFICADO NAS ESCOLAS PUBLICAS. Ano V, nº XV, dezembro de 1937.

APRESENTAÇÃO. Ano X, nº 18, maio, junho, julho de 1942.

A PSYCHOLOGIA OBJECTIVA. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.

BREUEL, Alzira. *Leitura Analítica*. Ano III, nº 8 e 9, março de 1934.

CARTAZES DE ORIENTAÇÃO. Ano X, nº 17, abril de 1942.

CARVALHO, Maria Alexandrina de. *Centro de interesse - As flores*. Ano I, nº II, julho de 1932.

CENTRO DE INTERESSE – A ÁRVORE. Ano I, nº 2, julho de 1934.

COELHO, Maria Paulina dos Santos. *Centro de interesse - A Árvore*. Ano I, nº1, abril de 1932.

DANTAS, Pedro Anísio. *Interesses Pedagógicos*. Ano I, nº 1, abril de 1934.

_____. *Princípios do methodo didactico*. Ano I, nº 2, julho de 1934.

_____. *Discurso pronunciado pelo Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas, na festa de colação de grau, da Escola Normal de João Pessoa – Novembro de 1935*. Ano IV, nº 12, maio de 1936.

_____. *Um problema de estatística – a frequência escolar*. Ano IV, nº 13, setembro de 1936.

_____. *A reforma dos methodos educativos*. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.

_____. *Circular nº 2*. Ano V, nº 15, dezembro de 1937.

_____. *Circular nº 4*. Ano V, nº 15, dezembro de 1937.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. Ano VI, número 16, agosto de 1938.

DR. GRATULIANO BRITO. Ano III, nº 11, dezembro de 1934.

DR JOSÉ MARIZ. Ano III, nº 11, dezembro de 1934.

DUARTE, Debora. *Globalização do ensino*. Ano IV, nº 13, setembro de 1936.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ESTATÍSTICA. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.

GOMES, Argentina Pereira. *Lingua materna*. Ano I, nº 1, abril de 1934.

_____. *Princípios básicos do methodo didactico*. Ano V, nº 15, dezembro de 1937.

GOMES, Mario. *Escola Nova*. Ano I, nº 3, setembro de 1932.

_____. *Bons e Más escolares*. Ano X, nº 17, abril de 1942.

GOMES, Carmelita Pereira. *Primeiros passos no ensino da linguagem*. Ano IV, nº 12, maio de 1936.

_____. *O ensino da linguagem*. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.

GONÇALVES, Lucila. *Ensino de Arithmetica*. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.

- GOVERNADOR ARGEMIRO DE FIGUÊIREDO. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.
- HOMENAGEM MERECIDA. Ano V, nº 14, dezembro de 1937.
- KEHL, Renato. Ano VI, número 16, agosto de 1938.
- LEOMAX, João. *Estatística e Educação*. Ano V, nº 15, dezembro de 1937.
- LIANZA, Maria. *Necessidade do ensino religioso nas escolas*. Ano X, nº 17, abril de 1942.
- LICÇÕES DE COUSAS. Ano I, nº 2, abril de 1934.
- LINGUA MATERNA. Ano II, nº 2, julho de 1934.
- MACHADO, Maria Galbinio. *Licções de Historia Regional*. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.
- MILANEZ, Ezilda. *A escola nova e o professor*. Ano II, nº 4 e 5, março de 1933.
- NECROLOGICO. Ano X, nº 17, abril de 1942.
- NEVES, Francelino de Alencar. *Relato da inspecção escolar ao municipio de Pombal*. Ano V, nº 15, dezembro de 1937.
- NORONHA, Luiz Gonzaga de. *Centro de interesse: a bandeira*. Ano X, nº 18, maio, junho e julho de 1942.
- NOTICIARIO. Ano X, nº 18, maio, junho e julho de 1942.
- NOVA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA. Ano III, nº 11, dezembro de 1934.
- NOVOS RUMOS Á EDUCAÇÃO NA PARAÍBA. Ano VI, número 16, agosto de 1938.
- O PROFESSOR LOURENÇO FILHO NA PARAÍBA. Ano X, nº 17, abril de 1942.
- PESSÔA, Silvia. *A criança e o educador*. Ano X, nº 17, abril de 1942.
- PRESIDENTE JOÃO PESSOA. Ano I, nº 1, abril de 1932.
- REVISTA DO ENSINO. Ano I, nº 1, abril de 1932.
- REVISTA DO ENSINO. Ano X, nº 17, abril de 1942.
- REVISTA DO ENSINO. Ano X, nº 17, abril de 1942.
- SALEZ, Euridice. *Uma lição de linguagem – O carteiro e as cartas*. Ano IV, nº 13, setembro de 1936
- REVISTA DO ENSINO. Ano VI, nº 16, agosto de 1938.
- SEMANA PEDAGOGICA. Ano II, nº 6 e 7, setembro de 1933.
- PROGRAMMAS DE ENSINO. Ano IV, nº 13, setembro de 1936.
- SALGADO, Jose Benedito. *O problema da disciplina*. Ano X, nº 18, maio, junho e julho de 1942.
- SEMANA pedagogica. Ano V, nº 15, dezembro de 1937.

SEMANA PEDAGOGICA. Ano IV, nº 14, dezembro de 1936.

TEIXEIRA, Anísio. *As directrizes da escola nova*. Ano I, nº 3, setembro de 1932.

VASCONCELOS, Julita. *Como ensino linguagem*. Ano II, nº 4 e 5, março de 1933.

VASCONCELOS, Julita de. *Clube de Linguagem*. Ano X, nº 17, abril de 1942.

VIANA JUNIOR, Manuel. *A escola antiga e a escola nova*. Ano III, nº 8 e 9, março de 1934.

_____. *Museus escolares*. Ano IV, nº 12, maio de 1936.

_____. *Secção de Correspondencia*. Ano IV, nº 13, setembro de 1936.

Relatórios e Planos

CARNEIRO, Ruy. *Relatório apresentado à Getúlio Vargas*. Paraíba, 1943.

MARIZ, José Marques da Silva. *Relatório*. Parahyba, 23/09/1935.

MELLO, Jose Baptista de. *Relatório*. Parahyba, abril de 1934.

_____. *Plano de reforma da instrucção publica da Parahyba*. Parahyba, 24/07/1935.

Legislação e Mensagem presidencial

BRASIL. Constituição Federal de 1934.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 1946.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba*, em 1º de setembro de 1918. Parahyba: Imprensa Official, 1918.

Disponível em: crl.edu/brazil/provincial/paraiba. Acesso em: 08 ago 2016.

PARAHYBA. Decreto n. 287, de 18 de maio de 1932. Regulamenta a criação da Revista do Ensino da Paraíba. In: *Revista do Ensino*. Parahyba, ano I, nº 1, julho de 1932. p. 61.

PARAHYBA. Decreto n. 873, de 21 de dezembro de 1917. Reforma a Instrução Primária do Estado. In: _____. *Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1917*. Parahyba: Imprensa Official, 1917.

Livros

BEZERRA, Alcides. A Educação dos sentidos. In: *Ensaio de Critica e Philosophia*. Parahyba: Imprensa Official, 1919.

Anuários

ANNUARIO DE 1935. Parahyba: Imprensa Official, 1935.

DIRECTORIA DO ENSINO PRIMARIO. Parahyba: Imprensa Official, 1935.

APÊNDICE 1

LEVANTAMENTO¹²⁰ NA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2001-2018)

Título	Autor (es) / Ano
A Revista Escola Argentina: reflexões sobre um periódico escolar nos anos 20 e 30	Miriam Waidenfeld Chaves. (2003).
Educação física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935) organizar o ensino, formar o professorado	Tarcísio Mauro Vago. (2006).
Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921-1963)	Ana Lúcia Cunha Fernandes, Libânia Nacif Xavier, Luiz Miguel de Carvalho. (2007).
O avesso das normas indolentes, vadios, imprudentes e outros tipos escolares	André Paulilo. (2007).
Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007)	Ana Maria Galvão; Dislane Zerbinatti Moraes; José Gonçalves Gondra; Maurilane de Souza Biccas. (2008).
Leituras de formação raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX	Regina Cândida Ellero Gualtieri. (2008).
A revista Educação Physica (1932-1945): fórmula editorial, prescrições educacionais, produtos e publicidade	Omar Schneider; Maria Rita de Almeida Toledo. (2009).
Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional (1912-1914)	Geisa Magela Veloso. (2010).
A Vitória Colegial registros de sucesso escolar nos anos 1950	Miriam Waidenfeld Chaves. (2010).
Flagrantes da profissão docente na cidade do Rio de Janeiro nas páginas da revista O Ensino Primário (1884-1885)	Sonia de Castro Lopes. (2010).
A Revista de Educação no governo João Punaro Bley e a escolarização da Educação Física no Espírito Santo (1934-1937)	Omar Schneider, Marcela Bruschi, Wagner dos Santos, Amarílio Ferreira Neto. (2013).
“Tudo presta a quem tudo precisa”: os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930)	Paula Cristina David Guimarães. (2013).

¹²⁰A lista elaborada pela autora segue a ordem cronológica das publicações. A Consulta foi realizada em 07/12/2018, no endereço eletrônico da Revista: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe>. Acesso em: 07 dez. 2018.

A Revista Bem-te-vi e o projeto civilizatório metodista nas mãos da criança brasileira	Claudia Panizzolo. (2014).
Educação como sacerdócio: Formação de professores no Pará Republicano (1891-1904)	Felipe Tavares de Moraes; Rafaela Paiva Costa. (2014).
Verdadeiras glórias nacionais: a memória acerca das primeiras gerações de professores do Colégio de Pedro II através das páginas da Revista da Semana	Luciana Borges Patroclo; Ivone Goulart Lopes; Regina Lucia Ferreira Cravo. (2015).
A Biologia Educacional: exercitação e propostas inovadoras em um periódico educacional paulista (1938-1941)	Luciana Maria Viviani. (2015).
Educação Hoje: uma revista para o ensino secundário no Brasil da década de 1960	Daniel Revah, Maria Rita de Almeida Toledo. (2016)

LEVANTAMENTO¹²¹ DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGE QUE UTILIZARAM A IMPRENSA PEDAGÓGICA COMO FONTE (2007-2018)

Dissertações	Teses
LIMA, Rosângela Chrystina. Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935). 2010	BÉLENS, Jussara Natália Moreira. “Sob a torre de marfim”: a Escola Técnica Redentorista – um lugar de memórias, estratégias e práticas de gênero em Campina Grande-PB (1975-1985). 2013.
SANTOS, Erinalva Lopes dos. Educação feminina: idéias e concepções sobre a formação da mulher veiculadas na imprensa da Parahyba do Norte (1912-1927). 2010.	SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. A Escola Normal Regional Nossa Senhora do Carmo em Belo Jardim-PE: desfilando o habitus professoral pelas ruas da cidade. 2013.
CRISPIM, Shirley Regina Azevêdo. O progresso educacional na Paraíba: o Instituto de Educação (1935-1939). 2012.	ANDRADE, Vivian Galdino de. Alfabetizando os "filhos da rainha" para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande - PB (1919-1942). 2014.
MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. Memórias e práticas educacionais da educadora Argentina Pereira Gomes: o seu legado no cenário educativo da Paraíba (1916-1962). 2012.	ARANTES, Adlene Silva. Processos de Racialização nas Escolas Primárias Pernambucanas (1911-1945). 2014.
BISERRA, Ingrid Karla Cruz. Educação na primeira república parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920). 2015.	SILVA, Vivia de Melo. Por uma formação da juventude campinense: o colégio "Gigantão da Prata" (1948-1962). 2014.
SILVA, Adelço Sebastiao da. José Batista de Mello e o novo pensamento pedagógico (1931-1942). 2015.	MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. Educação pela higiene: A invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). 2015.
SOUSA, Amurielle Andrade de. Ideário da Escola Nova na Paraíba: Circulação de novos saberes nos discursos de José Baptista de Mello (1930-1936). 2015.	PINHEIRO, Jose Gledison Rocha. O Diário de Dalila: poética, testemunho e tragédia na formação escolanovista do indivíduo moderno (1933-1934). 2015.
ASSUNÇÃO, Albanisa Maria de. Primaveras de destinos na Revista do Ensino no estado da Paraíba: as prescrições na história da educação e as representações do ensino de história (1932 a 1942). 2016.	SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942). 2015.

¹²¹ Elaborado pela autora a partir de informações disponíveis no sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal da Paraíba Disponível em: http://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1906. Acesso em: 20 dez. 2018.

FREIRE, Evelynne nathaly Cavalcanti de Luna. A escola nova e a modernização do ensino primário na Paraíba: a formação dos professores e os grupos escolares (1930-1946). 2016.	XAVIER, Wilson José Félix. Razões e Sensibilidades: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865 – 1917). 2015.
LUCENA, Meryglauca Silva Azevedo. A criança é uma planta mimosa e gentil, fragil e encantadora: um estudo sobre a Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942). 2016.	LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. Cultura escolar do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: espaço de reinvenção e disseminação de novas práticas educacionais (1932-1950). 2016.
ROCHA, Francineide Rodrigues Passos. A oficina da nacionalidade: higienização das crianças e das mães na Paraíba (1911 a 1927). 2016.	SANTOS, Tatiana de Medeiros. Maria Eulália Cantalice Cavalcante: histórias e memórias de uma educadora Guarabirense/PB (1920-1999). 2016.
SILVA, Shirley Targino. O discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana: tessituras do processo histórico de escolarização na Paraíba (1930- 1939). 2017.	

LEVANTAMENTO DOS IMPRESSOS PERIÓDICOS PEDAGÓGICOS DA PARAÍBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS

Ano	Título	Vinculação/autoria
1903	O Patriota	Jornal produzido por alunas da Escola Normal
1906	A Gazetinha	Órgão estudantil e do Grêmio literário Francisco Barroso
1908	Lábaro	Alunos do Liceu
1913-?	O Lyceum	Revista dos alunos do Liceu
1916-?	Renascença	Revista dos alunos do Liceu
1919 - ?	Boletim da Sociedade dos Professores Primários	Órgão da Sociedade dos Professores Primários da Parahiba
1921-1922	O Educador	Jornal escrito principalmente por professores e alguns médicos
1934-1935	O Progresso	Jornal produzido pelos alunos do Grupo Escolar Thomas Mindello
1932-1942	Revista do Ensino	Revista produzida pela Diretoria do Ensino Primario
1931-1932	Revista Evolução	Desenvolvido por alunos e professores do Instituto Pedagógico Campinense
1934-1936/1958-?	Jornal Evolução	Produzido inicialmente no Instituto Pedagógico em Campina Grande
1937-?	Boletim da Educação	Produzido pelo Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do Estado da Paraíba
1940-?	O Estudante	Jornal dos alunos do Ginásio Diocesano De Patos
1953-?	Jornal do Estudante	Órgão de interesses estudantis

DADOS BIOGRÁFICOS DOS SUJEITOS CITADOS NA TESE

Sujeito	Informações biográficas	Referências
Adamantina Neves (1905-2000)	Nasceu em João Pessoa em 1905 e faleceu em janeiro de 2000. Formou-se na Escola Normal Oficial do estado e exerceu o magistério em algumas instituições, como a Escola Santo Rosário e o Grupo Escolar Eptácio Pessoa. Em 1997 publicou dois livros: <i>Porats Abertas</i> e <i>Folhas de Portas</i> . A referida professora publicou na coluna Escola Nova do jornal <i>A União</i> , em 1931; participou na função de secretária nas semanas pedagógicas de 1934 e 1936 e colaborou no jornal <i>O Educador</i> (1921).	BERNARDO, Ana Maria Coutinho. Gênero, História e Educação na Paraíba: memórias de Professoras e escritoras do início do século XX. <i>Anais[...]</i> II Congresso de História da Educação: História e memória da educação brasileira. Natal, Rio Grande do Norte, 2002. p. 1-11.
Alcides Bezerra (1891-1938)	Nasceu na capital da Paraíba em 24 de outubro de 1891 e faleceu no Rio de Janeiro em 1938. Fez bacharelado em ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Recife formando-se em 1911. Exerceu vários cargos públicos e administrativos, dentre os quais: procurador interino da República em 1913, procurador adjunto da capital da Paraíba em 1914, diretor do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, promotor público de 1917 a 1918 em Catolé do Rocha, secretário da Imprensa Oficial paraibana em 1919, deputado estadual para a 9ª legislatura (1920-1923), Diretor Geral da Instrução Pública da Paraíba (1919-1921), diretor do Arquivo Nacional (1922-1938), nomeado pelo presidente da República Eptácio Pessoa. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico da Paraíba em 1905 e membro da diretoria (1914-1923). Na Revista do IHGP escreveu alguns textos. Ele foi o responsável pelo parecer favorável a adoção do livro <i>Escorço de Chorographia da Parahyba</i> , de José Coelho nas escolas primárias.	BISERRA, Ingrid Karla Cruz; MARQUES, Ana Luiza de Vascelos. A atuação e produção educacional de Alcides Bezerra na Parahyba (1917-1921). <i>ANais VI Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: interfaces com as relações étnico-raciais</i> . Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. p. 1-11. COSTA, Afonso <i>et al.</i> <i>Alcides Bezerra (Em Memória)</i> . Rio de Janeiro/RJ: Pongetti, 1938. SOUZA, Francisco Martins de. <i>O culturalismo sociológico de Alcides Bezerra</i> . São Paulo: Convívio, 1981.
Alice de Azevedo Monteiro	Foi professora da escola noturna João Tavares, professora e fundadora do primeiro jardim de infância particular do estado (1932), docente e diretora do Jardim de Infância de iniciativa do governo estadual (1934), anexo ao Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, secretária da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), e presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros na Paraíba. Participou da organização das Semanas Pedagógicas e proferiu palestras nesses eventos, dentre as quais citamos: <i>A Preparação para o ensino da aritmética</i> , <i>O ensino de calculo do jardim de infância</i> , <i>Uma Contribuição para os jardins da infancia</i> . Escreveu nos jornais <i>A União</i> e <i>A Imprensa</i> , além da <i>Revista do Ensino</i> , <i>Era Nova</i> e do <i>Boletim da Educação</i> (neste impresso de 1937 ela publicou dois artigos - <i>A mulher, a criança e o lar</i> na edição nº 1, e <i>De cozinha</i> na edição nº 2).	SILVA, Shirley Targino <i>O discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana: tessituras do processo histórico de escolarização na Paraíba (1930 – 1939)</i> . 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
Analice Caldas (1891-1945)	Paraibana nascida em 1891 num pequeno engenho próximo ao município de Alagoa Nova, formou-se professora pela Escola Normal Estadual do estado, e lecionou em várias instituições escolares da Paraíba. Publicou em periódicos como <i>Era Nova</i> , <i>O progresso</i> , <i>Paraíba Agrícola</i> , <i>Ilustração</i> , <i>Flor de Liz</i> , <i>A União</i> , <i>A Imprensa</i> . Exerceu a função de secretária da	SILVA, Favianni da. <i>A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891/1945</i> . 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

	Sociedade dos Professores Primários em 1922, fez parte da diretoria da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e foi sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Foi autora de duas seções de curta duração no jornal <i>O Educador</i> – De leve e Bilhete postal, que discutiam de um modo geral elementos relacionados a mulher na sociedade, além de alguns outros textos sobre assuntos diversos, como a exposição dos produtos que seriam enviados ao Rio de Janeiro por ocasião do Centenário, sempre com tons de crítica e ironia.	SILVA, Shirley Targino <i>O discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana: tessituras do processo histórico de escolarização na Paraíba (1930 – 1939)</i> . 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
Eduardo Monteiro de Medeiros (?-1942)	Formado na Escola Normal do estado, foi editor do jornal <i>Correio da Serra</i> em 1907, na cidade de Areia-PB, professor primário, vice-presidente da Sociedade dos Professores Primários da Paraíba (1917-1918), inspetor geral do ensino, diretor do jornal <i>O Educador</i> durante o seu ciclo de vida (1921-1922), e primeiro diretor da Diretoria do Ensino Primário, criada na Paraíba em 1931, inspetor dos estabelecimentos de ensino secundário no estado. Participou da organização das Semanas Pedagógicas e publicou o livro <i>Problemas e Necessidades da Paraíba</i> , pela Imprensa Oficial do estado em 1931.	NECROLÓGICO. In: <i>Revista do Ensino</i> . Ano X, nº 17, 1942. p. 45-48.
Elyseu Maul	Foi professor e diretor do Grupo Escolar Coronel Antonio Pessoa, diretor da Cadeia Pública em 1931 e participou da diretoria da Sociedade dos Professores Primários da Parahiba como tesoureiro (1917-1918), presidente (1918-1919), 1º secretário (1919-1920). No Boletim nº 2 dessa Sociedade, Elyseu publicou dois textos: <i>A Fortaleza de Cabedello e Relatório apresentado à Sociedade dos Professores Primários da Parahiba, referente ao período social de 14 de julho de 1918 à igual data de 1919</i> .	Dados coletados a partir das fontes pesquisadas.
Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942)	Nasceu em Umbuzeiro – PB, em 1865, e faleceu em Petrópolis/RJ, em 1942. Exerceu vários cargos, incluindo os de promotor, procurador, ministro da Justiça e negócios interiores, ministro do Supremo Tribunal Federal, secretário de governo, advogado, professor e jornalista. Na política, exerceu os mandatos de deputado, senador e presidente da República. Foi um personagem de grande prestígio na época e uma forte liderança na Paraíba, influenciando candidaturas e ações políticas. Recebeu várias homenagens, como a Grã-cruz da Legião de Honra, da França, Grã-cruz de Leopoldo, da Bélgica. É patrono da cadeira número 31 da Academia Paraibana de Letras.	MELO, Fernando. <i>Epitácio Pessoa: Uma Biografia</i> . João Pessoa/PB: Idéia, 2005.
Eudésia Vieira (1894-1981)	Nasceu em 1894 na cidade de Livramento – PB e faleceu em João Pessoa no ano de 1981. Formou-se na Escola Normal (1911) e em medicina (1914) na Faculdade de Medicina do Recife. Exerceu as profissões de professora primária, médica e jornalista. No Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, exerceu as funções de 1ª secretária (1925-1926), de oradora (1956-1959) e trabalhou na comissão de contas do Instituto (1959-1962). Colaborou na organização da Sociedade dos Professores Primários do estado, na Revista <i>Era Nova</i> , nos jornais <i>A Imprensa</i> , <i>O Norte</i> , <i>A União</i> , <i>O Educador</i> , e dentre outras produções publicou o livro <i>Pontos de História do Brasil</i> (1921), cujo parecerista foi Alcides Bezerra.	SALES, Ana Maria C; SILVA, Evanice dos Santos. <i>Eudésia Vieira: rompendo o silêncio</i> . João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.
João Rodrigues Coriolano de Medeiros (1875-1974)	Comerciante, funcionário dos Correios, músico (Banda do Clube Astréa e do Clube Sinfônico), professor primário particular, escriturário da Escola de Aprendizizes Artífices, e em 1922 diretor dessa instituição. Sócio fundador do Centro	BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.) <i>Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis</i>

	Literário Paraibano (1893), do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (fez parte da primeira diretoria), membro da Associação dos Homens de Letras e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, além de membro fundador da Academia Paraibana de Letras (ocupou a cadeira nº 7), da qual também foi diretor. Publicou um texto na <i>Revista do Ensino</i> nº 2, em 1932, intitulado <i>Escolas Profissionais</i> . Foi redator em <i>O Comércio</i> , colaborador em <i>A União Tipográfica</i> (1894), <i>A União</i> , <i>A Imprensa</i> , <i>Diário do Estado</i> , e fundou a revista <i>A Filipéia</i> (1905). Algumas de suas obras foram: <i>Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba</i> (1914); <i>Do Litoral ao Sertão</i> (1917); <i>O Barracão</i> (1930); <i>A Evolução Social e Histórica de Patos</i> (1938); <i>O Tambiá da Minha Infância</i> (1942).	Chateaubriand. Editora da UFPB, João Pessoa, 2009.
José Baptista de Mello (1895-1973)	Nasceu no município de Teixeira-PB, em 1895, e faleceu em João Pessoa em 1973. Formou-se para o magistério na Escola Normal Oficial do Estado da Parahyba do Norte. Foi professor primário em grupos escolares, diretor do grupo escolar Thomas Mindello (1931), diretor do ensino primário do estado (1931-1935), professor da Escola de Aperfeiçoamento de Professores (1934) e patrono da cadeira nº 39 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Além disso, fez parte da Sociedade dos Professores Primários, criou a coluna Escola Nova num jornal de grande circulação no estado, <i>A União</i> , foi membro do corpo redacional do jornal <i>O Educador</i> e diretor da <i>Revista do Ensino</i> . Autor de algumas obras, como <i>Evolução do ensino na Paraíba</i> (1936).	BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.) <i>Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX</i> : de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. Editora da UFPB, João Pessoa, 2009. SOUSA, Amurielle Andrade de. <i>O ideário da escola nova na Paraíba</i> : Circulação de novos saberes nos discursos de José Baptista de Mello (1930-1936). 2015. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
José Gomes Coelho (1898-1954)	Nasceu em 1898, no município de Esperança – PB, e faleceu em 1954 na capital do estado. Formou-se professor pela Escola Normal, bacharel em Direito pela Faculdade do Recife e agrimensor formado pela Escola de Agrimensura da Parahyba. Foi professor e diretor do Liceu e da Escola Normal, professor do Instituto Underwood, da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, da Escola de Aperfeiçoamento (1934) e exerceu os cargos de inspetor fiscal do ensino, diretor dos serviços elétricos, secretário da Fazenda, juiz do Tribunal Regional Eleitoral e bibliotecário. Participou da elaboração da reforma da instrução do estado da Paraíba em 1917, publicou um importante livro intitulado <i>Esforço de chorographia da Parahyba</i> (1919) – indicado para uso nas escolas públicas, fez parte da Sociedade dos Professores Primários, do Boletim produzido por essa sociedade e das Semanas Pedagógicas.	BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.) <i>Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX</i> : de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. Editora da UFPB, João Pessoa, 2009.
Julita Ribeiro	Formou-se na Escola Normal em 1912. Fundou com os professores Sizenando Costa e Maria Isabel Dantas o Grupo Escolar Thomas Mindello em 1916 e foi professora da primeira cadeira mista desta instituição. Exerceu o magistério também como lente de Língua Portuguesa no Liceu Paraibano (1918), na Escola Normal (cadeira de Pedagogia e Didática) e no Colégio Nossa Senhora das Neves. Na imprensa pedagógica ela publicou dez textos no jornal <i>O Educador</i> (1921-1922) veiculando lições variadas sobre assuntos do ensino primário (esses textos são discutidos no 3º capítulo deste trabalho) e três textos na <i>Revista do Ensino</i> (Exercícios de Lições como ensino biográfico - Ano II, nº 6 e 7, Clube de Linguagem - Ano X, nº 17, A prática do ensino de linguagem	SANTOS, Erinalva Lopes dos. <i>Educação feminina</i> : idéias e concepções sobre a formação da mulher veiculadas na imprensa da Parahyba do Norte (1912-1927). 134f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. SANTOS, Erinalda Lopes dos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. Julita Ribeiro: reflexões sobre as lições de coisas (1921-1922). In: MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva

		- Ano X, nº 18). Destacamos ao leitor que nesse último impresso é possível encontrar a assinatura de Julita de Vasconcelos e não Julita Ribeiro. Acreditamos que se refere a mesma pessoa pois Julita Ribeiro (talvez o seu nome de solteira) casou-se com João Peixoto de Vasconcelos, e certamente, levando em consideração a época, deve ter acrescentado o nome do marido. Além disso, os textos da <i>Revista do Ensino</i> assinados por Julita de Vasconcelos seguem a mesma temática e estilo da autora ao longo de outras publicações.	(Orgs.) <i>Educação e Educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações</i> . João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009. p. 75-90.
Lylia Guedes (1900-1974)		Nasceu em Nova Cruz, Rio Grande do Norte, em 1900. Formada bacharel em ciências jurídicas em 1922, lecionou Português, Geografia e História da civilização na Escola Normal entre 1919 e 1920. Foi presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada por Bertha Lutz, em 1922, e representou também a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina na Paraíba. Escreveu em impressos como a <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano</i> , a <i>Revista Trimagazine</i> e o jornal <i>A União</i> .	MENDES, Márcia Cristiane Ferreira <i>et al.</i> Fios de memória: Lylia Guedes e suas contribuições no cenário Educacional e político da Paraíba (1900-1974). <i>Anais [...]</i> IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. p. 153-165.
Mario Gomes Pereira de Souza		Diplomou-se na Escola Normal do estado, publicou alguns textos no jornal <i>O Educador</i> , foi professor primário do Grupo Escolar Solon de Lucena em Campina Grande – PB (1924), e exerceu também o cargo de diretor nessa instituição. Escreveu oito textos na <i>Revista do Ensino</i> ao longo do seu ciclo de vida, participou da organização e das palestras das Semanas Pedagógicas promovidas pelo estado nos anos de 1930, e foi professor do Curso de Aperfeiçoamento de Professores em 1942, ministrando aulas na disciplina <i>Problemas de frequência, pontualidade e da evasão escolar</i> .	Dados coletados a partir das fontes pesquisadas. BISERRA, Ingrid Karla Cruz. A escola nova de Mário Gomes: uma análise dos seus escritos na Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942). <i>ANALIS XI Encontro Maranhense de História da Educação. História da escola: métodos, disciplinas e currículo</i> . Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018. p. 1-12.
Olivina Carneiro da Cunha (1886 -1977)	Olívia	Foi diplomada pela Escola Normal em 1904 e exerceu a profissão de professora nessa instituição, na Escola de Aperfeiçoamento (1934), no Liceu Paraibano, no Colégio Estadual e no Ginásio Nossa Senhora das Graças. Foi vice-presidente (1919-1920) da Sociedade dos Professores Primários da Parahiba, uma das fundadoras da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, além de poeta e colaboradora nos jornais <i>A União</i> , <i>A Imprensa</i> e nas revistas <i>Era Nova</i> e <i>Manaíra</i> . Foi sócia do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e do Instituto de Genealogia e Heráldica.	SILVA, Viviane Freitas da. <i>Memórias da educadora Olivina Olívia Carneiro da Cunha: práticas educativas e envolvimento político e social na Paraíba (1886-1977)</i> 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
Pedro Bezerra (1883-1979)	Anízio	Nasceu em Bananeiras- PB, em 1883, e faleceu em 1979 em João Pessoa – PB. Padre ordenado em 1907 no Seminário da Paraíba, pouco tempo depois formou-se em Filosofia e Teologia dogmática pela Universidade Gregoriana, em Roma (1910). Ele foi capelão da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora das Mercês e Sagrado Coração de Jesus, vigário da Basílica de Nossa Senhora das Neves e diretor do Colégio Pio X (1918). Ministrou as disciplinas de Latim e Teologia dogmática no Seminário da Paraíba, além de lecionar no Liceu Paraibano e na Escola Normal. Foi diretor do Departamento de Educação do estado nos anos 1930. Em sua passagem pela imprensa, foi redator e diretor de <i>A Imprensa</i> . Dirigiu e escreveu na <i>Revista do Ensino</i> durante os anos de	BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.) <i>Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand</i> . Editora da UFPB, João Pessoa, 2009.

	1936 a 1942. Pedro Anízio também foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e autor das seguintes obras: <i>A Filosofia Thomista e o Agnosticismo Contemporâneo</i> (1929), <i>Tratado de Pedagogia</i> (1933), <i>Compêndio de pedologia e pedagogia experimental: destinado às escolas normais</i> (1937), <i>A igreja, o Reino de Deus na Terra: aspectos do corpo místico</i> (1966).	
Sizenando Costa	Fez parte da diretoria da Sociedade dos Professores Primários entre 1917-1919 exercendo as funções de arquivista e orador. Foi Diretor da Instrução Pública no período de 1916 a 1918, membro do corpo redacional do jornal <i>O Educador</i> (1921-1922), professor no Grupo Escolar Thomás Mindello, diretor do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, professor da cadeira do sexo masculino nessa instituição, professor da escola noturna Cardoso Vieira, e da cadeira de geometria no Liceu Paraibano. Participou da organização das Semanas Pedagógicas (num desses eventos, em 1934, proferiu a palestra cujo título foi <i>As escolas rurais</i>), exerceu os cargos de diretor geral da instrução pública (1926), inspetor geral do ensino e diretor da sessão de estatísticas educacionais na década de 1930. Escreveu cinco textos na <i>Revista do Ensino</i> que versavam sobre a temática do escoterismo e da educação rural e para o trabalho. Publicou também dois textos sobre esse assunto no impresso <i>Boletim da Educação</i> em 1937, em seus números 1 e 2, e escreveu no jornal <i>A União</i> na década de 1940. Foi um dos principais articuladores da implantação das escolas rurais na Paraíba. Um dos seus trabalhos de maior amplitude foi o livro <i>A Escola Rural</i> , publicado em 1941.	Dados coletados a partir das fontes pesquisadas.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO – TÍTULO E AUTORIA¹²²

Ano	Nº	Título	Autoria
1	1	I - Educação em Geral	
		Educação rural	Communicado do Departamento Official de Propaganda e Publicidade
		Cooperativismo Escolar	Pelo Professor Costa
		Educação Infantil	Publicação extrahida da revista “Educação de Costumes infantis”, do “Comitê de Hygiene Mental” do Estado de Massachusetts
		A Creança e o Cinema	Sem autoria
		II – Educação Sanitaria	
		A tuberculose e a Escola	Palestra organizada pelo dr. J. Seixas Maia, inspector medico escolar
		A Cárie Dentaria	Pelo professor Luiz Gonzaga Burity
		Da utilidade do Methodo de Credê	Pelo dr. Hygino Brito
		Importância do Serviço das Enfermeiras	Pela Senhorita Nadir Coutinho, enfermeira chefe do Serviço de Enfermagem
		Doenças Transmissíveis	Pelo Dr. Otavio de Oliveira, Director da Saude Publica
		Moscas	Communicado do Departamento de Saúde Publica
		Profilaxia Dentaria	Pelo dr. Ednaldo Pedrosa
		III – Educação agrícola	
		Notas sobre a cultura da batatinha	Communicado da Directoria de Producção
		A cultura do Fumo	Palestra organizada pela Directoria de Producção
		Cultura da Cebola	Communicado da Directoria de Producção

¹²² Optamos por colocar a autoria conforme está apresentada no impresso.

		Bananas para exportar	Pelo Dr. Pimentel Gomes, Director de Producção
		Como se planta o milho	Communicado da Directoria de Producção
		Como se planta o algodão	Pimentel Gomes
		IV – Educação Domestica	
		A mulher, a Criança e o Lar	Pela professora Alice Monteiro
		O Papel das Donas de Casa	Pela escriptora Juanita Morel Machado
		A Educação no Lar	Pela dr. ^a Lylia Guedes
		Os meus quinze minutos de prosa	Analice Caldas
1	2	I - Educação em Geral	
		Escolas Ruraes	Costa
		Alphabetização	Communicado do Nucleo Estadual da Cruzada Nacional de Educação
		Educação e Cultura	Luiz Aroeira
		Civismo	Maria Reis Campos
		Importancia dos Censos	João Leomax Falcão
		Cruzada Nacional de Educação	Communicado do Nucleo Estadual
		A Educação Moral e a Funcção da Escola	Alice de Andrade Santiago
		A necessidade do voto para o exercicio da democracia	Communicado do Departamento Official de Propaganda e Publicidade do Estado
		II - Educação Sanitaria	
		Um appello á mulher na sua missão de mãe	Communicado da Diretoria Geral de Saude Publica
		Considerações sobre o adenoidismo	Dr. Jose Wandregiselo
		O que é diphtheria	Communicado do Departamento de Saude Publica
		Angina diphterica e crupe	Communicado do Departamento de Saude Publica
		Uma advertência e um appello	Dr. Octavio de Oliveira
		As mães	Dr. Muniz Aragão
		Prophylaxia dentaria	Dr. Ednaldo Pedrosa
		O primeiro molar	Dr. Ednaldo Pedrosa
		Conselhos ás jovens mães	Communicado da Directoria de Saude Publica
		Carie dentaria	Dr. F. Paula e Silva

		A necessidade de assistencia dentaria ás crianças	Dr. Manuel Coutinho
		III – Educação Agricola	
		Adubação das Laranjeiras	Communicado da Directoria de Producção
		Cultura do fumo	Agronomo José Carlos Pereira
		O milho, cuidados culturaes	Communicado da Directoria de Producção
		Preparo do sólo	Communicado da Directoria de Producção
		Instrucções para combater a “broca de raiz” do algodoeiro	Communicado da Inspectoria de Plantas Texteis
		Procurando libertar-se das Sêccas	Communicado da Directoria de Producção
		Instrucções para o plantio de enxertos de laranjeira	Communicado da Estação Experimental de Fructicultura
		O arado e a enxada	Agronomo Heitor Tavares
		Notas sobre a cultura da mamona	Communicado da Directoria de Producção
		A Alfafa	Communicado da Directoria de Producção
		Hortas em quintaes	Agronomo Pimentel Gomes
		Decalogo da arvore	Ext.
		Como se deve plantar o algodão	Communicado da Directoria de Producção
		O coruquerê ou lagarta de folha	Agronomo Pimentel Gomes
		Cultura de figueira	Do Ministerio da Agricultura
		Conselhos ao fumicultores	Ext.
		Enriqueçamos plantando muito algodão	Communicado da Directoria de Producção
		A cultura do amendoim	Communicado da Directoria de Producção
		Notas sobre a cultura da cebôla	Communicado da Directoria de Producção
		Combate ás pragas do algodão	Communicado da Directoria de Producção
		IV - Educação Domestica	
		De cozinha	Alice de Azevedo Monteiro
		Educação domestica	Isaura Patricio
		O lar e a economia	Albertina Correia Lima

AUTORES QUE MAIS ESCREVERAM NA *REVISTA DO ENSINO*

Autor	Título	Edição
Pedro Anísio Dantas	Interesses Pedagogicos	Edição 1
	Principios do Methodo Didactico	Edição 2
	Discurso pronunciado pelo Mons. Pedro Anisio Bezerra Dantas, na festa de collação de gráu da Escola Normal de João Pessoa, em novembro de 1935	Edição 12
	A instrucção na Parahyba, de Anthenor Navarro a Argemiro de Figueirêdo	Edição 13
	Um problema de Estatistica	Edição 14
	A reorganização do Ensino Primario	Edição 14
	Alphabetização	Edição 14
	A construcção de Edificios Escolares	Edição 14
	A Reforma de Methodos Educativos	Edição 14
	O Ensino Particular	Edição 14
	O Ensino Rural - Clubs Agricolas	Edição 15
	Evolução das Tendencias – Aprendizagem	Edição 15
Mario Gomes	Cooperação que se impõe	Edição 1
	Observações sobre Hygiene escolar	Edição 2
	Escola Nova	Edição 3
	Deveres do Estado para com a creança	Edição 3
	Cultura Estetica: sua importancia no Ensino Objetivo	Edição 4 e 5

	Cruzada Infantil	Edição 6 e 7
	Mendicancia intelectual infantil	Edição 8 e 9
	O lar e a escola – Contribuição para os círculos de pais e mestres	Edição 10
	Noção de Comportamento	Edição 16
	Bons e Máus Escolares	Edição 17
Alice Azevêdo Monteiro	Jardins de Infancia	Edição 1
	Brincar e estudar	Edição 2
	Palavras da Diretora do “Jardim de Infancia” para a “Revista do Ensino”	Edição 6 e 7
	O ensino de calculo no Jardim de Infancia	Edição 8 e 9
	Uma contribuição para os jardins de infancia	Edição 11
	Curso Modelo	Edição 14
	A educação dos Parvulos e o Jardim de Infancia	Edição 15
	Jardins de Infancia	Edição 17
Sisenando Costa	Idade escolar	Edição 3
	Ensino profissional	Edição 3
	O escoteirismo na Paraíba	Edição 6 e 7
	Para valorizar o homem do Norte	Edição 8 e 9
	Escola rural modelo	Edição 8 e 9
	Escolas Ruraes	Edição 12
	Higiene Rural	Edição 16
Severino Patricio	Inspeçtoria Sanitaria Escolar	Edição 1
	Inspeçtoria Sanitaria Escolar	Edição 2

	Idade escolar	Edição 3
	Inspeção Sanitaria Escolar	Edição 4 e 5
	Inspetoria Sanitaria Escolar	Edição 6 e 7
Manuel Florentino	Cinema educativo	Edição 4 e 5
	O ensino normal	Edição 8 e 9
	Sexto Congresso Nacional de Educação	Edição 8 e 9
	Educação sanitaria	Edição 10
Julita de Vasconcellos	Exercícios e lições	Edição 4 e 5
	Exercícios de Lições como ensino biográfico	Edição 6 e 7
	Clube de Linguagem	Edição 17
	A prática do ensino de linguagem	Edição 18
America Monteiro	Bandeira de Saúde	Edição 13
	Muséus Escolares	Edição 16
	O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência	Edição 18
José Baptista de Mello	A Instrução Publica na Paraíba	Edição 6 e 7
	Sexto Congresso Nacional de Educação	Edição 8 e 9
	Problemas do ensino	Edição 11
Matheus de Oliveira	O Ensino Moderno	Edição 1
	Pela Instrução Popular	Edição 4 e 5
	Coelho Lisboa	Edição 13
Ezilda Milanez	A escola e o lar	Edição 2
	A Escola Nova e o Professor	Edição 4 e 5

	Através do mundo infantil	Edição 10
Debora Duarte	Vantagens do estudo	Edição 10
	Bibliothecas nas Escolas Primarias	Edição 14
	Globalização do Ensino	Edição 17